





OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XXXVII

TOMO I

Foram tirados três mil exemplares em papel vergé, do presente volume das Obras Completas de Rui Barbosa, mandadas publicar, sob os auspícios do Governo Federal, pelo Ministro Gustavo Capanema, dentro do plano aprovado pelo Decreto-lei n.º 3.668, de 30 de setembro de 1941, baixado pelo Presidente Getúlio Vargas, e de acôrdo com o Decreto n.º 21.182, de 27 de maio de 1946, promulgado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e referendado pelo Ministro Ernesto de Sousa Campos.





MANEJO DE D. POLITICAGEM

(J. Carlos — *Cartas*. — 28 de janeiro de 1910)

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XXXVII. 1910
TOMO I

EXCURSÃO ELEITORAL



52-013345

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RIO DE JANEIRO — 1967

TOMBO 013697



320.981
B238

CATÁLOGO 013739

REVISÃO E NOTAS
DE
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
diretor da Casa de Rui Barbosa



EXCURSÃO ELEITORAL

aos Estados da
Bahia e Minas Gerais

Manifestos à Nação



DR. RUY BARBOSA

EXCURSÃO ELEITORAL

Aos Estados da

BAHIA E MINAS GERAES

MANIFESTOS Á NAÇÃO

1910
CASA GARRAUX
S. Paulo

Fôlha de rosto da
1ª edição da *Excursão Eleitoral*
impressa em S. Paulo, 1910
(Exemplar da *Casa de Rui Barbosa*)
Dimensões originais

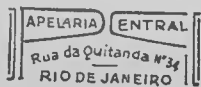
MODÉLOS DE ACTAS
DE ELEITORAES



Ruy Barbosa.

PLATAFORMA

Apresentada em sessão publica no
"Polytheama Bahiano" em a noite
de 15 de Janeiro de 1910.



1910

Edição carioca da
PLATAFORMA — 1910

(Exemplar da *Casa de Rui Barbosa*)
Dimensões originais



Ruy Barbosa



PLATAFORMA



Apresentada em sessão publica, no
Polytheama Bahiano, em a noite
de 15 de Janeiro de 1910,



2.^a EDICÇÃO

(Illustrada com tres gravuras)

BAHIA

—
1910





Capa da
Edição baiana
da *Plataforma* — 1910
(Exemplar da *Casa de Rui Barbosa*)
Dim. — 11 x 25 cm.

RUY BARBOSA

— NA —

BAHIA

— ♦ —

Recepção promovida pela Comissão Popular

Discursos — A plataforma

Ruy Barbosa



BAHIA

TYP. BAHIANA, DE CINCINNATO MELCHIADES

25 — Rua do Arsenal de Marinha — 25

—
1910

Fac-simile da fôlha de rosto
do opúsculo — *Rui Barbosa*
na Bahia — ed. de 1910
Dimensões originais
(Exemplar da Biblioteca de Rui Barbosa)

PLATAFORMA

*Lida no Teatro Politeama Baiano em 15 de
janeiro de 1910*

Senhores:

Se eu não soubesse estar na Bahia, nesta região saturada de espiritualidade, onde a inteligência nos envolve e enche o ambiente, como o azul da atmosfera, a luz solar e a doçura das nossas virações, não me animaria a dirigir a um auditório popular um documento árido, longo e fastidioso como este. As multidões amam a eloquência, e bebem com delícia os prazeres da palavra nos lábios dos grandes oradores. A arte de governar, a razão política, a ciência do Estado reservam as suas considerações reflexivas, complicadas e graves para as academias, os parlamentos, as convenções de partidos, onde círculos seletos de especialistas, de estudiosos, de correligionários, de interessados escutam a voz fria das leis, dos documentos, dos algarismos, das predições calculadas, nos cursos, nas dissertações, nos relatórios, nos programas. (*Muito bem!*)

Submeter um dêstes à prova de uma audição num teatro, à impetuosa aluvião das turbas apaixonadas, seria, noutro qualquer lugar, uma das minhas temeridades maiores nesta campanha, uma das maiores coragens minhas nesta luta. Mas nesta cidade as massas têm, por instinto, o sentimento das grandes

questões nacionais. Como o oiro nos garimpos dos nossos admiráveis sertões, o gênio político assoma e ressurre aqui, do seio do povo, com a espontaneidade das prendas de raça debaixo de certos céus privilegiados. (*Muito bem! Muito bem! Bravos*) Cada homem do povo, nesta terra, como que traz no seio alguma coisa, uma intuição, um rudimento, um traço das qualidades do homem de Estado. Se daqui vos falasse agora um tribuno, iríamos assistir, esta noite, a um comício agitado e tumultuoso. Mas é um programa de govêrno que se vos endereça, e já não sois a multidão sedenta de emoções. Uma impressão nova e diversa vos vai transfigurar. Sôbre essas cadeiras baixa a consciência de uma deliberação. É um parlamento, ou um tribunal que entra a funcionar, paciente, sereno, reflexivo, com o ouvido indulgente, a atenção resignada, o ânimo equitativo, o juízo moderado pelo sentimento da sua responsabilidade. (*Palmas. Bravos!*)

Senhores:

Se, adotada, em 22 de maio, a candidatura cesariana, não deu à luz a sua plataforma senão em 24 de dezembro, demorando-lhe sete meses a gestação, não tarda a candidatura civil, proclamada em 22 de agosto, oferecendo agora, menos de cinco meses depois, o seu programa. (*Apoiados*).

Grande como já é de si mesma, em meu favor, pelo simples cotêjo aritmético, essa diferença avulta enormemente, em se considerando a diversidade entre os dois candidatos no tocante aos motivos, que determinam a existência das

PLATAFORMAS PRESIDENCIAIS.

Se estas se requerem, não é, claro está, com outro intuito que o de formular e dar a conhecer as

idéias políticas dos pretendentes à confiança do eleitorado. Homem, até agora, exclusivamente da sua classe, militar dado, só e só, aos misteres da sua profissão... (*Apoiados repetidos*)... ninguém sabia que tivesse idéias políticas o meu competidor, ou, pelo menos, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fôssem. (*Muito bem!*) Ao passo que as minhas estão escritas, com traços profundos, em quase quarenta anos de uma vida política sempre militante, vinte dos quais em atos sucessivos, por todo o curso dêste regímen, desde o seu berço. (*Apoiados. Palmas*).

É o que os meus adversários de hoje reconheciam ontem, quando, aplaudindo, há quatro anos, a minha candidatura à presidência, levantada então pela Bahia, dizia um dos órgãos atuais do hermismo, *A Tribuna*, do Rio, aos 22 de maio de 1905:

Se os princípios e a sabedoria têm direito a uma distinção neste país, Rui Barbosa é um candidato *de programa*, como o defensor, que tem sido, da liberdade individual e da justiça no Brasil.

Intérprete da parcialidade que hoje me combate, em um banquete com que ela me honrou, na véspera da minha viagem a Haia, assim qualificava a minha carreira pública o dr. Pedro Velho:

Em toda a sua vida de homem público, já hoje consagrada por um longo tirocínio, fecundo e brilhantíssimo, sempre apostolou com denôdo a liberdade, por amor da liberdade, sempre galhardamente defendeu a justiça, por amor da justiça.

Ainda o ano passado, enfim, aos 5 de novembro, pretendia o sr. Alcindo Guanabara, na *Imprensa*, caracterizar a minha entidade política nos traços de

um perfil, generoso quanto à qualificação da minha pessoa, mas verídico na definição do meu papel:

A biografia desse grande cidadão pode ser simbolizada por uma reta, traçada entre a liberdade e o direito. (*Palmas*).

Assim que, pelo consenso dos meus hoje em dia mais extremados antagonistas, a minha ação, na Monarquia e na República, se poderia traduzir nesta síntese precisa: luta desinteressada, valorosa e constante pelo direito e pela liberdade. (*Prolongada salva de palmas!*) Se tais apreciações não mentem, aí está debuchado o homem moral, na perseverança, na coragem, na abnegação, e o homem político, na devoção à liberdade e ao direito. (*Palmas!*).

Ora, sendo êstes dous princípios, necessidades capitais de toda a civilização, justamente os que ora mais periclitam no Brasil, e aquelas qualidades, com que os tenho servido, a essência mesma do civismo e a garantia certa da fidelidade, condição de toda confiança, não vejo onde se poderia encontrar, melhor do que na minha fé de ofício, o mais cabal, seguro e oportuno dos programas.

Foi o dr. Campos Sales quem disse, no manifesto da sua candidatura presidencial, em 1897:

Os atos do passado definem melhor uma individualidade do que poderiam fazê-lo as mais claras promessas de futuro, apoiadas embora em sólidas garantias morais.

E, se assim é, não há porvir que esteja mais definido que o meu no seu pretérito. Na campanha contra o Império, no governo da revolução, na criação das instituições constitucionais, na sua defesa contra as ditaduras militares, no desenvolvimento da sua jurisprudência legal, em todas as principais questões de ordem jurídica, social, econômica e financeira, que,

nestes quatro lustros, ocuparam a atenção do país, tenho intervindo sempre com as opiniões mais claras e incisivas. De sorte que dificilmente aconteceria surdir amanhã um problema de govêrno, a respeito do qual a minha atitude, em qualquer sentido, não encontrasse pontos de orientação nas antecedenças da minha vida e nas convicções de meu passado. (*Apoiados. Muito bem!*)

O uso americano das plataformas data da época, em que desapareciam da cena política os estadistas, cuja figura havia sobressaído com alta proeminência na revolução que fundou o regímen e nos trabalhos constituintes que lhe deram forma orgânica. Até 1828, ano que se assinala com a instauração do govêrno de Jackson, a saber, durante os primeiros quarenta anos da constituição federal, se completaram dez presidências, correspondendo aos nomes famosos de Washington, John Adams, Jefferson, Madison, Monroe e Quincy Adams. De nenhum desses homens se requereu uma profissão de fé. O país os conhecia a todos pela evidência das suas grandes personalidades. Jefferson não definiu a política da sua administração, que durou oito anos, senão na sua primeira mensagem inaugural. Ainda em 1828, quando pela primeira vez se afirmaram distintamente os partidos políticos nos Estados-Unidos, não precedeu à indicação de Jackson nenhum compromisso dêle para com os promotores da sua candidatura, além de uma simples alusão à "sua estrita conformidade com os princípios republicanos".

Entre nós, com os homens que tiveram parte na fundação da República, o procedimento do nosso mundo político não foi diverso. A Deodoro bastaram por título de idoneidade os seus serviços como cabeça do movimento de 15 de novembro e chefe do Govêrno

Provisório. A Floriano, os de ministro e, afinal, vice-chefe dêsse govêrno. A Prudente de Moraes, as suas tradições na propaganda e a sua presidência na Constituinte. Nomeado candidato já em 1898, por um partido que numerava, a êsse tempo, cinco anos de existência, o sr. Campos Sales fêz do seu passado individual o seu verdadeiro programa. "Conto", diz êle, "apresentar nas tradições da minha vida cheia de responsabilidade os elementos mais seguros, por certo, para apreciação da minha conduta na posição em que possa ser colocado pelos sufrágios do povo." Isto pôsto, recordando os seus notórios sentimentos quanto à República federativa, ao presidencialismo e à interferência do govêrno central nos Estados, professa êle voltar inteiro o seu cuidado para a questão financeira, cujas noções gerais esflora, tocando-lhe enumerativamente os tópicos dominantes. Nas mesmas generalizações paira quase todo o discurso-programa do sr. Rodrigues Alves, especializando-se unicamente ali uma idéia nova: o saneamento da capital, obra meritória, que lhe imortalizará o nome. De sorte que, dêsses documentos, entre nós, só o programa do sr. Afonso Pena responde à denominação convencional com um articulado prático de compromissos mais ou menos precisos.

Se o que se tolerou, pois, aos nossos quatro e, nos Estados Unidos, aos seus seis primeiros candidatos à magistratura suprema, teve por causa a notoriedade excepcional da sua colaboração como construtores na fatura do nôvo sistema de govêrno e na sua aplicação inicial, a mim também me caberia reivindicar o direito de isenção de uma formalidade, que praticamente não pode ter valor a respeito de homens, em quem a responsabilidade original pelas instituições, de cuja execução se trata, encarnou o

espírito das suas normas e o empenho da sua verdade. Não disputando a êsses meus quatro companheiros no Governo Provisório e na Constituinte outros merecimentos, de que não presumo, — como co-autor na organização do régimen posso, todavia, alegar, sem vaidade, que nenhum me excedeu em trabalho, em dedicação, em eficácia; acrescento que, estabelecida a nova forma de governo, nenhum se devotou como eu a lhe pugnar pela sinceridade, insulando-me dos partidos, abstendo-me dos contactos oficiais, divorciando-me das alianças transitórias, e rompendo com as situações poderosas, no intuito constante de pôr a lei acima do arbítrio, a justiça acima das paixões, o direito acima dos interesses, a clemência acima da força, o dever cívico acima das conveniências e do medo, a liberdade acima das ditaduras e das mazorcas. (*Palmas prolongadas*).

A ninguém, por consequência, mais do que a mim tocaria afirmar, sem temeridade, que

O MEU PROGRAMA ESTÁ NA MINHA VIDA

Tôda ela se resume, por uma cadeia de atos, lutas e sacrifícios, nesses artigos da minha fé, solenemente atirados um dia em repto veemente aos excessos do poder e aos crimes das facções:

Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, a primeira das suas necessidades; creio que, neste régimen, soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a República decai, porque se deixou estragar, confiando-se às usurpações da força; creio que a federação perecerá, se continuar a não acatar a justiça; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo popular tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum; creio na tribuna

sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades. (*Bravos! Palmas! Aplausos prolongados!*)

Rejeito as doutrinas de arbítrio. Abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância. Bem o sabeis: essas são as minhas crenças, os meus ódios são esses. (*Palmas Bravos!*).

E, já então, concluía eu, há treze anos:

Um homem, que tem embebidos na sua vida estes ódios santos e estas crenças incorruptíveis, não pode ter programa que fazer. O seu futuro está ligado ao seu passado pelo nobre cativeiro do dever. Um refletirá o outro, por uma dessas necessidades da consciência, que o interesse não amolga. Os meus inimigos sempre me tributaram, com raiva (*risadas*), esta justiça.

Eles sentem que os meus atos são o fruto inevitável das minhas convicções, e que as minhas convicções têm raízes inabaláveis na minha consciência. (*Apoiados. Muito bem!*) (*)

Ora, nunca se desenhou, em toda a minha vida, uma situação tão grave, aos olhos do meu senso moral, tão antagônica aos artigos desse meu velho credo, quanto esta, na qual, sem a garantia, sequer, de uma espada responsável, sem ao menos um prestígio militar, qual o de Deodoro da Fonseca ou Flo-

(*) O credo político (como é geralmente chamado) consta da resposta a César Zama, discurso no Senado Federal, a 13 de outubro de 1896 — (V. *Obras Seletas de Rui Barbosa*, vol. II, Rio, 1954, p. 327). O trecho acima foi simplificado pelo próprio A. N.R.

riano Peixoto, entregues à anarquia da ambição, na franqueza, na intriga, na vulgaridade e na inconsciência, vemos aproximar-se, incubada no seio do governo civil e das facções paisanas, (*Aplausos!*)

A VOLTA DO TERROR MILITAR

Foi ao rebate dêste perigo iminente que se reuniu a Convenção de agosto. Nela se puseram de lado tôdas as outras considerações, tôdas as outras preocupações, tôdas as outras apreensões, para se assentar, como objeto exclusivo dêste movimento, como função específica da candidatura que o representa, a reação contra o militarismo renascente. A nação, nos seus elementos mais cultos, tem por mais que justificado o receio dessa contingência, impendente às nossas cabeças graças à cumplicidade criminosa da administração Nilo Pessanha, das oligarquias do Norte e da maioria do Congresso Nacional, submetida à caudilhagem de casaca. No seu sentir, diante dessa, tôdas as demais questões desaparecem. (*Apoiados! Muito bem! Muito bem!*) É um só problema no horizonte, dominando com exclusivismo a perspectiva inteira do futuro. Daí as proporções incomparáveis dêste movimento, que não tem parelha na história do Brasil. Haja vista a comoção vulcânica do povo em S. Paulo e no Rio de Janeiro, a propagação da lava por todo o solo de Minas, o estado sísmico da opinião na Bahia, a trepidação geral do Sul e os surdos rumores que pelo Norte mesmo começam a percorrer a atmosfera. (*Aplausos!*)

O programa da atualidade, portanto, o que me prescreve o mandato da Convenção de agosto, onde se reuniram metade, ou mais, das nossas municipali-

dades, o que nos está ditando a vontade nacional, fixa nesta preocupação absorvente e suma, é:

A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM CIVIL

Pela vastidão incomensurável das suas consequências, maior programa não podia haver neste momento. Basta, para o calcularmos, que se veja, refletindo alguns instantes, o terreno perdido para as nossas instituições nestes oito meses, desde 15 de maio, quando o Presidente da República se entibiu ante a famigerada carta do marechal. Não se poderia atinar mais insigne demonstração prática de que os programas não são nada, e os homens são tudo: "*Men. not measures*", como dizem os americanos.

Candidato à presidência, teve o conselheiro Afonso Pena, em 1905, no banquete de 12 de outubro, esta linguagem, buscando retratar-se a si mesmo:

Tolerante e moderado, por índole e educação, no julgamento dos homens, sei, entretanto, empregar a energia e firmeza necessárias na condução e defesa dos interesses públicos, quando confiados à minha guarda.

Não se avaliava mal a si mesmo, nesta apreciação, o eminente e malogrado estadista. Mas, naquela emergência, sobre tôdas grave, do seu govêrno, a firmeza e a energia, essas qualidades supremas nas horas difíceis, nos dias de amargura, lhe sofreram, no espírito, um terrível abalo. O caudilho não teve a resposta, que a lei, a ordem pública, a salvação nacional impunham. (*Sensação e aplausos!*) E bastou êsse minuto de fraqueza na autoridade, essa omissão do corretivo imediato, para dar à missiva intimatória o triunfo, e armar-lhe o autor em cavaleiro glorioso da triste aventura, cujas cenas, desde então, se desdobram, cada vez mais lamentáveis. (*Bravos*).

A primeira desgraça foi a morte do próprio presidente. A segunda, o govêrno do sr. Nilo. (*Sensação.*) Dessas duas emanou o que aí está. O candidato de maio enxertou-se no govêrno, a cujos despachos assiste, de cujas conferências participa, sôbre cujas deliberações manda, a cujo lado comparece, em solenidades públicas, e de cuja mesurice recebe com escândalo o tratamento de sucessor, como se eleito já estivesse (*Sensação.*) Dois governos sucessivamente humilhados, aniquilados pela audácia desta inaudita candidatura oficial. Um, por não a ter repulsado, quando assomava na Secretaria da Guerra. Outro, por estar pronto a tôdas as abdições em proveito do elemento armado, contanto que êste o não inquiete no fervedoiro dos negócios, cujo desembaraço já obrigou o mais moderado e menos político dos órgãos da nossa grande imprensa a lhe chamar "arbitrário, cínico e desonesto." (*Sensação.*)

Destarte, se alcançou que uma arrojada minoria da força militar se sobrepusesse às instituições civis, à nação e ao próprio exército, não aquiescente a esta exploração da sombra das suas armas, (*Bravos e palmas.*) Os detentores do poder constitucional entram nos pactos, nos segredos, nos conciliábulos da trama funesta, cujos penetrais as indiscreções da publicidade nos vão descobrindo. São cambalachos (*aplausos*), em que o militarismo, já sem cerimônias, governando o presidente atual, dêle recebe a presidência futura, a trôco de sustentar o seu desmoralizado instrumento em atentados monstruosos como a invasão militar do Estado vizinho, durante as eleições estaduais, a exautoração do Conselho Municipal na metrópole brasileira, sob o mais falso, o mais absurdo, o mais ridículo dos pretextos, e a ameaça insolente da deposição do presidente do Estado do Rio de Janeiro. (*Apoiados e bravos*).

É a desordem militar de mãos dadas com a desordem civil, pondo e dispondo, a seu bel prazer, como a Liga Militar de Atenas, das nossas leis e da nossa fortuna, da nossa honra e da nossa tranqüilidade, do nosso crédito e dos nossos destinos. (*Apoiados gerais.*) Eis o que já está feito. Daí se coligirá naturalmente o que está por fazer. Diante da anarquia interior, a nação está desarmada, e já não pode contar senão consigo; porque o govêrno se acamaradou com a indisciplina, que devia reprimir, e, sem prestígio, sem respeito, sem recursos, habita de empréstimo o paço do Catete, como famulagem de confiança à espera dos donos da casa. (*Sensação e grandes aplausos*).

Para vencermos esta crise, indubitavelmente a pior da República, a mais formidável na história dos dois regimens, necessário será que tôdas as partes ainda vivas do país se levantem. É o que se está dando neste movimento, que de político se tornou social (*apoiados*), obliterando as divisões de parcialidades, para se derramar pela sociedade inteira, e, como as grandes reações religiosas, inflamando o lar doméstico, invadindo a família, apaixonando a mulher, interessando até os brincos das crianças, reanimando os velhos, espantando os cépticos, alvo-roçando os desiludidos. (*Palmas prolongadas.*)

Se êle prevalecer, como Deus há-de permitir, nós o fiamos da sua misericórdia e da sua justiça, não será pouco árduo cometimento, para o eleito da nação, repor, com o concurso desta, nos seus eixos, a ordem civil desquiciada e combalida até nos seus fundamentos. Levá-lo a efeito seria obra para coroar de bênçãos gerais os quatro anos de uma presidência vigorosa. Mas, para um homem da ambição, que me anima, de ser útil aos seus semelhantes e à sua terra,

a absorção nesses cuidados não excluiria outros, grandes, imperiosos, talvez inadiáveis.

Dêles me não poderia eu desinteressar; porque, lado a lado com a restauração da ordem civil, outras necessidades há, na situação do nosso país, que não adormecem, antes se tornam dia a dia mais exigentes: umas de natureza ordinária, bem que de alcance considerável, outras de imenso alcance, que pôsto de caráter extraordinário, começam a interessar a nossa existência mesma, como as medidas mais essenciais de conservação quotidiana.

No concernente a êsses assuntos, como se traça o meu programa?

A REVISÃO

Os nossos adversários representados aqui pela *Imprensa*, do sr. Alcindo Guanabara, assinando a cada um dos dois candidatos atuais a sua especialidade, me aquinhoam a mim o revisionismo, personificando a constituição no marechal Hermes da Fonseca (*Riso*).

Tenho diligenciado em vão atinar por que há-de ser que o honrado marechal encarne, em contraposição a mim, a Constituição republicana. Se é na qualidade sucessória de consangüíneo do seu egrégio tio (*riso*), e que, depois de ser, com a colaboração dos outros membros do Govêrno Provisório, o autor principal desta obra, fui por êles encarregado, como seu único órgão ante o marechal Deodoro, de lha relatar, lha explicar, lha justificar, defendendo-a contra êle, e convertendo-o a ela, devo ser havido como parte maior no seu feitio, melhor na sua inteligência, mais autorizada na sua representação do que o heróico soldado. (*Apoiados gerais*). Se não, se o

de que se trata, é de acarear as nossas duas vidas quanto às relações de uma e outra com a nossa lei constitucional, não sei porque o autor do discurso da fábrica de pólvora do Piquete (*risadas*) e da teoria, expendida na memorável entrevista com a *Etoile du Sud*, sobre a liquidação das questões entre a União e os Estados pelas fôrças de terra e mar, há-de representá-la melhor do que aquêles que mais do que ninguém a fêz, e, há dezoito anos, não faz senão propugná-la indefessamente. (*Aplausos e bravos*).

Esta autoridade, êste direito, esta preferência, não os alienei, por haver aconselhado a revisão. Antes exatamente por amor da Constituição é que aconselhei e aconselho o revê-la. A Constituição de 1891 precisa de ser reformada, para se conservar. As boas instituições hão-de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se, com o correr dêle, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma (*Apoiados*)

A "escola conservadora", de que fala o honrado marechal, na sua plataforma, com pouca notícia do assunto (*risos e apoiados*), não se opõe à revisão, que, vindo a tempo, consolidaria, e, retardada, não salvará os elementos vitais do régimen. Informaram mal o ilustre candidato, dizendo-lhe que o nosso pacto federal "é quase intangível" (*Riso*). Bem ao contrário, o sistema reformativo, estipulado, no seu próprio texto, pelo artigo 90, constitui um mecanismo de ação relativamente fácil. Basta dizer que uma só legislatura, em duas sessões anuais consecutivas, cujo trabalho não seria inexequível encetar e concluir em seis ou oito meses, poderia reformar a constituição nas suas disposições mais importantes.

Adotada em três discussões, por dois terços das duas câmaras, no derradeiro mês de um ano, e aprovado, pelo mesmo modo, em maio do subsequente, a reforma teria satisfeito os requisitos constitucionais de validade, e introduzido na lei orgânica da nação as alterações, a que se propusesse.

Não vale a objeção, que por aí voga de toada, e entrou, sem o devido exame, na plataforma do meu opositor, a objeção, digo, de que "ensaiamos apenas a prática do regímen". Nem a nossa tradição nem a dos Estados Unidos autorizam esta frágil dila-tória. A nossa, porque a constituição do império, outorgada em 1824, sofreu logo em 1834 a reforma do Ato Adicional. A dos Estados Unidos, porque das quinze emendas ali recebidas pela Constituição Federal durante o seu primeiro século, as dez primeiras foram propostas pelo Congresso, quando ela contava apenas dois anos de existência, às legislaturas dos Estados, cujo consentimento receberam nos dois anos imediatos. Em 1787 era votada a Constituição americana. Em 1791 tinha passado por dez emendas, e daí a sete anos passava pela undécima primeira. Onze emendas nos onze anos iniciais da aplicação daquele código famoso, qualificado por Gladstone como a mais maravilhosa criação política do cérebro humano. (*Apoiados, muito bem!*)

Essa constituição, aliás, donde ela emanava principalmente, não era do cérebro dos seus patriarcas, senão da história viva do país, das suas tradições, dos seus costumes, da sua consciência, do sangue de sua raça. Todavia, numa só década houve tanto que emendar; ao passo que, entre nós, onde se trata (posso dizê-lo com mais insuspeição que ninguém) meramente de uma transplantação, de um tentâmen adaptativo, o dôbro dêsse tempo, os quase

vinde anos que já tem de existência a constituição brasileira, ainda se não reputam lição bastante, para lhe buscarmos atenuar os defeitos palpáveis, abrigados, contra as diligências dos mais esclarecidos amigos do regímen, na grosseira superstição da sua intangibilidade. (*Apoiados e aplausos*).

Quereis tomar os quilates ao valor dêsses escrúpulos? Pesai-os pelas suas provas atuais, na facilidade com que os zelotes do art. 6º o acabam de atirar às urtigas em benefício da política Nilo-Hermes. (*Aplausos prolongados*). Referindo-se ao ensaio, que, em 1905, no Senado, se formulou, de desdobrar em lei applicativa aquêlê texto constitucional, um illustre estadista nosso, no manifesto da sua candidatura presidencial, lembrava, em 1897, a sua "formal e enérgica opposição a semelhança tentativa", reiterando as expressões, com que, naquela Câmara do Congresso, abrira o seu discurso impugnativo:

Se é possível um corpo político ter coração, eu direi que, neste momento, estamos tocando no próprio coração da República Brasileira. (*)

O honrado senador mantinha o fôgo dos sentimentos expendidos com tamanha vivacidade, encarecendo a sua "atitude de *intransigente e irreconciliável adversário da política intervencionista*". Estas últimas palavras, por mim aqui sublinhadas, se acentuam em versalete na edição oficial daquele documento.

Não são inspirações do juízo individual, no honrado estadista republicano. É o transunto do sentir de um partido, exposto com o maior calor e sinceridade por um dos seus mais eminentes órgãos. E só por isto o cito, bem longe de o querer magoar.

(*) Campos Sales.

Pois bem: atentai agora no como se conduz êsse partido, quando se lhe submete êste seu horror à primeira experiência desinteressada. A prepotência presidencial do Catete necessita de intervir no Rio de Janeiro. Como logrã-lo? A imaginação das facções não conhece impossíveis. (*Apoiados*). Um dêsses juizes, que a politica tem multiplicado por aí aos cardumes, concede um *habeas-corpus*, e, para logo, sem a menor causa, requisita diretamente ao Presidente da República o auxílio da fôrça federal. Dito e feito. Que é, então, do *noli me tangere* do art. 6º? que é da irreconciliabilidade e da intransigência dessa grei com o intervencionismo? S. Paulo protestou. Protestou a Bahia. (*Bravos. Aplausos*). Eu me associei a êsses protestos. Outros, do nosso lado, nos acompanharam. Mas as vestais do sagrado fôgo do art. 6º, os anti-intervencionistas irreductíveis, não se mexeram, vendo "o coração da República" espetado nas mil e duzentas baionetas (*sensação*), com que o Presidente da República, empenhado em vencer ali as eleições e aparelhar a deposição do Presidente do Estado, invadiu o Rio de Janeiro. (*Aplausos prolongados*).

Adversário sou, também eu, do intervencionismo, que é a freqüência abusiva, a facilidade arbitrária, o vicioso excesso, em suma, da intervenção. Mas desta, sem excesso, arbítrio ou abuso, fôrça é reconhecer a necessidade, uma vez que a Constituição a reconheceu. Se os textos, porém, onde o faz, não apresentam a devida clareza, e não estiver na competência do legislador o supri-la, cumpre que lha dê uma reforma constitucional. Quem nela mais tem que lucrar, são os Estados; porque a ambigüidade na lei aproveita sempre ao mais poderoso contra o mais fraco. (*Apoiados*).

Mas, senhores, se bem que revisionista eu seja, não é a revisão, nem pode ser, pròpriamente, o objeto do meu programa.

Vejamos porque.

Redargüindo, em maio de 1905, a *O País*, que, adverso à minha candidatura presidencial, queria estabelecer o litígio entre o princípio da imutabilidade constitucional e o da revisão, contravinha a êste sofisma um dos mais violentos órgãos do hermismo atual, a *Tribuna*, do Rio: "Quanto ao sr. Rui Barbosa", dizia ela, "cujas qualidades excepcionais de homem de Estado e de gênio todos reconhecem, a sua candidatura, posta pelo Estado da Bahia, não é subordinada à questão revisionista, que não está em jôgo. A revisão não está em causa".

Ora, se a revisão não estava em lide, quando a Bahia, há quatro anos, levantava a minha candidatura presidencial, muito menos o está hoje, quando não a levanta só a Bahia, senão ainda S. Paulo, Minas e, com êstes três Estados, centenas de municípios de outras províncias nossas, todos em nome, não da reforma constitucional, mas da oposição ao militarismo. (*Apoiados gerais*). Com êste fito se juntaram em assentada opiniões adictas à revisão constitucional e opiniões a ela hostis, mas umas e outras solidárias no pensamento comum de resguardar a ordem civil, mediante uma aliança de tôdas as correntes do sentimento nacional contra a candidatura militar. Daí o meu mandato. Bem está de ver, portanto, que eu o violaria, servindo-me da posição, a que êle me eleva, para erguer o estandarte revisionista. (*Aplausos*).

Nem seria só uma desvirtuação do mandato, que me conferiu a assembléia das municipalidades. Seria,

outrossim, uma traição à causa, que das suas mãos recebi; porquanto, associando a minha candidatura ao revisionismo, dela arredaria, na eleição, os sufrágios, que ainda o não abraçaram; insigne serviço à candidatura militar. (*Apoiados*). Teria eu, acaso, o direito de lho prestar, sobrepondo o interesse abstrato de uma convicção minha, por mais nobre que seja, ao de uma reivindicação nacional, imediata, urgente, impreterível, de que pende instantemente o durar ou o cair das nossas instituições? (*Palmas*).

Depois, senhores, nos programas de governo o que cabe, só e unicamente, é o que estiver na competência da magistratura, cuja honra pleiteia o candidato. Não está na órbita das atribuições do Presidente da República o fazer ou iniciar reformas constitucionais. Não seria, pois, razão que eu me obrigasse a promovê-las.

Nem, porque me falem os meios legais de lhes dar impulso, no caso de me ver eleito, ou porque, ainda quando os tenha, a oportunidade então me não consinta o seu uso, estaria eu em inconsonância com os meus compromissos revisionistas, aceitando o mandato presidencial, para os não realizar. De que um homem político haja esposado a revisão, não se segue, nem que a imponha ao seu país, nem que, enquanto a ela o não converter, esteja inabilitado para o servir, colaborando noutras reformas, noutras medidas, noutros atos de governo. (*Apoiados gerais*)

Se nêle, dado o caso de me vir às mãos, tiver eu ensejo de ser útil à revisão, sem quebra de minha lealdade aos votos que me elegerem, com as minhas simpatias, a minha influência, os recursos de persuasão ao meu alcance, de muito bom grado, e a todo o poder que eu possa, o farei, sem dúvida nenhuma.

Nesses limites, quanto em mim coubesse, eu sugeriria, pediria, acoroçoaria, sustentaria a revisão constitucional.

Contra ela as prevenções inveteradas entre os ortodoxos e os jacobinos do culto republicano assentam no receio de que ela venha a hostilizar a república, a forma federativa, a separação entre o Estado e os cultos, o regímen presidencial, ou a integridade dos Estados. A esta, aliás, agora, é na plataforma do candidato militar que se opõe, pela vez primeira em documento de tal natureza, um grito de ameaça, argüindo-se de "não eqüitativa" a «nossa divisão territorial»; como se assim não fôsse, igualmente, nos Estados-Unidos e nos mais bem ordenados países do mundo, graças à obra do tempo e da história, mais entendidos nestas coisas do que a justiça abstrata e inexequível dos teóricos. (*Grandes aplausos, palmas e bravos*). Como irá o marechal Hermes corrigir a desigualdade territorial dos nossos Estados? Imaginai-o, se o podeis. (*Risadas e aplausos*).

Tais prevenções, a se não atalharem com remédio, que as dissipe, tranquilizando o ânimo aos republicanos, aos presidencialistas, aos amigos da federação, aos receosos de perturbações no equilíbrio e na igualdade constitucional entre os grandes e os pequenos Estados, acabariam por dar a outros elementos do regímen, menos substanciais e mais susceptíveis de reforma, uma inalterabilidade nociva ao sistema, precisamente naqueles centros vitais do seu organismo, a respeito dos quais a revisão importaria em verdadeira revolução constitucional.

O meio prático de obviar a êsses temores será não cometer a reforma da nossa lei orgânica senão mediante prévio acôrdo entre os elementos políticos da maioria, que, no Congresso ou na opinião, se

delibere a organizar a tentativa revisionista. A essa harmonia poderíamos chegar, é o que me parece, reunindo, oportunamente, uma convenção análoga à nossa de 22 de agosto, convocada, porém, com o ajuste, estipulado entre os seus promotores, de não serem, nos seus debates, objeto de proposta de reforma as disposições constitucionais,

- 1º) que declaram a forma republicana;
- 2º) as que instituem o princípio federativo;
- 3º) as que mantêm aos Estados o seu território atual;
- 4º) as que lhes asseguram a igualdade representativa no Senado;
- 5º) as que separam a Igreja do Estado, e firmam a liberdade religiosa;
- 6º) as que atribuem à justiça o conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos;
- 7º) as que vedam os impostos interestaduais;
- 8º) as que proíbem aos Estados e à União adotarem leis retroativas;
- 9º) as que declaram inelegíveis os ministros, e estatuem a sua livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo;
- 10º) as que afiançam aos Estados a autonomia de organizarem as suas constituições, respeitada a da União. (*Palmas, apoiados gerais*).

Outrossim, à declaração dos direitos garantidos na Constituição, artigos 72 a 78, aos brasileiros e aos estrangeiros no Brasil residentes, não se admitiria reforma senão ampliativa.

Adotadas estas precauções tranqüilizadoras contra as demasias do espírito de reforma, poderia ela encetar-se, como convém, no terreno das nossas instituições constitucionais, moderada, gradual e progressivamente.

Essas reservas afastariam especialmente das primeiras tentativas reformatórias a questão entre a república parlamentar e a república presidencial. Não é pouco numerosa a corrente, que contra esta já se pronuncia. Mas eu ainda me não animaria a segui-la. Não duvido que em breves anos se venha a impor a sua discussão. Mas abrir por ela o primeiro ensaio de reforma constitucional, seria expô-la, quase com certeza, ao malôgro, em tópicos a respeito dos quais é exequível, por aqodamento em relação a um problema ainda não maduro, contra o qual as exigências da ortodoxia republicana são até agora irreduzíveis. (*Apoiados*).

Não vou tão longe quanto elas. Não penso, com o sr. Campos Sales, que o regímen presidencial seja "da essência do govêrno republicano, como o parlamentar da das monarquias constitucionais." Não. Na França o govêrno republicano se amolda ao regímen parlamentar. Na Alemanha não se acomoda à forma parlamentar a monarquia constitucional. Aqui não se trata de um princípio tão essencial ao regímen, quanto o que antepõe à república unitária a república federativa. A natureza democrática das nossas instituições nada perderia com a substituição do govêrno presidencial pelo govêrno de gabinete. O que eu, porém, não saberia, é de que modo conciliar com êste o mecanismo do sistema federal.

Primeiramente, com o sistema parlamentar, o ministério se teria de constituir em *gabinete*, na significação britânica do termo. Um gabinete supõe um ministro preponderante, que encarne a solidariedade coletiva do corpo ministerial, e dirija o parlamento. Êsse ministro eclipsaria a autoridade presidencial; o que bem se concebe num mecanismo, como o francês, onde o chefe do Estado se nomeia por

eleição das câmaras legislativas, mas não seria possível no mecanismo americano, que elege o Presidente da República mediante os sufrágios da nação.

Dadas as formas parlamentares na monarquia, ou na república, o verdadeiro chefe do governo é, necessariamente, o primeiro ministro; e as consequências dêste resultado, anulando politicamente a presidência, não se conciliam com a índole de um sistema, onde ela representa a nação com a mesma realidade positiva que a legislatura. (*Apoiados, muito bem*).

Depois, no governo de gabinete, o gabinete é responsável. Mas responsável ante quem, sob uma constituição federal? Nêle não existe uma câmara predominante, como nas monarquias parlamentares. As duas casas do Congresso têm posições equípodas. Ora um ministério não pode ser responsável, juntamente, a duas câmaras, dotadas de poder igual e inspiradas, muitas vezes, em políticas diversas. Aquela que dispusesse da sorte dos gabinetes, senão rearia o Poder Legislativo, e absorveria o Poder Presidencial. Haverá, na República federativa, algum dos dois ramos do Congresso, a que se pudesse reconhecer tal ascendente?

São, bem o vêdes, senhores, incompatibilidades essenciais. (*Apoiados*). Não falo nos males do parlamentarismo. Também os tem a solução oposta. Uma se ressenete da instabilidade na administração; inconveniência do maior alcance, que, manifestada em França, entre nós se agravaria com a estreiteza do nosso período presidencial. (*Apoiados*). A outra da ausência de responsabilidade, que, reduzida, nas instituições americanas, ao *impeachment* do chefe da nação, não passa de uma ameaça desprezada e praticamente inverificável. (*Aplausos*).

Neste confronto as formas parlamentares levariam a melhor; porque mais vale, no govêrno, a instabilidade que a irresponsabilidade. Mas com o sistema federativo, único adotável no Brasil, não se compadecem as formas parlamentares. A êle, na República, se liga essencialmente o presidencialismo, a cujos vícios congeniais temos de buscar, pois, os remédios nos freios e contrapesos do mecanismo: a brevidade na duração do poder supremo; a inelegibilidade do presidente; a larga autonomia dos Estados; a posição oracular da justiça na aplicação da lei e nas questões de constitucionalidade. (*Grandes aplausos*).

Eliminados, assim, êstes assuntos do campo, onde se deverá exercer a revisão, nem poucos nem de leve momento são os que a ela se lhe oferecem, impondo-se à consideração dos reformadores logo na primeira fase dêsse cometimento. Dela excluirei, ainda, certas matérias, aliás, no meu sentir individual, dignas da maior consideração, mas a que prevejo, no estado atual das opiniões, resistências invencíveis: a questão das terras nacionais e a da revisão das rendas. Sôbre uma e outra bem conhecida é a minha maneira de pensar. Não quereria, porém, arriscar-me a perder o possível, pouco que seja, por fazer do impossível caprichosa questão.

A êsses acrescem dois pontos delicados, que eu também me não animaria a indicar à reforma, bem que vozes autorizadas, há muito, aí a requeiram. Já em 1893, ao organizar-se o Partido Republicano Federal, se condenava o sufrágio direto na eleição do presidente. Assim entendíamos, quatro anos antes, os membros do Govêrno Provisório, traçando, para a escolha do chefe do Poder Executivo, a organização de um eleitorado especial, como nos Estados Unidos.

Por outro lado, a experiência do voto universal tem suscitado contra êle vivas recriminações, determinando uma corrente de idéias, que põe na instituição de um censo eleitoral, mais ou menos alto, o meio de moralizar as urnas, e escoimá-las dos elementos de anarquia. Não mínguam fundamentos a êste voto. Mas do sufrágio universal, nos nossos tempos, se me afigura impossível retroceder. No que se deve cuidar, portanto, é em educá-lo e corrigi-lo. De outra parte, quanto à eleição presidencial, embora persista em ter por superior ao nosso o alvitre americano, nutro hoje, escarmentado pela observação, receios graves, de que a mudança facilitasse ainda mais ao mandonismo reinante a manipulação do eleitorado e o fabrico dos presidentes.

Postas estas restrições e circunscrita, destarte, a operação revisora às medidas, quanto a mim, de urgência ou necessidade manifesta, para as quais eu folgaria de cooperar, na extensão remanescente, onde ela se teria de exercer, bem relevantes são ainda os

TÓPICOS DA REVISÃO

1º) O princípio da unidade, que a constituição impõe ao código civil, criminal e mercantil do país, colide com o da multiplicidade, que estabeleceu para as leis do processo e a organização da justiça. Aplicados cada qual por vinte e um corpos distintos de magistrados, o código comercial, o código penal, a legislação civil padecem, às mãos de outras tantas interpretações independentes e diversas, o mesmo número de adaptações e transmutações, divergentes e opostas. (*Apoiados*). Ninguém ignora, hoje em dia, que a jurisprudência modifica incessantemente as leis de direito privado. Tõda a codificação, apenas

decretada, entra, sob o domínio dos arestos, no movimento evolutivo, que, com o andar do tempo, acaba por sobrepor à letra escrita o direito vivo dos textos judiciais. Na União Americana, onde cada Estado é senhor do seu direito substantivo, nada mais lógico do que ser êle, outrossim, quem disponha do seu direito processual, e organize a magistratura, a que há-de competir a execução de um e outro. No Brasil, onde o direito substantivo é um só, fôrça era ser um só o sistema do processo, e ter o organismo judiciário um caráter uno. (*Aplausos*).

Caminhando neste sentido, seguiremos, além do mais, a direção, a que se tende na América do Norte, onde movimento de unificação jurídica dia a dia se acentua. Entre nós os males da variedade na jurisprudência se vão tornando inoportáveis. (*Apoiados gerais*). Os mesmos preceitos legislativos passam, em vinte e uma judicaturas autônomas, por outras tantas aplicações dissidentes, degenerando a jurisprudência num aglomerado caótico de antagonismos irreduzíveis, por falta de uma autoridade comum, que os elimine. (*Aplausos*).

Para tais resultados não se compreende a ansiedade, que anima os apressadores da codificação civil, pela qual, agora até a plataforma do marechal se mostra açodada. Aliás, ali se pede "um código civil, que satisfaça às exigências do regime" (*risadas*); empreitada cujo sentido só perceberá quem tenha a honra de privar com os segredos do candidato militar. Mas, para sofrer a trituração dessas vinte e uma entrosagens, e receber uma hermenêutica diferente nos moldes de cada uma, não vale muito a pena de codificar as nossas instituições civis. Melhor seria prorrogarmos a duração das existentes, que da antiga justiça receberam, numa jurisprudência mais ou

menos uniforme, a possível unidade. (*Apoiados gerais*).

Entregue ao arbítrio dos poderes locais, a magistratura baixou, moral e profissionalmente, de nível. Profissionalmente; porque os magistrados estaduais não têm horizonte. (*Apoiados*). As suas funções mal retribuídas, a sua carreira confinada, a sua estabilidade precária excluem, em geral, do seu quadro as melhores capacidades. Moralmente; porque, abandonada aos interesses de província, às suas revoluções, às intolerâncias dos seus partidos, a magistratura local tem de acabar resignada ao papel de instrumento político, e vegetar nessa condição desmoralizadora. (*Apoiados*).

A Constituição portanto, deveria ser reformada:

1º. Para que se unifique o direito de legislar sobre o processo;

2º. Para que se unifique a magistratura.

Se, todavia, à consecução dêste *desideratum* ainda se opuserem embaraços insuperáveis, consintam-nos, ao menos, como transição para essa reforma ulterior, que se altere a Constituição, concentrando no Supremo Tribunal Federal tôda a jurisprudência do país, mediante recursos, para êsse tribunal, das sentenças das justiças dos Estados em matéria de direito civil, penal e mercantil. (*Apoiados*). Para lhe dar fôrças correspondentes a êste aumento de encargos, seria proporcionalmente alargado o seu quadro, modificando-se-lhe, ao mesmo tempo, no tocante a essas funções novas, o método e a distribuição do serviço entre os seus membros.

2º. Mas, retirando aos Estados a composição da magistratura, cumpre, ao mesmo tempo, subtraí-la à ação do govêrno central. É o meio de lhe assegurar

a independência correspondente à sua missão, num regímen onde se impõe aos tribunais o dever de negarem execução aos atos ilegais da administração e aos atos inconstitucionais do Poder Legislativo. Aos tribunais superiores é que deverá caber, não só o processo e suspensão dos magistrados, mas ainda a sua escolha.

Dêste modo viremos a satisfazer uma aspiração eficazmente regeneradora, advogada entre nós, desde 1869, no programa da opinião radical, e que acabará por emancipar da ação política a nossa magistratura.

3º. A Constituição da República, no art. 63, prescreve que "cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União".

Nesta disposição há duas lacunas sensíveis, a que urgiria suprir.

Não se define, primeiramente, o alcance da indicação "princípios constitucionais". Quando se deverão considerar ofendidos por uma constituição de Estado, "os princípios constitucionais" da União? Claro me parece a mim que quando, numa Constituição estadual, se encontrar uma cláusula, que abra conflito com os textos da Constituição Federal, ou que nesta não pudesse estar, sem lhe contradizer as bases essenciais.

Matéria, porém, de relevância tamanha, não convém, mormente num país como o nosso, deixá-la ao arbítrio dos interpretadores. Importa que se defina, e em termos que varram de todo ambigüidades.

Em segundo lugar, omisso é o texto do artigo 63, em que se não determina espécie de sanção aplicável no caso. No seu silêncio, a ilação é que ali se não cogita senão unicamente da sanção judiciária. Mas

esta nem sempre bastará. E é o de que vamos ter amostra, numa hipótese digna aqui de particular exame.

4º. Ninguém ignora quanto, em constituições e leis estaduais, se tem amesquinhado a independência da magistratura. (*Apoiados*). Na Constituição da República os magistrados federais são vitalícios, o Governo os não pode suspender, e os seus vencimentos não são susceptíveis de redução. Mas, quando uma Constituição ou uma lei estadual sujeita a magistratura do Estado a normas diversas dessas, autorizando a exoneração administrativa dos juizes, a sua suspensão discricionária pelo Governo, a diminuição dos seus vencimentos, incorrerá em quebra do art. 63? Dir-se-á que não; porquanto o art. 57 apenas se refere aos juizes federais. Mas, evidentemente, uma federação onde os governos estaduais dispuserem dos magistrados pela sua suspensão, pela sua demissão, pela redução dos seus vencimentos, não respeita a forma federativa, assegurada, até, pelo artigo 6º com o remédio extremo da intervenção.

Problemas constitucionais desta gravidade, porém, não se hão-de entregar à discreção dos hermeneutas. O texto constitucional mesmo os deve resolver. Se não quiserem unificar a magistratura, necessário será, pois, quando menos, ampará-la com a égide da União nos Estados, ditando-lhes como regra geral, quanto a ela, a vitaliciedade, a insuspenibilidade administrativa e a irredutibilidade nos vencimentos dos magistrados.

5º. Mas, acontecendo que, estatuído, na constituição revista, êsse preceito venha a ser infringido, valerá aqui, só por só, a sanção judiciária, o simples recurso para os tribunais federais? Evidentemente não. Os tribunais só intervêm por ação individual,

e, decidindo unicamente em espécie, só em espécie obrigam a parte vencida. Assim que, não se dando por vencido o Estado infrator senão a respeito de cada caso particular, necessário seria que a magistratura estadual tódá recorresse à justiça, para que, naquela região, se restabelecesse a ordem constitucional. Ora a restauração desta é de direito público e de público interesse. Logo, nesta hipótese, como nas demais em que a Constituição de um Estado contravie a ordem republicana federativa nas suas bases, cumpre conferir, de modo expícito, ao Congresso Nacional a atribuição de a reintegrar, avocando a si a questão, e resolvendo-a legislativamente.

6º. Competência igual conviria reconhecer à legislatura da União, para intervir nos conflitos econômicos entre os Estados, quando êstes se hostilizarem uns aos outros mediante golpes de impostos, guerras de tarifas, retaliações tributárias, que ameacem a paz da União, promovendo entre os seus membros uma desigualdade aniquiladora.

7º. Será para desejar que mereça atenta consideração, entre as primeiras medidas revisionistas, a lei constitucional sôbre o estado de sítio. Releva consagrar nela, formalmente, duas idéias, a meu ver ali já contidas, mas sôbre que a nossa justiça tem vacilado: a de que os efeitos do estado de sítio acabam com a cessação dêste, e a de que a êle são imunes os membros do Congresso.

Importa, outrossim, que esta isenção abranja a magistratura.

Para obviar às teorias absurdas forjadas pelas maiorias nas crises de furor político, a que tão achacados são os nossos partidos, e das quais temos o característico exemplo na doutrina, já sustentada, entre os nossos legisladores, por autorizados chefes

republicanos, de que essa providência excepcional envolve o eclipse total da Constituição, necessário será determinar expressamente que a faculdade outorgada ao Congresso, no art. 34, n° 21, não o autoriza a outras medidas repressivas contra as pessoas, além das particularizadas no artigo 80, § 2°, onde se acham limitadas ao arbítrio de prender e desterrar.

8°. Seria um desfôgo para o crédito nacional e um benefício inestimável para o dos próprios Estados regular também, constitucionalmente, a faculdade, natural a êles, como aos municípios, de contrair empréstimos externos, quando êstes possam vir a empenhar a responsabilidade federal, provocar intervenções estrangeiras, e arriscar a nossa integridade ou prejudicar a nossa reputação. (*Aplausos*).

É uma sugestão utilíssima, que entre nós tem captado gerais simpatias, e que, ainda há pouco, vimos adotar, no Rio Grande do Sul, pelo Partido Republicano Democrático, em seu projeto de programa.

9°. Desejaria eu que não houvéssemos copiado aos Estados Unidos a instituição vice-presidencial, ali admitida, em sua origem, "graças aos pequenos Estados, por obra de espíritos pequeninos, levados de pequeninos motivos". Reputo, como os americanos, "ilógica, desnecessária e perigosa" essa criação, em que aliás tive parte. Não faço, porém, da sua eliminação capítulo de programa, por não saber se ganharíamos com a troca, inevitável em tal caso, dessa entidade estável, consagrada a uma função determinada, pela sucessão aleatória do Vice-Presidente do Senado, do Presidente da Câmara, do do Supremo Tribunal, ou dos ministros, como se insti-

tuiu nos Estados Unidos por uma lei de há treze anos.

10º. Em matéria financeira bem vantajosas me pareceriam duas inovações, abonadas com o uso freqüente das constituições estaduais na União Americana: a proibição ao Congresso de inserir nas leis ânuas disposições estranhas aos serviços gerais da administração, ou à consignação de meios para a observância de leis anteriores, e a autorização ao Govêrno de vetar parcialmente o orçamento da despesa, onde êste colidir com essa regra proibitiva.

Eis, no tocante à revisão constitucional, as idéias a que, se a nação me honrar com a sua escolha no escrutínio de 1º de março, eu muita satisfação teria em me ser possível servir, acreditando, como acredito, que ainda mais importante do que a estabilidade, num sistema de govêrno, é a sua ductilidade em se reformar sem revoluções. Seria do melhor agoiro para as nossas instituições que os espíritos realmente conservadores e os nossos homens de responsabilidade não continuassem a tapar os olhos a êste rudimento de senso político, onde reside o segrêdo fácil da longevidade para tôdas as constituições livres. (*Apoiados*). Era, de certo, esta a evidência, que atuava no sr. Prudente de Moraes, quando, em 1893, ao elaborar-se o programa primitivo do Partido Republicano, no tópico em que êste se votava a sustentar a constituição de 1891, sugeriu se acrescentasse: "com as modificações, que a experiência vier reclamar".

Rejeitou-se esta emenda, a pretexto de supérflua. Sob esta evasiva, porém, o que se ocultava, era já o pavor da revisão, que, desde o berço do regímen, inquieta supersticiosamente os ortodoxos do republicanismo brasileiro. Mas, como tôdas as exagerações em matéria de religião, divina ou humana, esta aca-

bará por ser fatal ao espírito e aos interesses do verdadeiro culto.

Quando êste preconceito, porém, nos continue a opor a barreira do seu fanatismo, num assunto em que não poderíamos adiantar nada sem o concurso das parcialidades que dominam o Congresso, temos aí a nos exigir satisfação um grito de reforma, que interessa a própria constituição do organismo republicano, mas que, exercendo-se principalmente no campo dos costumes, e dependendo, em grande parte, do executivo federal, se impõe agora com energia à atenção do país, ao considerarmos nas candidaturas presidenciais. (*Apoiados*).

Aludo ao clamor da opinião nacional contra o a que se chama

AS OLIGARQUIAS

A usualidade atual dêste nome, não obstante o seu austero cunho clássico, bem está dando a sentir a extensão do mal, que êle entre nós designa. Nunca se viu melhor exemplificado o acêrto da parêmia latina, segundo a qual a corrupção das melhores coisas as degenera nas piores: *Corruptio optimi pessima*. À sombra da semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas delas, uma espécie de satrapismo irresponsável e onipotente, que as sangra (*aplausos*), as exaure (*bravos*), as absorve, em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem. Os governos se revezam ali entre meia dúzia de individualidades lígias do mesmo senhor, ou filiadas na mesma parentela. (*Apoiados*). As constituições atravessam reformas sucessivas, para se adaptarem às conveniências da exploração organi-

zada, cortando as asas às oposições, apertando a servidão às magistraturas, autorizando a reeleição dos governadores (*aplausos*), facilitando-lhes aos parentes ou apaniguados a sucessão administrativa. (*Palmas*).

Daí o letargo dessas populações aparentemente mortas, que habitam vastas regiões do norte, inanimadas, imóveis, como cadáveres (*aplausos*), num pântano, cobertos de sanguessugas. (*Aplausos*). Um trabalho contínuo de opressão, de corrupção, de miséria deprimiu e adormentou ali uma raça inteligente, de grande vitalidade, cheia, na história brasileira, de belas e gloriosas tradições. (*Aplausos prolongados*). A indigência, o abandono, a desesperança converteram êsses Estados em gleba do parasitismo constituído, que os usufrutua. Esmagados de impostos, assoberbados de empréstimos, crivados de dívidas, hipotecados nas suas rendas, comprometidos no seu futuro, vivem, estacionários ou retrocedentes, para o funcionalismo, a que já não têm com que pagar, e a política, a que periodicamente fazem o serviço de comparsas nas encenações eleitorais. (*Apoiados gerais*).

O interesse do seu contingente nessas teatralidades do régimen, para o qual, de quatro em quatro anos, concorrem, sob a figura de eleitores presidenciais, associou a êsse mirrar, a êsse desviver, a êsse extinguir-se de tantos membros da nossa União, os poderes federais. A política dos governadores empenhou nesta cumplicidade o govêrno central. Porque é da convivência dêste, das suas simpatias, dos seus bons officios, que se alimenta o mal desta decadência pasmosa. (*Apoiados gerais*).

Deixe o govêrno federal de ser o amigo solícito prestimoso, interesseiro dos maus governos de Esta-

dos, e eles começarão a ter, no espírito renascente das populações, o devido corretivo. Surdirão as reações salutares. As oposições, hoje insustentáveis, sitiadas como se vêm pela bastarda aliança da política federal à política estadual, irão, pouco a pouco, renascendo, para exercer a sua função benfazeja, indispensável nas democracias. Para tal bastará que os presidentes de República se quedem no seu dever: não intervenham, mas não favoreçam, não invadam a esfera dos governos estaduais, mas também não os cubram da sua boa sombra. Cesse, em suma, a União de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e estas, dentro em breve, expirarão naturalmente, asfixiadas na sua impopularidade. (*Apoiados*).

Esta reforma da moral republicana, devemo-la instantemente, não só aos interesses da Nação, mas ainda, aos da humanidade, para com a qual, na pessoa dos oprimidos, o cristianismo e a civilização nos exigem, ao menos, que pratiquemos

A JUSTIÇA.

Anunciar, num programa, "a imparcial distribuição da justiça", a sua "boa, equitativa e rigorosa distribuição", não vale nada, quando o comentário da realidade o contradiz com a flagrância mais flagrante dos atos.

Uma política de ódio à justiça, como a que se está praticando em benefício da candidatura militar, uma política dessa violência ostensiva, que convida, no Senado, as suas comissões a desautorarem as sentenças do Supremo Tribunal Federal, num regime onde esse tribunal é o árbitro irrecorrível da validade dos atos do Congresso; que propala, contra os juizes, ameaças de processo no Senado, se aquela

magistratura persistir nas suas decisões acêrca do Conselho Municipal, mantendo a lei contra as diligências oficiais, envidadas para frustrar, no escrutínio de março, a expressão do horror da capital da República ao militarismo (*aplausos delirantes*); que no Estado cujo domínio o Presidente atual reivindica *par droit de naissance*, tenta corromper a toga em um tribunal superior, aliciando ali votos, para uma maioria de reação no julgamento dos recursos eleitorais; uma política de tais instintos, de tais sestros, de tais proezas (*aplausos*), não pode falar, em justiça quanto mais inculcar-se desvelada pela sua independência, pela sua inteireza, pela sua incorruptibilidade. (*Aplausos*).

Para calarem no ânimo da nação, tão desiludida entre nós quanto a promessas eleitorais, êsses cortejos à justiça, fôra mister que os fatos os não contrariassem. Graças a Deus, não preciso de galantear com frases essa divindade, mal tratada quase sempre dos nossos políticos, tendo, como tenho, no meu passado todo, os documentos vivos de não haver deixado nunca de a servir e amar. (*Aplausos gerais*).

Dela já disse de sobejo, para encher um programa. Não passarei, todavia, sem definir as minhas convicções e intenções, no que entende com a distribuição da justiça local à metrópole do país.

Sou pelos tribunais coletivos, em cuja preferência devemos assentar definitivamente. A publicidade com que funcionam, a sua deliberação com a assistência das partes, a formação natural do juízo dos magistrados na assentada com o desdobrar das provas e o correr dos debates, a prolação oral dos votos sob a impressão viva do embate entre as pretensões contendentes na cena do plenário, são outros tantos

elementos de responsabilidade, sinceridade e moralidade, que avantajam êste sistema.

A êle, porém, se liga essencialmente a abolição do processo escrito, a adoção do oral. Os autos devem reduzir-se a proporções elementares, contendo unicamente os documentos fundamentais da ação e da defesa. Um registo obrigatório, instituído especialmente com êste mister, receberia, mediante extração especial, tôdas as peças do feito, das quais, por trasiados autênticos, se daria conhecimento, simultaneamente, aos membros do tribunal e aos representantes das partes. São os lineamentos capitais do mecanismo, que, nos países adiantados em matéria de organização processual, constituem a essência de um régimen fácil, inteligente e seguro. Alguns traços o definem: simplificação, rapidez, segurança, barateza, honestidade. Adverso à chicana, favorável ao desenvolvimento das capacidades na advocacia e na magistratura, satisfatório na garantia dos interesses dos pretendentes, acredito que a sua inauguração, reanimando a confiança na justiça, restituiria a vida ao foro, habituando o direito a resistir, em vez de se entregar, por descrente dos tribunais e desanimado com os vexames do seu processo.

Entre êstes, avultam em iniquidade e deformidade os odiosos privilégios do fisco. Estranha coisa, que, dos tempos coloniais aos imperiais, dos imperiais aos republicanos, atravessando os três regimens, guardasse êles, até hoje, nas unhas o mesmo "visco", de que se lhe queixava o povo, há dois séculos e meio, quando se escreveu, em Portugal, a *Arte de furtar*. (*Aplausos gerais*). Êsse poder aglutinativo tem a sua consagração jurídica nas isenções e desigualdades legais, a que o erário se aferra ainda hoje.

Nasceram elas, mui lógicamente, do absolutismo romano. Mui coerentemente se preservaram debaixo da coroa portuguesa, quando o patrimônio nacional se confundia com o de El-rei, nisso a que êle chamava "A minha real fazenda". Mas já sob a monarquia parlamentar destoavam tanto da igualdade constitucional por ela estatuída, que as idéias liberais as começaram a combater. E, ao presente, no domínio de uma constituição que acabou com a justiça privilegiada para os feitos da Fazenda, submetendo-a aos tribunais ordinários da União representam um antagonismo flagrante, descomunal, indecoroso com as nossas instituições. (*Plausos*).

Tão mal as entendem, porém, os seus inculcados servidores, que, justamente debaixo dêste regímen, novos requintes de fiscalismo têm vindo galvanizar êsses restos fósseis do antigo imperialismo e da realeza lusitana. (*Apoiados*). Sempre me bati contra o anacronismo dessas exumações, que o sentimento jurídico dos nossos tempos repulsa, e que entre os nossos bons jurisconsultos tem encontrado valentes adversários. Não sei dizer a mágoa e o espanto, com que vi ressurgir ultimamente a grosseira antigualha da apelação *ex-officio* nas sentenças contra a Fazenda, e a teoria leonina de que esta não tem prazo ou termo, para embargar as sentenças, onde fôr condenada. Não quero exprimir a indignação, que me inspira a lei de 28 de agosto do ano passado, medida revolucionária no instituto da prescrição, com que o Tesouro se deu a si mesmo quitação plenária contra uma soma incalculável de legítimos direitos, em cuja satisfação, ante as regras da probidade mais vulgar, o devíamos ter por empenhado. O iníquo da moral depravada, que enverniza essas prepotências (*aplausos*), não tem paralelo senão no ridículo, em que chegariam a se abismar, quando, por

exemplo, equiparam a opulência todo poderosa da Fazenda à condição dos menores e interditos, se debaixo desta zombaria não se adivinhasse o privilégio em tôda a sua odiosidade. (*Apoiados gerais*).

Essas regalias, de outras épocas, ou de outros regimens, ora de natureza processual, ora de ordem substantiva, alteram tôdas profundamente a norma da igualdade entre o Estado e o indivíduo nas relações de direito privado. Assim, quando contrata, como quando pleiteia, autora ou ré, a Fazenda se nivela aos particulares, nas obrigações, que com êstes contrai, e nos atos, em que com êstes entra. Ora, êsse princípio sofre essencialmente, sempre que o mais forte dos dois lados se arrogue a si mesmo, contra o outro, prerrogativas e vantagens, como essas, que, ou atentem contra a substância do direito ou o ponham em inferioridade nos meios de sua defesa. Tudo o que o Estado ganhe em vil dinheiro com essa organização oficial da desonestidade, perde sempre em respeitabilidade, em crédito, em honra e, até pecuniariamente, na segurança da própria Fazenda, mal guardada por funcionários e juizes que ela mesma corrompe nessa escola de fraudulência e burla. (*Estrepitosos aplausos*).

Apaguemos da legislação republicana os resquícios de uma tradição obsoleta.

Faz empenho o candidato militar na promulgação, "já tantas vêzes adiada" observa êle, de um

CÓDIGO CIVIL

Esta referência, com a insinuação que aí se contém, me obriga a algumas palavras sôbre um assunto, que não tinha lugar necessário neste programa.

Queria o meu antagonista um Código Civil, "que satisfaça às *exigências do regimen*". (*Riso*). Imagina êle, pois, que a mudança de regimen alterou o nosso Direito Civil. Não se poderia fazer mais palpável o desacêrto da idéia, que tem de um Código Civil o meu competidor. (*Riso*). Se essa lei se houvesse de elaborar sob a influência de tais noções, melhor seria que nunca o tivéssemos.

A frase onde o marechal Hermes se refere à tardança no concluir dêsse trabalho, encerra uma censura, que me alveja. Não é, aliás, a única alusão a mim, nesse documento. Trechos que de tão alto vêm, e tão errados (*Risadas*), bem merecem que os tomemos do chão, e lhes vejamos as farpas. A hora é de explicações ao país. Eu não me esquivo a nenhuma.

Não solicitei, nem aceitei sem repugnar, a incumbência, que o Senado me cometeu, de rever o projeto da Câmara dos Deputados. Declinei dela, com afinco, de cada vez que a comissão especial e aquela assembléia insistiram em ma encarregar.

Aleguei, por evitá-la, tôdas as escusas concebíveis. Aleguei a minha incompetência. Aleguei a inconstância da minha saúde, a sobrecarga dos meus trabalhos, a impossibilidade material de me repartir com esta nova tarefa, absorvido como se acha o meu tempo entre os encargos da minha profissão, a que não posso renunciar, e os deveres da minha cadeira naquela casa. Aleguei, enfim, a incompatibilidade regimental entre o meu lugar na comissão do código e as funções do meu cargo na Presidência do Senado. Para obviar a êste empecilho, reformaram o regimen daquele ramo do Congresso. Para cortar pelas outras alegações minhas, declararam os meus colegas reiteradas vêzes (do que tenho testemunhas e

documentos), não haver questão de tempo, fôsse êle qual fôsse, contanto que eu aceitasse a missão, para a desempenhar quando e como pudesse. Tive, constrangidíssimo, de ceder. Mas, em cada comêço de sessão ânua, me exonerava, e, a cada tentativa de exoneração, me opunham a mais desenganada recusa.

Perdeu-se, assim, o ano de 1907 com a Conferência de Haia. Perdeu-se o de 1908 com a campanha contra a candidatura militar, encetada logo em maio. Por essa ocasião objetei, ainda, que uma obra desta natureza exigia um espírito despreocupado, para a fazer, assim como um tribunal desapaixonado, para a julgar, e que nem o Congresso atual se achava nessas condições para comigo, nem eu para com o trabalho, a que o Senado me forçava. Mas debalde. Ainda uma vez tive de me resignar. Onde, pois, a minha responsabilidade? Onde, se, de mais e mais, nunca oculte a minha opinião de que a feitura do Código Civil lucrava em ser retardada, e o meu intento de me não entregar a ela senão com a maior pausa?

O que apressou a codificação civil, na maior parte das nações que a empreenderam, foi a necessidade premente da unificação do Direito Privado. Na França a Revolução de 1789 o achou tal qual era séculos antes, nesse estado que Voltaire definia, dizendo mudar-se ali de leis, como, numa viagem, se mudava de cavalos. Na Itália a unificação política de 1870 encontrou em vigor não menos de seis legislações civis diversas. Quando se estabeleceu, depois de 1870, o Império Germânico, as suas populações estavam divididas entre seis diferentes sistemas de Direito Civil: o Romano, o do Código Napoleão, o do Austríaco, o Dinamarquês, o do *Landrecht* prussiano e o do *Landrecht* badense. Na



Suíça uma população apenas de dois milhões e meio de habitantes se distribuía entre *vinte e cinco* legislações cantonais distintas, sem consonância nenhuma entre si, além dos costumes, cantonais também, divergentes, em cada cantão, do seu próprio direito geral; havendo alguns, até, como o de Berne e o de Saint Gall, onde, no mesmo território, subsistiam duas legislações em colisão uma com a outra.

Eis por que aliurgia acelerar a elaboração do Código Civil. Ainda assim, não foi em bolandas a empreitada. Na Suíça, apesar de já existente, desde 1881, o Código Federal das Obrigações, uma das secções mais importantes no Código Civil, o feitiço dêste consumiu dez anos. Vinte e três absorveu o do alemão, com ser a Alemanha o viveiro dos maiores civilistas do mundo. Entre êles sobressai Bluntschli, que, no entanto, gastou dez anos em formular o Código Civil de um só cantão suíço: o de Zurich. Aí está o que é êsse labor, de incomparável delicadeza, para quem souber o que êle deve ser. Graças a Deus, tenho o sentimento da minha responsabilidade como jurista, como patriota, como homem, e conheço o caso relatado em Damião de Góis, daquele Fernão de Pina, que, no século quinze tomando, por quatro mil cruzados, a empreitada urgente de renovar às carreiras os velhos forais, deixou eriçada a obra de questões insolúveis. (*Apoiados*). Aliviem-me do encargo, e levantarei as mãos ao céu. Mas obrigarem-me a firmar obra, em que eu não ponha tôda a minha consciência, isso é que não. (*Apoiados*).

Aliás, com a delonga, não houve, para nós, senão benefício. Abriu ela espaço a que vissemos ultimar os trabalhos da codificação helvética, encerrados em dezembro de 1907, e estejamos vendo estenderem-se os da revisão ao Código Civil francês.

São duas fontes inestimáveis de riqueza para a lavra da codificação brasileira, nas quais não pouco haverá que beber, se quisermos exigir uma construção, que não envelheça depressa. Ser o último, neste caso, terá, para o Brasil, a vantagem de aproveitar com a experiência de todos os que o precederam. E ao menos este serviço me consolo eu de haver prestado à minha terra. . .

Da Justiça, aqui, passarei, senhores, por uma transição natural, para a

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Mas, neste assunto, não há por que me demorar. As minhas idéias, amplamente desenvolvidas nos dois grandes pareceres parlamentares de 1882, não desmereceram em atualidade. (*Apoiados*). Elas mostram a intensidade real da minha devoção à causa do ensino popular, e, encarando tôdas as questões suscitáveis a respeito da instrução nacional nos seus diferentes graus, deixam ver, sobre cada uma, o espírito das soluções mais esclarecidas. Não tenho, pois, que desperdiçar tempo e frases em generalidades ociosas.

O ensino, como a justiça, como a administração, prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram. (*Apoiados*). Entre nós, todos os governos reformam o mecanismo, e nenhum busca reformar os costumes. Temos tido códigos de ensino, cheios, a muitos respeitos, de excelentes disposições, mas quase que unicamente para dar pasto ao arbítrio da administração, oferecendo-lhe aso, a cada passo, de excetuar, relevar, dispensar na severidade escrita dos textos. Não é assim que se dão verdadeiramente arras de

interêsse pelas gerações novas. Lisonjeia-se-lhes a inexperiência; mas o dano, que se lhes causa, é irreparável.

Sobre tôdas as coisas, a instrução pública entre nós carece de:

continuidade na observância da lei;

efetividade na distribuição do ensino;

realidade no exercício da fiscalização, especialmente no que toca aos colégios equiparados e às faculdades livres.

Trivialidades? Sim. Mas dessas que, se ninguém contesta, ninguém respeita. Dessas cujo desprêzo arruína e mata, como o da higiene, o da alimentação normal, o da morigeração nos costumes. Trivialidades, é certo, mas cada uma das quais denuncia uma lacuna fatal na educação do país, e cujo remédio, se não se mantiver em letra morta, inaugurará, neste ramo do serviço público, o comêço da reabilitação.

Contra ela, nesta matéria, como nas demais onde intervém o arbítrio administrativo, conspira, numa das primeiras categorias, a preterição do merecimento e o favor dispensado às incapacidades. (*Aplausos*). Raras vêzes se exerce a seleção com imparcialidade, neste sacrossanto domínio, invadido pelas considerações políticas e interêsses particulares, que sitiam o poder. Por outro lado, os concursos, de que sempre fui adversário, atuam, com a sua influência medio-crizadora, para deprimir o nível do magistério, arredando as superioridades, ordinariamente avêssas a correrem os azares da sorte numa exibição, onde as qualidades superficiais tendem a eclipsar a seriedade na ciência e no merecimento.

Aqui não há lugar, entretanto, para discutir opiniões, senão unicamente para as indicar.

Precisando as minhas no concernente às modificações do regímen em vigor, a meu ver desejáveis e oportunas, enumerarei:

1º) O melhoramento do ensino secundário nos estabelecimentos federais.

2º) A remodelação do ensino jurídico, obedecendo a normas, que lhe dêem, a um tempo, mais extensão prática e mais espírito científico, segundo os melhores tipos.

3º) O desenvolvimento dos gabinetes, laboratórios, clínicas e estudos práticos nas escolas de medicina.

4º) A manutenção, cada vez mais rigorosa, da obrigação da frequência escolar em tais estudos.

5º) A criação de uma universidade no Rio de Janeiro, aproveitando-se as escolas ali já existentes, segundo o tipo universitário dominante na Alemanha.

A universidade alemã tem, como se sabe, uma situação dupla: instituição do Estado, por uma parte, e, por outra, corporação cientificamente autônoma e autônoma na sua administração interior. A ela pertence a nomeação dos funcionários acadêmicos, dentre os quais a autoridade suprema, o reitor, se escolhe, todos os anos, do seio do professorado, pelos seus votos. Por eleição igualmente se lhe constitui, dentre o corpo dos lentes, o a que ali se chama o "Senado", espécie de comissão geral executiva. Este sistema de autogoverno se reproduz em cada uma das faculdades, que compõem o todo universitário. Cada qual elege anualmente o seu decano, a que chamaríamos diretor, e, pela sua congregação, se administra a si mesma. A independência profissional dos lentes é completa. Cada um recebe a missão de professar a

sua disciplina, ou especialidade. Mas, quanto à maneira de conceber e lecionar, contanto que não deixe de realizar os cursos prescritos em cada semestre, quanto às lições e exercícios convenientes, à seleção dos tópicos, ao número e distribuição das horas, bem como aos métodos adotáveis, tudo se confia à competência e à consciência do professor.

É neste exemplo que eu buscaria, com certas alterações adaptativas e alguns melhoramentos indicados na experiência de outras nações, os traços gerais da nossa futura universidade, caso o apoio do Congresso Nacional e as nossas circunstâncias financeiras mo permitissem.

A instrução do povo, ao mesmo tempo que o civiliza e o melhora, tem especialmente em mira habilitá-lo a se governar a si mesmo, nomeando periodicamente, no município, no Estado, na União, o chefe do Poder Executivo e a Legislatura. Êste assunto é, pois, o que, em seguida, se impõe ao meu programa. Êste se ressentiria de imperdoável omissão, se eu vos não dissesse como compreendo os meios mais próximos de acudir, com a urgência precisa, a uma das nossas maiores aspirações democráticas, realizando sèriamente

A REFORMA ELEITORAL

Êste *desideratum*, vital para o sistema representativo, depende, a meu ver, de três condições fundamentais.

A primeira está em assegurar a inviolabilidade ao direito do eleitor. Mas inviolabilidade, aqui, na acepção cabal do vocábulo, quer dizer eliminação total do arbítrio na verificação do direito, e perpetuidade real dêste, uma vez reconhecido e declarado.

Ora, para aí chegar, não me parece difícil o caminho. É o que, há quatro anos, nos indicava um eminente publicista europeu, estudando *As garantias das nossas liberdades*.

“Porque não acrescentar”, diz êle, “aos registros de nascimentos, casamentos e óbitos um quarto registo, o registo eleitoral? Ao formar a lista dos naturais da comuna que chegaram à idade para o serviço militar, a autoridade municipal lavraria, a respeito de cada um dos que cumprissem os vinte um anos, um como ato de nascimento político. Independentemente de petição, inscreveria êsse ato no registo eleitoral. A lei não lhe requereria outra iniciativa, e ao oficial do registo civil seria vedado operar no registo eleitoral modificações, aditamentos ou rasuras de natureza alguma, salvo mediante decisão do juiz de paz. Essa estabilidade no ato inicial constituiria para o eleitor a maior das garantias. Quando mudasse o seu domicílio, procederia êle, ante o juiz de paz, à justificação da mudança, proferindo êsse magistrado a sentença de eliminação e inscrição, que se transcreveria nas duas municipalidades. O registo seria assim, de ora avante, a matriz eleitoral. Em qualquer época do ano se permitiriam as retificações, intervindo sentença do juiz de paz; e, destarte, já não haveria período de intangibilidade nas inscrições, obstando, por espaço de meses, ao exercício do direito adquirido”.

Substituam-se agora, entre nós, o funcionário municipal e o juiz de paz, aí indicados, por uma só autoridade: a do magistrado, a quem toque entre nós reconhecer a maioria civil. A êste, como se alvitra no plano do dr. Assis Brasil, competirá igualmente declarar a maioria cívica. Estarão assim abolidas as qualificações e revisões. Com o seu título de

capacidade eleitoral, expedido pelo juiz, de plano, ante o documento da idade legal e a prova do saber ler e escrever, com êsse título inalterável, uma vez exibido, terá o eleitor o direito ao voto. Êste direito, autenticado que seja, operará logo todos os seus efeitos, independentemente da periodicidade atual, que exclui da eleição, hoje, massas consideráveis de eleitores, cuja capacidade não existia ou se não reconheceu nos prazos legais do alistamento. Até a véspera da eleição o cidadão brasileiro poderá receber o seu título de eleitor, e com êle usar do sufrágio ao outro dia.

A segunda exigência da nossa moralização eleitoral consiste em extinguir radicalmente a publicidade no voto. No dia em que houvermos estabelecido o recato impenetrável da cédula eleitoral, teremos escoimado a eleição das suas duas grandes chagas: a intimidação e o suborno.

A publicidade é a servidão do votante. O segredo, a sua independência. (*Apoiados*).

Para a conquistarmos, cumpre tornar obrigatório, absoluto, indevassável o sigilo do voto, adotando, com as modificações por que tem passado, o sistema australiano. Neste assunto a experiência é universal, e universal o consenso. O escrutínio secreto reina hoje em tôda a parte: na Austrália, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suécia, na Noruega, na Dinamarca, no Império Alemão, na Baviera, no Grão-Ducado de Baden, na Áustria, na Holanda, na Bélgica, na França, na Espanha, em Portugal, na Itália, na Sérvia, na Rumânia, na Grécia, no Canadá, no Chile. Restos do voto público só se encontram agora na Prússia, na Hungria, em alguns cantões da Suíça e nalguns Estados da Alemanha.

A terceira condição de reforma está na abolição do voto cumulativo, cujas provas, entre nós, são miserandas, estabelecendo-se a representação proporcional mediante aquêle, dentre os vários sistemas conhecidos, que mais racional e praticamente a efetue. Complicada, e técnica a discussão da preferência entre êles não é assunto, que possa caber na ocasião e nas dimensões de um programa desta natureza. Baste firmar aqui o princípio da proporcionalidade, garantia necessária do direito das minorias, reservando-se para a oportunidade a decisão entre as diversas fórmulas applicativas, até hoje indicadas ou ensaiadas.

Dentre os assuntos juntamente morais e políticos, de que as circunstâncias, minhas e do país, me obrigam a tratar, ainda me resta por tocar um, com o qual será, de certo, a primeira vez que se ocupe, no Brasil, uma candidatura presidencial: a questão da inteligência conveniente, sob o regímen da nossa Constituição, às relações entre

O ESTADO E OS CULTOS.

A êste propósito se levantam, ante a minha candidatura, duas questões opostas.

De um lado, é a consciência católica a inquirir dos meus sentimentos religiosos, que se têm por mal definidos.

Do outro, as confissões dissidentes e os livres pensadores a recearem da minha filiação no catolicismo uma attitude parcial em benefício dêste, contra as normas constitucionais da igualdade religiosa.

Nem de uma nem de outra parte há razão. (*Apoiados*).

Nunca oculte que a minha fé houvesse fraqueado muitas vezes. Mas também nunca me senti constrangido em professar, através dessas vacilações, a minha fidelidade à religião dos meus antepassados. Católico, no entanto, associei sempre à religião a liberdade, bati-me sempre, no Brasil, entre os mais extremados, pela liberdade religiosa, fui, no Governo Provisório, o autor do ato, que separou a Igreja do Estado, e com satisfação íntima reivindico a minha parte na solução constitucional, que emancipou, em nossa terra, a consciência cristã dos vínculos do poder humano. (*Palmas*).

Já se vê que, sob um governo meu, não correria risco de se romper o escudo tutelar dessa legalidade, com que tanto concorri, para abroquelar as minorias religiosas.

Por outro lado, porém, sob a minha influência, ou com a minha sanção, não é que se autorizaria a expressão anticatólica ou atéia, que certas manifestações da incredulidade, entre nós, têm querido imprimir à solução brasileira do problema religioso. Se esta solução não amordaça o ateísmo, nem por isto lhe confere o privilégio de tingir de sua côr a imparcialidade cristã das nossas instituições. Deus não recusa a liberdade aos seus próprios negadores. Mas, por isto mesmo, no fundo mais inviolável de toda a liberdade está Deus, a sua garantia suprema. (*Apoiados*).

O princípio das Igrejas livres no Estado livre tem duas hermenêuticas distintas e opostas: a francesa e a americana. Esta, sinceramente liberal, não se assusta com a expansão do catolicismo, a mais numerosa, hoje, de todas as confissões nos Estados Unidos, que nela vêem um dos grandes fatores da sua cultura e da sua estabilidade social. Aquela,

obsessa do eterno fantasma do clericalismo, gira de reação em reação, inquieta, agressiva, proscritora. Com uma, sob as formas da liberdade republicana, assiste o século vinte ao tremendo acesso de regalismo, que banuiu do país, em França, tôdas as congregações religiosas. Sob a outra se reúnem, na América do Norte, os prófugos da perseguição ultramarina, e as coletividades religiosas se desenvolvem, tranqüilas, prósperas, frutificativas, sem a mais ligeira nuvem no seu horizonte. Na melhor cordialidade os prelados romanos e os membros do sacro colégio se sentam à mesa de Roosevelt, o protestante, que, não falta um só domingo, no templo do seu culto, aos deveres do serviço divino.

Foi esta a liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição Brasileira. Esta exclui do programa escolar o ensino da religião. Mas não consente que o ensino escolar, os livros escolares, professem a irreligião e a incredulidade, nem obsta, quando exigido pelos pais, ao ensino religioso pelos ministros da religião, fora das horas escolares, no próprio edifício da escola. Exime o soldado e o marinheiro à observância obrigatória dos deveres cultuais. Mas não exonera o govêrno de proporcionar ao marinheiro e ao soldado, imparcialmente, os benefícios do ministério sagrado. Veda ao Estado o fornecer a instrução religiosa. Mas não o priva de animar *indiretamente* as vantagens morais do ensino religioso, favorecendo com imunidades tributárias as casas consagradas ao culto.

É assim que se pratica nos Estados Unidos essa neutralidade entre as religiões, que nunca se encarou ali como profissão nacional do agnosticismo ou materialismo do Estado, senão sòmente como a expressão

da sua incompetência e do seu respeito entre as várias denominações religiosas.

A Constituição Brasileira bebeu ali, não em França. Não em França, mas ali, é que lhe havemos de ir buscar as lições, as decisões, as soluções, irritantes, reacionárias, violentas na política francesa e, na americana, equitativas, benéficas, pacificadoras. (*Apoiados*).

As minhas idéias, a êste respeito, são as que, há seis anos, desenvolvi no Colégio Anchieta, em um discurso aos seus alunos. Daqui as ratifico solenemente. Em poucas palavras se condensam. Observância da igualdade legal entre tôdas as crenças. Imparcialidade em relação a tôdas, no exercício das funções do Estado. Defesa da maioria católica nos seus direitos constitucionais, contra as intolerâncias da irreligiosidade. Proteção das minorias religiosas contra os excessos da maioria. Benevolência e simpatia para com o desenvolvimento da cultura moral pelos meios superiores da ação religiosa, guardada invariavelmente, entre todos os cultos, a neutralidade constitucional. (*Apoiados*).

Entrando agora no plano dos nossos interesses materiais, considerarei brevemente

A QUESTÃO FINANCEIRA

Há alguns dias, quando se promulgou o excelente ato do governo atual, que adiantou ano e meio o termo da moratória outorgada ao Brasil no *funding loan*, a *Imprensa*, do Rio de Janeiro, no seu pôsto de vigilância contra a candidatura civil, recordou imediatamente a minha hostilidade, sob o governo Campos Sales, a essa operação contratada pelo seu antecessor. No mesmo dia a edição ves-

pertina do *Jornal do Comércio*, cujo diretor foi parte considerável nesse acôrdo, respondia ao órgão hermista, lembrando-lhe que não menor oposição desenvolvera ao convênio de 1898 *O País*, com a colaboração do dr. Manuel Vitorino e sob a direção do sr. Quintino Bocaiúva.

A malignidade que transuda nessa recriminação do redator da *Imprensa*, me leva a rememorar o juízo, que, há pouco mais de um ano, em 5 de novembro de 1908, escrevia, na mesma fôlha, o brilhante jornalista, sôbre o meu papel financeiro neste regimen. Permitti-me, senhores, reler-lhes as palavras:

Coube ao sr. Rui Barbosa, no Govêrno Provisório, o pôsto mais árduo e mais precário. Agora, que já serenaram as paixões, e já existe uma geração capaz de julgar os homens e as coisas daquela época, pode-se bem aquilatar da soma de dificuldades e embaraços, que tinha de vencer o Ministro da Fazenda do govêrno que tomava sôbre os ombros a missão extraordinária de liquidar as finanças do Império centralista e de oragnizar as do nôvo regimen, que pelos seus compromissos anteriores, estava obrigado a remodelar tudo, a criar um mundo nôvo, em que a liberdade fôsse a égide do trabalho. Grande e vária era, naturalmente, a massa de interêsses, que assim se haviam de ferir, que assim se haviam de criar, que assim haviam de entrechocar. Choviam raios sôbre a cabeça do Ministro da Fazenda; mas é fácil a todos verificarem hoje a resignação, a nobreza, o desprendimento, com que êle sofria êsses ataques tremendos, prosseguindo com serenidade o plano, que se traçou, com o espírito prudente de homem de govêrno, que sabe ceder nos detalhes, que sabe recuar, na oportunidade, que sabe avançar, quando conquistada a opinião. Os republicanos que tomaram a responsabilidade da organização da República, praticaram o êrro de abandonar os seus postos antes do momento em que isto lhes seria lícito, deixando, assim, em meio a obra, que empreenderam, e que só êles podiam concluir. A segunda fase do govêrno ditatorial do inclito Marechal Deodoro caracteriza-se pela destruição obstinada e sistemática do que

fêz a primeira. Se, no terreno político, foi isto, que gerou a série angustiosa de golpes de mão e revoluções armadas, que encheram dez anos da vida da República, NO TERRENO FINANCEIRO FOI ISTO QUE DETERMINOU A RUÍNA, EM QUE NOS VIEMOS ENCONTRAR EM 1898, E DA QUAL SÓ LOGRAMOS SAIR, VOTANDO AQUILO QUE CONSTITUÍA A MEDIDA CAPITAL DO PROGRAMA RUI BARBOSA: O IMPÔSTO EM OURO. O plano que êle concebera, traçara e entrara a executar, destróçou-o logo o govêrno, que sucedeu ao da revolução, e acabaram de destruí-lo os govêrnos seguintes, quando, acossados por necessidades imperiosas, que não souberam evitar, nem remediar, absorviam os lastros das emissões, depositados no Tesouro, e transformavam a Caixa de Amortização em cornucópia, donde corriam, aos milhares de contos, notas do Tesouro, emitidas sem lastro, nem garantia. A injustiça das paixões, quando se sentiam as conseqüências dêsses erros, pretendeu dar a responsabilidade dêles ao Ministro da Fazenda do Govêrno Provisório; mas, como não se faz a história com a mentira, êsse julgamento foi impugnado, e a iníqua sentença foi revista; os fatos e as cifras, as circunstâncias e as datas aí estão, para lhe testemunharem a iniquidade.

Enganava-se o ilustre publicista, ao honrar-me com estas linhas. "A injustiça das paixões" não expirara: hibernava, para me saltar mais virulenta. Se a história se não faz com a "mentira", a política, de ordinário, não se faz senão com a impenitência da maldade. Na hora das efusões pela boa estrêla do *funding-loan*, em cujo prognóstico, se me enganei, foi em boa companhia, com alguns atuais corifeus do hermismo, e induzido por considerações, que não eram nem pessoais, nem despidiendas, os entusiastas da situação, se, de contentes, não houvessem alheado a equidade, não perderiam de vista o contingente, com que para o sucesso venturoso dessa arriscada operação entrou êsse impôsto em ouro, a que se referia com tanto encarecimento, não há mais de quatorze meses, o redator da *Imprensa*. (*Apoiados*).

Não se achasse o Governo, por êsse recurso, cuja instituição, no seu comêço, me custou as amarguras de uma hostilidade geral, mas cuja importância, nos últimos exercícios financeiros, subiu de 58.869 contos de réis a 97.909, não se achasse, repito, o Governo desassombrado, por essa inovação minha, da pressão do mercado cambial, e não se teria visto agora folgado, para se antecipar dezoito meses ao têrmo da moratória, adiantando êsse milhão esterlino, que ainda não éramos obrigados a desembolsar.

Não vá, porém, tão longe a exultação agora, que desatentemos na massa enorme do nosso débito externo, engrossado, ao cabo dêsse feliz expediente, pelas acumulações que êle englobou na mole anterior das nossas responsabilidades, elevadas, presentemente, de quarenta e seis milhões esterlinos, em 1898, a cêrca de cento e trinta e um milhões.

Natural era que o prospecto desta situação, aliás agravada pelo abuso com que, de então para cá, se tem recorrido ao crédito, inspirasse receios aos que reputavam temerária essa medida. Depois uma moratória é sempre uma moratória. (*Apoiados*).

Uma nação que ainda lhe não experimentara o constrangimento, não o podia encarar sem certo movimento instintivo de repulsa. Nada menos estranho, pois, do que irritar-se, melindrada, a sensibilidade patriótica, toldando-me a serenidade, a isenção do juízo, com o reflexo de impressões desfavoráveis, estimuladas e exacerbadas pelo calor da luta em que me empenhava contra o govêrno federal desde as três presidências anteriores.

Tratava-se, enfim, de uma combinação financeira, cujas antecedências, entre os Estados que nos

precederam nesse terreno, não eram animadoras. Ainda hoje os seus melhores preconizadores de então, acentuam que, até agora, o Brasil é o único país que, em circunstâncias semelhantes, "deu cumprimento rigoroso às obrigações contraídas". Razão era, portanto, que nos sobressaltássemos; e, se nos opusemos a um ato, graças a Deus, bem sucedido, mas que tantos motivos nos levavam a supor temeridade, não foi senão cedendo a considerações de prudência, escrúpulo e civismo não menos dignos que as dos autores da medida. (*Apoiados*).

Vencido, eu me dou, como brasileiro, os parabéns do seu triunfo. Nêle, porém, não vejo senão uma dessas surpresas, com que a vitalidade maravilhosa desta terra excede, às vezes, os cálculos do mais risonho otimismo. Mas, salvo o louvável zelo da presidência Campos Sales e do ministério Joaquim Murinho na obediência às estipulações literais do contrato, o com que para a ventura dêste resultado concorreu a obra da política republicana, temo-lo descrito no quadro financeiro e econômico da atualidade, cuja pintura devemos à maestria do jornal mais assinalado, em 1898, na defesa do *funding-loan*, a *Notícia*, do Rio de Janeiro.

"Comparados", escrevia ela, celebrando a vitória dessa operação, "comparados os apertos dêses dias com a situação atual, será facilmente verificada uma diferença enorme. A despesa pública aumentou em cêrca de 80%; já tivemos *deficits* de 50 mil contos; não se reduziu nenhum dos impostos, pedidos ao contribuinte para salvar a honra nacional, prêsos nos grilhões de uma moratória; foram criados novos impostos; e estamos na curiosa situação artificial, em que passeiam juntos um Tesouro rico e uma população paupérrima, um Tesouro, que antecipa o paga-

mento de suas dívidas, e um povo, que aumenta prodigiosamente a clientela dos tabelionatos de protestos. Certo um país não pode parar; mas o espírito pergunta insensivelmente se entre essa ataxia e as vertigens da marcha aceleradíssima, que tomamos, não haveria um meio têrmo, que impedisse dissipações”.

Assim ecoa nos espíritos mais insuspeitos de eiva oposicionista a impressão, que, há quatro meses, ditava ao eminente relator do orçamento da receita na Câmara dos Deputados, o Sr. Galeão Carvalhal, esta advertência temerosa:

Os dados oficiais, com os seus quadros demonstrativos da receita e despesa nos últimos exercícios financeiros, e principalmente no exercício vigente, causam as mais sérias apreensões ao administrador patriota. Sendo quase permanente o desequilíbrio orçamentário, é urgente que o Congresso Nacional e o Poder Executivo, em uma ação conjunta, evitem despesas novas, e suprimam dispêndios que são as causas do desequilíbrio. Sem o conhecimento exato dos encargos não é possível uma gestão financeira firme, segura e proveitosa. A expansão das forças econômicas parece estar paralisada. Ao aumento da renda aduaneira, no exercício de 1907, *sucedeu vertiginosamente o retrocesso, sem que se efetuasse mudança na orientação governamental.*

A orientação governativa “não muda”; os dispêndios escusados não cessam. “As dissipações” tendem, até, a crescer, mesmo “sob o govêrno atual”, cujos atos de favoritismo, nas últimas concessões relativas a caminhos de ferro, importam, segundo as demonstrações inelutáveis, quer do *Jornal do Comércio* e do *Correio da Manhã*, quer de alguns representantes da nação no Congresso, em desmedidos prejuízos, de dezenas de milhares de contos ao Tesouro Nacional. (*Apoiados*).

Ao mesmo passo a renda nacional retrocede "vertiginosamente". Alimentada, principalmente, das importações, quisemos favorecê-la com um sistema, que, diminuindo-as em quantidade, mediante o acorçoamento da produção interior, lhes aumentasse ao mesmo tempo o rendimento fiscal, pela agravação excessiva dos ônus tributários sôbre o ingresso da produção estrangeira.

Qual o resultado? Ainda há pouco, o mostrava documentalmente o dr. Assis Brasil:

O Brasil é, atualmente, o país do mundo, que cobra mais altos impostos de importação, e é, igualmente, de todo o mundo, o país que menor soma recolheu ao Tesouro, de tais impostos, em relação ao número de seus habitantes.

Enquanto, no Rio da Prata, a percentagem média, nos direitos de importação *ad valorem*, é de 30%, no Brasil ela se eleva a mais de 100%. Graças a êste sistema, definido em um caso que nos relata o ilustre rio-grandense, um par de luvas de senhora, de certa qualidade, custa, em Pelotas, 27\$000, quando, em Sant'Ana, outro semelhante, mas de gênero ainda superior, se obtém apenas por 7\$000, isto é, pela quarta parte do em que entre nós se importa. (*Apoiados*).

Evidentemente, um tal regímen incita, cria, legitima o contrabando. Torna-o em necessidade, assegura-lhe simpatias gerais, eleva-o a instituição benfazeja. Ao mesmo tempo, com êle, em vez de prosperar econômicamente, a nação desmedra. (*Apoiados*).

Tudo nasce da ilusão entretida pela teoria da balança comercial, que a nossa experiência desautora estrondosamente, mas que, agora mesmo, acaba de receber nova consagração indígena no programa do candidato militar. (*Apoiados*). A êste respeito o

parecer, a que já me referi, do relator do orçamento da receita na Câmara dos Deputados, encerra uma prodigiosa mina de verdades e desenganos. Tanto que a nossa estatística entrou a funcionar, para logo se apurou que a nossa exportação excedia a importação. A esta continuou aquela a sobrelevar constantemente. A importação não diminuiu, como se pretendia. A exportação avultou. A balança de uma com outra nos registou sempre um saldo favorável. Mas o valor da riqueza pública estacionou, e decaiu. As fontes naturais de produção esmoreceram. Definhou o comércio. A vida econômica desfaleceu. (*Apoiados gerais*).

Ante a lição inquestionável dos fatos, entre nós, já se não pode resistir à evidência da conclusão, que, naquele documento parlamentar, assim se exprime eloqüentemente:

O programa protecionista aplicado como sistema, visando impedir a entrada de mercadorias estrangeiras, só consegue o *desideratum* almejado, quando a economia nacional desfalece, quando o país, no comércio internacional, realiza prejuízos, como tem acontecido no Brasil, durante a crise que tem atravessado. Imbuídos dos mesmos preconceitos, alguns economistas brasileiros pensam que o fato de não precisarmos importar diversos artigos deve concorrer para diminuir a importação na equivalência dos que estamos produzindo. Erro manifesto. O que deixarmos de importar naqueles artigos, havemos de importar, forçosamente, em outros, e ainda em maior valor, se os que exportamos nos derem lucros, em vez de prejuízos, lucros efetivos no ponto de vista nacional.

Os sofrimentos econômicos do país vão derramando luz sobre estas noções preciosas. Só os cegos em matéria econômica aceitarão hoje, no Brasil, o equívoco de que a riqueza nacional assenta nos saldos da exportação sobre a importação. Em ver-

dade "não são pobres, financeiramente considerados, os países que importam mais do que exportam", antes, o são "os que exportam mais do que importam". Não é um país arruinado a Inglaterra, como se deveria considerar, segundo a teoria mercantil, estando a êste respeito, sempre em *deficit*, como está. Nem estando em saldo como tem estado, se poderiam considerar países ricos a Espanha, a Grécia, o Peru.

Recuar dêste engano inveterado não quer dizer que desorganizemos, "do pé para a mão, todo um conjunto do interêsses do capital e do salário", "tôda uma sistematização de atividades e riquezas". Não; tôdas as riquezas e atividades legítimas são respeitáveis, e devem ser equitativamente protegidas. Mas quando a sua proteção importa em desigualdade e desenvolvimento de uma classe à custa das outras, há limites, que se não podem transpor sem consequências ruinosas para a comunidade. Muito há que excedemos, e sem modo, em matéria de tributação aduaneira, essa medida. Agora não cabe, senão recuar, tomando por norma legislativa, na órbita dêsses interêsses, a verdade, que o sr. Campos Sales exprimiu com invejável clareza numa das suas mensagens presidenciais:

É tempo de tomar a verdadeira orientação; e, para isso, o que nos cumpre, é tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições que nós.

Estas demonstrações, êstes conceitos, êstes protestos não é de agora que se repetem. Já agora, porém, quando vemos quase triplicada, em onze anos, a nossa dívida externa, ameaçadas as fontes de produção nacional pela iminência de rivalidades

estrangeiras, crescentes as nossas despesas e em decadência a nossa renda, seria, de tôdas as imprudências, a mais altamente criminosa não tomar à letra o compromisso de rever sèriamente o sistema tributário da União, adotando, para a revisão das nossas tarifas aduaneiras, um critério enèrgicamente liberal, onde, guardada, para com as indústrias sèriamente constituídas, a consideração, que em têrmos razoáveis se lhes deve, emancipemos a nossa existência da tirania econômica, em cuja atmosfera nos asfixiamos. (*Palmas*).

Nem o desenvolvimento da indústria particular nem o das rendas públicas se devem buscar da exaeração dos impostos. Fugir da agravação dos tributos, reduzi-los com inteligência, e distribuí-los com eqüidade.

Daí depende o nosso futuro econômico e a salvação das nossas finanças.

Destas, porém, alguma coisa terei ainda que dizer ocupando-me, em ligeiras observações, com

O MEIO CIRCULANTE E O CÂMBIO

A êste respeito, se formos capazes de tenacidade e vigor, para cortar sistematicamente por todos os gastos desnecessários e improdutivos, condição acima de tôdas essencial à nossa regeneração financeira, só nos resta, agora, deixarmo-nos estar no rumo, por onde se acha orientada a solução do problema, aguardando os resultados graduais da ação dos três elementos, a que se confiou a valorização do meio circulante e a estabilidade cambial: o fundo de garantia, o de resgate, e a Caixa de Conversão.

Se a presidência atual se encerrar em paz, e em paz começar a outra, se a ordem civil não fôr substituída pela ordem militar, como sucederá, necessariamente, com a vitória da candidatura de maio, a atitude que se indica a uma prudente administração financeira, no tocante a êste melindroso assunto, é a de observação, expectativa, respeito aos compromissos assumidos, observância das normas já traçadas. Das inovações é que nos devemos recluir. Pouco nos importa, por agora ao menos, a elevação da taxa cambial. O que nos interessa, é a sua estabilidade. (*Apoiados*).

Dada a redução na procura das cambiais, já pelo Tesouro, já pela indústria particular, de 1898 a 1904, atravessamos, no decurso dêsse prazo, três anos de constância na taxa, aproximativamente, de 12 dinheiros. Com a diminuição considerável da safra do café em 1904, e a grande alta daí resultante nos seus preços, teve a lavoura um benefício, que se estima em 57.000 contos. Novos saldos se lhe ofereceram em 1905 e 1906. Mediante o concurso dêles, mas sobretudo graças à ação dos empréstimos externos, cujas cambiais excitavam então o mercado, logrou satisfazer-se a ansiedade, que animava as regiões oficiais, pela elevação acelerada no câmbio.

O de 12 e 1/2 era, evidentemente, o que representava o equilíbrio econômico, definido pela máxima altura a que o nível das melhores colheitas, no produto que reina sobre as nossas finanças, levava naturalmente as taxas. Neste assunto um engodo singular exalta, há muito, entre nós, as cabeças mais frias. A preocupação das grandes altas cambiais apaixona certos financeiros nossos. Não se trata de obter, na coluna termométrica da valorização da nossa moeda, a subida gradativa, paulatina e segura,

que o melhoramento real das nossas condições econômicas deve trazer; coisa que se não improvisa. Festejam-se com alvoroço as altas acidentais, que, desde 1888, e já antes, não têm assinalado senão a onerosa adição de novas dívidas ao acervo das nossas responsabilidades para com o capital estrangeiro.

Aos empréstimos externos devemos a elevação cambial de 1904 a 1905. De 12 13/32, em novembro de 1904, o câmbio saltara, em agosto de 1905, a 17 1/2; ao passo que o valor do café, no pôrto de Santos, descia de 5\$452, em novembro de 1904, a 3\$980 em agosto de 1905, na maior força da safra, continuando sempre descido até hoje. Sabeis o resultado? A alta cambial consumiu, em boa parte, o saldo, que da colheita de 1904 se apurava para a lavoura, continuou devorando, na sua totalidade, o saldo, que deixara a produção de 1905, e, acabou por tragar ainda, em grande parte, o saldo que resultava da safra de 1906, até se encetarem as emissões da Caixa de Conversão.

Nas 16.472.800 sacas de café exportadas, a contar de janeiro, em 1905, até novembro de 1906, inclusive, a lavoura do café, com a taxa cambial a 12, que os empréstimos externos artificialmente elevaram a 17 e 1/2, teria embolsado mais 8\$000 por cada uma, ou, ao todo, 130.000 contos. Tal o prejuízo que a subida imprevista e violenta no valor do nosso meio circulante infligiu, sob a forma de diferenças de câmbio, ao nosso principal ramo de produção. Foram 130.000 contos de redução, que se deixaram de efetuar nos compromissos da agricultura, já engravados com os baixos preços de 1902 a 1903.

Sob a minha administração financeira, de novembro de 1889 a dezembro de 1890, baixara o

câmbio de 27 1/4 a 22. Era uma diferença, para menos, de 5 dinheiros (desprezada a fração), em quatorze meses. E ainda até hoje nela se não cessou de falar. Pois bem. Com a alta de novembro de 1904 a agosto de 1905, tivemos uma diferença, para mais, de 5 dinheiros, mas no lapso, muito mais breve, de dez meses, e sobre uma base de proporção muito mais estreita. Diferença para mais ou diferença para menos, o pernicioso resultado, quanto à produção do país, é o mesmo. Num caso, porém, se abatem 5 *pence* sobre 27. No outro é a 12 *pence* que se acrescentam os 5. Ora 5 dinheiros sobre 12 representam quase 42%, ao passo que os mesmos 5 sobre 27 correspondem a 18 % apenas. Na diferença entre 18 e 42% se define aritmeticamente a que vai dos prejuízos causados à produção nacional pela alta de 1905 a 1906 aos que ela deve ter sofrido com a baixa de 1889 a 1890. Os primeiros, de que ninguém se ocupa, montam em mais do dôbro dos segundos, que, há dezenove anos, alimentam as blaterações incessantes contra as finanças da revolução.

O de que necessitam, pois, entre nós, as classes laboriosas e produtoras, não é de câmbio mais alto, senão de câmbio firme. Esqueçamos, por enquanto ao menos, o ídolo do câmbio a 27, que, apesar do braço escravo, o Império nunca obteve senão transitória-mente. De janeiro de 1876 a outubro de 1888, isto é, durante 13 anos, as taxas cambiais se cotavam sempre abaixo de 27, atingindo a este grau, a intervalos passageiros, em 1858, 1859, 1860, 1862, 1863, 1864, 1865, em seis meses e meio no ano de 1875, nos últimos três de 1888 e, em 1889, durante oito meses. Assim que a aspiração financeira do nosso bom senso deve ter por alvo "o câmbio do equilíbrio econômico". É o determinado normalmente

pelas forças da produção. É o câmbio natural. Será, portanto, o único estável. (*Apoiados*).

Julgada segundo este critério, a taxa da Caixa de Conversão não é baixa. Não fôssem as abundantes colheitas de São Paulo em 1906, 1908 e 1909, avantajadas nos seus benefícios por uma redução enérgica no custo da produção, e aquêle estabelecimento não teria alcançado tão rapidamente a situação, a que chegou. Nos dez milhões de sacas (10.216.541), embarcadas por Santos de julho a dezembro do ano passado, tocam à lavoura, em lucros líquidos, 1\$900 réis por arroba, 7\$600 por saca, ou, englobadamente, sôbre o total, 76.900 contos, e ao comércio, entre comissários, importadores e retalheiros, uma vantagem calculada, no mínimo, em 15 mil contos. Soma: 91.000 contos ou £ 5.687.500, de benefício, que, nesse ano, realizaram, em S. Paulo, as classes laboriosas, recebidos, por efeito das cambiais de Santos, mediante a importação de ouro, que entrou na Caixa de Conversão. Ali se avalia, pois, na estimativa das melhores autoridades comerciais (não levadas em conta as economias ou rendimentos do capital empregado em emprêsas de transporte ou propriedade urbanas) que, de todo o ouro entrado na Caixa de Conversão, mais de £ 5.687.000 representam a produção paulista.

O prospecto das safras, para 1910 e 1911, é, ao que se orça, moderado e inferior ao consumo. Limitada, assim, a oferta do gênero, necessariamente mais remunerativos serão os preços; e, sendo menor o volume da produção, o custo da recolhença mais o transporte será menor, e maiores, por conseguinte, as somas economizadas pelo agricultor sôbre o produto da venda. Assim que, se a ordem pública se não alterar, e alguma temeridade, na política ou nas

finanças da União, não turvar a essa perspectiva a sua limpidez e continuidade, bem de crer é que a balança econômica se nos mantenha propícia, e continue a se manifestar pela conservação, talvez pelo aumento, dos depósitos na Caixa.

Tudo nos induz a supor que o desenvolvimento das suas emissões conversíveis sobre os saldos em ouro da produção, estimulando a iniciativa individual, suscitará naturalmente a organização de novas culturas, que se estabeleçam paralelamente à do café, até hoje a única organizada. A fim de não ocorrer, porém, o desvio dessas economias, avultadas como são, para as especulações de bolsa, convém, mediante os elementos progressistas na imprensa, na indústria, no governo, atrair homens de competência prática, habilitados na experiência dos sistemas de organização agrícola, que têm prosperado a colonização de outras nações, para que tragam às nossas o impulso de forças novas, empenhando-se na multiplicação de contratos, que chamem o capital e a mão de obra a colaborar com resultado na cultura da terra. Nada, porém, neste sentido, se logrará, em escala considerável, sem que os poderes públicos entrem com o contingente, essencial e fundamental, de uma legislação, que imprima a essas relações contratuais a iniludibilidade, e de uma justiça ao alcance de todos, singela, sumária, insuspeitável, que as assegure eficazmente. (*Apoiados*).

Tais incentivos não seriam baldados, partindo, com essas garantias, dos Estados onde boas empresas de transportes abram saída aos produtos do solo. Da colonização, copiosamente granjeada por tais meios, resultariam viveiros de proprietários e arrendatários agrícolas, com o concurso de cujas

economias veríamos aumentar em proporções incalculáveis o afluxo para a nossa Caixa de Conversão.

Ora, reduzidos a soberanos, os depósitos atuais da Caixa de Conversão em várias espécies de moeda, já se estimam em cerca de quatorze milhões esterlinos. Mais seis, termo de que, relativamente, não estamos longe, e teremos tocado a meta, onde o decreto de 6 de dezembro de 1906 pôs a extrema das emissões. De modo que, daqui a alguns anos, dois ou três, quando essas economias, d'ora avante semeadas nas indústrias e em novos tentamens agrícolas, entrarem a frutificar para os seus donos, isto é, começarem a lhos remunerar, estará para eles esterilizada a Caixa de Conversão, cujas faculdades emissoras a êsse tempo, se terão retirado. (*Apoiados*)

A lógica do sistema, na sua expansão natural exige, pois, que se remova esta barreira, a saber, que o Congresso Nacional, com a antecipação conveniente para animar o espírito de iniciativa na direção dêsses cometimentos, autorize as emissões conversíveis além do limite agora prescrito.

Êste o meu voto, e a êle junto o de que se não altere a taxa de 15. A garantia de conservação e prosperidade para os capitais envolvidos em tais emprêsas, sob o estímulo da confiança que a Caixa de Conversão chegou a inspirar hoje, está, indispensavelmente, na segurança de que essa taxa, que parece exprimir, nas condições atuais, o nível econômico do país, o equilíbrio natural entre os seus compromissos e os seus recursos, tenha uma duração prolongada. Essa fixidez vale mais do que a contingência das altas, cuja elevação não compensa os inconvenientes da variação e os riscos da instabilidade.

Nas considerações até aqui desenvolvidas já se encerram alguns dos elementos capitais para a solução de outros grandes problemas econômicos, em que a já demasiada extensão dêste esboço de um plano de governo mal me deixa tocar.

Tal o

DA IMIGRAÇÃO

Ainda há pouco, dei a ver as relações, que com ela tem a questão da justiça.

Ocupei-me, outrossim, com a carestia insportável da vida, efeito principalmente da exageração dos tributos. Não pode haver obstáculo mais insuperável à concorrência do trabalho estrangeiro.

Acrescentai a êstes dois requisitos a facilidade geral dos transportes, mediante a abertura e construção de estradas, pelas quais os centros produtores estejam em comunicação cômoda com os mercados, os portos, os centros consumidores, e teremos indicadas as três condições, dadas as quais as correntes imigratórias não tardarão em se dirigir, larga e espontâneamente, para o Brasil. (*Apoiados*).

Êsse resultado não depende senão destas três premissas econômicas e sociais:

Justiça segura;

Subsistência barata;

Viação suficiente.

Em matéria de viação não me animarei a prometer-vos para o Brasil "estradas de rodagem eletrificadas". (*Risadas*). Presumo que muito mais cedo teremos a guerra no espaço aéreo pelos aeroplanos e dirigíveis. (*Riso*). Eliminada, porém, a eletrifica-

ção, não recuso o meu voto aos caminhos de rodagem. Evidentemente são indispensáveis. Mas a circulação arterial, de que depende a vida nos Estados modernos, especialmente nas inúmeras extensões territoriais de países como o Brasil, não se faz senão pelas estradas de ferro. Neste particular, tudo quanto logremos adiantar, com liberalidade, sistema e coragem, mas, ao mesmo tempo, com juízo, escolha e cuidado, merece as nossas bênçãos. Neste sentido grandes atos se devem ao governo Afonso Pena.

Infelizmente, porém, dirigindo-me hoje a um auditório baiano, deploro não me seja possível incluir nesse ativo de serviços ao nosso progresso, a solução do problema ferroviário na Bahia. Por esta me bati em longas comunicações epistolares com o malogrado presidente, em conferências orais com êle, em manifestações públicas de certa solenidade. Mas em vão. Não se operou a unificação das nossas estradas, com os prolongamentos e ramais que as deveriam ligar e estender. O que se fez, não resolveu, nem de longe, a questão: mutilou-a, inverteu-a, dificultou-a, tornou-a. Não só como filho e amigo da Bahia, senão como brasileiro, o lastimo. Porque a medida era fácil, tinha o seu assento em lei, e os seus efeitos eram de interesse nacional. Se ela se houvesse realizado, como podia ser, associada, para a empresa concessionária, à obrigação de povoar as margens de certas linhas, tenho por certo que em breve assistiríamos à penetração dos sertões baianos pelo trabalho agrícola, nacional e estrangeiro.

Conversei com homens competentes, de países onde se tem acumulado a experiência desta especialidade, nas ferrovias e na imigração. Haviam percorrido o interior dêste Estado, e traziam uma impressão estranha. A nossa viação lhes parecia traçada, como

acintemente, pelas únicas zonas ruins do território da Bahia. Geralmente as escassas regiões cortadas por êsses caminhos não prestam. Fora delas tudo é maravilhoso. Sistematizados e ampliados pela unificação, uma vida nova os percorreria, trazendo a esta capital as inexploradas e incalculáveis riquezas do solo, talvez, mais opulento do Brasil. Contanto, porém, que, par a par com essas linhas, caminhasse para o centro a colonização. E é o que não era nada irrealizável, como ouvi a autoridades práticas estrangeiras, diretamente instruídas no conhecimento dos nossos sertões, não era nada irrealizável, insisto, desde que os trechos por construir buscassem as excelentes paragens, que o coração dêste Estado lhes oferece.

Ampliemos esta noção ao resto do país, e tere-mos o princípio elementar neste assunto. Imigração e viação férrea são, no Brasil, dois têrmos de uma equação necessária. Um não se pode separar do outro. (*Aplausos gerais*).

Pelo que respeita à carestia da vida, ninguém diria melhor do que o dr. Assis Brasil o fêz últimamente em breves palavras. O preço das mercadorias, entre nós, nota êle, "é sem igual no mundo, a não ser nas minas de Rand ou do Klondike. É absurdo, ao ponto de haver, até, desmonetizado as peças de cobre", que, aqui, não compam "uma só mercadoria", e até os mendigos recusam com indignação. Os mesmos viajantes ricos, nos grandes portos marítimos do Brasil, se assombram do custo dos gêneros de primeira necessidade e dos serviços mais comezinhos. Ora, o barateamento da vida, em grande parte, dependerá da redução nos encargos tributários, cujo aumento cego, no Brasil, não conhece justiça nem siso. Para desencarecer a subsistência, temos de cor-

tar à larga no nosso regímen exageradamente protectionista. Imigração e alívio na massa dos impostos são idéias indivorciáveis. Enquanto nos não acomodarmos à segunda, não podemos cogitar sèriamente da primeira. (*Apoiados*).

Não interessa menos ao povoamento do nosso território por essas raças estrangeiras, que fizeram os Estados-Unidos, e estão fazendo a Argentina, a cláusula da boa justiça, da justiça honrada e pronta, barata e competente. A nossa, infelizmente, como a de tôdas as Repúblicas latino-americanas, baixou em reputação, no estrangeiro, a um grau de quase inexcédível desestima, cuja medida nos dá um viajante inglês o sr. Percy Martin, escrevendo: "No Brasil se vende e paga a justiça como qualquer artigo de mercado". A apreciação não consulta a verdade. Entre os nossos magistrados a probidade ainda constitui a regra geral. Mas, a êste respeito mesmo, existem grandes, conspícuas e cínicas exceções. Na própria capital da República a opinião geral indigita hediondos casos dessa lepra; e são naturalmente êsses e outros, de alto relêvo por sua situação mais visível, os que determinam a nossa infamação, entre os estrangeiros.

O Império viu-se obrigado a sair da lei mais de uma vez, para mundificar os tribunais destas chagas. Na República os que as exploram, vão gozando quietamente da impunidade. Sujeitá-las à intervenção cirúrgica, de que se utilizou a coroa no outro regímen, ninguém o aconselharia, nem o aprovaria. Mas para mim tenho que não seria de todo impossível a responsabilidade judicial dos culpados, se as vítimas de tais mazelas contassem com o estímulo da simpatia nas regiões do poder, que entre nós faz o sol e a chuva. (*Apoiados*).

Por nosso mal, o poder, geralmente, em nossa terra, pouco se importa de que a magistratura seja boa ou ruim. Não se lhe dá, contudo, muitas vêzes, de interferir na decisão de litígios pendentes, mas quando lhe convém, ou para satisfazer às inclinações de certos ministros, ou para defender o Tesouro de certas responsabilidades. Temos, justamente em relação a companhias estrangeiras, na Capital Federal, notáveis exemplos num e noutro sentido. A atenção européia, mais vigilante das nossas coisas, a certos respeitos, do que nós mesmos, segue, regista, comenta êsses escândalos de prostituição clandestina da justiça, e dessas impressões recebe cada vez mais carregadas côres a má nomeada, que nos deslustra. (*Muito bem*).

Num país onde emprêsas opulentas, associações de capitais poderosos têm a sorte do seu direito à mercê, por essa maneira, do capricho de vontades arbitrarias ou interêsses irresponsáveis, em que é que se há-de fiar o pobre, o desvalido imigrante? Nem a todos afugenta a carestia da vida. A sobriedade habilita certas raças a arrostarem êsses inconvenientes, reduzindo-se a privações, que lhes não custam. Com pouco mais de duas parcas rações de arroz por dia se nutre o colono japonês. Mas de um país sem justiça fogem os mais temperantes, os mais ambiciosos e os mais audazes. Porque a audácia, a ambição e a temperança trabalham para a economia, e a economia vive da segurança, cuja base é a justiça. (*Palmas*).

A compreensão desta necessidade se devem as medidas tentadas para garantir ao trabalhador rural a certeza do seu salário. A lei nº 1.150, de 1904, graduou entre os créditos privilegiados, abaixo da hipoteca e do penhor agrícola, os salários dos colo-

nos. A lei nº 1.607, de 1906, sujeitou ao pagamento dêles, com primazia a quaisquer outros créditos, as colheitas pendentes. Praticamente, porém, essas reformas, bem assim quantas do mesmo gênero se queiram multiplicar, ainda não acertam no ponto vital. Consiste êle na efetividade rigorosa dessas garantias, isto é, na criação de uma justiça chã e quase gratuita, à mão de cada colono, com um regime imburilável, imprutelável, inchicanável. Tôda a formalística, em pendências entre o colono e o patrão, importa em delonga, em incerteza, em prejuízo, em desalento. Nesta categoria de débitos, não sendo facilíma, o mesmo é que não ser exeqüível a cobrança. (*Apoiados*).

Sugeriu-se que o juiz mais acessível, o de direito, ou o de paz, receba a queixa, e proceda *ex-officio*, de plano, quase administrativamente, como nos casos policiais as autoridades respectivas, mediante sumarríssima inquirição, com simples audiência da outra parte. Seja como fôr, ou se abrace êste alvitre, ou algum outro equivalente, o essencial está em cometer êste gênero de pleitos a uma judicatura, que inspire confiança ao estrangeiro desprotegido, e liquidá-los mediante um processo ligeiro, correntio, rudimentar, mas claro, justo e seguro.

O acolhimento com que a nossa polícia marítima recebe os passageiros de terceira classe, contrasta com as mais óbvias indicações do bom senso quanto à necessidade, que se nos impõe, de atrair imigrantes. A essa gente, com rudeza, grosseria e violência, "se lhe levanta o casaco, se lhe desabotoa o colête, se lhe mete as mãos nos bolsos, se lhe apalpa até o cano das botas". Em se lhes encontrando meia dúzia de lenços de sêda e alguns charutos, são capitulados em contrabandistas os seus portadores, e aferrolha-

dos no xadrez por tempo indefinido, até que se façam no dinheiro necessário para embolsar ao fisco as multas do pretenso contrabando.

Vive dessas misérias o estúpido sistema aduaneiro, que nos enxovalha e arruína. (*Apoiados gerais*). O vadio, o perdido, o larápio, a quem se distribui acolhida tal, não se incomodarão. Quando lhes abrirem as portas da clausura fiscal, virão tentar a sorte, enchendo-nos as ruas de ociosos. Mas o rústico laborioso e honesto, os conterrâneos, os companheiros, testemunhas da brutalidade se darão por avisados, começarão desde logo a se indispor com este país de má hospedagem, não perderão o primeiro ensejo de se mudar para Buenos Aires, e, nas suas cartas para a terra donde vieram, nos farão a cama, arredando assim de para aqui se embarcarem os atraídos pelos chamarizes da nossa propaganda. (*Aplausos*).

Propaganda, com efeito, em matéria de imigração, não há senão uma: a da correspondência dos imigrantes, dos seus depoimentos epistolares, da odisséia de cada um, narrada a parentes e patrícios nessas missivas rudes, cuja leitura vai reunir à lareira, na aldeia remota, o círculo dos conhecidos. De lugarejo em lugarejo se estende então a fama, boa ou má, de argentinos ou brasileiros, de americanos ou chilenos. Eis a semente da colonização. Daí é que ela germina, se as notícias transmitidas nos recomendarem. Se não, debalde empenharemos sacrifícios: a concorrência de trabalho para o Brasil continuará na morosidade e escassez, em que até hoje a vemos. (*Muito bem; muito bem*).

Pouco importa que a estatística registre, de vez em quando, aparatosos aumentos; que a vejamos acusar, em 1908, mais 22.908 imigrantes do que em

1907; que nos primeiros dez meses de 1909, nos acuse 8.000 imigrantes espontâneos e 22.000 subsidiados. Êsses dados oficiais não merecem inteira confiança; porquanto o regulamento do serviço do povoamento manda considerar "imigrantes espontâneos" os indivíduos procedentes do estrangeiro com passagem paga por conta própria, não só de terceira, mas, até, de segunda classe. O otimismo encontra assim o melhor artifício, para engrossar os seus algarismos lisonjeiros.

Nesta matéria, em suma, as minhas convicções e as normas segundo as quais eu teria de proceder no governo, se resumem nalgumas idéias precisas.

Não creio na colonização oficial.

Não creio na imigração subsidiada.

Não creio na aliciação oficial de imigrantes.

Não creio na organização de propagandas aparatosas, como a que se constituiu na administração passada.

A meu ver, a tarefa dos governos, federais e estaduais, deve circunscrever-se ao sistema de condições políticas, econômicas, sociais, com que me acabo de ocupar. O que, aliás, não exclui, enquanto não pudermos chegar ao régimen exclusivo da espontaneidade, a constituição de núcleos coloniais, a sua submissão a administradores idôneos, a facilitação ao imigrante do seu primeiro estabelecimento, com a aquisição da terra e os meios iniciais de sua cultura.

Mas o povoamento, a colonização, a imigração pressupõem aberta ao estrangeiro a entrada pelo oceano, mediante uma navegação regular e freqüente, um comércio contínuo e servido pelos instrumentos

modernos de comunicação, com o resto do globo. E aqui temos uma questão de atualidade, tão urgente, quanto grave que me obriga a algumas ponderações breves, mas indispensáveis, sobre

A NOSSA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

Examinando este assunto no meu discurso de Santos, em dezembro do ano passado, expus categoricamente a minha opinião sobre o anacronismo do sistema de fiscalização estabelecido pelo decreto nº 2.647, de 19 de setembro de 1860, cuja índole opressiva condenei, quando Ministro das Finanças, no Governo Provisório, buscando com a minha circular nº 23, de 12 de abril de 1890, dar-lhe uma execução capaz de lhe atenuar os inconvenientes.

Na época em que foi promulgado, com a estreiteza do movimento comercial, tão atrasado a esse tempo, as circunstâncias facilmente se acomodavam ao mecanismo, que esse regulamento criava. Trinta anos depois, quando me coube exercer a administração da Fazenda, já os seus vexames eram vivamente sensíveis, e só o critério de uma aplicação da maior largueza, da maior liberalidade, o poderia conciliar com os direitos do comércio e as exigências da navegação num país adiantado.

Nesse ânimo se achava imbuído então o funcionalismo aduaneiro. Mas a medida funestíssima que o aquinhoa no produto das multas, desenvolveu, nas nossas alfândegas, um espírito de extorsão e rapacidade, que barbariza, nesta parte, os nossos costumes administrativos, e constitui hoje uma das mais tristes manchas da civilização brasileira. (*Palmas*).

A comparação, a este respeito, com os nossos vizinhos platinos é, para nós, uma vergonha. Para

nos reabilitarmos, diga-se a verdade, bastaria copiá-los. O regulamento de 1860, com a agravante odiosíssima da inovação que interessou o pessoal das alfândegas em escorchar o comércio, nos flagela, nos empobrece, nos inimiza com o mundo civilizado. (*Apoiados*).

Os portos brasileiros têm direito a se limparem dessa humilhação. Não há razão nenhuma, para que um país de grandes capitais marítimas, como o Rio de Janeiro e Santos, não vá buscar nos modelos europeus e americanos, em Hamburgo, em Antuérpia, em Nova York, e, aqui ao pé de nós, em Buenos Aires mesmo, ou em Montevideu, exemplares dignos do nosso tempo e da nossa cultura, para imitar e adaptar (*Apoiados*).

Com estas praxes aduaneiras, de requinte em requinte, de exagêro em exagêro, de tresvario em tresvario, havíamos chegado a nos alongar do resto do mundo, obrigando as companhias de transportes navais a nos considerarem, nas suas tarifas de fretes, como mais distantes da Europa do que a capital argentina e a capital chilena. Depois levamos, ainda há pouco, algumas das grandes emprêsas de navegação, habituadas ao tráfego das nossas costas, a nos suspenderem ou ameaçarem suspender as suas viagens aos grandes portos brasileiros.

Agora, afinal, parece que vamos tocar definitivamente, e por um modo total, a êsse extremo, graças ao artigo 53 do orçamento atual da Fazenda, que pune com a duplicação das taxas e a privação das regalias de paquetes as companhias estrangeiras, a cujas carreiras regulares devemos a nossa comunicação com o mundo, por se haverem constituído numa liga defensiva, sem a qual não poderiam manter o beneficio da continuidade nos serviços,

contra a concorrência dos transportes marítimos de arribação. Uma providência tal deixa essas empresas em condições de não poderem continuar a frequentar os portos brasileiros. Já elas com razão o declararam. Estamos, pois, ante "uma das mais graves crises, que o país pode sofrer". Não podia ir mais longe a loucura, que nos governa. E, quase a estalar essa calamidade, o que se faz, é mandar anunciar duas viagens mensais dos *grandes transatlânticos do nosso Lloyd* à Europa. (*Riso*). Realmente não necessita de mais o Brasil, para entreter as nossas relações com o outro continente. O *rastaquerismo*, entronizado na mais alta administração da nossa terra, excedeu aqui o sublime do ridículo. Já não há indignação, que nos salve, nem desprezo que nos vingue. (*Aplausos gerais*).

A ditadura de Francia seqüestrou do resto do orbe o mísero Paraguai. Não sei por que coincidência atroz com a nova invasão imminente do militarismo no Brasil, paira agora sobre nós a iminência de uma seqüestração comercial. As grandes linhas transatlânticas, servindo ao Uruguai, à Argentina, ao Chile, passariam ao longe das nossas costas, abandonadas pelos veículos da civilização européia. Que gloriosa coroa para os nossos vinte anos de democracia republicana!!

Na administração brasileira nada urge mais instantaneamente do que acudir a essa desgraça. (*Muito bem*).

Releva quanto antes:

1º Promover a revogação do art. 53 do orçamento da Fazenda.

2º Acabar com a participação dos agentes aduaneiros no lucro das multas e apreensões.

3º Revogar o decreto de 1860, substituindo-o por um regulamento modelado no régimen liberal dos grandes portos europeus e americanos.

Outro assunto em que as circunstâncias me obrigam a uma definição clara da minha maneira de pensar, é a

ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

No sentir do meu antagonista, ela “reclama *uma reforma radical e moralizadora, que, sem lhe tirar de todo a autonomia, assegure a eficácia da ação dos poderes federais*”. (*Risadas*).

Na transparência dêste fraseado o que se debuxa, evidentemente, é a extinção da autonomia municipal no Rio de Janeiro. (*Aplausos*). Devo confessar que, não para a extinção, mas para a restrição dela, já se inclinaram, em algum tempo, as minhas opiniões. Hoje, porém, com a experiência a que ora assistimos, do valor da administração federal naquela cidade, da incompetência, imoralidade e loucura dessa administração, convencido estou de que, se a autonomia ali se ressentia de inconveniências, a sujeição daquele município ao governo do Catete as teria ainda incomparavelmente mais daninhas.

Esse governo manda prorrogar, um dia, o orçamento municipal do exercício transato, a título de ser inexistente o votado pelo conselho, em razão de não ter êste existência legal, e, ao outro dia, manda votar o nôvo orçamento, reconhecendo implicitamente, assim, a existência do mesmo conselho, cuja inexistência na véspera declarara. A um poder capaz de tais desvarios, por vergonhosos interesses eleitorais, não se ensancham as atribuições. O que, ao

contrário, se deve, é opor-lhe todos os freios possíveis. (*Apoiados*). Neste caráter, a autonomia, limitada como é, daquela municipalidade, cumpre que se mantenha. É sempre um embaraço, um temperamento, uma barreira às alucinações da força, do orgulho e da irresponsabilidade.

Se a experiência nos houvesse de servir, aqui, de lição, para alterar a situação constitucional ou legal daquele distrito relativamente ao governo da União, após os recentes despropósitos do Presidente da República, desde que se travou o pleito sobre o Conselho Municipal, seria para levar-nos a cortar, entre as duas entidades, toda a dependência, e substituir a autonomia restrita pela autonomia plena. Se o não podemos agora fazer, deixemos as coisas como estão, por esse lado. Mas busquemos robustecer o caráter democrático daquelas instituições municipais, dando-lhe a base de um eleitorado, a um tempo mais amplo e mais sólido, mais numeroso e mais moralizado.

Por que meio? Proclamando eleitores municipais os estrangeiros ali domiciliados, que reunirem certas condições de capacidade. É uma reforma, que eu prego, há cerca de dez anos, e que, no país mesmo, tem o apoio de vários exemplos na legislação dos Estados. A função do eleitor municipal não é política. A edilidade por ele nomeada administra unicamente o patrimônio público da cidade.

Se o em que se pensa, é na moralização, ali, dos negócios municipais, não vejo outra medida capaz de resultados certos e prontos. O sufrágio do estrangeiro concorreria para a administração da nossa metrópole com os melhores elementos de bom senso, riqueza, independência e honestidade.

Falei até agora nas instituições, que presidem ao desenvolvimento da nossa vida nacional. Não poderia findar, sem que me ocupasse das que devem assegurar a nossa defesa. Já se vê que tenho em mente

O EXÉRCITO

Este programa é um ato de sinceridade absoluta. Não requeira votos, nem evita responsabilidades. Não será para as fugir, pois, que encetarei esta secção no plano geral das minhas idéias de govêrno, protestando, ainda uma vez, contra os baixos enredos, que me apontam como inimigo das classes militares. Elas não têm, desde as vésperas dêste regímen, advogado mais desintesseiro e amigo mais solícito do que eu. (*Apoiados gerais*). Durante a última fase da monarquia fui eu que as defendi, em re indicações que me granjearam o seu entusiasmo. Do meu interêsse por elas, no Govêrno Provisório, apresenta vestígios indeléveis a minha administração do Ministério da Fazenda. Nos primeiros anos da nossa existência republicana, de 1892 a 1893, foi em mim que elas encontraram o patrono espontâneo, gratuito, indiferente aos riscos da própria vida, na tremenda luta a que me aventurei contra a ditadura militar pelos direitos militares. (*Apoiados*). E, quando êstes, em 1895 e em 1898, precisaram buscar na clemência constitucional o refúgio contra os ódios políticos e as vinganças do poder, as anistias que baixaram sôbre o exército e a marinha, restabelecendo nas suas fileiras a união e a paz, foram obra da minha iniciativa, de minha tenacidade e do meu apaixonado amor à justiça. (*Apoiados*). Meçam com êstes serviços os seus êsses intrigantes, e veremos

quem será o verdadeiro amigo da marinha e do exército: se eu, se os ignóbeis especuladores.

Mas a minha estima às classes armadas não é o vil sentimento dos ambiciosos, cortesãos e sicofantas da fôrça. É o sentimento veraz e livre do patriota. Na mesma razão da simpatia, que me inspiram as classes militares, está o horror, que me infunde o militarismo.

O exército vive de organização, disciplina e legalidade. (*Prolongados e estrepitosos aplausos*). Ora, tudo isso vai banindo completamente do exército o militarismo, que na candidatura militar achou a sua expressão culminante. Ilegalidade, indisciplina, desorganização: eis, em três palavras, a síntese, rigorosamente exata, do seu estado atual. (*Aplausos*). Já se não guardam, sequer, as aparências. Na guarnição do Rio de Janeiro, a capital do país, por onde o Brasil mais visível é aos olhos do mundo, as manifestações coletivas se reiteram, cada vez mais edificantes. (*Apoiados*). Para converter o exército brasileiro no pedestal da ambição de um homem, desviam-no inteiramente da sua missão constitucional, embebem-no do espírito político, envidam tudo por transformá-lo num instrumento de opressão do voto popular. (*Apoiados*). Se esta obra de maldade continuasse, acabaria por incompatibilizar completamente a fôrça armada com a nação. Porque esta, não esqueçam, é a soberana. A fôrça armada valerá, pelos serviços que lhe prestar. (*Aplausos gerais*).

Visitando a República Argentina, onde lhe logrou estudar atentamente as instituições militares, para aqui escrevia, há pouco, um dos mais competentes oficiais do exército brasileiro: "O exército argentino é pequeno, mas excelente. E, no entanto, êste país achou meios de gastar com êle metade

apenas do que nós desembolsamos, para ter simplesmente a desorganização armada”.

Dessa famosa reorganização do nosso exército, que se eleva às estrêlas, não se conhecem outros frutos. Depois de esboçada pela análise, em escritos que lhe deixaram caracterizados os erros, a crítica dessa reforma se vai consumando, ainda mais eloqüentemente, pelos seus resultados. Obra de rapsódia e confusão e aparato, não se traduz senão pelo aumento dos quadros, pelo aumento dos quartéis, pelo aumento da despesa, pelo aumento da balbúrdia, pelo aumento da ineficácia militar. (*Apoiados, palmas*).

Nunca se registraram, na crônica dêste ramo do serviço nacional, sintomas tão graves da ação dissolvente, que no seio do exército se vai exercendo sobre as suas qualidades profissionais, e da anarquia, que o invadiu. Dentre muitos exemplos que no-lo mostram, citarei um, do *Correio da Manhã*, que, aos 30 do mês passado, nas rápidas linhas de uma local, põe em foco, num curto episódio, uma situação. Eis o que êle nos relata:

Ê deplorável a situação em que se acham as fôrças do exército, distribuídas pelas nossas fronteiras. Temos presente uma carta de Ponta Porã, em que são relatados fatos graves.

A 10 de outubro, revoltou-se o pessoal do 17º regimento, com o intuito de assassinar os oficiais. A rebelião foi, felizmente, sufocada a tempo. As praças estavam, na sua totalidade, embriagadas.

Além disso, ao que somos informados, em Ponta Porã há carência absoluta de fôrça suficiente, para reprimir os constantes assaltos dos índios coroados e, mais ainda, dos contrabandistas. A fôrça, que ali existe, tem apenas cinco oficiais, nenhum sargento e uma récua de soldados, sempre bêbedos e incapazes de fazer bem o serviço. (*Sensação*).

Ao ler essa notícia, tinha eu ainda vivas as impressões da minha visita ao corpo de polícia de

S. Paulo, onde, em companhia do Ministro da Justiça naquele Estado, com o comandante Balagny e os seus auxiliares, passara eu, no campo de manobras, as horas de uma bela manhã, admirando, na longa série de exercícios das duas armas que ali se professam, a infantaria e a cavalaria, a exibição de um núcleo exemplar de força armada. Era, para mim, da maior curiosidade êsse estudo, além da minha antiga queda para os assuntos que entendem com a defesa nacional, pelo motivo particular de ser eu quem primeiro, entre nós, aconselhou, como indispensável e urgente, o entregar-se a educação técnica do nosso exército a instrutores estrangeiros.

Vai por dez anos que alvitrei e sustentei essa medida redigindo *A Imprensa*. A idéia pôs em ferverença contra mim o *chauvinismo* jacobino. Era a contraprova de que eu não estava em êrro. Mais tarde, homens sinceros, que, a êsse tempo, me não achavam razão, acabaram por dar-ma. A excelência dos resultados da missão Balagny em S. Paulo veio agora tornar inquestionável o acêrto do meu juízo. Sei que o Marechal Hermes, cheio de prevenções contra ela, ao ponto de evitar, uma vez, de passagem para Santos, a demora na capital daquele Estado, para não ser obrigado a examinar a obra dos instrutores franceses, reduzido, afinal, por insistência do Barão do Rio Branco, ali foi ter, e não lhes poupou expressões de admiração e aplauso. Eu não lhes medi os meus. É uma irrepreensível amostra de exército europeu, na fisionomia, no porte, no desgarre das tropas, na facilidade, na precisão, no brilho das manobras.

Quando me franquearam o quartel, tive, num relanço, a indicação da força, que transmudara os grosseiros elementos ali encontrados pelos oficiais

franceses nesse modelo de harmonia, disciplina, vigor e capacidade militar. Era a escola, a escola, da qual me disse o comandante Balagny, mostrando-me os bancos e carteiras dos seus alunos. "É o meu instrumento de transformação". A escola desapareceu dos nossos quartéis. Foi-se com o culto. Nenhum laço moral, hoje, entre os nossos soldados, para avigorar a disciplina com o freio da consciência, para depurar a violência no sentimento da responsabilidade, para escoimar das suas fezes a corrente armada.

Graças a êsse regímen de moralidade e intelectualidade, há cêrca de seis meses, entre aquêles cinco mil homens, não há um caso de insubordinação ou embriaguez. O polícia paulista compete com o soldado francês ou alemão nas qualidades técnicas, e, a certos respeito, se aproxima do japonês. Não levando em conta a polícia riograndense, de que não posso julgar, porque não a conheço, a polícia de S. Paulo é a única organização verdadeiramente militar, entre nós existente. O acesso é subordinado, ali, à cultura, à graduação intelectual. O princípio da iniciativa individual, condição primária na formação dos exércitos modernos, recebe ali o maior desenvolvimento. E da convergência dêsses fatores com o da mais rigorosa disciplina resulta aquêl primor de educação militar.

Ora, não se pode admitir que sejam as instituições policiais de um Estado as que, entre nós, continuem a constituir o modelo da organização da força armada. Se em alguma coisa, pois, se deve empenhar o amor próprio das nossas classes militares, será em rivalizar e exceder, quanto antes, aquêl exemplo. (*Apoiados*).

Tal coisa, porém, não se alcança com as reformas em papel. A reconstituição de um exército é

obra prática, e não trabalho de secretaria. Tôda a sua base jaz na instrução da massa armada, na severa adestração técnica, de que só os grandes exércitos estrangeiros nos podem ministrar os agentes. Para isso não existem competentes no Brasil, nem se podem mandar formar no exterior. É essencial que ela nos venha diretamente das suas fontes sem intermediários apressados e superficiais. (*Apoiados*).

Assim o compreendeu a administração de São Paulo. Assim releva que a compreenda a da União. Com o devido tato se resguardaram ali os melindres do nosso nacionalismo, confiando à missão estrangeira apenas a instrução. Os instrutores nenhuma ação disciplinar exercem, a não ser mediante as autoridades militares e administrativas brasileiras. Procedendo-se assim, não ocorreu, até agora, em S. Paulo, o mínimo caso de atrito, desde que se acabou de organizar o sistema.

Das nações contemporâneas, a que a tôdas prima na intensidade e veemência do patriotismo, remontado verdadeiramente à altura de um culto, é a japonesa. Pois bem: os japões fizeram o seu exército, hoje, talvez, o primeiro do mundo, pelos instrutores estrangeiros, mandados buscar à França e à Alemanha.

O mesmo caminho têm seguido tôdas as repúblicas sul-americanas, dotadas hoje de verdadeiras instituições militares:

O Chile;

A Argentina;

O Peru.

Não entregaram ao estrangeiro os chilenos sòmente a instrução das suas forças: confiaram-lhe,

até, a sua organização. Esta, é presentemente, exemplar, e nela, a meu ver, devemos ir buscar a imitação utilizável no Brasil: um exército de instrução, pouco numeroso, mas sólido, rigorosamente modelado, perfeito, em cujo seio, sucessivamente, os cidadãos alistáveis nas bandeiras vão, todos os anos, ou todos os semestres, receber a preparação técnica, donde sairão as futuras reservas, a verdadeira defesa nacional, que aqui só se realizará efetivamente, quando o núcleo permanente da força armada não oprima o país, e o exército seja a nação, não militarizada, mas adestrada periodicamente na escola das armas.

As nossas reorganizações do que se tem preocupado, é, tão-somente, dos quadros da oficialidade. Todas elas esquecem o soldado, célula e matéria plástica do organismo militar. (*Aplausos prolongados*).

Ora, o soldado, entre nós, há mister de três benefícios urgentes:

- 1º — A escola;
- 2º — A cultura moral;
- 3º — O aumento do sôlido.

Para esta última condição, que se liga às outras duas, chamo especialmente a atenção dos nossos administradores e financeiros. Com uma despesa incomparavelmente menor do que a nossa, mantêm os argentinos um exército mui superior ao do Brasil. Isto sem parcimônia, gastando com a maior largueza, no armamento, nas munições, nos exercícios, nas manobras. Claro é, portanto, que, entre nós, a nação está sendo lesada. Em cessando, pois, os abusos, teremos com que custear ao exército brasileiro tudo isso, que lhe falta, manobras, exercícios, munições,

armas, e, ainda, com que fazer ao soldado, como ao marinheiro, a justiça, até hoje, não usada para com êles, de os remunerar com alguma equidade. (*Aplausos*).

Sobre êstes fundamentos é que se há-de estabelecer a disciplina militar, sem a qual o exército será suportado, será temido, será bajulado, mas não inspirará confiança, estima, reconhecimento, como instituição necessária e órgão tutelar da nossa integridade e da nossa honra. (*Aplausos gerais*).

A disciplina deve manter-se firmemente:

1º — Pela observância absoluta das leis militares;

2º — Pela moralidade e rigor da justiça militar nos atos e sentenças dos seus tribunais;

3º — Pelo mais absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais;

4º — Pelo desenvolvimento da instrução militar e do ensino cívico nas classes armadas, especialmente nas suas camadas inferiores e com particular esmêro no soldado, cuja cultura intelectual e moral constitui a base de toda a organização capaz das fôrças de mar e terra, num país civilizado;

5º — Pelo cuidado em subministrar ao soldado e ao marinheiro, de acôrdo com as crenças de cada um, livremente manifestadas, os benefícios espirituais, que os seus sentimentos religiosos reclamarem;

6º — Pela repressão dos atentados contra as leis da subordinação da ordem militar à ordem civil;

7º — Pela mais estreita observância das normas que vedam ao exército e à armada as manifestações coletivas;

8º — Pelo cuidado em arredar as escolas militares dos centros de agitação política e contágio sedicioso, elevando, juntamente, ao mais alto grau a sua cultura científica e o seu valor prático, mediante o mais sério desenvolvimento do estudo nas disciplinas militares;

9º — Por uma administração, em suma, que exclua totalmente da política o exército e a marinha, os encerre unicamente no círculo natural da sua vocação, os reduza enfim ao seu legítimo papel de órgãos defensivos do país contra o estrangeiro e sustentadores das instituições constitucionais, nas mãos do poder constituído, contra a desordem.

Nas considerações que aqui levo expendidas, muitas das principais, se estendem ao regímen

DA MARINHA

Tais as que dizem respeito à disciplina e à insuficiência atual do sôlido. Quanto, pròpriamente, à especialidade naval, pouco me resta por acrescentar.

Bem conhecidas são as minhas opiniões sôbre a marinha, o seu papel entre as nações modernas e a sua importância no Brasil. Tenho-as desenvolvido muitas vêzes, desde a *Lição do Extremo Oriente*, na imprensa e na tribuna parlamentar, onde as afirmei de nôvo, quando se discutiu, no Senado, a questão dos arsenais. Nessas opiniões insisto, não como em teorias, mas como em normas práticas de administração que nos devem orientar.

Num país de caráter marítimo como o nosso, a marinha é o órgão predominante na defesa nacional. As invasões pela fronteira territorial, muitas vêzes as repeliria uma nação meramente com o pêso da sua

massa, revôlta e improvisada pela necessidade em forças indestrutíveis. Mas ao bloqueio marítimo não se resiste. É a asfixia. Uma batalha no oceano, destruindo a esquadra inimiga, manietaria e obrigaria à capitulação aos invasores. O Brasil necessita, pois, de uma organização naval respeitável. (*Aplausos*). No outro regímen sempre a tivemos, sem que ela desassossegasse nunca os nossos vizinhos. Não os pode inquietar, portanto, sob o regímen de agora. As proporções que ora lhe demos, correspondendo às circunstâncias atuais do continente, ao desenvolvimento do país e às novas condições da defesa marítima, não há razão para que alterem

AS NOSSAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Neste capítulo do seu programa envolveu o candidato militar, como a Pilatos no Credo, a Conferência de Haia, para nos brindar, a êste propósito, com o regalo de algumas invenções preciosas, (*risos*) que, no caráter de embaixador brasileiro ante aquela assembléia, me releva anotar ligeiramente.

Não constou a nenhum dos membros da Conferência de 1907 que ela tivesse por objetivo "a paz universal". Tanto êsse não era o seu objetivo, que as suas deliberações, pela maior parte, versaram sôbre as leis e costumes da guerra, estatuinto regras sôbre os direitos e deveres dos neutros e beligerantes, as prêsas, o bombardeio, o bloqueio, as minas submarinas, a transformação dos vasos mercantes em navios combatentes, a captura dos barcos de pesca. Tinha, outrossim, em mira aquela assembléia melhorar as condições, estatuídas na anterior, para a liquidação pacífica dos conflitos internacionais. Mas é um abismo o que daí vai à paz universal, em que ninguém

falou, de que ninguém cogitou, com que ninguém sonhou. (*Apoiados*).

Pelo que respeita à nossa intervenção naquele Congresso, bem que nesse papel se conceda aos "delegados brasileiros" a honra de uma vaga alusão e um epíteto de louvor, só se salienta, aos olhos do honrado marechal, "a discreta, inteligente e patriótica ação do notável estadista, o sr. barão do Rio Branco". Naturalmente os historiadores da Conferência, aproveitarão, de futuro, o achado para a segunda edição das suas obras (*risos*), retificando assim a injustiça, que importa corrigir, para que o nome do embaixador brasileiro não continue ali a preterir o do nosso Ministro das Relações Exteriores, tão oportunamente restituído aos seus direitos pelo candidato militar. Com a errata desaparecerá, naturalmente, a importância dominante e pessoal, que os mais eminentes dêsses escritores atribuem à individualidade do embaixador do Brasil, classificado por Mr. Scott, delegado americano àquela assembléia, como "*a leading personality, a dominating personality*." (*Aplausos*).

A excursão do meu antagonista por essas regiões andou sem bússola nem rumo. "Sirvam-nos", diz êle, "as deliberações dêsse congresso e os exemplos das nações mais fortes de proveitoso ensinamento. Continuemos, *por isso*, a dirigir as nossas vistas para o poder militar da República". (*Gargalhadas*). Ora, em verdade, se não é, parece irrisão, quando se está a prometer «concordia e amizade aos povos estranhos», invocar-se a imagem da Conferência da Paz, para concluir por uma exortação ao desenvolvimento do nosso poder marcial. (*Aplausos*)

Mercê de Deus, para me ocupar destas matérias não precisarei de compor frases. Já que o meu adver-

sário nos vem evocar a Conferência de Haia, direi que tenho nela os meus títulos, como amigo sincero e ativo da paz, à confiança dos nossos vizinhos, (*Aplausos*). Embora neste país, em tempos nos quais o hermismo ameaça, até, subverter o idioma pátrio com a nova gramática introduzida pelos seus cortesãos (*gargalhadas*), embora hoje, na minha terra, me queiram despir, até, daquilo, que, em honra sua, tão assinaladamente conquistei no estrangeiro (*aplausos delirantes*), as atas daquela assembléia, a estima dos seus membros, a história dos seus trabalhos recordam o meu nome e a minha "influência", na frase do sr. Brown Scott, não só como delegado brasileiro, mas ainda "*como representante da América Latina*". (*Aplausos prolongados*).

Não é de mim, pois, que, no govêrno do Brasil, a América-Latina recearia a violação dessa fraternidade americana e dessa paz internacional, a que ali me votei com a energia das maiores convicções. Para que entre o Brasil e as repúblicas irmãs, cujos territórios o limitam, se forme uma cordialidade e uma solidariedade inquebrantáveis, bastaria deixar livres os nossos recíprocos sentimentos. Muito pouco têm que fazer, a êste rsepeito, as chancelarias. Quanto menos de si derem que falar, melhor. A paz, entre nós, tem por garantia o coração dos povos e os seus grandes interêsses, o seu comércio, a sua prosperidade, a sua civilização.

Já vai longo, senhores, êste papel, escrito a correr, numa semana, sem preordenação regular, entre os múltiplos trabalhos desta agitada campanha eleitoral.

Nêle tenho buscado, até aqui, dizer-vos o que farei, ou o que faria. Quisera agora, por alguns exemplos, dar-vos a ver, na hipótese de me honrar

com a vitória o escrutínio de março, o que eu não faria, ou

O QUE EU NÃO FAREI.

1º — Não intervirei nunca nos tribunais, atuando no espírito dos juizes. (*Aplausos*).

2º — Não desobedecerei jamais, sob pretexto algum, às sentenças dos tribunais, não as sofismarei, não as iludirei, direta ou indiretamente. (*Aplausos*).

3º — Condenado por sentença final um ato do governo, na espécie da lide, não o continuarei a executar nos casos análogos, a que se estenda o alcance do julgado, e considerarei obrigatória, para o Estado, a restituição a todos os envolvidos na execução anterior da medida incursa em reprovação judicial. (*Aplausos*).

4º — Não me determinarei por influências políticas ou particulares no provimento dos cargos judiciais. A seleção para as funções da magistratura, do magistério e dos serviços técnicos exclui em absoluto a intervenção de considerações particulares ou pessoais. Tenho, especialmente, por sagrado o terreno das nomeações no tocante à magistratura. Estas regras, para mim, não constituem fórmulas verbais, mas normas ativas e categóricas aos meus atos no governo. (*Aplausos*).

5º — Não recusarei execução a lei alguma, a pretexto de inconstitucionalidade; visto como, a respeito das leis, o conhecimento dêsse vício é da competência *exclusiva* do poder judicial. Tôda a lei, *pelo mero fato de ser lei*, enquanto não havida por nula em sentença irrevogável, obriga inelutavelmente o Poder Executivo. (*Aplausos*).

6º — Não hesitarei em respeitar ou resolver a acumulação de cargos o mesmo indivíduo, quando ela, na forma das leis crimosamente revogadas pelo govêrno atual, consultar o interêsse da seleção das capacidades, e favorecer a economia dos dinheiros do Estado. (*Aplausos*).

7º — Não concederei a intervenção de fôrças federais, à requisição de juizes federais, senão verificada a recusa, pelo Govêrno Estadual, de apoiar a sentença ou o ato judiciário com as fôrças do Estado. (*Aplausos*).

8º — Não consentirei na preterição, por nenhum ministro, do preceito constitucional, tão justo quão exeqüível, que os obriga todos ao relatório anual dos serviços das suas pastas. (*Aplausos*).

9º — Não assumirei compromissos internacionais, em matérias da competência privativa da legislatura, como as que entendem com a integridade do nosso território, antes de autorizado pelo Congresso Nacional, ou manifestado inequivocamente o seu apoio. (*Aplausos*).

10º — Não permitirei que as repartições da União recusem às partes documentos necessários à sua defesa em questões sôbre os seus direitos contra o govêrno. (*Apoiados*).

11º — Não admitirei que se infrinjam ou sofissem contratos celebrados com a administração federal, ou cláusulas de natureza contratual, estipuladas em concessões legislativas. (*Apoiados*).

12º — Não empenharei a garantia federal em empréstimos internos ou externos, contraídos por Estados ou municipalidades. (*Aplausos*).

13º — Não proverei em funções da magistratura a cidadãos, que hajam exercido, sob o meu governo, cargos ou comissões policiais. (*Apoiados*).

14º — Não autorizarei o abuso de se confiarem, pelo Tesouro, a certos ministérios, e por êstes a comissões de sua escolha, somas pecuniárias, cuja aplicação escapa, dêste modo, à estrita fiscalização do Tesouro. Cumpre que neste se concentre sempre todo o dispêndio dos dinheiros da nação, assim como tôda a arrecadação das suas rendas. (*Apoiados gerais*).

15º — Não me utilizarei das relações existentes entre a Fazenda e quaisquer estabelecimentos bancários, para dissimular operações financeiras, concessões ou despesas não autorizadas, quer no orçamento, quer em outros atos legislativos (*Palmas*)

16º — Não assentirei, seja na administração civil, seja na militar, à transgressão dos preceitos, legislativos ou regulamentares, que asseguram os direitos dos servidores do Estado, quanto à sua seleção, promoção ou acesso, e substituição, exoneração, aposentadoria ou reforma. (*Apoiados*).

17º — Não ordenarei, nem tolerarei, durante as eleições, federais, estaduais ou municipais, movimentos de fôrças do exército, ou da polícia da União, no território onde corra o processo eleitoral, ou nas suas imediações; salvo unicamente nos casos de grave desordem, contra as quais se baldarem os recursos policiais da localidade, e fôr requisitado o auxílio da administração nacional, ou se tornar evidentemente imprescindível ante a gravidade e urgência do conflito. (*Apoiados gerais*).

18º — Não me reconciliarei com o estado de sítio. Fugirei da sua calamidade como da revolução

e da guerra. Não me resignarei à desgraçada contingência do seu uso, senão no caso inevitável de uma comoção declarada e irreprimível por outro modo, como a uma dessas providências ltuosas, de que os governos saem sempre diminuídos, enfraquecidos e odiados. (*Apoiados gerais*).

Faço ponto, senhores, por me não alongar inutilmente. Os exemplos indicados sobram, para vos definir o espírito de moralidade, legalidade e justiça, a resolução de cortar abusos, que eu espero, com o auxílio de Deus, caracterizaria a minha administração. Aquêlê que dêste régimen exterminasse os abusos, cuja invasão o tem desacreditado, ou lo-grasse, ao menos, encaminhar sèriamente por essa estrada o govêrno, teria feito, praticamente, muito mais pelos nossos direitos, pelas nossas liberdades, pela tranqüilidade, pela civilização e pela honra nacional do que o autor das mais auspiciosas reformas legislativas, semeadas num terreno vicioso, onde as melhores novidades se embebem logo da corrupção antiga. (*Aplausos*).

E, com isto, deixando ainda por tocar assuntos de grave importância, que, ou, com a pressa, me não acudiram, ou, com o alongamento excessivo dêsse escrito, sou constrangido a calar, chego, enfim, à

CONCLUSÃO.

Já que os estilos me exigiam um programa, senhores, aí o tendes. Saiu rebelde às normas, porque não consultou senão às da minha sinceridade. Não tem o luzir da novidade; porque tudo nêlê é velho como a minha vida, como o ideal, que tem consumido a minha carreira, como a verdade, cuja defesa a tem absorvido. São as convicções, que tenho pregado, os

males, que tenho combatido, as aspirações, a que me tenho devotado. Não as fui tomar aos bazares ou aos adelos, onde se alugam os trapos de gala, ou se escolhem as roupas de fantasia. (*Bravos!*) Abri-vos a minha alma, e deixei-a verter as suas esperanças, os seus anelos, as suas crenças. Trouxe-vos o meu coração, e derramei-o inteiro, com a sua fé, a sua vontade, a sua lisura, a sua perseverança. E aí tendes, com o nome de plataforma, alguma coisa, que será tudo, menos banal, menos insincera, menos postiça: porque é o grito de uma consciência, a síntese de uma carreira, o eco de uma vida, o perfil de um homem. (*Aplausos prolongados*). O seu comentário está nos elementos, que o sustentam, nas forças, para que apela. São as forças populares, os elementos nacionais da opinião. (*Bravos*). Ao passo que o outro, das promessas que vos fêz, traz, lado a lado, o desmentido solene, na reação oficial que o apoia, com o seu sinistro cortejo de violências odiosas, a compra de consciências, a derribada administrativa, a insolência policial, a intimidação da imprensa, o empastelamento de jornais, o sangue de Barbacena, as ameaças de mazorca, as carrancas de estado de sítio, as bravatas da vitória da candidatura marechalícia, seja como fôr, aconteça o que acontecer, custe o que custar. (*Aplausos gerais, estrepitosos e prolongados*).

Ainda uma palavra, senhores, e me calarei.

Querem as praxes da eleição para a magistratura suprema, entre nós, que o programa do candidato à cadeira presidencial comece ou termine com a apologia do candidato à vice-presidência pelo seu companheiro. Da minha parte, para com o dr. Albuquerque Lins, o cumprimento dêste dever, a que satisfaço com efusão, confessando o meu desvaneci-

mento de meu ver ao seu lado, não é uma formalidade convencional, a obediência a uma pragmática ociosa, mas a expressão sincera, renovada e solene da minha admiração e da minha confiança no preclaro brasileiro (*aplausos*), cujas altas qualidades políticas tanto têm sobressaído no govêrno do Estado, que tão dignamente administra. Se me permitis encerrar a minha plataforma com um voto, que a honre, seja o de que nunca mais vejamos cessar a patriótica aliança entre êstes dois grandes Estados (*aplausos delirantes*), e se perpetue, cada vez mais afetuosa, esta união de S. Paulo com a Bahia, celebrada em defesa dos interêsses mais caros de nossa pátria comum, e acariciada hoje, por quantos amam o Brasil, como um dos melhores penhores da salvação da nossa liberdade. (*Estrepitosos aplausos, palmas e bravos. O auditório, todo de pé, vibra como um só homem. As senhoras dos camarotes acenam com os lenços, enquanto o palco é juncado de flôres e invadido pelos espectadores que sobem a êle das platéias e cadeiras*).

DISCURSO NO BANQUETE OFERECIDO À COMISSÃO POPULAR DE FESTEJOS

a 18 de janeiro de 1910

Oferecendo o banquete à Comissão presidida pelo Conselheiro Botelho Benjamin, pronunciou Rui Barbosa o seguinte discurso, que transcrevemos da publicação *Rui Barbosa na Bahia* — Bahia, 1910.

Não podendo reunir em tórno desta mesa todo o povo desta generosa cidade para o abraçar, num contacto íntimo de um longo e vivo amplexo de agradecimento pela recepção com que me honrou, congratulo-me de poder, ao menos, sentar-me hoje entre os seus representantes por êle mesmo escolhidos.

Sento-me entre a comissão popular, a quem a sociedade baiana, por tôdas as suas classes, incumbiu a tarefa de organizar as manifestações extraordinárias com que aqui tive a satisfação de ser recebido.

No desempenho dêsse mandato, caros compatriotas e amigos, soubestes pôr, com generosidade, todos os mimos, afagos e meiguices do coração baiano. Prodigalizastes as gentilezas, as fidalguias, as liberalidades, em que se costuma desentranhar a grande alma desta terra nos seus rasgos de nobreza e entusiasmo.

Cumulastes, enfim, a medida da delicadeza e carinho na expressão de cordialidade e na eloquência do sentimento, elegendo para vosso orador êsse bom Torquato Bahia, o mais velho e fiel dos amigos

sobrevivente de tantos outros que a morte, o tempo ou a política me levaram, modelo de quantos acaso me reserve ainda a Providência a doçura de ainda conhecer e amar, na parte de vida em que ainda me consinta, com o prazer de ser útil o de respirar a esperança, batalhar pela fé, e chorar com a caridade.

Se as gemas valem pelo extremo da parcimônia com que foram semeadas na obra da criação, e rebrilham em lustre pelo aumento de nossa estima na razão de sua raridade, bem mereciam, nestes tempos, a constância e a amizade o privilégio de se verem engastadas, assim, como a jóia destas manifestações.

Sirvam de estímulo a outros cometimentos as palmas, companheiras da vitória, os louros, amigos do gênio, as fôlhas de carvalho, antigos emblemas de civismo e todos êsses velhos símbolos de valor militante em que as ameias dos castelos, os muros das cidades, as proas das naus vencedoras do oceano ornavam as coroas dos heróis.

Para as lides que empreendemos agora o de que sobretudo haveremos mister é de pureza, de desinterêsse e lealdade, é dessa fidelidade, que não conhece a suspeita, não aguarda prêmios, não conta os anos, vive de confiança, de admiração, de ideal, e, após as longas calmas, as desfolhas da outonada, a aspereza das invernias, renasce tôdas as primaveras como a beleza dos campos na espontaneidade de suas flôres.

Dessa firmeza nos seus sentimentos é que vivem os povos grandes: por ela se lhes reconhece a identidade moral, se lhes assegura a perpetuidade, se lhes estabelece a solidariedade entre as gerações sucessivas.

Uma noite, num espetáculo de transmutações a que eu assistia num dos teatros de Londres, ao erguer

do pano, que baixava e subia continuamente, surpreendendo com a exibição viva de sumidades contemporâneas, vimos assomar uma figura marmórea em seu pedestal sobre uma alcatifa de *primores* tendo por fundo ao quadro a perspectiva da praça de Westminster. Era o vulto de Lorde Beaconsfield, a imagem de Benjamin Disraeli, já então roubado pela morte à política, mas não ao reconhecimento da Inglaterra, que ali surgia, revestida a coluna de sua glorificação e tapizado o solo que a sustentava, com florinhas prediletas ao gosto artístico do famoso estadista.

A esta vista inesperada, levanta-se o auditório inteiro: as senhoras que enchiam os camarotes, as poltronas, as galerias, estão de pé, um só estremecimento sacode o recinto, estendem-se os braços, tôdas as mãos se encontram no ar, e longas, repetidas, fragorosas salvas de palmas abalam a casa.

Êles haviam tido a visão de seu grande homem; eu tinha a da Grã-Bretanha.

Mas, no seu trono de rochas eternas a senhora dos mares, me parecia revestir por manto de rainha a sua fidelidade.

Felizes os fiéis! Só êles são robustos, só êles dignos, só êles poderosos, só êles longevos. É a virtude em cujo seio se renova e se depura incessantemente o amor.

Ora, do amor, a reprodução; da reprodução, a juvenilidade; da juvenilidade, a ação, a energia, a madureza, a frutescência, o progresso, o renascimento. No mundo moral como no mundo físico, tôdas as cousas mudam sempre sobre uma base que não muda nunca.

Tôda a família, tôda a associação, tôda a sociedade tem a sua condição de permanência na ordem,

na legalidade, na tradição. Quando estas assentam nas regras divinas do bem, sôbre as quais a consciência cristã se não engana, tôda a rebeldia à tradição, à legalidade, à ordem constituída importa numa dessas infidelidades, que as nações expiam à custa da própria conservação, como os individuos, com as impurezas da volubilidade, nos temperamentos desregrados.

Não era possível que a Bahia incorresse nesse atentado moral contra uma das expressões mais invariáveis do seu passado. Se na história desta terra se destaca acima de outras, uma quantidade invariável em tôdas as situações, é, par a par como brilho de suas qualidades militares, a independência de seu espírito civil. Não é a êste povo que acobardaram jamais ameaças de baionetas. Nem o intimidaram as de Frias Vilar, que eu vi evadir-se, oculto entre cortinas de uma cadeirinha, ladeira da Conceição abaixo, à multidão que o acossava, enquanto o seu batalhão, recolhido ao quartel do campo da Pólvora, aguardava as sombras da madrugada para evitar, buscando o embarcadero por um caminho desviado, o contacto da população indignada. Não o aterrou em circunstâncias ainda muito mais graves, o tropel das fôrças em marcha para Canudos, entrando nesta cidade como numa praça escalada à vista, quando cada baiano era um suspeito aos olhos dos chefes dessa expedição comandada pelo furor epiléptico de Moreira César e, entre os senhores da época, em que à derrota dêsse tipo de façanhosa crueldade nos sertões baianos, respondia, nas ruas do Rio de Janeiro, a mazorca de 7 de março, se apontava a Bahia como o quartel-general do monarquismo com a sua guarda avançada nos jagunços de Antônio Conselheiro.

O macaréu da violência foi espadanar-se em sangue, aos 5 de novembro, no Arsenal de Guerra da Capital mas depois de haver batido aqui e recuado. Os sertões desta terra ficaram sempre funestados nas cenas horrendas que Euclides da Cunha immortalizou em páginas de um colorido ultradantesco.

Mas a Bahia não curvou a frente, o povo da metrópole nunca enfiou de susto, e a gente do terror aprendeu que a raça livre desta descendência de bravos não era republicana por medo aos degoladores de vencidos, aos exterminadores de prisioneiros, aos matadores de irmãos indefesos.

Tôda a nação que saiu da ordem civil, entra como vaso desarvorado nesse mar tenebroso de crimes.

A política bem o sente, bem o vê, bem o sabe.

Por isso, enquanto certos instrumentos exultam, anavalham e fanfarreiam, os principais responsáveis têm suas horas de negra tristeza e mal encoberto arrependimento.

Mas a ambição e a covardia dão às facções entranhas de hiena. É à política de fome e do pavor, da pusilanimidade e dos negócios que nos quer entregar, hoje, ao governo do ferro, à sua corrupção, à sua brutalidade e à sua crueza, ao seu descrédito, à sua incapacidade, à sua miséria, à sua escuridão, ao seu abandono e à sua asfixia.

Aí tendes, através de tôdas as dissimulações, de tôdas as cenografias, de todos os programas, isso que por aqui, destas sacadas, vimos campear, antontem, sob a expressão de uma fanfarra militar, meia dúzia de praças do exército e um punhado inconsciente de irresponsáveis berregadores, com a pretensão

de ensurdecерem a cidade, inquietarem a população e deixaram sem auditório o meu programa.

Mas a néscia algazarra não enchia um quarteirão. A sociedade baiana encolheu os ombros e o anfiteatro do Politeama se coalhou de ouvintes entusiasmados.

Era a primeira vez que um candidato à presidência, entre nós, lia a sua plataforma ao povo.

Até aqui êsses documentos se dirigiam ao estômago farto dos banqueteados, nos tantos convites dos partidos em festa. Êsses estilos seguiu a plataforma do Marechal Hermes, recitada no jantar do Teatro Municipal aos pais da candidatura da maio, em pacto de aliança entre ela e as úlceras do regímen, a caudilhagem, o mandonismo, as oligarquias, num ramilhete de frases, bordões e lugares comuns.

Rôta está essa pragmática. E à candidatura de agosto cabe honra de havê-la desmoralizado, não se arreceou ela de falar diretamente à multidão num grande comício popular, discutindo sem constrangimento em sua presença os mais graves, subtis e difíceis problemas de administração e govêrno.

Já agora está inaugurada e há-de lançar raízes a inovação, que exprime ingresso a uma tentativa real do govêrno do povo pelo povo.

A capital da República me oferecia uma cena mais próxima e a mais natural para iniciativa da novidade.

Era o lugar de meu domicílio. Era o centro do país. Era por auditório uma população delirante pela vitória da causa civil. Mas eu vi de longe a minha amada terra natal, o lar e o túmulo de meus pais. Disseram-me que o hermismo tinha aqui partido, proselitismo, popularidade. Quis verificar a realidade

inverossímil dêsse portento. Lá o terreno era seguro. Aqui se dizia incerto e perigoso. Pois aqui vim. Procurei pela hidra e não a vi. A Bahia ouviu o meu programa. A Bahia o aplaudiu. A Bahia o cobriu de flôres.

E posso agora voltar da Bahia, dizendo que a Bahia não conhece o hermismo senão como certas doenças não contagiosas, embora ruins, de cuja existência mal se sabe além do círculo dos que a adquiriram, e a ela se afizeram.

A terra em que tive a honra de nascer, era, ainda bem, a mesma que sempre conheci: livre e altiva, generosa e grande! Não tinha ainda traços de senzala, ainda não era um projeto de caserna. A "heroína dos seios titânicos", não os estendia, ama de criação, ao rijo apetite da filha do militarismo com a República, nem ajojava a cerviz à canga de maio.

Viva, pois, a nossa terra! Um hurra, pela Bahia! A ela, representada em vós, caros amigos da comissão popular, a ela, de pé, em continência, com a admiração de nossas almas e o licor generoso de nossas taças. À Bahia! À sua comissão popular! (*Palmas prolongadas, vibrantes aclamações*).



DISCURSO NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

em 19 de janeiro de 1910

O senador Rui Barbosa, com a comitiva, saiu do palácio das Mercês, à 1 hora da tarde, dirigindo-se para a Associação Comercial, onde foi recebido pela diretoria incorporada. Depois de uma visita por todo o edificio e dependências, foi convidado a passar ao salão de honra, tomando ali a cadeira da presidência. Falou saudando o dr. Rui, o dr. José Pereira de Almeida, dizendo que, debruçada sobre um túmulo, chorava a Pátria, nesse momento, a perda de um filho ilustre.

Aludia ao falecimento de Joaquim Nabuco, que o telégrafo acabava de anunciar.

Respondendo, o senador Rui, disse que, se conservava de pé, a fim de agradecer não só a generosidade do acolhimento que lhe estava sendo dispensado, como a honra de ter a Associação comparecido à sua recepção. Rendendo êsse tributo de reconhecimento sincero, comovido fazia votos para que continue a Associação a representar, como até agora tem representado, a atividade e energia no progresso do comércio desta praça, reputada em todos os tempos e através de todos os tempos, uma das melhores do país e uma das mais respeitadas.

pela probidez e exemplo de segurança de sua atitude no desempenho do dever.

Terminou fazendo votos para que a Associação, como representante dessas grandes qualidades conservadoras de que havia falado seu representante, jamais se desvie para o terreno das aventuras perigosas.

DISCURSO NO CONSELHO MUNICIPAL

em 19 de janeiro de 1910

Saindo da Associação, no meio de aplausos calorosos, Rui Barbosa foi ao Banco da Bahia, sendo recebido pelo diretor-gerente, sr. Francisco José da Silva Fortuna.

Em seguida, sempre acompanhado da diretoria da Associação, tomou o elevador, dirigindo-se ao Conselho Municipal.

Na recepção do Conselho, compacta massa popular aguardava a sua chegada, prorrompendo em aplausos calorosos. Todo o Conselho o aguardava, de pé, nos primeiros degraus da escadaria principal.

Conduzido ao recinto, Rui Barbosa tomou assento na cadeira da presidência, tendo à direita o Presidente do Conselho e à esquerda o Intendente.

Aberta a sessão, fêz uso da palavra o Conselheiro Municipal Vital Soares, começando por lastimar que uma fatalidade estendesse sobre as alegrias da recepção do candidato civilista, a nuvem pesada da notícia da morte do doutor Joaquim Nabuco. Isto, porém, não seria motivo para que, por entre os soluços de amarguras, a Bahia não continuasse a lembrar as glórias de Rui Barbosa, que são as suas próprias glórias.

Respondeu Rui Barbosa:

Senhores: (*)

Duas palavras apenas do coração, e eis tudo quanto vos posso dar neste momento.

O golpe doloroso que ontem se desfechou sobre a nossa Pátria me traz confrangido até ao coração,

(*) Discurso taquigrafado e não revisto pelo orador. (Nota da publicação *Rui Barbosa na Bahia*. Bahia, 1910, p. 119.)

abate-me o espírito até à terra, me extingue a palavra nos lábios.

É a trajetória de um grande astro que imerge na escuridão atual dos nossos destinos. Tombam as grandes sumidades, vão-se os grandes merecimentos. Ficam apenas os instintos das paixões mesquinhas, caregando de incertezas o país.

Debaixo dessa impressão, meus caros patrícios, vós me permitireis que eu resuma tudo quando vos deveria dizer à mera expressão dos meus sinceros agradecimentos à cidade, à sua digna representação municipal.

Eu suplico ao ilustre orador cuja eloquência tão brilhante, tão sentida, tão comovente, acaba de encher-me o coração das mais caras emoções; suplico que me releve não o acompanhar nos vãos desferidos tão alto pelo seu talento na formosa alocução que proferiu.

Agradeço a êle, a todos vós, meus caros conterrâneos, a todos vós, senhores representantes do Conselho Municipal, o generoso acolhimento com que me confortais nesta campanha em benefício de uma causa já hoje, felizmente, sagrada pelas aclamações nacionais.

O concurso com que esta cidade acaba de contribuir para o triunfo brilhante de um princípio — que há de ser fatalmente vitorioso — (*palmas, bravos*) — porque, senhores, êste país não há de apodrecer contaminado pelos míseros interesses da especulação (*palmas delirantes, muito bem*), em meio dêsses interesses malvados, em meio dêsses interesses perversos (*aplausos prolongados*) que se aninham nos recantes escurso onde não penetra a luz dos grandes sentimentos, a contribuição, senhores, do município baiano para a nossa vitória, que há de ser

fatal, mais cedo ou mais tarde, (*palmas entusiásticas*) para o bem da nossa Pátria, — essa contribuição, dizia eu senhores, há de ficar registrada na história do nosso país como mais uma glória a juntar-se às tradições da nossa terra! (*Bravos, palmas*).

Continuem embora as aves agoureiras a voejar nas sombras onde se alimentam as baixezas de sentimento, onde se exploram as regiões rasteiras da miséria humana, tudo quanto há de menos alto na sociedade, para enxovalhar o nosso patriotismo; continuem embora a arrastar-se pelo caminho das maldições — e isto é um ponto que bate em cheio no coração desta terra sempre gloriosa, — não a hão de contaminar, não a hão de corromper, não a hão de reduzir ao instrumento dos seus interesses inconfessáveis! (*Palmas calorosas; vivas estridentes; aplausos prolongados*).

Reine embora sôbre essas regiões e sôbre essas almas sua majestade a mentira, reine embora um ceptro todo de vilezas e desgraças, reine embora um trono de paixões indignas, — mas, senhores, o que há de governar o país é a soberania da nação (*bravo e palmas*), cujo futuro está assegurado pelos imensos recursos com que a providência a dotou. (*Palmas*).

Senhores eu tinha dito que duas palavras apenas do coração era tudo quanto faria para corresponder à generosidade das vossas aclamações.

As impressões da ocasião, entretanto, me arrebataram para mais longe de que pretendia. É que ninguém sabe até onde os deveres arrastam a alma de um patriota!

Temos certeza de que encetamos uma campanha abençoada por Deus. Nunca se levantou em nosso país uma causa mais nobre; ela é mais que a própria emancipação dos escravos: porque ela é a libertação

de um povo até hoje habituado a deixar-se governar pelos outros, mas que agora está resolvido a fazer-se governar por si mesmo! (*Aclamações sem par, frenéticas, delirantes*).

Excede, senhores, à medida mais ampla da paciência; excede, senhores, a medida da mais larga misericórdia; excede, senhores, tôdas as medidas, essa indignidade, êsse afoitamento, êsse desplante com que, rosto a rosto, a verdade é todos os dias desfigurada em benefício de uma exploração sem nome, por fôrça da qual se manda dizer para fora que as aclamações recebidas pelo candidato civilista foram aclamações à servidão militar que nos ameaça e que, infelizmente, aqui ainda encontra algumas vozes, bem raras, é certo, que a aplaudam!

A opinião está feita. Os sentimentos do país são notórios. Não têm por testemunho unicamente os pequenos órgãos dos pequenos interêsses e as paixões acostumadas a transmutar a verdade: êles têm o testemunho do todos os Estados da República e do resto do mundo, diante do qual se desdobra nesta hora a luta pela reabilitação do Brasil, como a maior e mais dignificante campanha até hoje testemunhada no cenário da história das Repúblicas Americanas.

A América do Norte, senhores, acompanha atentamente os nossos passos; é de lá que tem de baixar o último juízo sôbre os resultados desta campanha; (*Palmas e bravos*). O mundo terá que dizer se êste país é um país de homens ou de animais, de bestas ou de criaturas divinas, se é um país de cidadãos livres ou de miseráveis que libertaram ontem os escravos para se fazerem escravos a si mesmos! (*Aplausos estridentes*).

Tenho, senhores, quarenta anos de milícia nas lutas civis; tenho, senhores, quarenta anos de batalha

pelas causas nobre de nossa terra. Mas nunca me senti tão elevado, nunca me senti tão enobrecido, nunca me senti tão grande — pela grandeza de nossa terra — vendo pelos fatos mais solenes desmentido o cepticismo de que éramos uma nação fraca, de que éramos uma nação morta.

É em meio da grandeza de minha terra reabilitada, é em meio da grandeza do Brasil no caminho da sua regeneração, que eu levanto entre os meus conterrâneos a cabeça e agradeço a Deus o ter-me alongado os dias para ver que minha terra não seria amanhã retalhada pelo estrangeiro. Sim, meus senhores! que isto aqui não é carniça para a espada que nunca se tingiu de sangue em defesa da pátria; que isto aqui não é um aquartelamento geral de recrutas, mas um país de homens livres, de braços laboriosos, de inteligências úteis, uma nação, uma grande coletividade, armada para a sua defesa exterior e interior.

A Nação não paga os instrumentos de defesa senão para servi-la.

Sejam os parlamentos, sejam as escolas, sejam os exércitos, — êles não são mais, senhores, que simples servidores da Pátria, e, quanto mais caro custam, tanto mais nos assiste o direito de exigir que se conservem dentro das leis e da disciplina.

As nações não armam os seus exércitos para serem escravizadas por êles; (*bravos e palmas*) as nações não dão os galões aos seus generais para que êles levantem contra elas a sua espada; (*muito bem, aplausos ruidosos*) as nações, senhores, não fazem os seus marechais para que êles venham a ser, na paz, os caudilhos de facções ambiciosas! (*Palmas estridentes, bravos, muito bem*).

O soldado é um funcionário, o general é um empregado público, digno por certo do respeito de

todos os concidadãos, mas enquanto obedecem às leis, assim como passíveis das condenações do povo quando se convertem em perturbadores da paz pública, em desonradores da nação, em promotores do seu descrédito perante os estrangeiros! (*Uma salva estrepitosa de palmas; bravos e vivas entusiásticos*).

Deus nos há de fortalecer os rins, armar de força os nossos braços, encher de dignidade a nossa alma, inflamando de chamais sagradas o nosso coração, para que a pátria não seja enxovalhada pelo domínio da incapacidade e este não seja a chave para a solução do problema nacional.

Deus estenderá a sua providência sobre o nosso país, e ele há de ser vitorioso! (*Palmas e bravos*). E vivamos nós, senhores, para assistirmos à festa com que o dia não longe da nossa regeneração há de ser assinalado e o nosso triunfo abençoado pelas gerações futuras, que hão de conservar as tradições gloriosas de nossa terra! (*Aplausos prolongados bravos; aclamações entusiásticas*).

Resta-me suplicar que me perdoeis este arrebatamento e implorar dos meus ilustres patrícios, chefes e representantes da municipalidade, mil perdões para a veemência de minha linguagem num dia de tristezas, de severo luto para a nossa pátria.

O luto e a tristeza, senhores, não amortalam nos povos livres os grandes sentimentos do dever.

Enquanto a lousa do túmulo se fecha sobre uma grande vida, aos sobreviventes compete lembrar que se devem fazer dignos das tradições que ela lhes lembrava.

Esse cujo espírito passou, cujos fastos, cuja inteligência nas lutas da diplomacia tiveram, ontem, a sua última cena, encarnava uma estirpe de liberais,

formados numa época em que o militarismo não era um flagelo pendente sobre as nossas cabeças.

Maior homenagem não poderíamos render à sua memória senão firmar a nossa fidelidade às tradições que ela representa, prometendo sobre o seu túmulo a nossa lealdade, a reivindicação dos direitos da nossa pátria, assegurando a esta a restituição do regímen dos seus verdadeiros ideais, a abolição radical desses germens de intranquilidade e de vergonha para as instituições que adotamos. É a maior das homenagens que podemos render à memória do patriótico querido.

Em outros tempos, o militarismo era entre nós uma árvore exótica. Querem hoje introduzi-la no nosso organismo, para dêle se apossar e fazer pasto das ambições e da fôrça.

Reajamos, senhores! O país está reagindo; o Brasil começa a reagir. A reação é uma fôrça, é um triunfo, será amanhã a garantia do nosso futuro. A República sairá da luta reabilitada, livre e sã, e a nação ficará, então, restabelecida no trono de sua legítima soberania! (*Calorosa salva de palmas, aclamações entusiásticas*).



DISCURSO EM RESPOSTA À MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL

Em 19 de janeiro de 1910

Respondendo a uma saudação do Conselheiro Municipal prof. Guilherme Rebêlo, proferiu Rui Barbosa, no Palácio das Mercês, o discurso adiante transcrito. Trata-se de um resumo não revisto pelo orador conforme nota da publicação *Rui Barbosa na Bahia*, p. 107.

Meus caros patrícios e amigos

Eu não sei, disse, como responder à eloquência das palavras com que acabo de ser saudado pela representação do Conselho Municipal desta cidade, na bôca do seu ilustre orador.

Quis a sua generosidade que a alocução proferida fôsse um poema tecido pela sua imaginação, pela sua bondade, pelo seu amor da pátria, a um dos seus mais dedicados e fiéis servidores, um de cujos principais merecimentos é ter a consciência de sua fraqueza e a vontade persistente de a querer exceder pela continuidade dos seus esforços.

Eu bem sei quanto dista, na realidade, o valor de um homem, quanto dista êle dos seus próprios ideais.

Cada um de nós, quando entra fundo em si mesmo, convence-se de que tôda essa grandeza que nos é atribuída, acima das nossas energias, quase

nada nos toca. Todos os frutos são da bondade d'Aquêle que rege os destinos da humanidade.

A comoção produzida em mim pelas palavras do eminente orador não me deixa a calma de espírito necessária para acompanhá-lo no longo trajeto que fêz pela acidentada vida daquele que ora vos dirige a palavra.

Permitireis, portanto, meus caros amigos, que me resuma, exprimindo em poucas frases o mais sincero agradecimento à inefável bondade dos meus conterrâneos, sempre tão generosos com o seu patriótico dedicado, mas fraco, incapaz de compreender a imensidade das suas aspirações.

O mérito, senhores, de minha vida, apoucado na intimidade de minha consciência, está todo na persistência do ideal que tem acompanhado o seu longo e dificultoso curso.

Coube-me a fortuna apenas de beber no espírito de um pai cuja alma encerrava em si o ideal dos princípios liberais, de beber idéias que deviam dominar-me por tôda minha vida. O mérito disto consiste em ter seguido sempre a minha linha traçada desde os meus primeiros anos, que não variou e que eu hoje considero já chegada ao seu último termo.

Outros me argüem de ser a personificação da versatilidade. Nessas ocasiões, eu, que estou habituado a reconhecer os meus próprios erros, procuro encontrar o mínimo vislumbre de justificação da tacha com que me verberam. Desejava encontrar rosto a rosto os meus acusadores, para que apresentassem uma só idéia, um só princípio, uma só aspiração cardeal, em minha vida política e de homem de govêrno, em que me tivesse desviado do rumo que me tracei.

Ser-me-ia muito fácil, senhores, seguir uma vida tortuosa para alcançar tôdas as eminências. Tôdas as facilidades se abririam à minha passagem.

Também eu poderia ter, se quisesse, a cortesia dos ditadores.

Floriano Peixoto foi dos meus melhores companheiros no Governo Provisório. Nunca faltou a meus atos o apoio do seu voto. Um pouco de esforço de minha parte bastaria para que, por sua amizade, eu tivesse assegurado o caminho para o rumo das minhas ambições.

Ao contrário, desde que o governo militar começou o mau regímen, fui eu, graças a Deus, quem levantou a bandeira da legalidade; fui eu quem abriu a escola patriótica do regímen, estabelecendo a educação do patriotismo — não mediante lições verbais, que em nada aproveitariam, mas a poder de atos, de sacrifícios, de dedicações.

Desde então, essa tem sido a minha carreira, monótona pela continuidade, pela constância na defesa dos princípios liberais, dos princípios constitucionais, dos princípios democráticos.

Se há nisto algum mérito é o que unicamente me cabe.

Quanto ao mais, não tenho sido, senão um instrumento da Obra Divina, cuja infinita bondade não podia abandonar êste grande povo, êste grande país.

Veio, a reação contra o regímen da hipocrisia da República sacrificada à pior espécie de ditadura.

Em face dela, não tive mais do que reafirmar os seus princípios.

Em conseqüência dos sentimentos do país, das tendências da época, os fatos se encaminharam natu-

ralmente. Daí êsse movimento nôvo, êsse movimento extraordinário, êsse movimento incomparável que se agita em nosso país e cujos resultados hão de chegar fatalmente à vitória.

A consagração com que acabam de honrar-me pagaria os serviços de um grande homem em sua pátria, quando mesmo tivesse sido o seu salvador.

Os meus pequeninos, os meus obscuros serviços estão largamente recompensados.

Em vos abraço a todos, agradecido por tamanha generosidade.

DISCURSO NO JANTAR OFERECIDO AOS
PRESIDENTES DAS COMISSÕES,
DEPUTADOS E REPRESENTAN-
TES DOS MUNICÍPIOS

Em 20 de janeiro de 1910

Despedindo-se da Bahia, ofereceu Rui Barbosa um jantar aos politicos do Estado que apoiavam a sua candidatura. À sobremesa pronunciou o seguinte discurso, que foi respondido pelo Governador do Estado, dr. João Ferreira de Araújo Pinto. Este discurso foi taquigrafado pelo redator do Estado de S. Paulo, José Anibal Marcondes Machado.

Senhores:

Eu me levanto para saudar os amigos presentes, agradecendo-lhes a honra que me fizeram de acudir ao convite para sentarem-se a esta mesa.

Representantes do Estado, da Câmara no Congresso Federal e das câmaras estaduais, chefes dos comités paroquiais, magistrados, jornalistas, representantes, enfim, do escol da política baiana, — os mais legítimos órgãos das opiniões, — manifestações vivas dos sentimentos gerais do Estado.

Seu concurso vem acentuar a cooperação geral da energia da alma baiana neste movimento político a que hoje parecem associados vitalmente os destinos do nosso país.

Desta vez não são os interêsses ordinários de parcialidades ou de grupos que animam a ação dos

elementos políticos os que explicam e determinam o movimento e mque estamos envolvidos; desta vez nos levantamos acima do nível comum das coisas políticas em nossa terra; um pensamento superior nos eleva; uma idéia regeneradora nos impele; sentimos que somos uma força sublime acima de nós mesmos; sentimos que caminhamos para o momento histórico de nossa pátria.

É isto que estabelece a nossa superioridade em relação aos nossos antagonistas.

Êles, infelizmente para o nosso país, ao contrário, se fizeram os servidores de interesses a que a política da nação é estranha, constituíram-se em cortesãos da força e vão mendigar à mesa da ditadura as migalhas a seu favor distribuídas, a seu bel-prazer, segundo os interesses dos corrilhos da espada — a que vemos hoje, subordinadas as medidas da política paisana.

Êles não sabem a sorte que amanhã os aguarda. Contentam-se em entregar-se ao ditador, na esperança de cada qual merecer as suas preferências e as suas graças.

É esta, senhores, a situação política encarnada na candidatura de maio, — obra dêsse trabalho de emboscada em que desgraçadamente Estados inteiros se deixaram envolver, — pura invenção sinistra cuja cabeça mefistofélica arrastou a política e os partidos e domina agora com a maioria em uma e outra casa do Congresso Nacional.

Tudo isso, em outros tempos, em outras ocasiões, seria uma garantia de vitória para os associados em torno da força; mas hoje de nada vale tudo isso — porque vai de encontro a uma força maior, que é a força vitoriosa da opinião nacional. (*Palmas e bravos*).

Desvaneço-me, senhores, por ver a política baiana identificada com êste movimento, representando a vanguarda das forças que nos hão de conduzir ao mais completo triunfo. (*Aplausos prolongados*).

Nós não obedecemos ao caminho encetado pelos nossos adversários, senão à idéia superior de firmarmos a vitória do nosso país contra êsse assalto imprevisito, formidável, servido pelas paixões e cobiças de parcialidades retrógradas, de parcialidades sem idéias, sem os sentimentos de verdadeiro patriotismo.

Os nossos princípios se acham felizmente definidos em um programa acolhido, graças a Deus, com as aprovações gerais de todo o elemento associado a esta campanha.

Até agora vemos reunidas em tórno dêsse programa as adesões da força republicana.

Chamamos forças republicanas as que vêm na República o conjunto das instituições defendidas pelo pacto constitucional, — não como fórmulas verbais que a hipocrisia adota para servir aos seus interesses e paixões, mas como expressão dos sentimentos do povo, executadas conscienciosamente por partidos honestos.

Tôda essa verdadeira força republicana apoia o programa da candidatura de agosto.

Posso dizê-lo, confortado, em presença das manifestações que de tôda parte chegam sem que a alguém houvéssemos consultado, sem que a plataforma da candidatura civil houvesse passado pela inspeção outros olhos — porque a precipitação com que foi executada a concluída não o permitiu; — sem que essa plataforma fôsse levada ao exame dos amigos aos quais devia ser submetida, — ela mereceu os aplausos de todos, — prova solene da superioridade de nossa causa.

Em nossa plataforma não existem interesses — levantam-se idéias; proclamam-se princípios; propõem-se reformas. E, todavia, contra essa plataforma dizem "que ela irritou todo o mundo"!

A frase seria certa, mas com um acréscimo ligeiro. O acréscimo torna-la-ia exata: — a plataforma acabou irritando o mundo inteiro dos abusos!

Qual é o interesse respeitável ofendido nessa plataforma? Qual é a aspiração real contrariada pelas idéias ali consignadas? Por que irritou o mundo todo? Será porque tenhamos ousado falar, em uma plataforma presidencial, de revisão das nossas instituições? Será porque escutando as experiências acentuadas e solenes do país, nos tenhamos animado a confessar a força e a legitimidade dos reclamos da revisão do nosso pacto constitucional? Mas, senhores, todos são testemunhas da temperança, da reflexão com que ali se encaram êsses delicados problemas.

Nenhuma das grandes instituições, daquelas em que palpita a vida, a essência do regímen, se consideram expostas aos azares de uma tentativa de reforma, mantidas as bases constitucionais; entretanto, se busca atender aos reclamos da opinião, sem o que os futuros governos não se sentiriam animados do conceito anti-revisionista.

Por que então acabaria essa plataforma irritando todo o mundo?

Será porque nos atrevemos a divergir das oligarquias, em cujo domínio se esteriliza tamanha parte do território nacional? Será por havermos reconhecido que êsses Estados do Norte não poderão continuar a ser objeto do domínio parentelar e dos onipotentes?

Será por havermos proclamado que o Governo Federal não pode ser o guarda submisso de interesses inconfessáveis?

Se assim é, eu me felicitarei pela irritação que a plataforma haja provocado.

Era preciso que a República saísse do pântano em que se chafurda; era preciso que ela enveredasse por um caminho nôvo; era uma exigência a sua regeneração.

Há males que vêm para bem. A candidatura militar trouxe êsse grande benefício.

Quando levantamos a voz, pela primeira vez, contra a tentativa malfadada, aquêles a quem essa inicitiva coube, não imaginaram o alcance do passo dado; não podiam prever que o seu arrôjo, a sua divergência, a sua resolução conduziriam o país ao extraordinário movimento em que hoje está envolvido.

A muitos se afigurava uma temeridade; a outros, uma causa condenada a uma derrota fatal.

Lançada, porém, a semente no seio da opinião, os fatos vieram desmentir aquelas suposições. Surgiu o movimento; vimo-lo crescer, e hoje a sua extensão é incalculável; já não é no meio de cegos que se tenta conseguir a vitória da candidatura militar. Hoje, no seio dos homens de bom senso, começou o terror. Nosso triunfo não uma quimera; será uma verdade que marcha triunfante contra os autores da candidatura militar; cresce todos os dias o apoio da opinião.

A maioria dos elementos da vida popular, as forças reais da sociedade, aquelas que representam os interesses do país, — tôdas elas, até então, sempre indiferentes às lutas políticas, — acompanham a reação contra a tentativa militar.

Ninguém mais se ilude com os esforços para tirar a essa tentativa o caráter de militarismo. Os fatos o provam; os documentos acumulados levantam a certeza do caráter eminentemente militar dessa tentativa nefasta.

Continuar-se-á a negar porque assim é preciso, e disso se incumbe a retórica do militarismo.

O fato faz lembrar a anedota contada uma vez por Lincoln, numa das suas palestras. Sabe-se que o Presidente dos Estados Unidos, que foi o emancipador da raça negra em seu país, costumava amenizar as suas idéias com apólogos, e anedotas mais ou menos pitorescas.

O orador faz referência à anedota por êle contada de que, certa vez, numa de suas excursões eleitorais ou forenses, vira, em antigo livro, uma gravura representando quatro ou seis sujeitos que metiam um negro em uma barrela para mudar de côr e fazê-lo branco. Mas por maiores que fôsem as diligências, os esforços, a energia empregada, o negro saiu prêto da barrela — e morreu de um resfriamento.

Continua então o orador:

Receio que não venha a acontecer à candidatura militar coisa semelhante. Os esforços dos amigos não lhe despirão o caráter militar, e queira Deus não venha ela morrer também de resfriamento. (*Risos*)

Nesta palestra com os amigos vou-me alongando. Devo aproximar-me do fim, dizendo-vos e exprimindo-vos o meu profundo reconhecimento.

Se alguma vez me ensoberbeci de ser baiano, foi agora.

Até hoje a política era ramerrão de fórmulas arcaicas, de costumes antigos, de tradições mais ou menos obsoletas, predominando a indiferença do povo.

Agora começa ela a ser alguma coisa, começa ela a se ocupar sèriamente com interêsses de sua terra, colaborando para esta lisongeira situação. Lisongeira considero-a, porque a esperança é grande e está assente sôbre sólidas bases.

Temos, já hoje, certeza da vitória desta causa nacional; respira, vive, postos de lado os elementos mortos; tudo quando é ação, tudo quanto é civismo, — tudo está reunido em torno de nós, apoiando a nossa reivindicação.

Eu me ensoberbeço de colaborar nesta obra salvadora dos créditos do nosso país.

Convido pois, os meus conterrâneos a perseverarem e confiarem em que não está longe o dia da vitória.

Deus protege a nossa causa e ela triunfará.

Não será uma eleição a bico de pena, porque uma grande fiscalização acompanhará os atos eleitorais; dêles sairão sairão o testemunho do voto da nação para ser julgado pelo tribunal supremo da opinião. O Congresso Nacional necessariamente fará justiça. O eleito do povo não será depurado como os eleitos de campanários e corrilhos. (*Bravos*)

Podemos ter a certeza de que esta campanha pode acabar como principiou, diante dos olhos da nação.

Termino saudando e agradecendo à Bahia, pelos seus representantes aqui reunidos em torno desta mesa, a sua presença, porque ela significa diretamente a sua adesão à causa nacional — a vitória da candidatura civil sobre o militarismo. (*Palmas e bravos*).

Eu brindo, pois, à política baiana, à nossa vitória nas urnas a 1º de março!

DESPEDIDA

Não me permitindo a escassez do tempo e a contínua acumulação de trabalhos, nesta breve estada aqui, ir em pessoa desempenhar-me dos meus deveres de cortesia e gratidão para com os amigos e conterrâneos, que, em número inumerável me têm distinguido, em manifestações de todo o gênero, individuais ou coletivas, escritas ou presenciais, com a honra das suas visitas, dos seus cumprimentos, ou dos seus aplausos, vejo-me obrigado a me utilizar dêste meio, para significar a todos o meu sincero e vivo reconhecimento pelas demonstrações de simpatia, aprêço, adesão ou solidariedade com que, desta vez mais do que nunca, me tornaram a cativar.

Desta minha vinda à nossa cara terra natal volto com o coração oprimido de saudades e a alma cheia de confiança, não tendo recebido, em tôda a parte, senão os sinais mais eloqüentes de admiração, entusiasmo e afeto, cuja imensa generosidade me deixará na memória as impressões mais afetuosas e indeléveis.

Bahia, 20 de janeiro de 1910

Rui Barbosa

A Bahia, 22 de janeiro de 1910

CONFERÊNCIA DE JUIZ DE FORA

em 17 de fevereiro de 1910

Chegando a Juiz de Fora a 17 de fevereiro, foi Rui Barbosa homenageado pelos civilistas mineiros com um banquete. Saudado pelo Senador Feliciano Pena, respondeu com um improviso que está resumido na publicação *Excursão eleitoral aos estados da Bahia e Minas Gerais*, p. 103: «Transpondo hoje o território mineiro, eu me senti comovido e satisfeito, transportado pelas grandes qualidades morais de seu povo, cuja grandeza cresce de valor perante os olhos da história. Desde o primeiro povoado até às mais modestas populações, por tôda a parte, encontramos a mesma veemência do sentimento patriótico, o mesmo exaltado civismo de um povo livre. Não eram as grandes cidades; eram os pequenos centros de população, as espaçadas regiões agrícolas; mas era o mesmo espírito de resistência, de energia moral que sempre constituiu para êste povo o melhor galardão da sua história política e social. Minas é sempre a Minas da Inconfidência; é sempre a mesma raça de homens modestos, sóbrios, mas intrépidos e valorosos, cujas qualidades e cujos predicados morais constituem para o Brasil o mais alto orgulho nacional.

«O ilustre orador que acabamos de ouvir, acentuou a situação singular de Minas, na atualidade política do país, como eu já vira acentuado pelo grande órgão de publicidade de Juiz de Fora, *O Farol*, que há mais de 40 anos é um dos belos ornamentos da imprensa brasileira.

«Ao passo que os dois grandes estados de São Paulo e da Bahia, unidos na defesa da mesma causa, têm a fortuna de ver o povo associado aos seus governos, em Minas o povo é contrariado, espezinhado e oprimido pelo seu; mas, felizmente, tem sabido erguer-se acima dessa opressão, como acima ainda da pressão política do Governo Federal, tem erguido a sua superioridade e mostra como uma grande população

possui recursos de resistência e sabe possuir-se do espírito dos grandes ideais, que conduzem o povo às suas mais patrióticas conquistas.»

Findo o banquete, dirigiu-se Rui Barbosa ao Teatro Municipal onde proferiu a conferência que se segue.

Servimo-nos, para a revisão do presente texto, de uma excelente cópia dactilográfica da época, cuidadosamente revista pelo punho de Batista Pereira, existente no arquivo da Casa de Rui Barbosa.

Senhoras:

Senhores:

Graças a Deus, eis-me, afinal, em terras de Minas. Não sei se, desta vez, seria para dizermos que os últimos serão os primeiros. Mas, certamente, neste caso, nem por virem por derradeiro, ficam eles abaixo dos primeiros, no coração de quem busca. Aqui não houve seleção. Guardou-se a ordem espontânea dos fatos. A S. Paulo, dianteiro na resistência, tocavam pelos direitos da sua iniciativa na causa, as primícias desta excursão. Mãe do candidato civil, a cujo brado respondera incontinenti e com alvoroço, justo era que a Bahia, dos seus braços lhe fizesse a tribuna, que fez, para a audição nacional de seu pacto de governo. Mas em Minas é que o cenário da luta se ampliou à sua maior vastidão. Aqui é que o povo se viu sòzinho, entre o fogo tríplice e convergente da violência militar, dos poderes federais e da administração do Estado.

Salteado justamente pelas três fúrias do hermesmo, dir-se-ia o gênio da luta, colhido a um tempo, nas roscas de três boas formidáveis. Os membros do gigante não cedem à triplicada compressão: contra ela reage com músculos de aço, opõe-lhe à constrição tenaz um peito de bronze, e, entre as espirais da tremenda reação, que o enlaçam, cresce bracejando,

os pés enraizados ao solo, o corpo erecto como um dêsses troncos soberanos da floresta dominando os vendavais, nas mãos o desafio, na garganta dilatada o grito de combate, na frente os primeiros raios do triunfo. É a consciência mineira, que se ergue, para decidir brevemente do pleito. Dela pende agora a perdição ou a salvação do Brasil. Imensa responsabilidade ou glória infinita. Aqui, pois, é que se havia de coroar a nossa propaganda, é que a antecipação da nossa vitória devia receber a consagração extrema

Não queriam, entretanto, que eu ousasse vir suscitá-la. Vozes de agouro me anunciavam desagradáveis contratempos nestas paragens. Com pena de talião expiaria eu aqui, ôlho por ôlho, dente por dente, o mal que não fiz: as manifestações de antipatia, com que recebestes o candidato militar. Delas não o haviam preservado os elementos oficiais, que lhe constituem a clientela. A êsses o teria eu de pagar agora, com língua de palmo, se me abalançasse a esta viagem. Experimentaria então o sabor das vaias, sentiria o silvar dos assobios, ouviria em longas atroadas os pulmões da reação policial. Ao outro dia as tubas da mentira agitariam violentamente os arames telegráficos, declarando ao país que a opinião mineira se vingara dos seus adulteradores, repul-sando a candidatura civil com as mais estrondosas pateadas.

Essas ameaças, porém, não me inquietaram. Eu não tinha o direito de me deixar acovardar, fôssem quais fôssem os riscos do cometimento. Viessem embora quantas assuadas viessem, e partissem donde partissem, era do meu dever arrostar-las, impassível, talvez agradecido. Se do povo, sinal seria que no seio dêste, a questão se travava com insólita energia. Tanto melhor. Nós, outra cousa não queríamos. Se

do mundo oficial, useiro e vezeiro nessas manobras, em cujo desenvolvimento atual o govêrno da União se extremou ao ponto de tentar perturbar o movimento unânime de São Paulo, durante a minha visita àquele Estado, remetendo para ali em duas levadas sucessivas, cento e vinte arruaceiros do serviço policial na metrópole, era um contraste pitoresco ao civismo da agitação mineira, que lhe viria dar relêvo à magnificência.

Já me habituei a encarar as cenas da agitação militarista com a filosofia que requerem. Sem grandes esforços me eduquei em me desinteressar das agressões ao meu nome, que a superexcitam para a considerar tão-somente com a atenção do espectador, a persistência do curioso e o espírito do analista. Não deixaria de ter sua singularidade, numa vida política a que já parecia difícil a variação de novos acidentes, o estrear-se, aos sessenta anos, na experiência das vaías e assobiados. Porque, mercê de Deus, nunca as conheci, atravessando as crises das maiores paixões quando freqüentava, exposto a ela, arca por arca, os comícios populares, ainda nos dias em que nos batíamos contra o mais poderoso, o mais desalmado e o mais imoral dos interêsses: o da propriedade do homem sobre o homem. Ainda então, quando mais me atacavam no jornalismo, os meus piores antagonistas, rosto a rosto, nunca me faltaram com o respeito. E, todavia, a êsse tempo, não me havia branqueado ainda a cabeça ao serviço do país, não era eu o veterano, que hoje sou, de um regímen criado e cimentado com o suor de tantas agonias minhas, não numerava, na minha fé de ofício, êstes vinte e dois anos de trabalhos pela justiça, pelo amor dos meus semelhantes, pelos direitos da liberdade.

Mas, já que as cóleras da fôrça, por nós embaraçada nas suas aspirações, tudo subvertem, natural era não escaparmos imunes à violência material das iras, que ensangüentaram Barbacena. Viessem, pois, as surriadas. Do povo? Estava no seu direito. Da arruaça? Estavam no seu caráter. Eu as contemplaria, as estudaria, as pintaria como fenômenos de um estado social, as registaria, as declararia, as confessaria como interessantes descontos na popularidade geral da nossa causa. O que não faria, era mentir, para as esconder, convertendo apupos em aclamações, e inscrevendo entre os obséquios da hospitalidade as súrrias e morras, descritos como ovações e carinhos. Depois, senhores, os ferrabrases e estoura-vergas, os trinca-espinhos e mata-setes das patuleiras vociferantes sempre estão um grau acima dos fios envenenadores da imprensa. Quem se conseguiu mitridatizar contra a peçonha dêstes, muito menos se molestaria com a berraceira dos outros. Sacudamos do pó da estrada na Manchester mineira, o nosso fato de roceiros, seguindo avante, caminho do dever. Algumas pedras que levemos de lembrança, no surrão dessas curiosidades, não nos pesarão muito na bagagem, nem desmerecerão no museu das relíquias do hermismo.

O HERMISMO E A PLATAFORMA CIVIL

O hermismo recebeu a plataforma do candidato civil com explosões de raiva correspondente à veia humorística e às disposições hilariantes, com que entre os seus adversários se acolhera o programa do candidato militar. À minha custa alguns chanfarreiros encoquinados na cozinha do partido ministram, tôdas as manhãs, ao paladar saboroso de uma clien-

tela decrescente dia a dia, os manjares da crítica fritada em graxa do Rio Grande, com punhados de colorau, molho de vitríolo e jardineira de pontas de baionetas. Diariamente voltam à mesa enjoada as mesmas palanganas, bugiarias e desaforos, em que se entretêm nos estômagos maltratados a indigestão crônica da freguesia. Enquanto as edições mínguam todo dia, num contínuo cair, os mirmidões, ressurando, se aferram na culinária, cujos agressivos aromas nos chegam o patriotismo ao nariz, e as legiões "da corrente histórica" aspiram no ar os fumos da vitória, que embriaga os heróis. Estas cousas não se discutem. Pertencem ao domínio dos sentidos. O instinto popular as julga pelo olfato. Cada vez maior se faz o vazio em torno aos pasteleiros de obra grossa. Por mais que zangarreiem os pregoadores da lista das iguarias, os pratos do dia ficam às môscas.

UMA INTRIGA

Por muito, porém, que seja o meu desprezo, há, contudo, um ponto, em que o sacrificarei, não à importância da agressão, mas a um alto dever de estima e cortesia para com uma antiga e grande afeição minha, profanada pela baixeza de vilíssima intriga.

A CONFERÊNCIA DE HAIA

Da minha parte, seria, evidentemente, ainda maior tolice que a dos meus inimigos meter-me com eles aqui às testilhas sobre si, do que honrou, em Haia o nome do Brasil, é meu ou de outrem, o merecimento, sobre se, na conferência da Paz, me cabiam a mim as manifestações de insigne aprêço,

com que ela me dignificou, até o extremo de me incluir no *comité des sept sages*, ou se, na realidade, outra cousa não era eu ali que um caixeiro, um fonógrafo, um refletor do Ministro das Relações Exteriores. Se neste aspecto do caso toco, perpassando, é unicamente para dar a ver por esta outra face a pequenez do espírito de baixeza, que anima essa reação míope, fútil, desabusada.

Desconhecer-me os títulos de iniciativa, de independência, de ação própria, de prestígio pessoal, de conquista de uma situação naquela assembléia, seria desmentir rosto a rosto a minha correspondência com o Ministério do Exterior, as atas da conferência, a coleção oficial dos meus discursos impressos, os órgãos da publicidade européia, os testemunhos epistolares, jornalísticos ou históricos de Martens, de Hill, de Stead, de Scott, de tantos outros, membros, cronistas e comentadores dos fatos do célebre congresso. Tudo isso terá o seu dia de vir a conta, com oportunidade, mostrando sem menoscabo dos serviços do nosso preclaro chanceler, aos quais, mais do que ninguém, nunca deixei de render justiça, a autonomia, a originalidade, o ascendente pessoal do embaixador brasileiro no seu papel.

As dificuldades extraordinárias, os inenarráveis embaraços, os riscos infinitamente perigosos da atitude que ali assumimos, claro está que se não conduzem de longe, por telegramas, ao êxito maravilhoso que a coroou. Quando aceitei a missão de Haia, não recebi instruções. Quando se entremostrou ali o pensamento, ainda encoberto, de submeter as soberanias a uma graduação humilhante, avisado secretamente do plano, para logo o comuniquei ao nosso governo, declarando-lhe, sem lhe aguardar a orientação, que, a meu ver, o Brasil não podia jamais

subscrever desigualdade tal, entre direitos equivalentes.

Se formulamos projetos, em alguns dos quais colaborou o nosso egrégio Ministro das Relações Exteriores, nenhuma importância dêles nos adveio, porque ou não mereceram o assentimento da assembléia, ou não se tentaram, sequer, submeter ao escrutínio, ou, com aquiescência nossa, se lhe subtraíram. Daí o dizer mr. Stead que o meu papel na conferência foi mais de crítica do que de construção, "more negative than constructive".

Não obstante, a figura do Brasil, no consenso das nações ali reunidas, alvo, no comêço, de impaciência, desdém e hostilidade, bem depressa entrou a despertar sentimentos inteiramente outros, crescendo, todos os dias, até ao último momento, em estima, em distinção, em autoridade, e chegando, como se sabe, a receber mostras de consideração, que só se tributaram às potências de primeira ordem. Como?

O DEPOIMENTO DE MR. STEAD

Oiçamos o depoimento de mr. Stead. Podia invocar outros. Mas, apelando para êste, recorro, dentre todos, ao mais autorizado. Não tendo sido parte na conferência, Stead, por isso mesmo alheio aos antagonismos que a dividiram, foi o mais assíduo, o mais vigilante, o melhor informado, e o mais independente dos seus observadores. Tendo acompanhado com a mesma devoção, sete anos antes, a primeira dessas assembléias, cuja história escreveu, da segunda foi, por assim dizermos, o órgão quotidiano na imprensa, criando, mantendo e redigindo,

em todo o decurso das suas sessões, o *Courrier de la Conférence*.

Publicista, ocupa êle, no jornalismo europeu, uma situação irrealizável. O seu tino, a sua discreção, o seu talento, a sua respeitabilidade, um raro conjunto de singulares dotes pessoais, lhe têm granjeado a fortuna de tratar mano a mano, com os maiores estadistas contemporâneos, e conversar mão por mão, os mais poderosos soberanos do nosso tempo. Indubitavelmente uma das sumidades mais populares e fascinadoras da Europa atual, dentre todos os seus característicos um há, que a todos os outros sobreexcede: a integridade moral, uma independência superior a todos os interesses, uma austeridade, que o levou, testamenteiro de Cecil Rhodes, opulência colossal entre os arqui-milionários ingleses e americanos, a dar um ponta-pé nos milhões esterlinos, que o seu testamento lhe assegurava, rompendo com o potentado e o argentário, de quem era o mais prezado amigo, para denunciar os crimes da sua política africana.

Tal o juiz, que, acêrca do embaixador brasileiro na Segunda Conferência da Paz, se pronunciava, em novembro de 1907, na *Review of Reviews*, dêste modo:

Entre os membros da Conferência não tardou muito que se esvanecessem as dúvidas sobre a qualidade e o vulto do representante do Brasil. Desde as primeiras assentadas, tomou parte o dr. Barbosa, em todos os mais relevantes debates com uma compostura, uma calma e uma imperturbabilidade, que a princípio o tornaram objeto de zombaria e, ao depois, de desgosto. Tinham vindo a sentir que o dr. Barbosa era um combatente de primeira ordem, cuja força nunca se mostrava mais eficaz do que na investida. A mais de um dos

que o saltearam, deu êle a experimentar de tal modo êsse predicado, que nunca mais se animaram a tocar-lhe.

Difícil é imaginar contraste maior do que o que se deu, entre a semana inicial e a derradeira semana da Conferência, na opinião geral a respeito do dr. Barbosa. A princípio se dizia que a Conferência nunca aturaria o dr. Barbosa. Mas daí a pouco já se acostumara a Conferência «a suportar o dr. Barbosa», e não tardou muito que nêle reconhecesse uma das mais poderosas entidades daquela assembléia. As duas maiores forças pessoais da Conferência foram o barão Marshall da Alemanha, e o dr. Barbosa, do Brasil. Atrás do barão Marshall, porém, se erguia todo o poder militar do Império Germânico, ali bem à mão e presente, de contínuo, aos olhos de todos os delegados. Trás o dr. Barbosa, estava apenas uma longínqua república desconhecida, com um exército incapaz de qualquer movimento militar e uma esquadra ainda por existir... Todavia, ao acabar da Conferência, o dr. Barbosa, pesava mais (*counted for more*) do que o barão Marshall. Maior triunfo pessoal, na recente Conferência, nenhum de seus membros o obteve; e tanto mais notável foi, quanto a alcançou êle por si só, sem nenhum auxílio estranho. Aliados não tinha o dr. Barbosa: tinha muitos rivais, muitos inimigos, e, contudo, vingou àquele cimo. *Foi um imenso triunfo pessoal que redundou em crédito para o Brasil.*

OUTROS DOCUMENTOS

Assim me julgou a Conferência. Assim me julgou a Europa. Assim me julgou uma opinião, que se formara da das quarenta e oito nações ali congregadas. Êsse mesmo de Martens, com que me vi a contas no terrível choque de 12 de julho, a meu ver, talvez, o momento mais crítico de tôda a minha carreira, mas donde, por uma inversão instantânea, resultou imediatamente uma corrente nova nas impressões da conferência a meu respeito, me honrava depois com a acentuada estima, de que tenho em afetuosas cartas, os documentos mais expressivos. Numa delas, aos 9 de agôsto, findava a comunicação

do venerável delegado russo com estas bem significativas palavras: "*Je suis heureux d'avoir trouvé auprès de Votre Excellence un si sympathique accueil, et je compte sur votre puissant appui à l'avenir*".

Dos representantes dos Estados Unidos, com quem a maledicência andou a murmurar que eu prejudicara as nossas relações, tive, após os nossos encontros de armas no debate, ainda mais preciosos testemunhos de estima, afeição e respeito. Aí está bem ao alcance de todos o livro de mr. Brown Scott, um dos mais ilustres delegados americanos, consultor jurídico da Secretaria do Exterior nos Estados Unidos, e figura proeminente na Conferência de 1907. Mais eloqüentes, porém, são ainda as manifestações, com que êle me distinguiu na intimidade.

Da embaixada americana era membro também o Ministro dos Estados Unidos em Haia, mr. Hill, exímio internacionalista, que hoje representa o seu país, no caráter de embaixador, em Berlim. Quereis ver as *antipatias americanas* que eu criei? A carta que, nas vésperas do encerramento daquele congresso, me dirigiu o insigne diplomata, se encerra com êste período: "*Si vous, monsieur l'ambassadeur, êtes l'âme du Brésil: si vos idées, si claires, si justes si nobles et si modernes exercent une domination dans votre pays; je prédis pour lui la prospérité future sans limites, et le respect du monde entier pour ses lois et ses institutions*". Isto é: "Se vós, Sr. embaixador, sois a alma do Brasil, se as vossas idéias, tão claras, tão justas, tão nobres, tão modernas, predominam na vossa pátria, eu lhe predigo, no futuro, uma prosperidade sem limites, assim como o respeito do mundo inteiro às suas leis e instituições".

DOIS ANOS ATRÁS

A êstes juízos, aliás tão excedentes do que sou, do que valho e do que fiz, não precisaria eu de apelar, dois anos atrás. Porque então no correr e no terminar da Conferência, o do Brasil era para comigo ainda mais generoso. Quer-me parecer que nunca houve, entre nós, manifestação nacional maior que essa de 1907, na qual concorreram, unânime a Câmara, o Senado, todos os congressos estaduais, a maioria dos municípios, tôdas as corporações de importância na sociedade, na política, ou no mundo intelectual e o côro geral da imprensa. Foi necessário que a degeneração do hermismo nos chegasse a consciência das mazelas de agora, para que essas glorificações de há dois anos se me convertessem no mais acerbo vilipêndio. Verdade seja que êsses, cujas mãos me despojam atualmente de todo o mérito nas vitórias brasileiras de Haia, são os mesmos cuja bajoujice compara a Napoleão, um marechal que nunca viu a guerra, compara a Washington, um candidato cuja inauguração presidencial seria a sua estréia na política e o seu primeiro contacto com a ciência ou a prática do govêrno. Dar a um o alheio e tirar a outro o seu, eis a honrada moral dessa facção.

O ORADOR E O BARÃO DO RIO BRANCO

Se nesta liquidação, porém, me detenho, não é que eu "pretenda haver sido tudo em Haia". Não. No meu discurso à colônia brasileira em Paris, no que, ao regressar dali, proferi na Bahia, nos muitos que, aqui, ao volver daquela missão, pronunciei e, ainda o ano transato, no que dirigi ao Senado, respondendo ao Sr. Zeballos, sempre atribuí o maior

quinhão na obra da embaixada brasileira ao barão do Rio Branco. Levei longe, mui longe, o mais longe a que se poderia chegar, essas declarações; e delas me não desdigo.

Mas daí a nulificar, arrasar, eliminar a minha ação pessoal naquele congresso, e, ainda por cima, nodoar-me com uma invenção azinhavrada, medeia, de certo, um abismo.

Se não há torpeza, pelo menos do esbulho, foi o candidato militar quem deu a senha, na sua plataforma, com a malícia dos termos em que aludiu à missão de Haia. Não sou, portanto, eu quem, de "vaidoso como um gênio, quer esmiuçar isso". Es-miúço a defesa, a que me constrangeram. Quanto à nota de "vaidoso", só os que me não conhecem, ou não me quiserem conhecer, ma irrogarão.

VAIDOSO?

Será de vaidoso, talvez, que me lancei às canseiras, aos incômodos e aos riscos desta campanha à americana, que o Brasil desconhecia, pela verdade na eleição presidencial. De vaidoso me opus à candidatura militar, quando a carneirada política se lhe atirava ao jugo, submissa, de roldão, numa tromba de servil açodamento pelo cativo. De vaidoso alvitrei, encareci, preconizei tôdas as candidaturas possíveis, menos a minha, que recusei até às últimas, não me submetendo senão, quando, aos olhos dos que ma ofereciam e de todo o mundo, era uma cruz de trabalhos sem esperança. De vaidoso me esforcei por evitar, com a mais porfiosa resistência, essa missão de Haia, hoje também — até ela! — convertida contra mim em vasadoiro de injustiças, maldades e doestos. De vaidoso recusei a missão da

Guiana Francesa, quando o sr. Manuel Vitorino, envidava as diligências mais insistentes, cercando-me das considerações mais sedutoras, e invocando os motivos mais imperiosos, para ma impor. De vaidoso fugi sempre, desde Floriano Peixoto, cuja amizade no Govêrno Provisório nunca me falhara, os caminhos do partidismo e da condescendência com as situações que, entre nós, habitualmente conduzem à magistratura suprema. De vaidoso me acostumei a trocar a companhia dos poderosos e dos grandes, ao lado dos governos, pela dos humildes e oprimidos, na lide ingrata das oposições. De vaidoso cultivo o lar, o retraimento, o círculo estreito das afeições, o estudo solitário, donde me não arreda para a cena da publicidade senão chamado por deveres irresistíveis: em 1889, para abrir a campanha da federação; em 1892, em 1893, 1895, em 1897, para sustentar a das instituições republicanas contra a ditadura, contra o jacobinismo, contra a mazorca; em 1899, para tentar a da revisão; em 1907, para encetar a da nossa afirmação internacional; em 1909, para suscitar a da resistência da ordem civil ao militarismo. Coisas essas, tôdas elas, que, noutro país, ou aqui mesmo, tratando-se de outros, se inscreveriam como rasgos de abnegação, como atos de sacrifício, como extremos de amor da pátria. Mas em mim, com os meus inúmeros defeitos, e tão "avultados" se reduzem a explosões de vaidade.

Assim seja. Digam, porém, o que disserem, a minha consciência seguirá o seu rumo. Quanto mais retumbarem os baldões, mais se firmarão os meus passos na rota, que Deus me traçou; o dêste derradeiro serviço a minha terra, sejam quais forem as conseqüências, vença ou pereça, clareie o futuro na nossa pátria com o desbarato eleitoral do caudilho,

ou se enoiteça de todo com o seu triunfo. Se êle viesse, ao menos lhe teríamos disputado linha a linha o campo da nossa honra, que há-de sair radiosa desta campanha com o mal, ainda quando, o que não creio, momentâneamente vencida a nossa causa.

A PLATAFORMA CIVIL E O BARÃO RIO BRANCO

Eis porque me repugnaria consentir que ódios baixos se espolinhem, à custa da verdade, no terreno das minhas relações com o barão do Rio Branco. Aliás não me seria tão imperioso correr-lhes em defesa agora, se fôsse de tais agressões que se tratasse. O que ma impõe, é o equívoco, a que se deixaram induzir apreciadores isentos e honestos. Numa fôlha amiga se notaram como "sombras", na plataforma do candidato civil, as "suas referências, não das linhas, mas das entrelinhas, à administração da pasta do exterior". Noutro órgão jornalístico, a que eu quisera ter a honra de poder tratar pelo mesmo qualificativo, estas referências já não "alfinetadas" e "malícias aparentes" do nosso embaixador em Haia, contra o barão do Rio Branco.

Se êstes juízos, de origem desapaixonada e insuspeita, fôssem merecidos, muito haveria de que jubilarem os nossos antagonistas; porque, realmente nada seria mais impróprio de tal ocasião do que esquecer-lhe e deslustrar-lhe eu a solenidade, para me entregar ao frívolo prazer de assetear de malignas bandarilhas um grande nome.

Mas como supô-lo? Já deu alguém, neste país, maiores arras de veneração ao grande brasileiro? Desde 1889 no *Diário de Notícias*, que não era uma oficina de apologias elouvaminhas, desde então, naquella tenda tumultuosa de combate, comecei a lhe

cantar o valor e pressentir a vinda grandeza. Acompanhei, entre os que mais o aplaudiram, as cintilações da sua bendita estrêla em Washington e em Berna. Quando, em 1902, o Sr. Rodrigues Alves, teve a idéia felicíssima de o chamar à administração dos negócios estrangeiros, recebi-o com o coração nos braços, e formei, nas ruas, com a multidão cujas aclamações o sagraram. A nossa divergência, em 1903, na solução do caso boliviano, separou-me d'ele na conclusão do tratado, mas não me arrancou uma palavra, que significasse variação, a seu respeito, dos meus antigos sentimentos.

Antes daí para cá, é que lhos tenho significado em demonstrações cada vez mais vivas e cada vez mais extraordinárias. Não lhas medi, ao regressar de Haia, em 1907. Em 1909 lhas multipliquei, assinadas e imensas. Foi êle o candidato, cuja indicação aconselhei ao senador Pinheiro Machado, que contrapusesse à candidatura Campista. Na minha carta de 19 de maio, entre vinte e um nomes de candidatos possíveis, singularizei o d'ele, elevando-o a situação suprema de candidato *do Brasil*. Depois, em agosto, não obstante o seu silêncio na questão entre a ordem civil e o predomínio militar, ainda foi a do barão do Rio Branco, a primeira candidatura por mim sugerida aos convocadores da convenção das municipalidades. Ainda ultimamente, enfim, não há dois meses, no meu discurso, em S. Paulo, à Escola de Direito, usei, para com êle, expressões, que, se a posteridade ratificar, lhe designarão, na história do país, uma eminência quase divina. Aí lhe chamei eu "o último benfeitor das nossas fronteiras", e celebrei com estremecimento "o invejável destino dêsse nosso conterrâneo, projetando o seu vulto sôbre as extremas do país, imagem de um nume tutelar, espécie de Deus

Término da nossa integridade nacional". Ao ilustre dr. Gastão da Cunha, um dos menos suspeitos amigos do barão do Rio Branco, se afiguram essas palavras, sei-o de quem lho ouviu, a melhor inscrição lapidar num mármore que se erigisse aos serviços do nosso grande ministro.

Realmente não sei que síntese mais alta a epigrafia do entusiasmo poderia conceber, para exprimir, num monumento elevado à sua glória, o culto da admiração. Nem tudo isso, entretanto, bastou para me forrar à suspeita de haver querido, com malévolas insinuações na minha plataforma, desconsiderar, mortificar e amesquinhar o barão do Rio Branco. Únicamente porque, em alguns dos seus tópicos, certas opiniões minhas colidem com atos do ilustre ministro. Mas, então, que gênero de admiração humana, seria êsse, onde o entusiasmo se convertesse em mordaca da consciência? Admiremos; mas não abduquemos da razão e da justiça. De outro modo a admiração é ignóbil; porque nas paixões mais louváveis não há nobreza sem liberdade. Admiração não é irracionalidade, não é idolatria, não é fetichismo.

A CONSTITUIÇÃO E OS RELATÓRIOS MINISTERIAIS

Onde pequei, acaso, contra os deveres da gratidão nacional e as declarações do meu afeto ao nosso insigne conterrâneo? Em ter, no rol das coisas, que, governo, eu não faria, prometido não tolerar a nenhum ministro a falta do relatório ânuo, nem tomar no estrangeiro, compromissos em matéria da competência privativa do Congresso, como as que respeitam à integridade do território nacional?

Ora, senhores, ao averbar, no meu programa, êsses dois artigos, a situação que mos ditou, não me deixava a menor liberdade para os emitir. Via-me eu de um lado com o barão do Rio Branco, o grande brasileiro, e, de outro, com a Constituição da República, a norma orgânica do regímen, a maior das nossas leis. Naturalmente, pois, a questão, para a minha consciência de republicano, de jurista e de patriota, era esta: Por quem me decidirei? A minha consciência, interrogada respondeu-me: Pela constituição do país.

Esta, sôbre êsses dois pontos, senhores, não admite evasivas. No art. 51, a Constituição da República exige de cada um dos ministros que dirija, todos os anos, ao Presidente um relatório, o qual se distribuirá por todos os membros do Congresso. Até hoje, desde que, entre nós, se estabeleceu o govêrno constitucional, há perto de noventa anos, todos os ministros, de tôdas as pastas, em todos os regimens, inclusive a ditadura de 15 de novembro, têm relatado anualmente o movimento dos seus ministérios ao parlamento ou ao chefe da nação. Para autorizar a exceção, que ora se advoga, tem-se alegado, ora que tais relatórios não têm importância, e, pois, nenhuma falta nos fizeram os do barão do Rio Branco, ora que a natureza peculiar dos assuntos correntes por aquela repartição, tornaria essas comunicações ânuas, ou inúteis, quando não completas, ou, se completas, inconvenientes.

Nenhuma dessas escapatórias têm seriedade. Se os relatórios da Secretaria do Exterior nenhuma importância oferecessem, não se conceberia que a obrigação da sua anualidade haja sido observada invariavelmente por tôdas as nossas administrações, quer sob o antigo regímen, quer sob o atual, nem

que com a mesma fidelidade se guarde, em todos os países onde o governo responde pelos seus atos às câmaras legislativas. Depois, se as conveniências de chancelaria a eximissem à regularidade nessas contas, não veríamos generalizado por tôda a parte o mesmo estilo.

Já se foram os tempos, em que o sigilo diplomático se rodeava dêsse mistério impenetrável, e fruía o direito de sonegar altos segredos à opinião nacional, para a surpreender com a guerra ou a paz, em resoluções imprevistas e definitivas. Hoje, os parlamentos, ainda em países não parlamentares como a Alemanha, raramente condescendem com tais reservas. Muitas vêzes, no correr de negociações extremamente melindrosas, entre as quais a menor imprudência envolveria o risco de pôr em conflito colossos armados, a abalar a tranqüilidade de continentes, os despachos, os protocolos, os atos das chancelarias são incessantemente comunicados à representação nacional, cujas exigências, em certos casos, crescem, com a delicadeza e o perigo das situações internacionais. Mas, se a gravidade extrema destas, ou a índole peculiar de certas e determinadas questões absolutamente se não conciliarem com a publicidade, o dever do relatório anual não força a mão ao ministro responsável. Cessa, evidentemente, a obrigação imediata de relatar, onde, por uma necessidade temporária, a matéria não fôr imediatamente relatável. Omisso, excepcionalmente, nos pontos em que o silêncio fôr de preceito, nem por isso, quanto aos outros interêsses da sua gestão, diminuem de valia as suas contas anuais.

Mas não é por considerações de conveniência que a controvérsia aqui se há-de resolver. Trata-se de um texto formal da Constituição; e, entre textos

explícitos da Constituição, não há que distinguir relevância maior ou menor. Em sendo expressas, indubitáveis, tôdas as disposições constitucionais são por igual relevantes para os seus executores. Aí cessa o domínio do arbítrio opinativo. São mandamentos literais, prescrições rígidas, que se não discutem. Enquanto existirem, têm que se cumprir. E, se não convém que se cumpram, necessário será primeiro que desapareçam. São as hipóteses de revisão. Não a querem pela soberania nacional, e todos os dias a permitem à discricção administrativa. Mas quem, sèriamente, se animaria a propor que revíssemos a Constituição, para subtrair os ministérios ao encargo de anualmente darem conta do serviço das suas secretarias ao Congresso Nacional?

O TERRITÓRIO NACIONAL E A LEGISLATURA

Aos que, porém, tão leve cabedal fazem da exigência concernente aos relatórios, quisera eu perguntar agora se com o mesmo desaprêço olham os princípios do nosso Direito Constitucional sôbre a competência privativa do Congresso no tocante à integridade territorial do país. Se, por sua natureza essencial, as resoluções definitivas, neste assunto, pertencem exclusivamente ao domínio da legislatura, claro está que as negociações do Govêrno, a tal respeito, com um Estado estrangeiro, não poderão jamais envolver compromisso internacional; e, se tal aspecto revestirem, para com êsse caráter se invocarem como restrição ao exercício da autoridade do legislador no uso dessa prerrogativa, importam em usurpação flagrante de uma das mais graves, das mais inalienáveis, das mais sagradas atribuições do Congresso Nacional pelo chefe do Poder Executivo.

Bem vêdes, senhores, não são pontas de alfinete. São altas reivindicações constitucionais. Tôdas as questões de legalidade são graves, gravíssimas tôdas as de legalidade constitucional. A benemerência que se granjeia, defendendo ou restaurando o território da nação, não confere a ninguém o privilégio de lhe transgredir as instituições fundamentais. A mesma reverência filial não me obrigaria a encobrir, ou dissimular, as minhas convicções, em matérias que interessem às leis orgânicas do país. A escola que nos ensina a sacrificá-las aos heróis, ou aos beneméritos é uma escola de moral degenerada, espúria e corruptora.

AMICUS PLATO, MAGIS AMICA VERITAS

No culto dos grandes homens não pode entrar a adulação. Redigindo o meu plano de governo, estava eu, como estou, sob a impressão mais viva de que a reforma política, no Brasil, demanda, antes de mais nada, o extermínio dos abusos contra a nossa legislação constitucional e a retificação dos erros que a desorganizam. Entre êles, a meu ver, se acham aquêles dois. A minha opinião aí colidia com atos de um brasileiro venerando. Mas, por isso mesmo, não me era lícito calá-la. Os desvios das boas regras são tanto mais perigosos, quanto maior a altura, donde procedem, e com tanto mais franqueza devem ser rebatidos, quanto mais elevada a autoridade que os apadrinhe.

Não eram, pois, malignidade êsses capítulos do meu programa. Eram artigos da minha fé, desagrazos da minha consciência e (por que não o dizer?) homenagens do meu respeito. A verdade que a todos se deve, sôbre todos a devemos aos homens superio-

res. Entre mim e outros admiradores do nosso egrégio Ministro de Estrangeiros, tôda a diferença neste particular, não está senão em lhe dizer eu o que penso, enquanto êles o pensam mas não lhe dizem. Ora, do silêncio dos amigos incapazes de confessar o que sentem, é que resultam, muitas vêzes, nos espíritos mais nobres, nos maiores corações, nos patriotismos mais acendrados, êsses deslizes das boas normas, a que êles não resvalariam, se os depositários da sua confiança tivessem a coragem de os servir com a alma aberta. Das minhas homenagens ao ilustre brasileiro não retiro nenhuma. Sômente não lhas quero, nem as sei render com as curvaturas, que nos abafam no peito a verdade. A esta amizade, suprema, a da verdade, releva sôbre tôdas, não trair, para ser leal às outras. *Amicus Plato, amicus Aristoteles, sed magis amica veritas.*

O PATRIOTISMO DA MENTIRA

À mesma obrigação está sujeito o amor da pátria. Porque todos os sentimentos puros obedecem à lei da verdade. Onde começa a mentira, principia a infidelidade, e se abre o caminho da traição. Outros modelos, porém, nos inculcam certos apedrejadores, que entendem haver-me tisonado com o *nec plus ultra* da injúria, confrontando-me com o estrangeiro indigitado como o maior inimigo do Brasil, para me qualificarem de incomparavelmente inferior a êsse detestado argentino.

Êste, dizem, êste, ao menos, é patriota; nunca disse mal da sua terra. Não conheço bastante a crônica do sr. Zeballos, para saber se, de feito, se lhe ajusta a honra de praticar o patriotismo ao jeito desta moral invertida.

Mas sei assaz a de certos heróis do jornalismo, para me honrar da imbecilidade ineptíssima dêstes ataques. Não desonra a sua pátria quem não se quer amatalotar com os velhacos, que exploram os abusos, e com os abusos que sustentam os velhacos. Do mesmo modo como não enxovalha um lar honesto o amigo vigilante, que descobre aos donos da casa as maroteiras dos seus criados e as baixezas dos seus parasitas.

PROFANAÇÃO DO PATRIOTISMO

Aqui há perto de oitenta anos, na época em que uma grande inteligência mineira, impregnada do ambiente do seu tempo, se abalançava ao paradoxo de que a "civilização do Brasil vinha da costa d'África", a Câmara Municipal de Barbacena, em 3 de agosto de 1833, endereçou à Assembléia Geral uma representação intrêpidamente negreira, impetrando a revogação da lei de 7 de novembro de 1831 e a restauração do tráfico da escravaria. Enumerados os motivos, que, a seu parecer, aconselhavam essa medida, os edis daquela vila concluíam, observando que o seu requerimento se inspirava unicamente, assim no amor da paz *"como na glória e prosperidade da pátria"*. Era o patriotismo invocado então em apoio do restabelecimento do comércio de escravos, como hoje se invoca em benefício da renovação da tirania militar, tentando sufocar na bôca dos verdadeiros amigos do país a denúncia das misérias da situação que nos aparelha essa calamidade.

Um dia, em plena sessão parlamentar nas câmaras italianas, deixou Cavour, transparecer claramente das suas palavras haver empregado oitenta milhões de fundos secretos em escandecer a opinião

da imprensa francesa a favor da guerra da Itália. Doutra vez, em pleno parlamento alemão, confessou Bismarck, ter comprado o silêncio de certos jornais franceses quanto aos armamentos prussianos. Quando lhe veio que estalasse a guerra, bastou suprimir-lhes as mensuralidades. "Isso", exclamou o chanceler de ferro, "isso reinfundiu a êsses jornais o seu patriotismo; e todos êles conclamaram: A Berlim!" Êsse gênero de patriotismo é assim. Quando o dinheiro do inimigo lhes canta na algibeira, acusam de traidora a oposição, que adverte a pátria do perigo emergente nas fronteiras. Quando o cobre do inimigo lhes deserta os bolsos, ateiam o delírio, que precipita a nação despercebida numa guerra funesta. Retórica de interesses, a cujo serviço o amor da pátria rola nas arcas da bagagem como roupa de franceses, para as exhibições de fantasia no eterno carnaval da camaradagem com os abusos generosos.

Está desorganizada a administração? Rouba-se o Tesouro? Vai desbaratada a renda pública? Inutiliza-se a marinha? Aniquila-se, na força militar, a disciplina, a ordem, o direito, a moralidade? Chovem as concessões escandalosas? Pratica-se às escâncaras nas secretarias, a ociosidade, o servilismo, o suborno? Transforma-se o aparelho fiscal num sistema de extorsões? Corrompe-se, abastarda-se, desacredita-se a justiça? Pois emudeçamos. Entretenhamos, derredor dêsse apodrecimento, a surdina das complacências. Variemos os tons da *berceuse*, para embalar êsses vícios no sono dos inocentes. Deixemos que o estrangeiro denuncie os nossos tribunais de compráveis, o nosso governo de corrupto, a nossa raça de gangrenada. Dissolvamo-nos tranqüilamente na paz; e, se, por ventura, sobrevier a guerra, encon-

trando-nos indefesos, abertas as nossas fronteiras, desmunidos os nossos arsenais, incapazes os nossos soldados, perplexa a nossa administração, alucinado o nosso povo e iminentes as expiações tenebrosas a cujo Némesis nunca escaparam as nações imprevidentes e abdicatórias, teremos sido os cães mudos da escritura, os guardas infiéis, as sentinelas cobardes a maldição dos nossos descendentes, os amigos dos nossos inimigos. Graças às nossas transações e ao nosso silêncio, a pátria se achará perdida. Mas teremos o consôlo de haver merecido ao jornalismo do Marechal o louvor de patriotas.

UM EXEMPLO NORTE-AMERICANO

Vêde agora como se avaliam opostamente estas cousas, onde os há do melhor quilate para exemplo dos nossos. O caso vem como que a pedir de boca. Acaba de sair dos prelos, nos Estados Unidos, sob um título de atualidade *The valor of ignorance*, *O valor da ignorância*, (*) um livro militar da maior atualidade. Escrito e dado a lume pelo general Homer Lea, do exército daquele país, ainda o prefaciavam dois outros oficiais da mesma nacionalidade, o general Chaffee e o general Story.

Ora, senhores, o autor ali começa por confessar que compôs esta obra com plena ciência do seu amargor. De fato, nunca os vícios e culpas da grande república do Norte, passaram por mais irreparável flagelação. Mais triste pintura não se poderia debuxar daquela grande nação. Demos-lhe um relance de olhos.

(*) New York & London, 1909.

A nação americana já não é a mesma que ao tempo da guerra civil. Homogênea então, era suscetível de se animar ao sentimento patriótico. Hoje, cinquenta por cento da sua população é de origem estranha, e êsse elemento estrangeiro, que se não embebe do verdadeiro civismo, ameaça dominar o Estado. Os Estados Unidos sobrelevam em criminalidade a tôdas as nações civilizadas. O povo sabe ler, mas não tem educação moral. O vulgo americano é crédulo, selvagem, primitivo e brutal. Daí a multiplicação das causas, que precipitam as guerras. Mas o poder militar dos Estados Unidos não lhes assegura a defesa. O exército padece de uma fraqueza desesperadora. A proteção das costas é ineficaz. Não se pode confiar nem na milícia, nem no voluntariado. As colônias estão expostas ao inimigo. Da mesma insuficiência se ressentem a armada. Os defeitos dos seus vasos de guerra são denunciados sem reserva. Na opinião, em suma, dessa autoridade, aquêles países "não tem exército, nem sistema militar, não tem armas, nem equipamentos, não tem estado maior, nem planos, e a sua população, capaz de ocasionar as guerras, não o é de as vencer. Conclui, enfim, êsse técnico o seu formidável libelo, social e político, moral e profissional, redigido na expectativa de um conflito com o Japão, anunciando que, após uma luta desastrosa com essa potência asiática, «o exército americano volveria a desunir a União, a lhe gerar no seio rebeliões, revoltas locais e insurreições de classe, acabando por desintegrar a república, heterogênea nos seus elementos, e levá-la a expiar a sua arrogância e a sua vaidade sob o regímen da monarquia, sem haver, talvez, salvado, sequer a sua integridade territorial".

Comentando essas opiniões, sobre cuja ríspida liberdade não tem um acento de estranheza, escreve o *Times*, o célebre periódico londrino:

Aos cidadãos americanos muito desagradável será de ler esta implacável descrição da fraqueza militar americana. O acerbo dêste livro, porém, está na sua veracidade. Sabida cousa é, em tôdas as agências de informações, que, a despeito da grande população e da imensa opulência dos Estados-Unidos, a grande república, no sentido militar, é um colosso de pés de barro.

Sê-lo-á. Mas o extraordinário é que essa debilidade, quem mais a bôca aberta a descubra, a comprove, a miudeie, sejam três generais do exército dos Estados Unidos.

Ninguém ali, entretanto, achou, nesse fato, de que se escandalizar. O patriotismo americano, ao contrário, há-de agradecer a êsses três oficiais o contingente da sua autoridade técnica, para a certificação de tamanhos males, que sem o concurso de profissionais dêsse valor, talvez não se fizessem assaz notórios, ou não impressionassem bastante o sentimento popular. Vibrando êste, não será para baldoar os reveladores, para os increpar de traidores ao país e aos interêsses de sua classe, mas, pelo contrário, para lhes abençoar a franqueza, para lhes ouvir as lições, para lhes corresponder ao apêlo, corrigindo os vícios de educação, de organização, de administração tão valentemente denunciados. Ê assim que as nações livres premeiam os seus homens de bem. Os que, nas outras, se aventuram a imitar êsses modelos, correm o risco da navalha da calúnia entre os fadistas da publicidade. Mas Deus é grande: também os povos infelizes têm o seu dia, e eu creio que êsse vem chegando para a nossa terra.

FEIO RETRATO, MAS FIEL

Nas arengas hermistas contra o meu impatriotismo, se oarmos êsse fraseado ribombante do único miolo que o enche, o da palraria chocalheira, os das agressões declamatórias, que é que me resta? Coisa nenhuma. Com dois dedos de senso comum, não pode haver caso mais simples. Ou os fatos onde estriba a minha severidade são imaginários; e, neste caso, não é como despatriota, mas como caluniador, que me hão-de fulminar. Ou, se, ao contrário são reais, quanto mais graves forem êsses excessos, êsses desmandos, êsses atentados, maior merecimento será o de quem rompa contra a massa poderosa dos interêsses que os patrocinam. Ora, todos vós sabeis que na minha numerosa querela contra as degenerescências republicanas, especialmente contra as pústulas morais da atualidade e as avarias congênitas do militarismo, não há um traço, que não seja, ponto por ponto, a mais rigorosamente exata imagem da realidade. Nesse capítulo final do meu programa sôbre *O que eu não farei*, o que mais lhes doeu, aos malsinadores do meu nome, foi a semelhança absoluta da fotografia com o original. Cada um daqueles toques é a expressão de um abuso reinante, inveterado, soberano. Por sôbre cada um dêles correram os anos. Todo o mundo o aponta. Mas passou em julgado. Meteu raízes pela terra, empina a crista no ar, e desafia as leis, que suplantou.

ALMOCREVES DE PETAS

E quem é a gente que com insultuosa vozeria me tenta desmentir? São os inventores das conspirações, com que durante semanas, fomos indigitados como réus de misteriosos tramas, cujos fios a polícia

tinha nas mãos, e que se desvaneceram todos, abandonadas, uma a uma, pelos seus próprios imaginadores. São os mesmos que, desfaçadissimamente, me haviam argüido, nos primeiros dias da minha candidatura, de ter embolsado, no balcão da casa Theodor Wille, por graça do governo paulista, setecentos contos de réis. São os mesmos que, na minha excursão a S. Paulo, ridicularissimamente, me acusaram de levar por emprêsa a subversão daquele Estado e a aliciação de suas forças policiais para não se sabe que revoltas. São os mesmos que, durante a minha estada ali, desastradissimamente, contavam pelos seus jornais, que eu, de mão a mão, lá recebera do Ministro da Fazenda, cem contos de réis em apólices da dívida estadual, números nove mil cento e tantos a nove mil duzentos e tantos, quando a numeração dos títulos do débito paulista acaba em oito mil, e, sendo todos êles nominativos, não se podiam alienar por transferência manual. São os mesmos que, risibilissimamente, na mesma ocasião, me quizeram enxertar na família, por irmã, uma Fu'ana Pessanha, de apelido quase vice-presidencial, sujeita cuja existência nunca me soara, sequer, aos ouvidos, e que o seu verdadeiro irmão veio, pelas colunas do *Jornal do Comércio*, daí a pouco, desmascarar. São os mesmos, enfim, que, ainda agora, deslavadissimamente, me tacham de haver, no Governo Provisório, aconselhado vexames conta Silveira Martins, ao qual tôda a maldade que eu armei, foi submeter em seu benefício, ao Marechal Deodoro, um decreto de pensão por êle recusada.

GOVERNOS CIVIS E "PRESIDENTES" CONSELHEIROS

Dêsses mesmos almocreves de petas é que se espalha hoje contra mim a balela de infamar eu a

pátria, que êles nobilitam, entregando-se, na sua capital, em proveito do seu candidato, à orgia pública da mentira, numa escala de que ainda se não viu exemplo. E, se eu desafamo a pátria, como a têm êles afamado? Assentado a legitimidade, que apregoam, da candidatura militar, na necessidade urgente de regenerar a República, arruinada pela política paisana, "Provaram mal", é o estrilho, "os governos civis. Venham os militares salvar o regimen." Ainda agora a *Fôlha do Norte*, no Pará, em uma circular que expediu, concitando os seus amigos a sufragarem o Marechal Hermes, declara que, "após a série de governos de *presidentes conselheiros*, a cuja sombra as oligarquias regionais têm depredado os cofres públicos, surge como aurora promissora, prenhe de esperanças, a candidatura do marechal", do qual se espera venha a "restaurar os dogmas fundamentais da constituição republicana".

Aí tendes, senhores, o bem, que da pátria dizem, a honra, que lhe fazem, êsses estremecidos zeladores da sua imaculabilidade. Enquanto nós lhe diagnosticamos aberrações políticas e sociais, a que havemos por certo o remédio com a intervenção efetiva da nação no seu próprio govêrno, êles excluem a nação do seu próprio govêrno, para o entregar privilegiadamente a uma só classe. E notai ainda a falácia audaciosa, a que, sobrepondo confusão a confusão, amontoando mentira sôbre mentira, aqui se recorre. Nos quinze anos de gestão civil que tem tido êste regimen, apenas dois se distribuem aos que os conselheiros do hermismo encambulham na indicação pejorativa de "presidentes conselheiros", os senhores Rodrigues Alves e Afonso Pena.

Oito anos couberam antes dêles, a dois republicanos de nascença, os srs. Prudente de Moraes e

Campos Sales, acontecendo haver sido ao tempo dêsses filhos insuspeitos do historicismo republicano que se estabeleceu a política dos governadores, embrião da política das oligarquias. Todos êles, porém, e, com êles, o inefável sr. Nilo Pessanha, são embrulhados na mesma desprezibilidade entre "os conselheiros", apôdo equivalente ao de *civis* com que, nesse vocabulário, anda sinonimizado, para designar a casta reles dos párias, que, somos nós, o povo brasileiro, em contraposição da casta predestinada, a quem o uso dos galões conferiu o privilégio de constituir o Estado, e substituir a nação na soberania, de que ela se mostrou indigna.

ARISTOCRACIA DE FARDA

Outra idéia, com efeito, não se contém no assêrto de que os civis se mostraram incapazes de exercer o govêrno, e, por isso, releva confiá-lo aos militares. Quantos são os civis? Vinte e cinco milhões de almas, pouco mais ou menos. Quantos os militares? Se contarmos todos os que trazem farda, quatorze, dezesseis ou dezoito mil. Mas aí iriam de envolta o soldado ou marinheiro, que não entram na conta dos beneficiados com os apanágios do mando. Quando se fala, pois, do predomínio militar, não se trata, realmente, senão da oficialidade, uns dois ou três milheiros de punhos agaloados, e, dêsses em última análise unicamente a minoria contemplada na privança do chefe e nas simpatias do seu corrilho. Para o govêrno dos nossos vinte e cinco milhões a idoneidade residiria exclusivamente nessa exigua aristocracia, cujo número, em matéria de milhares, não chega ao plural dos gregos. E aí está, senhores, como êsses patriotas enobrecem aos olhos do mundo,

a pátria brasileira: expondo-a ao desprezo e ao ridículo do estrangeiro como um país de dezenas de milhões de habitantes, cuja verificada incapacidade os condena à tutela de uma ou duas mil espadas.

AS PROVAS DO GOVÊRNO MILITAR

Mas, se os governos civis provaram mal, onde é que já provaram bem os governos militares? De tãda a América Latina, que êles têm infectado e desonrado, esterilizado e perdido, apenas excetuavam o México, as apologias correntes ao gênio de Porfirio Dias. O desenvolvimento material daquele país, os longos anos de imunidade a revoluções que vai atravessando, e o verniz de civilização anglo-americana, com que o lustra a vizinhança imediata dos Estados Unidos, aureolaram de uma reputação liberal o nome daquele ditador. Mas "êsse benevolo paternalismo", que se lhe atribui, já não resiste ao inquérito, a que hoje se está procedendo na própria imprensa americana, onde estudos recentes, de grande sensação, acabam de acusar, debaixo dessas exterioridades enganadoras de riqueza e progresso, o desenvolvimento de uma barbaria assinalada caracteristicamente pelo domínio da escravidão em tãda a sua plenitude nas áridas terras do Iucatã, consagradas à cultura do agave.

Nos sensacionais estudos que a tal respeito, vem, desde outubro, estampando o *American Magazine*, sôbre o *Barbarous México*, se opõe um quadro bem diverso às noções geralmente em voga acêrca daquele oásis de liberdade no sombrio mapa das repúblicas enoitecidas e amaninhadas pelo militarismo. Prefaciando, numa nota editorial, êsses escri-

tos, assim lhes sintetiza a redação da revista o conteúdo:

Até aqui não tínhamos ciência de que à nossa porta existisse a escravidão em escala tal, que homens e mulheres, se vissem reduzidos a cativo perpétuo, esfomeados, açoiados, vendidos. Cuidávamos que o México fôsse, de algum modo, uma República, e não, como ora se verifica, um govêrno mais absoluto e autocrático do que o russo, Suas Sibérias tem êle nas regiões quentes do sul, seu sistema de espionagem, suas condenações por delitos políticos, suas tremendas prisões. A Constituição é um papel morto. O govêrno é govêrno da minoria em proveito da minoria, com um vasto exército permanente para lhe guardar as costas. Os do topo acumulam milhões, e enriquecem dia a dia; as classes médias excluídas e descontentes, se afundam na pobreza; as últimas classes orçam pelas raias da fome. O México é um grande país, habitado por quinze milhões de infelizes. Pela elevação do povo nada se tem feito, embora o sentimento democrático lhe haja resistido no seio às perseguições, às prisões, ao exílio e à morte. E por que o não sabíamos há mais tempo? Porque o govêrno superintendia em tôdas as fontes de esclarecimentos, e vigiava sôbre todos os meios de transmissão de informações. Ali se estipendiam ou suprimem os jornais ao bel-prazer da administração. As notícias verdadeiras do México não lhe transpõem as fronteiras. Os livros que descrevem a atualidade real das cousas, passam pelo confisco, ou desaparecem recolhidas por compra as edições. Graças a certo ascendente sutilmente exercido sôbre o jornalismo, se criou, em tôrno do México de Porfirio Dias, um grande mito. É o mais assombroso caso, que a história nos regista, do abafamento da verdade, assim como da disseminação de meias verdades e falsos testemunhos. No México a República é um véu e uma impostura.

Ali, diz o autor dêsse trabalho de elucidação, não há liberdade política, não há liberdade de tribuna, liberdade de imprensa não há, nem escrutínio livre, nem partidos, nem garantia alguma, das mais essenciais à pessoa, à vida e ao granjeio da nossa felicidade. É uma terra onde, há mais de trinta

anos se não pleiteia a eleição presidencial, onde o Poder Executivo dispõe de tudo mediante um exército permanente, onde os cargos públicos se compram e vendem a preços taxados, onde o povo não tem direitos, onde os reis do agave exercem sobre uma imensa escravaria branca o domínio do relho. Tais as belezas do militarismo no único país de formas republicanas, onde se inculcava que êle havia logrado conciliar o reinado inviolável da paz com a manutenção de uma verdadeira democracia.

O PATRIOTISMO CAPA DE VELHACOS

A estabilidade tranqüila do sistema, bem o vêdes, se liga a essa maneira de encarar o patriotismo, que o reduz a uma cortina impenetrável, ou, em frase mais singela, a uma vasta capa de velhacos, atrás da qual se ocultam ao exterior as gafeiras domésticas da exploração do povo pelo govêrno. Em se levantando uma voz indiscreta, que rasgue os bastidores da comédia, e projete até o fundo do cenário varado pela atenção pública as luzes da ribalta, e consumou-se o maior dos crimes contra a pátria, porque se arrancou a máscara aos seus desfrutadores. Assim foi sempre nos cultos sem verdade. Quem tocou nas conveniências dos bonzos, profanou os altares da falsa religião.

Mas eu não comungo, não comunguei nunca, na dessas consciências de verso e reverso. Se, ao menos, revoltando a nossa moralidade, a burlaria protegesse os nossos interesses!

Longe disso, porém, o que a experiência concorre com o senso comum em nos demonstrar, é que nada expõe tanto uma nação a calamidades irreparáveis, como a inconsciência das suas chagas e a

presunção da sua suficiência, devidas ao atabafamento sistemático da verdade.

As decepções em que acordam os povos infatuados e cegos são inenarráveis. Conta o general Kuropatkine, no seu livro sobre *O exército russo e a guerra japonesa*, (*) que antes dela a bazófia nacional de certos militares, em Vladivostok, dava por bastante um soldado russo para três do Japão. Depois dos primeiros combates já se lhes modificava o tom, admitindo-se que um japonês valia tanto como um russo. Um mês mais tarde os mesmos apreciadores confessavam que, para ganhar a partida, a Rússia havia de pôr em campo três homens seus para cada japonês. Já em maio de 1904, enfim, militares havia, que anunciavam sem reboço a entrega próxima de Porto Artur e a queda, logo após, de Vladivostok. Era necessário então usar das cominações mais severas, para conter na bôca dos levianos, em meio do exército, e diante do inimigo, essas indiscreções do acobardamento. Eis no que dera o excesso de confiança e a insciência da realidade, entretidos pelos usos dissimulatórios do absolutismo no seio de um povo iludido.

LIÇÃO RUSSA DE LIBERDADE

Os amigos do segredismo patriótico têm muito que aprender nos dois volumes do generalíssimo russo. Aí verão, na severidade com que o ex-comandante dos exércitos da autocracia moscovita expõe as lacunas, os deslustres, os infortúnios e as necessidades militares de seu país como, até sob os governos absolutos, hoje em dia, os direitos da publicidade não

(*) General KUROPATKIN: *The russian army and the japanese war* Translated by Capt. A. B. Lindsay. Londres, 1909, 2 vols.

recuam ante os mais delicados arcanos da administração, e quanto mais graves os males do serviço do Estado, mais resolutamente se lhes vai buscar a cura na divulgação ampla dos fatos e no apêlo sem reservas à opinião nacional. Nos exércitos do czar como nos dos Estados Unidos, as mais altas autoridades, gente de sólida preparação intelectual e armas feitas à prática da guerra, todos no mesmo sentir, reconhecem que o confinamento desenvolve a peste nas organizações militares, e a luz solar, a ventilação livre, os largos horizontes a eliminam.

Doutrinas de tarima pretendem o contrário, no Brasil; porque, aqui, o de que se cogita, não é, como entre os Kuropatkines e Leas, de organizar a defesa da nação, glória do gênio militar, mas de nos inocular o militarismo, cousa diversa, que vive na lepra dos quartéis mazelados pela cobiça, pela indisciplina, pela imoralidade, cujas sementes querem o bafio, a escuridão e o desasseio do régimen de caixas encoiradas.

A GÍRIA REACIONÁRIA

E aqui está, senhores, porque andam aí a patear que "a corrente civilista se encaminha para a anarquia". É o velho ramerrão de tôdas as situações reacionárias, contra todos os movimentos liberais. Com êle me encontrei, quando, em 1889, lutava no *Diário de Notícias*, contra a monarquia. (Devem lembrar-se os meus companheiros de então, agora meus apedrejadores). Com êle me encontrei quando, em 1891, em 1892, e em 1893, no Senado, no Supremo Tribunal, no *Jornal do Brasil*, me batia contra a ditadura do segundo marechal. Há um século, desde que na América espanhola se adotaram os simulacros republicanos para cobrir o domínio do

acaudilhismo, não se usa outra linguagem. Rosas cognominou-se por excelência "o restaurador das leis". Os que em nome da liberdade, o combatiam, eram a canalha, a revolução, a anarquia. Foi das patranhas dessa tradição que o oficialismo republicano, entre nós, adotou os seus processos, usos, invectivas e bordões. Há vinte anos que as pedradas do classicismo jacobino, neste regímen, me vêm embrulhadas nas acusações de revolucionário, anarquista e traidor. Os heróis da ordem constitucional e da paz republicana são os que puseram as instituições de 1891 a nadar neste lamaceiro de sangue, violência e corrupção, onde se afogaram as primeiras ditaduras, e vem emergindo, abominada antes de começar, a que nos ameaça.

ONDE E DONDE A ANARQUIA

O civilismo é que vai correndo para a anarquia! Mas a que é que chamam anarquia os nossos detratores? Anarquia supõe normas de ordem, princípios morais, que se derrocam, se tumultuam, se arrasam, Quais são os princípios dêsses homens? Onde estão? O princípio dos princípios é o respeito da consciência, o amor da verdade. Eles o aboliram. A sua propaganda, todo êsse trabalho de um sistema sem entranhas, que se empenha em nos denegrecer, fêz da mentira o que os estranguladores indianos fizeram da morte: uma idolatria sinistra, cujo culto dilui todos os outros sentimentos, e cujas assolações não conhecem lei, gratidão, justiça ou piedade.

Professar o contrário do que se pensa, declamar o contrário do que se sente, afirmar o contrário do que se sabe, jurar o contrário do que se vê: eis a moral da sua política, a política da sua moral. Em benefício de um homem e de um conluio pessoal, se

alastrou pelo Brasil essa praga, ao contacto da qual cada alma de contaminado se desdobra em duas almas, entre si opostas: uma para condenar particularmente o hermismo, outra para o canonizar publicamente.

Tem-se visto, na história, crises de alucinação vertiginosa, em que um povo, uma facção, uma seita deliram, arrebatados no vórtice de uma causa odiosa. Mas sentir-lhe o odioso, confessá-lo a puridade, lamentá-lo nos desabafos, e prisioneiro dela, consagrar-se-lhe ao triunfo com veemência, com paixão, com fervor, com ódio aos antagonistas, com a abolição de todos os escrúpulos, com a coragem de todos os meios, com o esquecimento de todos os deveres, era um fenómeno social, que ainda se não imaginara, mas a que estamos assistindo neste espetáculo do militarismo hermista. Vítimas em si próprios do demônio da anarquia, a anarquia íntima, a anarquia da consciência em colisão consigo mesma, êsses espíritos subvertidos e subversores vão disseminando sem perceber, a influência maligna, que os devora. A anarquia está nêles, como o incêndio no archote, que o vai atear; e é a nós que êles acoimam de semear a anarquia.

A anarquia cobre atualmente o país como as águas de um rio transbordado. Vem de origens antigas e conhecidas, especialmente das ditaduras militares, dos movimentos militares e das desorganizações militares. Mas é principalmente das nascenças desta candidatura militar que ela se despenha e nos alaga em torrentes.

O ESTOIRO DA BOIADA

A própria origem desta candidatura, senhores, é, em si mesma, o caso de anarquia mental, moral e

política mais caótico, arqui-esdrúxulo e ultra-piramidal, que no mundo político brasileiro nunca se viu. Quanto mais frases e fórmulas se formam, para o explicar, mais inexplicada e inexplicável se torna a monstruosidade.

Já vistes explicar o *estoiro da boiada*?

Vai o gado sua estrada mansamente, rota segura e limpa, chã e larga, batida e tranqüila, ao tom monótono dos *eias!* dos vaqueiros. Caem as patas no chão em bulha compassada. Na vaga doçura dos olhos dilatados transluz a inconsciente resignação das alimárias, oscilantes as cabeças, pendente a magrêm dos perigalhos, as aspas no ar em silva rasteira por sôbre o dorso da manada. Dir-se-ia a paciência em marcha, abstrata de si mesma, ao tintinar dos chocalhos, em pachorrenta andadura, esperçada automaticamente pela vara dos boiadeiros. Eis senão quando, não se atina por que, a um acidente mínimo, um bicho inofensivo que passa a fugir, o grito de um pássaro na capoeira, o estalido de uma rama no arvoredo, se sobressalta uma das reses, abala, desfecha a correr, e após ela se arremessa, em doida arrancada, atropeladamente, o gado todo. Nada mais o reprime. Nem brados, nem aguilhadas o detêm, nem tropeços, voltas ou barrancos por davante. E lá vai, incessantemente, o pânico em desfilada, como se os demônios o tangessem, léguas e léguas, até que, exausto o alento, esmorece e cessa, afinal, a carreira, como começou, pela cessação do seu impulso. Eis o *estoiro da boiada*. Assim o movimento político de maio: um baque, um susto, uma fuga, um esparramo e a desordem geral no mundo político surpreendido.

A ANARQUIA NO MUNDO MILITAR

Mas onde ela tresvaria em episódios inqualificáveis, é, sobretudo, no ramo da administração por onde passou o candidato militar, a que êle pretendeu vincular para sempre o seu nome por uma grande reforma, com o pêso de cuja fôrça contam os seus adeptos, para nos esmagar a resistência. Essa desordem, quereis vê-la, no relance de um instantâneo, em um quadro pitoresco? É recordardes a cena, relatada há quinze dias, na imprensa fluminense, do escândalo dado num café-concôrto do Rio, pela assombrosa travessura de certo capitão, que, em meio do espetáculo, interrompendo a música das cançõetas, atraiu para si a espantada atenção dos ouvintes. Arrastando a espada, varava êle, por entre as cadeiras, ator inesperado, em vivas ao HERMES, morras ao RUI, e doestos a "esta mocidade sem vergonha". Um camarada presente, da mesma graduação, tentou coibi-lo; mas teve de recuar à voz de prisão, com que o ameaçou o protagonista da cena, que era o *superior do dia*. O Ministro da Holanda assistia boquiaberto ao lance, de cujas figuras os jornais da capital declinaram os nomes, para que o fato, aliás não contestado, se autenticasse irrecusavelmente.

Apraz-vos ainda outra amostra do abandono das leis militares apurado a um grau de inconsciência que não se explica senão pelo delírio da anarquia? Lembrem-vos o sargento esbofeteado pelas mãos de um dos seus superiores, num quartel de infantaria, e o soldado mandado cortar a vergalho, êstes em razão de faltas disciplinares, aquêles em castigo de se haver achado entre o povo, na minha recepção, quando voltei da Bahia. Ambos êsses desatinos têm seu lugar

mais ensanchado no estudo sôbre a condição do soldado brasileiro, que reservarei, talvez, para outra conferência. Mas os dois não se podiam omitir, aqui, ainda que em menção rápida, numa revista geral da anarquização do exército pela candidatura militar.

Na ordem jurídica a anarquia se traduz pela subversão de todos os direitos. Acabais de ver como desapareceram os do soldado. Com os da oficialidade não vai menos insolente o desrespeito. É o que se acaba de ver, com uma saliência de relêvo sensível ao mais embotado tato dos cegos voluntários do hermismo, no desabusamento da mercê liberalizada a êsse oficial, que, quando, segundo a decisão, quase unânime, do Supremo Tribunal Militar, incorria na compulsória, se viu promover da capitania ao coronelato, passando, num salto, de capitão *número trinta* a tenente-coronel *número dois*. A justiça militar se opusera. O Presidente da República recalci-trava. Mas o interessado faz parte do diretório castilhistas de S. Gabriel. A política riograndense interveio. O Marechal compareceu ao Catete. Que são leis diante de poderes tais? A presidência volveu à sua atitude habitual: estendeu o colo à corrente. A promoção exigida vingou, preterindo tôda a lista dos capitães e tôda a dos maiores, cêrca de sessenta oficiais, sacrificados, por um ato de nepotismo e ilegalidade, aos caprichos de uma facção.

A "REORGANIZAÇÃO" DO EXÉRCITO

Quereis ter agora à vista o panorama da reorganização, a obra do decreto de 4 de julho de 1908, encomendada e subscrita às cegas pelo Ministro da Guerra? É lerdas as cartas de dois oficiais superiores

do exército, dadas à publicidade na *Gazeta de Notícias* de 27 de janeiro.

Uma, escrita de Mato-Grosso, em 18 de outubro, nos relata estas cousas espantosas:

Até agora ainda não se conseguiu organizar corpo algum. O general Guatemosim pretendeu organizar o décimo terceiro e décimo quarto regimentos de infantaria com três batalhões cada um, mas desanimou; os oficiais não se entendem, há completa confusão. Cada regimento poderá ter no máximo quarenta soldados! Ninguém mais se engaja, voluntários não aparecem; do Rio não vem ninguém. Os poucos oficiais existentes estão sendo chamados ao Rio; no último paquete desceram quinze, já temos mais três prontos para o mesmo destino.

Têm chegado aqui oficiais que se apresentam supondo pertencerem a esta guarnição, mas nada constando a seu respeito voltam, ao Rio, para descobrir onde devem ficar. As ajudas de custo e as demais despesas de passagem, com a contra-dança, são cousas secundárias, parecendo que nada-mos em ouro. Há aqui uns seis oficiais sem classificação alguma. O décimo quarto regimento é do Campo Grande e está aqui com esperança de seguir, mesmo a trouxe-mouxe. O seu comandante, coronel Nery, acaba de ser chamado ao Rio. O tenente-coronel Abílio de Noronha, fiscal d'este regimento, estava adido ao décimo quinto e já seguiu para o Rio. O coronel Albuquerque Xavier, que está em Nioac, para organizar o décimo quinto regimento, ainda não o conseguiu, e acaba de pedir para se recolher a Corumbá.

O coronel Olímpio da Fonseca, que foi para Aquidauana, organizar o 15º regimento de artilharia, nada fez e já tornou à «toca». O major Leopoldo Ortiz, que é do 40 do 14º regimento, está avulso há mais de oito meses, aguardando a passagem do regimento para o Campo Grande, e como êste mais oficiais.

Existe em Ponta-Porã, o 17º regimento de cavalaria comandado pelo tenente-coronel João Carlos Mena Barreto, que tem apenas dois oficiais efetivos. Êste comandante pediu oficiais emprestados ao 13º regimento; quanto a praças só existem 30. O 3º de cavalaria em Bela Vista é o que está

melhor; comanda-o o coronel Cruz Brilhante, que até 20 dêste mês deve seguir para o Rio, onde espera melhor colocação. O Pôrto Murtinho está cheio de paraguaios revolucionários, armados, os quais saqueiam gados no Brasil, e percorrem o sul, estragando tudo sem que alguém lhes tome contas.

Assim anda tudo por aqui.

A outra, do Rio Grande do Sul, aos doze do mês próximo findo, nos clama êstes horrores:

Na iminência de uma nova revolução no vizinho Estado do Uruguai, o 56º de caçadores teve ordem de se transportar à fronteira.

Foi uma lufa-lufa para movimentá-lo, notavelmente reduzido no seu estado completo; mas o interessante ainda é isto: o primeiro ato da autoridade militar foi o de mandar abonar a tôda a corporação (oficiais e praças) três meses de sôlido por adiantamento, quando a viagem quase tôda seria feita em estrada de ferrol!

A marcha, porém, não se realizou e a soldadesca, que continua sendo o rebutalho da sociedade, assim escorvada, amortinou-se e cometeu distúrbios, que bem alteraram a ordem pública às barbas da autoridade suprema! E eu, caro amigo, a pensar como Moltke — o exército é raio que a administração forja e o estado maior lança.

Tais fatos confirmam, infelizmente, a existência da desorganização armada pela confusão e desordem que reina nas fileiras do exército desde a obra do sr. Hermes da Fonseca e dessa situação deplorável que a nação observa entristecida, só é lícito esperar os prejuízos resultantes na anarquia em perspectiva.

BENEFÍCIOS DA PUBLICIDADE

Eis o estado, em que a *reorganização* deixou as nossas fronteiras. Não sou eu quem o qualifica. É entre a oficialidade superior, no exército mesmo, que

se brada, a êsse respeito, contra a *anarquia em perspectiva*. Querem tapar-nos a bôca em nome do patriotismo? Mas o patriotismo é que nos obriga a falar, a redizer, a insistir. Qual é o país livre, hoje em dia, que, por não dar aviso ao inimigo das falhas da sua armadura defensiva, se expõe a ver-se na contingência de entrar com ela rôta e inútil em combate?

Vive no mundo da lua êsse patriotismo às avessas. Os inimigos de agora conhecem sempre os interstícios da couraça dos seus inimigos. Os nossos adversários possíveis têm as suas agências de informações, as suas vias de esclarecimento, e das fraquezas, atrasos, misérias da nossa situação militar sabem mais do que as nossas descuidadas secretarias. Com o silêncio que se nos quer impor, sob o pretexto de zelo patriótico, a quem se ilude unicamente, a quem unicamente se deixa na ignorância da realidade, é ao Brasil, é a nação, que com o próprio suor paga, enganada, o seu abandono, a sua indefensão e, no caso de conflito internacional, talvez a sua desgraça.

Na França, periòdicamente ameaçada pela hipótese do rompimento com a Alemanha, a pique, ainda não há muito, de se declarar na questão marroquina, a tribuna, as associações, os jornais discutem com a maior liberdade as condições de segurança da fronteira oriental, que a separa do perigo germânico, mostrando-lhe a vulnerabilidade, os erros de administração no repará-la, as vantagens eventuais do inimigo, os riscos da invasão e as portas que lhes deixam abertas as incorreções e lacunas da proteção militar oposta às investidas hostis. E, se hoje o país tem motivos, para confiar nas fortificações da extrema alemã, nos seus campos entrincheirados, nas suas estações de mobilização, no seu material de

guerra, não é senão graças à ação enérgica, por muitos anos, de publicações francas, "onde as chagas militares do país eram desenganadamente reveladas e cauterizadas a ferro em brasa".

Com os órgãos da defesa naval não tem sido ali menos inexorável a publicidade. Não há um ano que o senador Humbert ali dava a lume a sua brochura de sensação *La flotte fantôme*, (*) propondo-se a mostrar documentadamente que a França não tem nem obuses, nem canhões, nem navios. Membro da mais alta câmara da legislatura, o autor, num assunto de tão grave melindre, não hesita em denunciar "o espírito de rotina, as manias burocráticas, o favoritismo, as imperdoáveis negligências da administração central", não poupa os "fatos escandalosos" e tôdas as considerações põe de lado, por instruir os contribuintes franceses, até agora ludibriosamente iludidos da dilapidação de seus dinheiros.

Pois, senhores, por que não hão de ser aqui idênticos os nossos deveres? Por que nos deixarmos entupir a bôca dos sofismas do segrêdo patriótico, urdidos unicamente para a engorda tranqüila dos abusos? Por que não tiraremos também as escamas aos olhos do contribuinte brasileiro sôbre o desperdício, entre nós incomparável, dos sacrifícios da sua bôlsa?

DESPESA MILITAR NO BRASIL E NO JAPÃO

Cotejemos o que despende o Brasil, no orçamento do exército, com o que despendiam os japões na época da criação do seu, para se armarem com êsse instrumento maravilhoso de vitória, que lha deu estupenda sôbre o exército moscovita. De um pouco

(*) CHARLES HUMBERT: *La flotte fantôme*. Paris, s.d.

mais de dois milhões esterlinos em 1893, 1894 e 1895, esse orçamento se eleva, em 1896, a £ 7.300.000, a £ 10.000.000, em 1897, e, em 1900, a £ 13.300.000. Em 1902, parecendo estarem ultimadas as suas preparações, esse ramo de sua despesa baixou a £ 7.500.000, ou em moeda brasileira, ao câmbio atual, mais ou menos, réis 121.000:000\$000. Com este desembolso mantinha o Japão, nas proximidades da campanha com a Rússia, um efetivo de 6.822 oficiais e 110.000 praças.

Êstes algarismos são absolutamente certos. Quem no-os fornece, é o general que comandou em chefe os exércitos russos na guerra japonesa. Nós, porém, gastamos quase cinco sextos daquela soma, com um exército quase dez vezes menor do que aquêlê, sem armas, sem aquartelamento, sem munições, sem adestração militar, sem disciplina, sem chefes. Que incomensurabilidade na simples diferença entre os dois efetivos e o seu respectivo custo! Mas, se medirmos o estado moral, o valor técnico, a eficácia militar entre os dois têrmos do paralelo, que distância infinita, que impossibilidade na comparação!

INDISCIPLINA E AFILHADAGEM

Examinando as causas do aniquilamento russo e das inauditas vitórias japonesas, acentua Kuro-patkine, de um lado, "a férrea disciplina", que, em todos os graus de sua jerarquia, observavam as fôrças japonesas, e, do outro, a afilhadagem, que visceralmente estragava a administração militar russa. A desordem administrativa, a violação ordinária das leis, a extinção dos freios morais, o abandono da educação do soldado, os exemplos de brutalidade nas relações dos comandantes com os comandados,

as ambições políticas dos chefes militares, as lições práticas de insubordinação por êles dadas à tropa com as conspirações e os movimentos sediciosos indisciplinaram o exército brasileiro. Por cúmulo, estabelecida a desmoralização nas fileiras pela rotura dos laços de respeito e da obediência, agora se introduzem na oficialidade as malquerenças, os agravos, os rancores com o desmarcado arbítrio das preterições, que a candidatura militar inspira, exige e utiliza.

BALBÚRDIA, PENÚRIA E PROMISCUIDADE

Querem anarquia maior? Vejam agora, na direção técnica das forças, como se conculcam as suas regras mais elementares. Notícias oficiais, ministradas à imprensa da capital pelas autoridades competentes, deram a saber, aos 18 do mês passado, que atenta a falta absoluta de oficiais no quarto regimento de artilharia montada, em São Gabriel, o Ministro da Guerra, atendendo às reiteradas instâncias do inspetor da 12ª região, autorizava o general Godolfim a designar o comandante do 28º batalhão de infantaria para comandar aquêlê regimento, bem como a mandar adir ao mesmo corpo vários oficiais de infantaria e cavalaria.

Êsse fato, senhores, é característico. Em vez de se ordenar que os oficiais do regimento se recolhessem ao seu corpo, desviou-se, para o comandar, um major de arma diferente, e, para lhe preencher os demais claros, outros oficiais de outras armas. Oficiais de infantaria e cavalaria iam servir, assim, na artilharia. Mais tarde se havia de obrar inversamente: um capitão de artilharia ia comandar a sétima companhia de infantaria, estacionada na capital do Espírito Santo.

Como conceber êsse desfalque da oficialidade nas várias armas de linha, justamente quando, com a reforma Hermes ou Alcino Braga, os quadros do exército acabam de receber tamanha amplificação? Nada mais singular do que a ingenuidade, com que o Ministro da Guerra, em atos públicos do seu cargo, pretexta a carência absoluta de oficiais em certos e determinados corpos, quando pela especificação dos corpos e dos quadros, cada quadro corresponde ao seu corpo, cada corpo tem no seu quadro oficiais designadamente consignados ao seu serviço.

Nem é arbitrária a distribuição da força em corpos de armas distintas. Da própria essência das três armas, resulta a sua discriminação. Cada qual tem a sua individualidade específica, a sua psicologia, a sua técnica, as suas qualidades orgânicas. Na guerra não se confundem; e, como na paz é que se aparelha a guerra, do mesmo modo que na guerra não se lhes pode admitir na paz a indistinção, a promiscuidade. Mas, no Brasil, atualmente, se especializam as armas para as confundir, e se avultam os quadros, para ficar sem oficiais. Mistérios da reorganização. Depois que se aumentou à grande a oficialidade, lavra pelos corpos uma indigência geral de oficiais.

Aqui, há obra de umas seis ou sete semanas, o oitavo regimento de artilharia, localizado em Cruz Alta, a tal ponto se desprovera de oficiais, que um primeiro tenente, a quem, em direito, caberia o comando unicamente de uma companhia, comandava o corpo todo, com os três batalhões e as nove companhias que o compõem. Era uma comissão de coronel, exercida por um primeiro tenente.

Muitos outros corpos estão como êsse, à mingua de oficiais. É uma penúria generalizada, contra a

qual se cruzam com insistência as reclamações dos comandantes, mas a que a administração da guerra não encontra meios de remediar, senão violando as regras de correlação entre os postos e os comandos, ou pondo em contradança, entre as diferentes armas os seus oficiais. Para isto é que os quadros cresceram nas proporções que se sabe. Contradições, enigmas e disparates da anarquia. Mas a anarquia se chama hoje *reorganização*, como na polícia se classifica de *ordem* e, na compreensão da moral pública, se alcunha de *patriotismo*. Patriotismo, ordem, reorganização, agora, são os debiques de momo, com que a anarquia se regala à nossa custa nesse farsalhão odioso.

A ANARQUIA INTELECTUAL

Os seus estragos na região dos fatos materiais são imensos. Maiores, porém, são ainda na inteligência nacional, donde, com a candidatura Hermes, baixou aos usos da política e da administração, arvorado em teoria, o horror aos instruídos, o predomínio dos incapazes. A fórmula acaba de receber a sua redação definitiva na Bahia, onde um dos Demóstenes do militarismo pontificou às multidões atônitas que, um Presidente de República está perfeito, em tendo "honestidade, patriotismo e competência do cargo".

Assim que, de tôdas as funções do Estado, a magistratura suprema é, atualmente, a mais fácil. Só ela, entre tôdas, inclusive a dos serventes e contínuos, não exige aptidão especial. Nunca, em verdade, uma república se viu submetida a democratização tão admirável. Enquanto o primeiro lugar da nação impunha condições de idoneidade raras, tinha incon-

venientes, para os narizes ortodoxos, de cheirar a trono. Excluídos os requisitos de superioridade e rasoirada a presidência ao nível das qualidades comuns de todos os cidadãos de fôlha corrida limpa, a nação ficará tendo a honra de poder ser governada por uma tripeça, uma sovela, ou uma tarimba. *Tutti siamo marchesi.*

A ANARQUIA MORAL

Mas onde a anarquia, civil e militar, triunfa sôbre todos os seus triunfos surpreendentemente, é no domínio moral, a que as cousas materiais estão sotopostas e sujeitas, como a vida visível na superfície da terra a êsse envoltório impalpável da atmosfera, que a rege, nutre e anima. Um fato, um só fato nos dá inteira a visão dessa inimaginável deliquência, em que se decompõe a nossa moralidade administrativa, sob a ação das fermentações e virulências que o militarismo lhe inoculou, do mesmo modo que uma só gôta do viciado sangue de um tuberculizado, um canceroso, ou um pestilento nos revela, num infinito de germens letais, em assombrosa atividade, todo o mundo incalculável de princípios de morte que envenenam a substância do organismo condenado.

Quero aludir ao caso da gratificação percebida há cinco meses, por funções que não exerce, nem exerceu, nem podia ou pode exercer o marechal candidato. Não me ocuparei do fato com relação à pessoa e à responsabilidade do meu competidor. Ao discutir o meu adversário, a minha análise pára onde começa a sua honra. O que, nesse caso, excede, porém, a tudo em gravidade, são as apologias jornalísticas e oficiais, com que se lhe têm buscado

honestar o caráter indefensável. Essas teorias é que definem as consciências desta época, os seus costumes, a capacidade dos seus homens, o sentimento do seu decôro.

Não haveria, neste mundo, tribunal, onde fôsse susceptível de contestação a flagrância dessa ilegalidade. Os artigos 25, 26 e 27 da lei de 9 de janeiro de 1906, assento da matéria, ligam inseparavelmente a gratificação *de função*, no oficial, ao exercício de *uma função*. Nem se havia mister de o declarar a lei, e tão redundantemente, uma vez que *gratificação e exercício* vêm a ser *por definição*, idéias associadas e correlatas. Depois, se na própria tecnologia legal se diz que é *de função a gratificação*, claro estava de si mesmo, que para caber a gratificação, imprescindível será necessariamente a ocorrência da função. A esta regra de senso comum, de justiça evidente e de estrita moralidade só abriu a lei a exceção "do oficial licenciado, para tratamento de ferimentos recebidos em combate ou moléstia dêles conseqüente". Logo, na hipótese, a gratificação, de que se trata, foi indevidamente recebida e indevidamente paga. Só no Brasil de 1910 se subtilizariam chicanas, com que empanar esta evidência e sobredoirar êsse atentado.

A HERMENÊUTICA DA ANARQUIA

Mas quem agora o legitima, e para o legitimar as inventa, é a diretoria da contabilidade da Guerra, numa carta endereçada ao candidato militar. Êsse documento está condenado à imortalidade como um dos monumentos mais característicos da intelectualidade administrativa e da moral profissional dêstes tempos. Nesse papel inestimável se consagra a dou-

trina, sôfregamente aproveitada e glosada logo pelos turiferários do hermismo, de que não havendo comissão alguma, onde aproveitar, neste momento, os serviços do marechal, se lhe abonou a gratificação correspondente à mínima comissão, que se lhe poderia dar. Nada mais extraordinariamente claro. Não havendo agora da parte do marechal, serviço nenhum que gratificar, se lhe gratificam os serviços que ele não presta, mas *poderia* estar prestando. Quem o souber comente esta cousa absolutamente sem nome.

Mas o chefe da nossa contabilidade militar não se contentou dêsse rasgo de heroicidade lógica e sem cerimônia administrativa. A sua brilhatura epistolar, atirada à publicidade como um obus aos quartéis do civilismo, ainda maior estrondo operou com a explosão de outra idéia, que nos traz a nós todos como aos russos o cheiro dos gases de certos projetis japoneses. "Creio que ficará tranqüilo", diz ao marechal, "porque não se dá nenhuma *ilegalidade*. O *ministro é o ordenador das despesas; e o que não está expressamente proibido, o govêrno pode fazer*". Aos estampidos da revelação dêste portento, a hermenêutica jurídica e o direito constitucional vieram à terra em cacos.

Santo Deus! E esta é a autoridade preposta à nossa contabilidade militar. Imaginamos que flora e fauna de maravilhas não desabrocharão caladamente no fundo daquele abismo de surpresas. A não ser que a ironia se haja aninhado no latíbulo das finanças do exército, e algum demônio irrequieto se desse à estroinice de modular com o punho do grave diretor uma variação de notas sarcásticas por entre as solenidades tabelioas do estilo das secretarias. Do contrário, com efeito, seria preciso haver-se iniciado uma pessoa na transcendência do direito oficial, como

um metafísico do judaísmo alexandrino na ultraciência dos livros de Hermes Trismegisto, para contestar uma noção tão universal em direito quanto em geometria os axiomas de Euclides: a noção de que a vontade da lei, em se tornando manifesta, impera sempre com a mesma autoridade ou se declare expressa ou não expressamente. Não tem menos intensidade, não obriga menos intimamente, a ordem ou proibição do legislador, em sendo implícita do que sendo formal. Explícito ou ilativo, o essencial ao vigor do preceito é a sua visibilidade. Quando um texto estatui que a gratificação de uma função militar só cabe ao oficial, que a exercer, proibido aí está, com a certeza mais categórica, outorgar a gratificação, de que se trata, ao oficial, que no exercício dessa função realmente não estava.

O DIREITO DA ANARQUIA

Mas esta lição da nossa diretoria da contabilidade militar se parece a essa espécie de cometas, cuja exuberância de luminosidade se lhes reserva para a cauda. O oráculo do Quartel-General termina coruscando pela extremidade inferior, com o nôvo axioma administrativo de que, ordenador da despesa, o governo "pode fazer tudo que não esteja expressamente proibido". Demos, pois, graças aos deuses, de que o sr. Nilo Pessanha, não mande pagar ao seu poderoso patrão desde já os quatrocentos e oitenta contos do seu futuro quadriênio presidencial, cousa a que se não opõe nenhuma proibição explícita de lei. A luz que êste achado jorra sôbre o regímen orçamentário, vai transformar o sistema das nossas leis ânuas. Doravante os orçamentos já se não ocuparão em ordenar, mas em proibir despesas.

A CLEMÊNCIA DA ANARQUIA

Não basta? A dificuldade está só na escolha. Os fatos anárquicos pululam nesse ramo do serviço nacional como vibriões nos caldos de cultura. Fatos de absurdo, fatos de grutesco, fatos de escândalo.

Aos 8 de dezembro do ano passado o Supremo Tribunal Militar condenava um cabo, *chauffeur* de automóveis no Ministério da Guerra, pelo crime de homicídio, a dez anos de prisão. No 1º de janeiro dêste ano o Presidente indulta o condenado. Os dez anos de cadeia se lhes reduzem, assim, a três semanas, e oito dias depois a Secretaria da Guerra o repõe, ao homicida, no lugar de *chauffeur* dos automóveis militares. O criminoso tinha a proteção do Marechal, e, para os protegidos do seu bastão, não há leis nem tribunais. Quando outras vítimas caírem esmagadas sob as rodas do veículo do afilhado de Washington II e Napoleão IV, a glória dos dois continentes continuará, sossegada, sossegada a dormir o mesmo sono, e el-rei Nilo I a gozar da mesma tranqüilidade.

Mas não sujeitemos a ironia, sublime instrumento das finas execuções do espírito, à humilhação de ser o castigo de misérias tais. Nem a prerrogativa do indulto escapa ilesa as bastardices desta era de aviltamentos. Sagrada função da clemência, magnânima retificadora dos erros da justiça, afinidade generosa da soberania com a divindade, também ela aí vai na enxurrada entre os detritos do palácio do Catete, convertida em monte de crimes e órgão de impunidade.

A PRAXE DA ANARQUIA

Todos os subterfúgios servem, para se burlar a lei. E aqui está porque se tenta doirar a pílula da

gratificação de *função sem função*, envolvendo-a na escusa, de uma "praxe".

Tal nome não quadra ao fato bruto, desautorizado, antagônico aos textos. Demais, na hipótese, o assêrto nem ao menos é materialmente exato. Quem inaugurou êsses precedentes, até então desconhecidos no exército, foi justamente o Marechal Hermes, quando ministro, com o primeiro dos casos enumerados no rol dos exemplos, que a carta da diretoria da contabilidade menciona. Sei que à implantação dêsse abuso houve objeções na repartição do ajudante general. Mas a vontade imperatória do ministro era que se consumasse. E agora de uma grosseira enormidade por êle próprio introduzida se quereria fazer aresto em proveito dêle mesmo.

DESOBEDECIDA A LEI, MORREU A OBEDIÊNCIA

Onde se desobedece habitual e impunemente à lei, não se pode obedecer a nada. Se as paredes dos nossos quartéis fôsses de vidro, se os soldados e os interiores falassem, se o que ali de bôca em bôca se diz, ressoasse na tribuna, ou na imprensa, se os livros de avisos reservados, que agora se mandaram arrecadar a sete selos, divulgassem os segredos, que encobrem, teríamos aos montes as provas da anarquia, em que a legalidade vai pelo nosso mundo militar. Um exército onde as cobiças do militarismo criam e exploram a desordem, tem de acabar, necessariamente, por ser instrumento da desorganização geral. E com a desordem armada não há, para uma nação, calamidade que se compare.

Num exército onde os generais se rebelam contra a lei, os oficiais não guardarão obediência

aos generais, os inferiores faltarão com o respeito aos seus superiores, os soldados não tardarão a zombar dos seus comandantes. O general Von Der Goltz, o célebre estrategista prussiano, na sua obra famosa *Da nação armada*, onde se professa no maior esplendor da ciência alemã a ciência da organização dos exércitos e a direção da guerra moderna, acenando a necessidade absoluta de que "a obediência seja igual no alto e em baixo", nota, com o saber da experiência, que "o soldado obedece, consoante vê obedecerem os seus chefes". Em tôdas as condições da vida a obediência aos que nos mandam é a condição da autoridade sôbre os em quem mandamos. Ora, num país de liberdade e ordem, quem sôbre todos manda, é a lei, a rainha dos reis, a superiora dos superiores, a verdadeira soberana dos povos.

MAGISTÉRIO E JUSTIÇA MILITAR

A impaciência da submissão à lei, no Brasil, hoje em dia, entre as camadas governantes da força armada, tem recentemente os mais estranhos sintomas no que se passou com o magistério militar com os auditores de guerra. Uns e outros perderam a sua vitaliciedade. Decaiu da sua independência a magistratura dos auditores, da sua independência tombou a do professorado. Deprimiu-se em ambas as classes o nível intelectual, em ambas se abateu o nível da justiça. Mas conquistaram-se lugares para a violência das paixões, para o horizonte da ambição, para o regímen arbitrário das vontades. Qual é, então, neste organismo, o membro imune a essa decomposição generalizada? O sr. Barbosa Lima, disse que, no exército, hoje, instrução e justiça estão reduzidos a serviços de faxina.

INDISCIPLINA DO EXÉRCITO, PERDIÇÃO DO PAÍS

O governo atual conspira com soberba e gáudio nesta corrupção e desorganização do exército, que, a não ser atalhada pronta e enèrgicamente, mergulharia o Brasil nas mais irreparáveis desgraças. Um coronel francês, escrevendo sôbre *O espirito da guerra moderna*, observa que, "princípio de harmonia e vitalidade nos exércitos", a disciplina constitui, ao mesmo tempo, o abrigo das nações civilizadas contra os cometimentos dos invasores. "A história nos mostra", diz êle, "que os grandes povos da antiguidade não adquiriram e mantiveram o seu poder, senão mantendo vigorosamente, nos seus exércitos, a disciplina. Tanto que desconhecera este princípio conservador, para logo entraram em decadência, e rapidamente se tornaram prêsa dos seus inimigos".

A FÔRÇA ATIRADA CONTRA OS ESTADOS

Para tais resultados nenhuma presidência paisana ainda trabalhou, entre nós, com a gana, o aforçuramento, a inconsciência de impulsivo do governo atual. Xifópaga à ditadura militar do marechal candidato, já em plena ação, a ditadura civil do Sr. Nilo Pessanha, lhe tomou de empréstimo as fôrças armadas, para arranjar os seus próprios negócios no Rio de Janeiro e os do sr. Venceslau Brás, em Minas Gerais. Ora, os negócios dêsses três potentados, no fim de contas, se reduzem a um só: a entrega do país ao régimen definido na alocação marechalícia do Piquete.

Para ali noticiaram, não há muitos dias, os jornais a remessa de mais oito canhões. Donde se vê que até S. Paulo não escapa de todo ao alcance do

espraçamento da ação militar, que sôbre Minas e o Rio de Janeiro pesa, e se dilata. Em Minas temos a situação de S. João d'El-Rei apertada nas malhas de um quase estado de sítio. Ainda há pouco estive com um jornalista mineiro, que pouco antes visitara aquela nobre cidade, o berço de Tiradentes. Ninguém nela penetra, sem cair imediatamente no meio da oficialidade, que ali se bate pela candidatura Hermes, com uma bravura invejável para os campos de batalha, onde floream melhor as galhardias do sabre do que em terra pacificada, contra as indefesas urnas eleitorais.

No Rio de Janeiro, porém, a coisa tomou as proporções de uma verdadeira invasão. Já quando regressava de São Paulo, encontrei nas estações fluminenses, onde me demorara na ida, uma atmosfera diversa. O barômetro acusava grave pressão armada. Era a presença das bôcas de fogo, mandadas pelos escrúpulos da imparcialidade nilista para assegurar a lisura da apuração das eleições do Estado. Os casos de ação direta blasonadora, insolente das armas federais sôbre a população, em apoio dos interesses eleitorais do nilismo e do hermismo associados, se multiplicam de cidade em cidade. Haveis de conhecer entre outros os de Queimados, S. Fidélis, Macaé, Friburgo.

Em Friburgo, os soldados acamparam na própria sala das sessões da municipalidade, enquanto os defensores do atentado mandavam contar pelo seu jornalismo, que êles se alojaram no porão do edifício, muito meu conhecido, onde não há entre o solo e o pavimento a altura de um homem. De São Fidélis, as famílias dos amigos do govêrno estadual emigram para Campos, afugentadas pelos excessos do destacamento federal. Aí entraram em cena, até

o saque e o estupro. Em Macaé a fôrça do exército capitaneada por um tenente de nome feito e ambições definidas na política do dia, toma à cidade as entradas, obstando a tôda a gente o ingresso, ou a saída, leva à chanfana país de família e senhoras, cerca o edifício municipal, onde, sitiada a casa e vedadas as portas por um cordão militar, o juiz de direito, velho septuagenário, débil e assustadiço, constrangido pelo terrível oficial com ameaças de morte, põe a sua assinatura à ata fraudulenta de apuração, que, ausentes os presidentes das mesas eleitorais, se forjara sob o próprio teto, onde êles se deviam reunir. E essas proezas asseguram ao delinqüente, que as comete, uma cadeira de legislador na assembléia estadual. Não é o único militar dessa massa, que ali recebe êste galardão por gentilezas da mesma laia, na obra de compressão política exercida sôbre aquela região brasileira pelo imortal campista.

Ora, quando os governos civis exploram dêste modo as ambições militares, atirando assim o exército, furtado aos seus deveres e contra êles convertido, sôbre o povo e as instituições constitucionais, que outra cousa é de esperar senão a revolta definitiva da fôrça armada contra as instituições constitucionais e a nação? Aqui está donde vem aquela opinião minha, tão sofismada e adulterada pela chicana militarista, de que as ditaduras civis têm ainda maior responsabilidade nos nossos infortúnios do que as ditaduras militares.

Nem as ditaduras civis seriam possíveis sem a condescendência do elemento militar, nem as ditaduras militares sem a convivência dos políticos civis. Mas o quinhão da culpa do elemento civil, degradando as instituições militares, para reinar sôbre a sua corrupção, muito mais grave é ainda que o das

aberrações militares, carregando com os excessos civis, para triunfar à sua sombra. Porque dos civis, com a sua educação jurídica e liberal, próprio é resguardarem o país do perigo militar. Por outro lado, ao passo que as ditaduras civis são, de sua natureza, breves e caidigas, as militares, incomparavelmente mais seguras e pesadas na tirania, resistem, de ordinário, tenazes como o raizame da tiririca, da qual, uma vez embebida no chão, dificilmente se escalará o solo, onde germinou.

QUAIS OS ANARQUIZADORES

Não falem, pois, de anarquia, contra os que a combatem, os que a estão organizando. Organizar a desordem, organizar a ruína, organizar a perdição, eis o que eles fazem. Autores da anarquia, mas da anarquia armada, a mais truculenta das anarquias, eles é que o são.

Essa linguagem, com que nos imaginam fulminar, lembra exatamente a do primeiro Imperador aos mineiros, em 1831, contra os adversários do seu regímen de servidão e janizarismo. Desorientado pelo terror da sua situação, já insustentável na côrte, correrá o filho de D. João VI a Ouro Preto, com a Imperatriz e a alvorotada comitiva, e dali, em busca de um salva-vidas no seu naufrágio iminente, endereçou a Minas Gerais a curiosa proclamação de 22 de fevereiro. "Mineiros" dizia ele, "existe um partido *desorganizador*, que, aproveitando-se das circunstâncias da França, pretende iludir-vos com invectivas à minha inviolável e sagrada pessoa, e contra o govêrno, a fim de representar, no Brasil, cenas de horror cobrindo-o de luto, com o intento de empolgarem empregos, e saciarem suas vinganças e paixões

particulares, a despeito do bem da pátria, a que não atendem aquêles *que têm traçado o plano revolucionário...* Ah! Caros brasileiros, eu não vos falo agora como o vosso imperador: e, sim, como vosso cordial amigo. Não vos deixeis iludir por doutrinas, que tanto têm de sedutoras quanto de perniciosas. Elas só podem concorrer para a vossa perdição e a do Brasil, nunca para a vossa felicidade e a da pátria. Ajudai-me a sustentar a constituição, tal qual ela existe, e nós juramos. Conto convosco: Contai comigo”.

Trocai Pedro I, com a sua “pessoa inviolável e sagrada”, pela “sagrada e inviolável pessoa” do marechal candidato, e teremos por uma dessas repetições tão freqüentes na história, a mesma cena: os amigos da liberdade indigitados como “desorganizadores” e “revolucionários” na linguagem da hipocrisia absolutista. Eles é que são os anarquizadores, os ambiciosos de mando, os incubadores de vinganças, os de quem há-de vir à pátria a malaventura, a desordem e o luto. Contra essas contingências ominosas, só um preventivo, uma só medicina: *manter a constituição, tal qual ela existe*, isto é, na realidade, manter o despotismo, que a carcome, que nela se insinuou, e à custa dela vive, alapado nas suas formas.

A MINAS DE 1831 E A DE 1910

Mas os mineiros de 1831 não se enterneceram com as lágrimas de crocodilo do falso constitucionalismo do primeiro imperador, e, algumas semanas depois, o movimento de 7 de abril o obrigava a abdicar. Da mesma sorte, os mineiros de 1910 não se engodarão com os cantos de sereia do pseudo-

constitucionalismo do candidato à ditadura, e, daqui a semanas, o escrutínio de primeiro de março, o desenganará das suas ilusões.

Pela mais extraordinária de tôdas elas, acreditando que o Norte inteiro a sufraga, que o Sul quase inteiro a rejeita, e que nessa partilha, a balança lhe não daria vitória, pôs o candidato de Maio, as esperanças de um desempate a seu favor, onde, senhores? Em Minas. Mas, se é verdade, como afirmou João Pinheiro, e eu muito me honraria em ser o primeiro a dizê-lo, se é verdade que "na terra de Minas Gerais, fôra impossível o estabelecimento de oligarquias", não se concebe que Minas Gerais se associasse agora ao conluio de tôdas elas, para impor ao país, sobreposta às oligarquias dos Estados, a archi-oligarquia, progênie sua, de um marechalato recomendado unicamente pelos bordados do seu uniforme.

Se os mortos governam os vivos, o presente obedece ao passado. Tôda a história mineira se ergue, mais alta do que as suas serras, numa evocação de grandeza moral e civismo, contra a comédia, já ensangüentada, que os amores ilícitos do Catete com o Quartel-General, do Palácio da Liberdade com a rua da Guanabara, encerram entre estas montanhas escandalizadas. Como que do fundo dos seus vales se levanta um rumor desusado e misterioso, um dêsses rumores que nos surgem do íntimo da consciência amplificada, e povoam da sua majestade o mundo exterior. Dir-se-iam as gerações extintas dos vossos antepassados que ressurgem, e cobrem da imensidade da sua multidão êsses cimos, essas encostas, essas valadas, como as ondas melancólicas da bruma, quando envolve as vossas tardes, ou estende sutilmente a sua superfície branca sôbre as

vossas madrugadas. Do seu seio, escutai no fundo de vós mesmos, e ouvireis a voz, que renova distintamente os ecos das vossas tradições de patriotismo, de independência, de amor da liberdade: "Minas morre pela pátria, mas não se alista sob os recrutasdores do caudilhismo. Minas não deserta a lei, a humanidade e a Deus, para dormir, à sombra das casernas, o sono dos faxineiros. Minas não se divorcia da paz, da verdade e da honra, para focinhar no saguão dos procônsules da ditadura, a celha da ração dos cevados. Minas não teme. Minas não se prostitui. Minas não se vende. Minas não se escraviza. Minas não fugirá. Minas não transigirá. Minas não se desonrará. Minas não será vencida pelo Capim Branco".



condições, ouvir nos dentro a lei, a humani-
dade e a Deus, para dentro, a vontade da sa-
ber, o vazio dos factíveis. Ouvir
nos de dentro da lei, da verdade e da honra,
para factível, no vazio dos processos da
dictadura, a alma da razão dos seres. Mi-
rar nos tempo, ouvir nos tempo, ouvir nos de
proteção. Ouvir nos se vende. Ouvir nos se
encanta. Ouvir nos fugir. Ouvir nos bre-
gar. Ouvir nos se dentro. Ouvir nos
são vendida pelo Espírito Branco. »

Última fôlha da Conferência de
Juiz de Fora em 1910

Documento existente no arquivo
da *Casa de Rui Barbosa*

CONFERÊNCIA DE OURO PRÊTO

Em 19 de fevereiro de 1910

Partindo a 18 de fevereiro de Juiz de Fora, chegou Rui Barbosa no mesmo dia, às 19 horas, em Ouro Preto. À 19, no Teatro de Ouro Preto, pronunciou a conferência seguinte:

Minhas senhoras, senhores:

Manuseando, há dias, o famoso livro do senhor Manuel Bernardez, sobre a nossa terra, ficou-me perdida a vista numa página, cheia de emoção e descortino, donde me parecia estar ouvindo sussurrar-me o coração o que eu acêrca desta cidade sinto vagamente, desde que a conheci, vai por mais de vinte anos, quando aqui estive duas vêzes. O que eu embebia pelos olhos, no prazer da leitura, era como se me saísse espontâneamente de dentro de mim mesmo, numa aspiração, num voto, ou na visão de um longínquo futuro, ainda mal distinto. A voz persuasiva que o escritor argentino quisera arrancar das suas entranhas, para calar no ânimo do Brasil, tinha eu a sensação de que se me exalava do seio no silêncio do gabinete, como agora se me representâ desprender-se aqui da ambiência das cousas, vibrar nas comoções dêste auditório, e ecoar a vibração do meu espírito numa súplica sagrada à nossa terra pelo gênio do vosso renascimento:

Como seria grato e bom acudir a Ouro Preto! Não será possível deixares expirar assim uma cidade, carne da tua carne, força da tua força e glória da tua glória. Por que

não fazeres dela a tua oficina intelectual, a tua Coimbra, a tua cidade do ideal, o horto do teu porvir? Onde floresceu a tua antiga opulência, por que não semeares a flôr preciosa da tua nova cultura? Por que não encheres êsse álveo, onde correram rios de ouro, com inesgotáveis caudais de pensamento, ensino, civismo, ciência, moral e progresso? Entre os túmulos gloriosos e os berços livres há uma correlação indestrutível. Ouro Preto enterra as suas raízes no próprio coração do passado brasileiro, e essas raízes não se podem mirrar, sem que sofra uma perda de seiva o coração, onde profundaram. A tradição é uma amorosa nutriz, que alimenta a alma de energias inexauríveis. Ditosos os povos que lhe podem beber nos seios maternos exemplos de abnegação, arrojos, poesia, lendas de heroísmo, lições de fé. Ouro Preto, que provou a grandeza e o infortúnio, que tem subido e descido tôdas as duras curvas da sorte, como se a sua bela e atormentada orografia traçasse o diagrama do seu destino, pode ser o cenário magnífico de um grande florescimento acadêmico, artístico, científico, um ponto de concentração de culturas, de irradiação de aptidões técnicas e forças morais, armadas para tôdas as conquistas nobres. Belo-Horizonte e Ouro-Preto, não se excluem: completam-se, formando a cadeia ideal de união do que foi com o que está sendo, e com o que há-de ser. Minas não poderá dar vida e desenvolvimento a duas metrópoles. Porém a União tem aí um dever e uma honra, que assumir e fazer seus; porque, se Ouro Preto acabasse essa vida, que se lhe vai extinguindo entre cinzas de lenda, não seria só de Minas o luto: o Brasil inteiro havia de passar pelas ânsias de uma dor e amargar a evidência de uma perda.

Nestas palavras não ressoa um epicédio, mas um hino; não se volatiliza um devaneio: resplandece uma inspiração; não geme uma saudade: palpita a energia de um direito: não estende a mão um interesse de localidade: fala com império uma reivindicação geral. Não é debalde que a natureza e a história riam dêstes lugares privilegiados. Muda-se uma capital política, em busca da posição e da amplitude exigida pelo caráter central das funções do poder e pelas condições de magnificência que a

localização do governo impõe à expressão da autoridade nos órgãos supremos da sua força, no desenvolvimento material dos seus aparelhos dominantes. Mas não se muda a capital das tradições, a matriz do recolhimento, da meditação e do estudo, o regaço consagrado pela situação geográfica e pelo tempo à silenciosa elaboração da intelectualidade. Ouro Preto, representa uma dessas predestinações históricas, de que certas cidades têm na sua crônica, e na sua fisionomia os sinais manifestos. É um desses viveiros espirituais, cuja missão, constantemente renovada, lhes comunica uma atualidade eterna.

Do mesmo modo como Minas se não empobreceu, despojando-se das centenas de milhares de arrobas de ouro e das miríades infinitas de gemas, em que se nutriram os desvarios da corte lusitana, e a cuja custa se reconstruiu não só a sua capital, mas o seu reino, também não se aniquilou Ouro Preto, vendo ausentar-se a vida oficial, com o seu lustre, a sua riqueza, a sua pompa, os benefícios da sua irradiação. A da vitalidade da velha metrópole mineira nasce das qualidades ínsitas ao seu papel nativo, singular, necessário na expansão moral do Estado e da União. Quando esta quiser reconstruir, um dia, os centros naturais da nossa mentalidade, e dar à nossa riqueza econômica a fecundação essencial da ciência, sistematicamente animada e protegida, aqui terá de vir assentar um dos focos centrais da nossa cultura, uma dessas grandes fontes de saber, onde se sacie a sede nacional, onde venham beber àvidamente, nos sagrados mananciais da inteligência humana, essas regiões interiores do Brasil, chamadas para abastecer e espantar o mundo.

Uma cidade cujas armas são as dessa vocação, a velha capital do Estado, em cujo sêlo refulge por

divisa o virgiliano *Libertas quæ sera tamen* dos inconfidentes, não podia acolher senão com repugnância e horror a tentativa atual da militarização do país.

Quando o crime de 1792 enforcou, degolou e esquartejou a Silva Xavier, e a população inteira de Minas gemia no calvário do Mártir, como supliciada com êle na mesma agonia, a infernal tirania do conde de Resende lhe centuplicou ainda a tortura, forçando a metrópole da capitania, como forçara o Rio de Janeiro, a pôr luminárias às suas casas, três noites sucessivas. Mas essa inaudita profanação do luto unânime de um povo, êsse requinte satânico de crueldade era do tempo em que se não conheciam escolas públicas no território mineiro; em que debaixo de penas terríveis, se vedava a abertura de estradas; em que polícia não existia, senão, a dos tributos ou a da feroz exploração régia das minas; em que cada casa de habitante destas terras era o quartel de um dos dragões d'el-rei e do seu cavalo; em que uma população menos de cento e oitenta mil almas dava para a guerra levas anuais de seis mil recrutas; em que para um casamento de príncipe, se extorquiam ao povo, como "donativos voluntários", centenas de arrobas de ouro; em que a capitania avergava ao pêso dos "dízimos", das "têrças" e dos "quintos"; em que, sob as cominações mais bárbaras, um alvará da coroa ordenava e consumava a destruição imediata e absoluta de tôdas as indústrias coloniais, em que os tesouros já impossíveis de arrancar às entranhas exaustas do solo, se queriam arrebatat à miséria geral com a implacável derrama.

Ainda então, porém, nessa indigência, nesse desalento, nessa perseguição, através do esbulho em massa, do terror e da morte, abandonados os lares,

transmigradas as famílias, alastrado o medo, a proscrição e a soledade, ermados os arraiais e os campos num êxodo imenso, houve, de tôdas as classes, das letras, da milícia, do sacerdócio, da lavoura, do comércio, das artes, uma contribuição ardente para êsse glorioso movimento da Inconfidência, que, no meio daquelas trevas tumultares e daquele inenarrável desespero, ousou arvorar em programa a independência nacional, a declaração de república, a abolição do cativo e a criação de uma universidade. Era já então o conflito da ignorância com a capacidade, ou, na frase eufêmica e apológica do hermismo, a luta entre os "preparados" e "despreparados". Ê, porém, com um frêmito de admiração, e sentindo o impulso de cair de joelhos ante a grandeza daqueles homens, que, ainda a esta distância de cento e trinta anos, se encaram as proporções gigantescas da sua audácia, e se cogita de como, em tão negra escuridade exterior, podia haver nas almas essa resplandecência deslumbrante, essa incalculável energia, essa confiança religiosa no direito.

A Universidade está por fundar, até hoje. A independência não veio senão daí a trinta e três anos, a extinção do cativo daí a noventa e daí a cem a transformação republicana. Está ultimada, assim, podemos dizer que totalmente, a obra política do evangelho daquele que, ao despir a camisa, para vestir a alva, no seu infamado Gólgota, abençoando e perdoando, dizia aos seus algozes: "Assim morreu por mim o meu Redentor!"

Muito antes, porém, de realizadas as duas grandes aspirações de liberdade, que fulguravam na Boa Nova do nosso 1789, quando aqui assomou, pela segunda vez, inquieto e abatido, o filho de

d. João VI, estava já quebrado o encanto dos cetros e o prestígio das ameaças do poder. As casas desta cidade, silenciosas e sombrias no olhar das suas janelas apagadas, recolheram as luzes ao passar do triste séquito imperial. Dobravam-lhe no encalço os sinos das exéquias de Badaró, em Pouso Alegre, em Sant'Ana, em S. Gonçalo, na Campanha, em Baependi, em Barbacena, em Piranga, em S. João d'El-Rei em Tamanduá, na Vila do Príncipe, no Tijuco, por tôda parte onde latejava nas artérias mineiras o amor da liberdade. Em sua presença acabava de ser derrotado nas urnas o seu ministro itinerante. Perplexo e insulado na timidez e na humildade, em que a adversidade o mergulhara, refugiou-se esmorecido e solitário em Cachoeira do Campo, donde voltou à capital do Império com o ânimo ensombrado das primeiras angústias de abdição, que dias depois se lhe tornava inevitável com a explosão da vontade nacional no Rio de Janeiro.

Em tôda Minas a sua coroa lhe não valera um grito de simpatia, Ainda então se não haviam pôsto em uso, como sucedâneo das manifestações populares, as patulérias oficiais. Nem se criara ainda a mentira telegráfica e jornalística, para converter, ao longe, aquela frieza, aquêlê silêncio, aquêlê vazio em ovações de multidão entusiasmada. Em vão recorreu Pedro I do Brasil para Minas, de Minas para Ouro Preto. A cada um dêsses apelos sucedia um desmoroamento maior na sua popularidade. A grande província havia confirmado o aviso, que daqui lhe endereçara Bernardo Pereira de Vasconcelos, mandado pelos periódicos anunciar o revés iminente do valido imperial, o ministro Silva Maia, e dado a tragar ao seu coroado amo, na reserva, na indiferença e no desprêzo, com que o recebera, o fel do extremo desengano.

A candidatura do primeiro dinasta brasileiro à ditadura imperatória saiu de Minas Gerais, com a *insanabile vulnus*, a ferida moral, que aqui veio encontrar, setenta e nove anos mais tarde, a candidatura do terceiro marechal à ditadura militar. Pedro I proclamara a independência e doara a carta. Mas o seu constitucionalismo já tinha por bagagem a suspensão das garantias individuais e as sangüíneas comissões militares, em 1824, em 1825, em 1829, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul, na Cisplatina, o desbarato de Ituzaingo em 1827, a revolta das suas tropas estrangeiras, na capital, em 1828, o governo de José Clemente, o partido lusitano, a propaganda absolutista e as garrafadas de 14 e 15 de março. O constitucionalismo do marechal Hermes, que não nos deu nenhuma das nossas duas constituições, nem nos dotou com a independência, tem por títulos de serviço a desorganização do Exército, a inesquecível lei do sorteio militar, a profissão de fé do Piquete, a exautoração do Presidente da República, pela carta de 15 de maio, o traumatismo moral a que sucumbiu Afonso Pena, a opressão do sentimento público por uma candidatura oriunda notoriamente dos quartéis, o uso da situação de Ministro da Guerra para constranger o chefe do Estado e o país, a aliança com as oligarquias estaduais, os caudilhos civis e os interesses do governo Pessanha, num pacto de vitória eleitoral pela violência, pelo dinheiro e pela fraude, o panegírico da inutilidade da instrução, uma orgia, enfim, de abusos administrativos, sofismas demagógicos e atentados morais, em que tudo vai de rastos aos pés de um só indivíduo, como quando Bonaparte, assombrando-se das conseqüências do personalismo do seu próprio governo, exclamava, depois da conspiração

Mallet: "Então, aqui, tudo se reduz a um homem? Os juramentos, as instituições não valem nada?"

Inquestionavelmente, senhores, a conspiração militarista de 1909, era muito menos escusável, muito mais criminosa do que os planos imperialistas de 1831. Porque, há oitenta anos, o Brasil estava na infância do governo constitucional. A atmosfera do novo regime ainda se ressentia do colonialismo. Descendente imediato de uma longa sucessão de reis absolutos, o fundador da nossa dinastia era natural que se não achasse a cômodo nas formas do sistema parlamentar, e, num produto do sangue dos Braganças com as tradições da corte portuguesa, devia ser fatal a revolta contra as garantias constitucionais da realeza moderna. No exemplo de hoje não havia nenhuma dessas explicações históricas.

O marechal não era nenhum príncipe, com duas coroas na cabeça e uma estirpe de soberano no costado. Capitão, ao raiar da República, em vinte anos galgara todos os postos, até ao de marechal, cuja porta se deu pressa em fechar para sempre aos que lhe viessem depois, sem haver passado por um campo de batalha nem desembainhado a espada contra o inimigo. Ao surgir da sua candidatura de ontem, contava o país, em vez de sete, como naquele tempo, cêrca de noventa anos de experiência das instituições livres. Nenhum perigo internacional, nenhuma comoção intestina. Apenas uma questão política, a da sucessão presidencial, mas essa normalmente resolúvel entre os partidos, mediante o jogo ordinário do mecanismo estabelecido. E é nessa limpidez de ontem que, um belo dia, nos salteia o temporal de maio, e rebenta sôbre nós, como estampido de um bólido no horizonte claro, a ameaça de um ditador de botas e esporas. Quinze anos de

República civil, perdidos. Outra vez em risco tudo o que parecia consolidado. Renegado o passado legítimo, estremecido nas suas bases o presente constitucional, o futuro inteiro pôsto em questão.

Como é, pois, senhores, que Minas, cuja população, em 1831, não teve senão humilhação e dissabores para a viagem de Pedro I, havia de ter outra cousa, em 1909, para a excursão do Marechal Hermes? O Imperador foi menos arrojado. Não se cercou de aparatosas exterioridades, com que arroscasse o melindre popular. Dirigiu-se com simplicidade, ao seio da hospitalidade mineira. Não lhe tentaram armar galas, fanfarras, honras públicas. A tudo isto se recorreu agora, para de longe, dar ao Brasil a impressão de que o mais austero dos seus Estados entrara em acessos de êxtase com a presença da encarnação militar da ruína das nossas liberdades, no território santificado pelas reminiscências da conjuração mineira.

Não acabo comigo de refletir na audácia dêsses encenadores, sem que me lembre a viagem fantasmagórica de Catarina da Rússia à Sibéria, "ópera de oitocentas léguas, posta em cena por Potemkin, com a arte de um prodigioso e onipotente maquinista", as centenas de trenós a resvalarem pela estepe, os palácios improvisados, as embaixadas pitorescas, as choupanas floridas, as engrinaldadas aldeias, os pegureiros de *vaudevilles* apascentando rebanhos, cuidadosamente frisados, "viagem de fada, num dorso de hipogrifo, pela extensão de uma infinita miragem". A história acaba dizendo que, ao tornar a Moscou, já fora do círculo dessa magia oficial, Catarina se achou "frente a frente com uma tremenda penúria, que assolava metade do império. A

sua excursão às regiões do sonho custara trinta milhões à Rússia faminta".

Entre os dois casos, a diferença não é senão de grau, de forma, de primores de arte na execução, de luxo nos episódios e riqueza nos meios. Na essência, a simulação vem a ser a mesma. Substituí a opulência oriental pelos nossos vagões presidenciais, os palácios repentinos pelas estações engalanadas, as pomposas embaixadas e os pastores de ópera-cômica pelas músicas de batalhão, pelos clubes de espalhafato, pelas mensagens de beija-mão à força, e tereis a analogia íntima, na sua moralidade, entre os dois espetáculos, ambos destinados a mentir à nação e ao estrangeiro. Sòmente a fantasmagoria entre nós, sai talvez menos cara. Mas, ainda assim, aos trinta milhões do Tesouro russo, despendidos com a glorificação da Imperatriz, não correspondem tão mal que nos envergonhemos, os vinte e três mil contos do Tesouro mineiro, aqui dissipados com a cabala eleitoral da chapa militar, e as sobras da sobre-taxa de café, vasadas no mesmo sorvedouro.

Irredutivelmente amigo da paz, tradicionalmente devotado à liberdade, eminentemente hostil ao militarismo, o povo mineiro sentiu o papel falso, maligno, humilhoso, que lhe reservam os dramatizadores do hermismo, e transtornou o cálculo aos autores da peça, aos seus atores e contra-regras, em Barbacena, em Juiz de Fora, em Belo Horizonte, acolhendo mal o candidato da espada. Sobretudo em Barbacena, onde houve sangue brasileiro derramado pela polícia estadual ao serviço da chapa de maio, e em vez de se arrependereem, os altos réus do atentado saciam, até hoje, sôbre as vítimas, o iníquo rancor, processando inocentes, perturbando o regímen ao ensino da mocidade, e condenando estudantes, responsabiliza-

dos pelos crimes da autoridade, à interrupção dos seus cursos.

Essas violências ensagüentadas, que se cometeram com escândalo contra cidadãos e crianças, em desforra da resistência de Minas à candidatura marechalícia, me recorda um caso do Marechal Deodoro, a mim contado por um dos seus parentes. Quando aos 23 de novembro de 1891, se pronunciou contra o seu governo, pôsto fora da Constituição pelo golpe de Estado, o movimento a cuja testa se achavam Floriano Peixoto e Custódio de Melo, não faltavam ao ditador, no Exército, meios de rebater, quem sabe se vitoriosamente, a reação constitucional. A gente fiel ao glorioso chefe estava pronta, e o General Piragibe lhe foi dizer que as forças, reunidas no pátio do Quartel General, aguardavam as suas ordens. "Não, Pira" (era assim que tratava, familiarmente, àquele seu íntimo) "não, Pira. Se eles se revoltassem contra as instituições, iriam às minhas ordens, porém, dadas por mim mesmo, à frente de vocês. Mas só fazem questão da minha pessoa, e *a minha pessoa não vale uma gôta de sangue.*"

Se os sentimentos do seu generoso tio animassem o coração do marechal sobrinho, a candidatura militar estaria morta, nela não persistiria o candidato, desde que para o aureolar de uma popularidade imaginária, para contrariar a expressão real dos sentimentos populares, foi necessário sacar de armas homicidas, e cruentar o solo mineiro, por onde um Imperador arrastara a sua impopularidade no meio de uma repulsa atrozmente acerba, sem usar do cetro, ou levantar a mão contra as populações que o desacataram. Não há maior contraste que o dêsses dois caracteres, maior oposição que o dêsses dois exemplos. A glória do marechal Deodoro se conqui-

tara em defesa da pátria, à custa do sangue inimigo; mas repelia com horror a efusão do sangue brasileiro. Quando houve risco de que êste corresse, para o sustentar no poder, o ínclito marechal, com um grande gesto, conteve os seus amigos e desceu do govêrno, trazendo a consciência limpa de sangue dos seus concidadãos. Êste agora o vê cair, honrado, inocente, patriótico, numa demonstração pacífica, legal, irrepreensível contra a sua ambição, e não se abala. Prossegue na sua carreira, ultima a sua jornada, e acaba desvanecendo-se, em telegramas para o Rio, do carinho com que Minas o hospedara.

Quem tiver, senhores, alguma notícia do temperamento mineiro, das qualidades morais desta raça criada no trabalho e na honestidade, seus hábitos mansos, independentes, religiosos, só de uma coisa teria que se admirar, ante o que neste grande Estado se vai passando, nesta reação magnífica, de cuja imensidade se assustam os nossos antagonistas. É de que haja exceções, para lhe quebrarem a unanimidade. É de que entre mineiros possa haver militaristas. Na linguagem familiar dos nossos dias se costuma tomar como expressão do impossível, o vôo de um boi. Outros pesos têm voado. Mas em ver pairar nos ares as quatro patas e a fronte cornígera de um dêsses ruminantes, ninguém crera, ainda entre os que esperam assistir ao extermínio das oligarquias pelo candidato de maio. Esta moderna forma de incredulidade, porém, não é de todo original. A dos antigos aludia a outro animal, dos mais maltratados pela ingratidão humana. Para os latinos não era concebível o passeio de um burro pelo teto de uma casa: *asinus in tegulis*. Pois senhores, bem viva tenho a memória de que, numa das minhas viagens a Ouro Preto, jantando em casa do Conse-

lheiro Cândido de Oliveira, me referiu um dos convivas, com o apoio dos outros, como, nesta cidade, uma vez, um caso estranho desmentiu, neste particular, a sabedoria dos anexins.

Certa ocasião, os transeuntes, numa das enlaideiradas ruas da velha metrópole mineira, viram assomar à beira de um telhado o focinho de um asno, e de lá debruçar-se o pescoço da alimária, farejando prudentemente a situação e consultando com o olhar os passageiros. Davam-me então o motivo da extravagância com a topografia de Ouro Preto, onde não raro os prédios vão topar com o beirado na vertente dos morros. Depois disso cousas mais ou menos explicáveis tem visto e está vendo, maravilhada na sua experiência plurissecular, a antiga capital de Minas. Quer-me parecer, entretanto, que no seu tesouro de anedotas, desde quando ainda era, primitivamente, Vila Rica de Albuquerque, nada se comparara em extravagância com a implantação oficial do militarismo na pátria de Silva Xavier.

O gasalhado carinhoso e entusiástico com que me tendes cercado, senhores, exprime evidentemente, não só a vossa estima ao meu nome, senão também a vossa adesão ao meu programa. No comêço desta campanha, e durante o seu seguimento até à minha excursão pela Bahia, a candidatura civil representava unicamente a contraposição do elemento constitucio-
nal à reação militar. Depois da plataforma de janeiro os compromissos do meu govêrno eventual estão definidos. Se o escrutínio de março nos trazer a vitória a nação terá sancionado essas idéias, e por elas se deverá moldar o quadriênio presidencial vindouro.

Alguns críticos, em falta de menos ruim assunto para a censura do meu programa, não lhe acharam

bastante o esmero literário. O seu estilo não lhes soube ao paladar. Queriam-lhe outro cuidado na linguagem, mais atavios, menos escassez de frases. Tomo nota do reparo sòmente pela curiosidade. Outros o acharam longo e derramado. Houve quem lhe contasse as colunas, os parágrafos, as linhas, não sei se até os vocábulos, acabando com uma espirotuosa exclamação: "Que monumento!" Foi da pena de um jornal francês, cá da terra, que se exalou este aroma de graça. Queria, talvez, lembrar Voltaire. Mas é Boulanger de exportação.

Êstes avaliadores intelectuais de metro e giz, com um corte de roupa e uma fôrma de botas para tôdas as criações do pensamento, são exemplares admiráveis do senso crítico. Melhor avisadas andam as crianças em não tentarem meter, na cestinha onde juntam as conchas da praia, o mar com as suas ondas e as suas rochas. Se um mendigo tivesse o descoco de querer atafulhar o Corcovado ou o Pão de Açúcar, na trouxa onde enfardela os seus trapos e as suas migalhas, não tardariam em o recolher à primeira casa de orates. Ora, comparando mal, é o que se dá nesta outra esfera de cousas. Se eu pudesse reduzir-me a dizer unicamente o que diz na sua plataforma o candidato militar, na quarta parte da extensão dela, aposto que a desenvolveria tôda. Porque ali, não há, sôbre matéria alguma, o fio de uma questão, o esbôço de um projeto, a definição de um compromisso.

Mas, com a minha responsabilidade, e obrigado a pronunciar-me sôbre os grandes problemas cuja eminência domina a atualidade política, não me era lícito imitar o meu competidor no vago dêsse fraseado, onde se diluem duas onças de lugares comuns, em dois ou três litros de água do pote, adulcorada e

aromatizada com alguns xaropes baratos. Considerada na sua totalidade, será, se quiserem, alongado o texto da minha plataforma. Encarada, porém, nos seus capítulos, cada um de per si, nenhum deles poderia ser mais breve. Aliás, pouco se me daria da tacha de prolixo, contanto que lhe não coubesse a de indecisão, dissimulação e obscuridade. O de que eu me correria é de um programa lacunoso, ambíguo, tergiversante.

De que serve, por exemplo, falar em remédios à classe operária, sem dar a entrever longes, sequer, da medicação a que se alude, traços, ao menos, das providências, em que se cogita? Eu não conheço desumanidade mais reprovável que a de insinuar no coração dos necessitados esperanças falazes. Os programas são roteiros do amanhã. Não se tem o direito de suscitar nêles uma questão grave, sem haver concebido com alguma clareza o caminho da incógnita, que a deve resolver. Que préstimo haverá (outro exemplo) em tocar no flagelo das sêcas, para o embrulhar, sem indicação alguma do pensamento do candidato sôbre a matéria, numa investida fútil contra a desigualdade territorial dos Estados? Que vale tocar em imigração e colonização, para não ter de amostra, quanto às intenções do candidato no assunto, senão essa idéia exótica das "colônias mistas", característico sintoma da obsessão militar do meu competidor até nas regiões de economia política e do trabalho nacional?

A necessidade, que tive, de ser preciso e prático nas especialidades complexas e delicadas, me obrigou a desenvolvimentos, cuja omissão teria deixado a plataforma civil na mesma desclaração, que turva e inutiliza a do candidato militar. De tal me não penitencio. Antes deploro que a precipitação do meu

trabalho, alinhavado em poucos dias, e o receio de incorrer na increpação, em que incorri, me privasse de considerar as exigências da situação nacional em certos pontos, cuja relevância e urgência reconheço.

Um dos tópicos, senhores, do meu programa, que mais agastaram o hermismo, foi o relativo ao nosso exército, e, nesse, a iniciativa, a que o abalançei, quanto ao soldado brasileiro, de lhe proclamar dignidade como elemento humano e capital na importância das forças armadas. "É dos soldados que devemos sempre curar", escrevia o general Negrier a um dos seus coronéis. "Lembraí-vos de que graças a eles é que obtendes êsses postos e condecorações tão apetecidos". Não menos enèrgicamente dizia o general Marmont: "Falar com desdém dos soldados, que compõem o vulgo dos exércitos, é como que blasfemar. Falar dêles com indiferença, é desconhecer as condições da nossa natureza". Se, no tecido imenso da criação, "os infinitamente pequenos são os árbitros e organizadores do universo", do mesmo modo no estôfo orgânico das sociedades, em tôdas as manifestações da sua existência, os humildes, os subalternos, os obscuros são a matéria da vida, a origem do bem e do mal, o princípio do vigor ou da morte. Como tratar, pois, da organização do exército, e esquecer-lhe a célula elementar, cogitar alguém na renovação das instituições militares, e não se ocupar com o soldado?

Nesse êrro de edificar da cumieira para baixo, em vez de seguir dos alicerces para cima, caiu desastrosamente a ação reformadora do ministério Hermes, e, com ela, cai o prospecto hipotético do seu govêrno. Na sua concepção megalomaniaca da força militar, da sorte do soldado não se cogitou, senão para lhe mandarem erigir novos quartéis.

Quanto à moralidade, à instrução real, à subsistência das praças de pré, zero. O programa civil reclama contra essa lacuna, e alvitra as reformas necessárias à regeneração profissional e moral da massa armada.

Não é um recurso de ocasião êste passo. Já antes havíamos encetado essa vereda no Congresso. Na sessão passada a minoria da Câmara, por iniciativa do sr. Barbosa Lima, alterava um projeto de aumento de sôlido aos aspirantes-oficiais, mandando melhorar também o dos inferiores do exército e da armada. A nossa emenda prevaleceu na Câmara, onde tínhamos elementos para a impor. No Senado, porém, quase unânimemente hermista, vingou o projeto nos seus têrmos primitivos, ampliando as vantagens pecuniárias aos aspirantes-oficiais, entre os quais tem filhos o marechal candidato; mas a emenda que beneficiava os inferiores, do exército e da marinha, não prevaleceu. Não descendo, porém, ainda um grau, não se estendendo às fileiras da esquadra e do exército, onde as praças não vencem de sôlido nem doze mil réis por mês, isto é, nem quatrocentos réis por dia, a medida não seria equitativa.

Da oportunidade com que levantei esta questão, senhores, nos veio imediatamente a prova, inesperada e quase incrível. Dois fatos ignominiosos e selvagens denunciados pelos jornais fluminenses, trouxeram ao público a demonstração mais concludente do estado quase animal a que o tratamento militar, entre nós, reduz o soldado brasileiro, seviciando-o e rebaixando-o como outrora, no mais estúpido regímen da escravidão, se rebaixavam e seviciavam os cativos.

A minha volta da Bahia, em janeiro, dera ocasião, no quartel do terceiro batalhão de infantaria, a um rasgo de cólera delirante, em que um oficial

daquele corpo se expôs à desconsideração e ao horror dos seus comandados, na mais detestável das atitudes. O sargento Costa Leite, que incorrera no crime de se achar presente à minha chegada, incendiara as iras do primeiro tenente ajudante. Onde estava qualificado o seu delito? No hermismo do mandão, que interpela o sargento, o injuria, o esbofeteia, e, ainda em cima, o manda recolher à solitária, condenado indefinidamente a pão e água. No mesmo dia a equivalência atual entre a condição do soldado e a dos escravos se assinalava, ali, com a caracterização da mais rigorosa identidade. No episódio mencionado era o rosto do homem que recebia em cheio o ultraje pela mão do seu superior. No outro é o couro de boi que funciona. Um soldado cometera uma pena disciplinar. Cortam-lhe o corpo a vergalhas.

Difícilmente se encontrará, senhores, na série dos atentados imagináveis contra as leis militares, aberração maior que a dêsses dois casos. Em ambos eles se dão as mãos, no mais insigne grau, a ferocidade com a cobardia. Esbofetear um superior ao seu inferior indefeso, chicotear um oficial a um soldado, são crimes contra o Exército, crimes contra a bandeira, que o cobre, crimes contra a nação, de que ele é o escudo.

Lamartine chamava ao soldado a fronteira dos povos. "Servir hoje no Exército", dizia o General Trochu, "é exercer um mandato público". Aviltar o Exército, portanto, é desonrar êsse mandato público, de que o soldado tem a guarda, violar a fronteira moral entre a nação e o inimigo. Mas ainda quando o ultrajado não fôsse uma praça do Exército, ainda quando nessas brutalidades não houvesse, juntamente, um insulto ao brio do soldado e uma con-

culcação das leis de mútuo respeito entre superiores e inferiores, ainda quando não fôsse mais que um particular o afrontado, não estaria menos ofendida pelo ato do agressor a dignidade militar. O esbofeteador, contra uma criatura humana, inerte, envergonha a sua própria farda e não a pode continuar a vestir.

Não há muito, já no decurso desta nossa campanha pela ordem civil, se andou por aí a exigir, para a honra militar, um privilégio de superioridade, não se me querendo admitir que, militar ou paisana, seja a honra a mesma cousa, o domínio dos instintos subalternos pelos sentimentos mais altos da humanidade. Não valia a pena de opor contradita séria a essa teoria de casta, que pretende estabelecer uma distinção de substância entre a honra humana e honra militar, sobrepondo esta àquela. Agora vejo, porém, à luz de certas aberrações das nossas casernas, que da honra militar se deveria excluir a honra do soldado.

Não haverá maior blasfêmia do que enaltecer a honra militar, a honra do Exército, desonrando o soldado e convertendo os quartéis em senzalas. Na concepção dêsses senhores, o soldado seria o portador automático de um fuzil, embrutecido pelos castigos corporais e reduzido à ignorância dos alfabetos, para se não envenenar nos jornais com a noção do justo e do injusto, da verdade e do brio, da pátria e da humanidade. A mera presença, talvez, casual, de um soldado ao desembarque do candidato civil, o condena à bofetada ou ao relho. Mas, o soldado vê os seus oficiais, uniformizados e incorporados, fazerem guarda ao candidato militar nas suas chegadas e partidas, nos seus desembarques e botaforas, nas suas festas e banquetes. Nenhuma lei

militar, no entanto, inibe ao soldado estar entre o povo. Mas as mais rigorosas leis militares proibem aos oficiais celebrar manifestações coletivas. Bem está, pois, que se converta o soldado em bruto, para não saber que, neste regímen de inversões, quem não infringe a legalidade são os castigados, quem a transgride são os castigadores.

Assim, não me posso queixar de que a censura da espada, a inquisição de uniforme, tranque os portões militares à plataforma do candidato civil. Quando eu, há vinte e um anos, combatia, no *Diário de Notícias*, o govêrno do Imperador, os soldados do Império, alta madrugada, liam e ouviam ler, nos quartéis, os meus escritos de veemente luta pelo direito. É que ainda se não introduzira na penalidade militar o vergalho, e o Exército dêsse tempo recusara ser o instrumento, em que o tentaram converter, do senhorio do branco sôbre o negro, cujo símbolo era o tagante do feitor. O instrumento vil terá mudado apenas de mãos. Agora, se começa a ensaiar nos soldados. Seria, mais tarde, a vez dos civis. Os escravizados são os piores agentes dos escravizadores. Da inconsciência e dos rancores do cativo é que saem os seus mais truculentos verdugos.

Presentemente, até do exército russo estão proscritos, desde 1904, os castigos corporais. "Eu mesmo", diz o general Kuropatkine, que os tem por convenientes em tempo de guerra, "eu mesmo sustentei a sua abolição, durante a paz, e promovi, no Conselho Militar, o bom êxito dessa medida". Alguns, ali, reprovam o uso dessas penas, em tempo de guerra. Mas fora desta entre os oficiais do Czar, é geral a opinião contra o uso da força na correção do soldado.

Não se obtém a disciplina, cimento dos exércitos e garantia do seu valor, pelos meios violentos, mas pela educação moral do soldado e pelo desenvolvimento de relações afetuosas entre êle e a officialidade. "Por que modo se logrará instalar no soldado o santo respeito à lei? — pergunta o general prussiano Von der Golz. "Não, de certo, punindo-o quotidianamente, nem dando-lhe à educação um rumo superficial que tenda a fazer dêle um belo tipo de parada, mas trabalhando na sua *educação moral*, por meios singelos e idôneos, consistentes em habituá-lo a ser ordenado, exato, honesto, leal, a respeitar a própria dignidade e a alheia. Nem tudo isto basta, porém, sem a ligação e a fusão de coração, entre oficiais e soldados. É particularmente o capitão que há-de ser o educador e o pai dos seus *descendentes*. Neste dever dos superiores, insistia o general Kuropatkine, em 1906, endereçando a sua mensagem de adeus ao primeiro exército da Mandchúria: "Procedendo como pais da sua gente", dizia êle, "é que os nossos oficiais lhe têm granjeado a afeição e o respeito. Considerai que, entre os nossos soldados, não é uma frase vã o tratamento *pai-comandante*. Êles a têm por exata".

Os maiores chefes de exército amaram e acarinharam os seus soldados. Alexandre abraçava, chorando com êles, os velhos, os inválidos, os exaustos, regressantes aos seus lares. Não era só a glória de César, que reduzia e dominava as suas tropas: era a sua solicitude com elas, os seus atos de tolerância e magnanimidade no comando. O gênio, só por só, lhe teria assegurado o ascendente, a afeição apaixonada, a idolatria, que êle inspirava aos seus homens de guerra. Turenne velava, com extremo, pela manutença dos seus comandados, pelo transporte

dos feridos e doentes, pelo socorro aos vencidos, na cansa da marcha. Suvaroff, o maior dos generais russos, timbrava na humanidade e no zelo com os obscuros heróis das suas campanhas gloriosas, com essas devotadas unidades humanas, que a sua tática de arrojados imprevistos convertia em instrumentos irresistíveis de triunfo.

Os verdadeiros educadores militares ocupam-se, com o maior encarecimento, da dignidade pessoal do soldado. "É uma força", diz Gavet, no seu livro, sobre a arte de comandar, (*) — "é um elemento de energia". "Os oficiais não devem transcurar meio nenhum de a desenvolver no coração dos soldados". "Se os tornardes passivos, que ação tereis sobre eles?" Não há idéia mais "detestável" que a de "abaixar e dobrar os inferiores". O comandante não tem o direito de aviltar o seu comandado.

Nunca a humilhação, a compressão, as punições aflitivas.

Empregar o terror, como meio de comando, é realmente o artifício mais pasmoso que se poderia imaginar. Lidais com soldados: a primeira qualidade que lhes haveis de inculcar é, seguramente, a coragem, e, todavia, o que os fazeis cursar, diariamente, vem a ser isso, a que poderíamos chamar exercícios práticos de medo. O ideal seria, ao contrário, ensinar os vossos inferiores a se não arrecearem de nada. Não há coragem que seja de mais, se atendermos nas provas do tempo de guerra e do serviço de combate.

No é no medo, senhores, que assenta a disciplina: é no sentimento do dever.

Assim como não se formam homens de bem com o receio da polícia, não se formam soldados valorosos com o receio dos castigos. Se não fôr educativa a vossa disciplina, se

(*) ANDRÉ GAVET, *L'art de commander*. Principes du commandement à l'usage des officiers de tout grade. 2^a ed. Paris, 1905.

atuar à maneira de um estadulho, continuamente alçado, que efeito prestável daí aguardareis? Só uma lição dará ela a colhêr aos vossos inferiores: a de se ocultarem, para fazer o que vos não apraz.

A pena aflitiva não chama o castigado a melhores sentimentos. Antes, se lhe resta alguma altivez,

lhe estimula o amor próprio a não se mostrar abatido; a sua indisciplina toma à energia da resistência falsos ares de nobreza: a indisciplina a alardeia e persiste.

Mas então aviltar o soldado, reduzi-lo a se sentir infamado, baixo diante de si mesmo ou dos seus camaradas, isso, no regímen dos exércitos, são as colunas de Hércules da estupidez, a *última Tule* da incapacidade, em matéria de educação militar.

São entes humanos, não aparelhos mecânicos ou animais, que se vos entregam. Homens, sôbre êles não tendes que exercer senão ações *morais*, só ações morais com êles podereis manter.

Instrumento de alto valor, como é a criatura humana, utilizai-a, quanto o exigir o bem do país.

Mas adulterá-la ou vilificá-la não vos é permitido. O *chefe não tem o direito de rebaixar o seu subalterno*, como não tem o de o iludir. Mentira, embuste, fraude, brutalidade, são atos que, em tudo, e por tôda a parte, retêm *de homem a homem* o mesmo caráter e merecem o mesmo desprezo, qualquer que seja a situação relativa das pessoas que se defrontam.

Tais culpas, acrescenta o educador militar, que venho citando,

são especialmente graves na nossa profissão. Elas se cometem contra homens e concidadãos, postos pela lei em nosso poder, indefesos para conosco, obrigados, todavia, a nos darem a sua confiança e sua devoção, a nós que temos legalmente o encargo de lhes ensinar um dever nacional. Em condições tais, a arrogância e a brutalidade assumem feições particularmente repulsivas.

Exercidos sôbre homens, digamos assim, "desarmados", os atos de violência para com os subalternos, degradam o oficial. Sofridos por homens constrangidos a não reagir, corrompem, envilecem, desumanam o soldado. A preparação para a guerra é a cultura das virtudes do heroísmo, a primeira de cujas condições está no brio, a saber, na consciência da nossa dignidade moral, incompatível com a resignação a ultrages, que extinguem no indivíduo o sentimento da honra e o rojam ao nível dos cães.

Um oficial desabrido, arrebatado, iracundo, não pode comandar. Conta o General Marbot, nas suas *Memórias*, que, destacado, como oficial de estado-maior, ao serviço do Marechal Lannes, um dos grandes auxiliares de Napoleão, não vacilara em lhe relatar as expressões, de que a seu respeito usara o Imperador, tendo-o visto desabrir-se no campo da batalha, contra um capitão de artilharia: "O demônio dêste Lannes", dissera Bonaparte, "reúne tôdas as qualidades que constituem os grandes capitães; *mas nunca será*, porque não sabe refrear a sua cólera, e se descomede até contra oficiais de pôsto subalterno, o que, num chefe de exército, é um dos mais graves defeitos". Acrescenta Marbot, que o Marechal Lannes, impressionado, caprichou em se vencer, e o conseguiu. Marechais daquele tempo, em que, pelos modos, a obstinação e a cegueira não eram timbres do pôsto supremo. E notai, senhores, o "até" de Napoleão, que, nesses atos de furor, põe tanto maior gravidade na violência, quanto menos alta fôr a graduação do paciente.

Nos exércitos, onde a disciplina observa a igualdade, que a deve caracterizar, os deveres dos oficiais para com os soldados não se respeitam menos estritamente que os dos soldados para com os oficiais.

Vou dar-vos a mostra, num exemplo que dirá tudo, remontando-me às tradições de uma organização militar eminentemente aristocrática, a das forças francesas na época de Luís XIV, quando a officialidade se entrelaçava com a nobreza e com os privilégios desta, realçava a autoridade dos seus postos. Refiro-me a um fato curiosíssimo, narrado pelo Marechal Puysegur. (Não sei se ides notando que insisto em navegar atentamente na esteira dos marechais).

Mr. de Marillac, saindo a cavalo dos aposentos do rei, encontrou uma sentinela, cuja arma lhe feriu a garupa do cavalo. Mr. de Marillac, que era então *marechal de campo* [adverti: outro marechal] bateu na sentinela. Mr. de Goas, mandou prender a sentinela que era do seu regimento, e quis forçar mr. de Marillac, a um duelo. O rei chamou à sua presença os dois adversários, condenando mr. de Marillac a se recolher prêso, e deliberou submeter a conselho de guerra a sentinela, «que não cumprira o seu dever».

Sabeis, senhores, qual era o dever a que a sentinela faltara? A sentinela, julgada em conselho de guerra,

foi condenada ao suplicio da estrapada, «em razão de não haver matado o marechal», quando êste a maltratara. O rei perdoou ao soldado a pena. Mas mr. de Goas, o expulsou do regimento, depois de o ter degradado.

Vêde o escândalo: um marechal prêso por haver pôsto as mãos numa sentinela, uma sentinela condenada e expulsa das fileiras, por não haver respondido à grosseria com a morte do marechal, que lha infligira.

Agora ouvi-me, senhores, outro fato, que não é do século XVII, nem de um govêrno absoluto, mas de um govêrno constitucional, e no século dezenove.

Em 1861, o coronel Crawley, do 15º regimento de hussardos, assumiu o comando, nas Índias, do 6º de dragões. Acusado aí, por um capitão, de faltas

militares, chamou-o ao julgamento de um tribunal marcial, onde entre as testemunhas arroladas pela acusação, figurava o sargento Dilley. Irritado Crawley contra êste, mandou-o encerrar numa enxovia, de cujos sofrimentos resultou a morte do prêso. Mal, porém, chegaram à Grã-Bretanha, novas dessas circunstâncias, o sentimento nacional irrompeu uma explosão tão violenta de indignação, que, diz Luís Blanc, nas suas *Cartas de Inglaterra*, (*) mais fácil é imaginar do que descrever. Abalou-se o Parlamento. Na linguagem mais veemente, foi chamado a contas o duque de Cambridge, chefe do Exército, não lhe valendo o prestígio de membro da casa reinante. Queriam reter nas Índias o processo. Mas o Govêrno teve de ordenar que fôsse julgado em Inglaterra. Ao banco dos réus foram arrastados o General Farrell, comandante em chefe de Bombaim, *sir Williams Mansfield*, e, até, o comandante em chefe do Exército das Índias, *sir Hug Rose*. Tratava-se, como aqui, de um sargento. Mas por êle se doeu a oficialidade inglêsa, como se fôra, um oficial o vitimado. Na Câmara dos Comuns se manifestou ela, pela voz de *mr. Coningham*:

Em nome dos oficiais, dos suboficiais e dos soldados do Exército inglêz, requeiro justiça, sim! Ainda quando a justiça houvesse de alcançar generais, ainda quando a censura tivesse de remontar até Sua Alteza Real, o comandante em chefe do nosso Exército.

Eis a honra militar, isso sim! Sessenta e um anos antes dêsse caso, isto é, ainda no comêço do século passado, em 1802, vamos encontrar outro, por ventura ainda mais expressivo. Aí a violência não se perpetrara contra um sargento mas contra um soldado raso, a quem o comandante infligira uma

(*) LOUIS BLANC: *Lettres sur l'Angleterre*. Paris, 1865-67, 4 vols.

punição, de cujas conseqüências veio a falecer o paciente. Consumado o crime, foragira-se o delinqüente, e durante não menos de trinta anos espiara os resultados involuntários de seu desmando, numa vida cruciante de miséria e voluntária expatriação. Mas a lei não o perdeu de vista, e, quando lhe pôs as mãos, não lhe valeram ao culpado, um coronel do Exército, êsses trinta anos de contrição, exílio e tortura. O sangue do soldado clamava por vingança. A expiração legal desceu inexorável sôbre a cabeça do criminoso, que acabou os dias na fôrca. E, quando, sessenta e um anos mais tarde, os debates sôbre o caso Crawley exumaram êsse precedente, um dos órgãos mais populares da imprensa londrina, o *Daily Telegraph*, invocando-lhe o aresto, escrevia: "A vida de um soldado inglês não é menos sagrada hoje do que o era sob o reinado de Jorge III".

Quanto vale, porém, entre nós, a vida do soldado brasileiro? Ides vê-lo. Das duas violências aviltantes cometidas contra um sargento e um soldado, no quartel de um dos corpos da guarnição da capital, um, o do chicoteamento, não sofreu a mínima contestação. Depunham contestes, a êsse respeito, o *Diário de Notícias*, o *Século*, o *Correio da Manhã*. Segundo êste, o número de vergalhadas, a couro de boi, no flagelado, montava a trezentas. De quebra, no mísero estado em que o deixou a tortura incomportável, ainda o mandaram enxovar na solitária, condenado a pão e água por vinte e cinco dias. Increpadas categoricamente e com essa precisão de um crime nefando como êsse, não articularam as autoridades militares uma sílaba em sua defesa. Imputar-lhes êste silêncio a desdém, seria averbá-las de inconsciência. Não era, pois, desdém: era a confissão tácita dos indefensáveis.

Quanto ao escândalo das bofetadas por mão de oficial ajudante, em pleno quartel, na cara de um soldado, afigurou-se ao comandante do regimento que lhe bastava, por liquidação de contas encostar-se à tentativa de retificação mal amanhada num periódico hermista, cuja "exatidão" subscreve, acrescentando a essa lacônica declaração, numa carta por êsse jornal estampada, êste período quase de todo ininteligível com que a remata:

Não é possível que com a isenção de ânimo fôsse a informação prestada a diversos outros órgãos da imprensa, que, com manifesta imparcialidade, se dignaram publicar o que jamais será possível dar-se, atendendo a *que o signatário não delega os seus poderes e autoridades, que lhes são inerentes.*

Omito o período inicial e as palavras finais dessa salganhada, onde o destinatário da carta se vê tratado, sucessivamente, por "vossa senhoria", "vós" e "vocês", para transcrever só o principal, que aí fica, dêsse documento lastimável, cujo autor, o chefe daquele corpo, não dá como impossível o grave delito de brutalidade e cobardia atribuído a um dos seus oficiais, senão porque o comandante "não delega os seus poderes e autoridades aos seus auxiliares". Interpretado logicamente, esta passagem não contesta que o oficial houvesse esbofetado o seu subalterno, senão porque atos desta natureza estão na competência indelegável dos poderes do comandante.

Melhor fôra, senhores, não responder cousa nenhuma do que engrolar esta resposta. Na forma é uma vergonha; no conteúdo, uma enormidade; na intenção, uma evasiva; na essência, uma confissão. O libelo subsiste em tôda a sua hediondez. Nem o Ministro, porém, nem o Quartel-General se mexeram.

Eram duas cumplicidades, que, desde então, se firmaram. Decididamente, sob o mistério dessa incubação, algum nôvo monstro se estava gerando. Não tardou que se descobrisse. Aos nove do corrente o *Século* denunciava que as autoridades militares haviam transferido o sargento Costa Leite para o Amazonas, onde, tempos antes, adoecera de beribéri, moléstia da qual ainda se não curou.

Ora, nessa doença fatal, a volta ao lugar onde se adquiriu, importa inevitavelmente na reincidência da enfermidade. A devolução do pobre sargento aos sítios onde contraiu o mal, envolve, pois, a sua sentença de morte. Sentença de execução imediata; porque o condenado já lá vai caminho do matadouro. Sentença irremediável; porque, na sua impalpabilidade, não tem formas, e, no seu arbítrio, não admite recursos. Sentença capital; porque a reinfeção e o seu sinistro desenlace, em tais casos, oferecem a certeza da mais ominosa necessidade.

Três atentados numa só manobra. Abafou-se para sempre o inquérito reclamado. Assegurou-se a impunidade ao tenente incurso no crime. Liquidou-se-lhe a vítima, para que nunca mais se ouça rumor dos seus sofrimentos. Tudo por obra do hermismo, graças ao seu poderio, e em benefício do seu triunfo. É a entronização, nos quartéis, do regímen da bofetada. É a abolição da justiça militar nos mais odiosos horrores contra a disciplina. É a frustração, insidiosa e cobardíssima, da garantia constitucional, que aboliu a pena de morte. Mas não são unicamente brechas na ordem constitucional, não são sòmente afrontas à nação brasileira, na sua consciência, no seu crédito, na sua civilização, em tudo o que distingue uma sociedade cristã de uma horda de selvagens, em tudo o que diferencia um povo de uma vil manada. São

ainda golpes no Exército, abalo no alicerce das leis militares, sementes vivas de ódio metidas nas relações entre a fileira e o comando. Todavia, é em proveito de uma candidatura militar que se operam, e vingam, desabusadamente, para assentar no governo do país um marechal.

Considerai bem senhores. Na França de Luís XIV, as justiças militares condenam uma sentinela, por não haver morto um marechal, que a espancara. Na Inglaterra de Jorge III, os tribunais militares sentenciam à fôrça, 30 anos após o delito, a um coronel, cujos atos de brutalidade ocasionaram a morte de um soldado. Mais tarde, na era da rainha Vitória, as crueldades de um oficial contra um sargento na extrema asiática dos domínios da Grã-Bretanha revoltam a opinião nacional na metrópole, e arrastam ao julgamento, no seu fôro, além do culpado, os generais das fôrças britânicas, na Índia Inglesa. Aqui, em plena constituição republicana e em franca situação militar, um oficial esbofeteia a um seu comandado, e, para acobertar o crime ao esbofeteador, o Ministério da Guerra, o Governo da República, envia a enxovalhada vítima dessa bruteza à certa nos longínquos sertões do norte.

A honra da nossa pátria, senhores, exigia que se destruíssem essas arguições. Não por um dêsses inquéritos dissimulatórios e capciosos, como o que, no caso fluminense do assassinio dos estudantes, em setembro do ano passado, absolveu os maiores responsáveis, mas por um inquérito livre, amplo, honesto, luminoso, que estabelecesse concludentemente a verdade. Necessária era que uma elucidação decisiva como essa viesse demonstrar que êste país estremece pela vida de seus soldados, e que ela não se acha entregue, nos quartéis, ao domínio irrespon-

sável e irrefreável do terror. A própria reputação dos nossos oficiais estaria empenhada em se escoimar dessa mácula, se não se tratasse aqui mais que de uma calúnia perversa, ou, a ser verdadeira a revelação, que nos indigna, em se extremar de uma solidriedade intolerável.

Não vejo, porém, senhores, nada que esperar. O desventurado sargento vai já a meia viagem dêsse Amazonas, em cujas fronteiras, segundo um telegrama recente do *Jornal do Comércio*, jazem abandonadas as nossas tropas, sem rancho, sem médico, sem medicamentos, e, há sete meses, sem o mísero sôlido. Já se fêz sôbre o fato inominável o silêncio intencional das secretarias nos casos de conluio contra a verdade. Sôbre ela pesa a calada tumular da indiferença voluntária, premeditada, inabalável. É uma lousa que tombou sôbre sua cova, e nunca mais se erguerá. Salvo, senhores, se o Brasil fôsse capaz de se haver como a Inglaterra, e metesse a irresistível alavanca da sua vontade àquela tumba fechada sôbre a vida inocente de um desvalido soldado brasileiro.

Eu não disse ainda tudo. Não desfiei as circunstâncias inenarravelmente malignas do trama utilizado para subtrair de repente à atenção pública, no Rio de Janeiro, o sargento Costa Leite, e dar com êle no degrêdo remoto, onde o espera a morte lenta, subtil, inexorável, do beribéri. Fale, por mim, nesse narração, o *Século*, um dos órgãos dessa benemérita imprensa, que lida, no país, com heróico esforço pela vitória da ordem civil:

A resolução de transferir João da Costa Leite, para a primeira região militar (Pará e Amazonas), foi tomada a 29 do mês passado, repentinamente, reputada a mudança desde logo, inadiável, urgente. Pacote do Lóide Brasileiro,

que partisse para o norte, tocando em Manaus, só figurava, na lista do movimento do pôrto, o *Goiás*, com a viagem marcada para o primeiro de fevereiro, às 10 horas da manhã. Mas era urgente remover o insubordinado, custasse o que custasse. No dia 30, saía o *Satélite*, com destino à Vitória, Caravelas (Ponta da Areia), Bahia, Estância, Aracaju, Penedo e Vila-Nova. Aproveitaram o vapor e apressadamente, embarcaram o desgraçado para a capital baiana, devendo lá aguardar o navio que o deve transportar para o extremo norte, indo, de lá, conduzido pela enfermidade, para mais longe, para o ponto de onde não se volta mais.

O terceiro batalhão do primeiro regimento de infantaria está no morro da Conceição. O embarque efetuou-se, no dia 30, com tôdas as precauções, evitando-se a passagem pelas ruas de mais movimento, para não despertar a atenção pública, formada a escolta dos anspeçadas Josué de Andrade Lima e José Xavier de Oliveira e o soldado Joaquim José de Barros, sob o comando do segundo sargente Pedro do Nascimento Arruda. Para maior segurança, o comandante fêz acompanhar a escolta pelo primeiro tenente José da Costa Dourado. Costa Leite, assim escoltado, desceu pela ladeira João Homem, até o trapiche do Lôide, onde embarcou.

Em regra, a transferência só se dá depois de publicada a competente ordem do dia, no respectivo batalhão. Entretanto, no caso presente, assim não aconteceu. O embarque realizou-se a 30, e só a 31 a publicação se fêz, com vamos provar, com a transcrição da parte referente ao caso:

«Ordem do dia nº 191. — Quartel do comando do terceiro batalhão do primeiro regimento de infantaria. — Capital Federal, 31 de janeiro de 1910.

Transferência:

Pela chefia do Departamento da Guerra, foram transferidos, deste batalhão para um dos corpos da primeira região militar, os soldados da primeira companhia, Alfredo da Rocha Cavalcanti, Francisco das Chagas e o da segunda, João Augusto da Costa Leite, pelo que são excluídos, ficando os dois primeiros adidos, até seguirem destino. Ordem do dia do regimento, nº 74, de hoje».

É edificante o que ressalta do documento acima estampado. Foram três os transferidos, mas os soldados Rocha Cavalcanti e Francisco das Chagas, ficaram adidos até seguirem destino. Costa Leite, não, êsse não podia esperar nem ao menos o tempo indispensável para o restabelecimento de sua saúde. Só havia vapor no dia 1 do corrente mês, mas, a 30 do passado, lá embarcou êle no *Satélite*, para aguardar em S. Salvador o paquete que o vai conduzir às plagas infeccionadas.

Não se podia urdir mais sàbiamente a teia do segrêdo, envolver a clandestinidade em véus mais densos, sumir o caminho da maldade em sombras mais espessas. Mas, Deus, frustrou êsses artifícios complicados. Essa política desinteressada, espontânea, onipotente, que vela por nós, pela sorte do nosso pleito, essa infiltração, por tôda a parte, do espírito da nossa causa, nos abriga das surpresas do trabalho subterrâneo, que a imaginação dos nossos poderosos adversários multiplica, dia a dia, em recursos inesperados. Graças a essa fôrça benfazeja, ao exército inumerável de simpatias que nos segue, nos flanqueia, nos precede, os ardis, as ciladas, os assaltos imprevistos do inimigo se vão sucessivamente burlando. Os seus estratagemas voltam-se contra êles, um a um, um a um se baldam os seus atentados. O conluio do extermínio contra o sargento Costa Leite, foi colhido em flagrante, arrastado à praça, indigitado à justiça. É um homem que se vai matar. Acuda-lhe a nação, já que os matadores estão no cimo do poder, e é de lá que se organiza, friamente, a eliminação daquela vida.

Para vós apelo, senhores, solenemente, para esta nação tôda, para a opinião brasileira. Não será possível que desformidades morais desta ordem se ostentem com o escândalo da impunidade e no Brasil em plena manhã do século vinte, como se estivêss-

semos nos presídios tenebrosos da Sibéria, ou no coração dos sertões africanos. A nossa campanha eleitoral não deve abafar êste grito de dor e indignação. Cumpre, ao contrário, que êle se destaque dentre as nossas reivindicações políticas, em tôda a superioridade sacrossanta dos direitos da humanidade e do cristianismo e da civilização americana, que êste brado exprime. Tanto assim, senhores, quanto a execução dêsse soldado é um dos atos da reação contra êste movimento. É preciso arrebatrar essa vítima às garras dos seus algozes, mostrar aos seus camaradas que o povo brasileiro não se desinteressa da existência dos seus defensores, reduzir à nudeza da sua mentira essa encenação do terror, evidenciando aos nossos soldados que o exército não é a guarda pessoal da candidatura militar, a récova dos seus escravos, a chacina da política dos caudilhos.

Quando não, senhores, ao menos ficará em tôda a veemência da minha alma, já que a palavra de outras armas não dispõe o clamor da minha execração contra a época e os homens capazes dêsses atentados à civilização da nossa terra e aos direitos da espécie humana. Ou se apura à luz do sol a realidade real dêsse crime típico, e se remove da nossa dignidade nacional essa nódoa, não se consentindo que ela se destinja dos seus responsáveis diretos sôbre o nosso nome e a fama da nossa raça; ou êste momento histórico se terá deixado caracterizar para sempre, na sua imoralidade, no seu incivismo e na sua barbaria, pelo martírio dêste cidadão, pela sepultação dêste soldado em vida, pela imposição arbitrária e sorradeira da morte a um brasileiro, a um servidor do exército, em pena de não simpatizar com a candidatura de um marechal. Movam-se as autoridades militares. Mova-se o Quartel-General.

Mova-se o Ministro da Guerra. Mova-se o Presidente da República. O país os acusa. Saiam dessa impassibilidade. Escutem o seu dever. A opinião pública os argúi desta arbitrariedade criminosa, desta vingança atroz, dêste plano homicida contra um inocente, um humilde, um pequenino, um indefeso. A lei os incumbiu de o protegerem, e êles o mandam ou deixam assassinar. Defendam-se. Restabeleçam a verdade. Ou serão esmagados sob o pêso da sua realidade sinistra. Porque esta é uma dessas injustiças, a que não resiste a máquina da opressão, embora assente na majestade dos impérios, no terror dos armamentos, ou na violência das democracias embrutecidas.

Aqui está, senhores, porque não se pode falar hoje a linguagem dos tempos ordinários. O agigantamento colossal dos abusos ateia, exige, impõe a indignação. Censuram-me de haver "descalçado a luva de pelica". Mas, quando o poder se despe, nas ruas, de tôdas as leis, o pudor há de reagir com tôdas as energias, ao menos na tribuna. O que andam por aí a qualificar de agressões minhas, não é senão um movimento reflexo no organismo social, de que todos somos partes, o contrachoque natural dos excessos, que acometem e conturbam a nacionalidade brasileira, irritando-lhe os membros ainda não estragados. Quando se rasga sôbre casos monstruosos a cortina atrás da qual se lhes esconde a ulceração, os esmagados pela própria enormidade das suas culpas deviam queixar-se de si mesmos, mas é da luz do sol que se queixam. Foi ela que devassou o esconderijo. A claridade reveladora é sua. Por isto contra ela se voltam, e bravejam, e treslêem.

Dizem que nunca me haviam visto assim. Desmemoriados. Já lhes não lembra o redator do *Diário*

de Notícias em 1889. Já lhes esqueceu a redação do *Jornal do Brasil* em 1893. Já se lhes varreu da mente o patrono dos *habeas-corpus*, o advogado das anistias, o adversário do militarismo, em 1892, em 1893, em 1895, em 1897, em 1898, nos tribunais, no Senado e nas conferências populares. Naturalmente a energia da reação há-de crescer na razão direta da virulência do mal e da iminência, da recrudescência, da truculência do perigo. Nunca me achei em luta com a desordem política em grau tão desmedido. Quando combatia, em 1889, os erros do Império, os atentados contra as classes militares, que me granjearam, a êsse tempo, as simpatias, o concurso pessoal e, até a colaboração jornalística de alguns dos associados hoje à candidatura Hermes e aos seus excessos, o libelo contra a monarquia não tinha onde respigar os seus artigos, senão entre as pretensões ilegais, as remoções iníquas, os atos de retaliação administrativa contra o espírito liberal da oficialidade. Não se havia estabelecido no seio do Exército a anarquia. Não se buscava arremessar o Exército em anarquia contra a nação. Não se ameaçava a independência dos militares na honra e na vida.

Com o florianismo as instituições republicanas correram o risco de eliminação, que ora estão correndo. Mas entre os próprios amigos da ditadura não expirava o civismo, a altivez, o sentimento constitucional, que dentre a sua mesma gente no Congresso, teve movimentos eficazes de resistência, e cortou à ditadura o vôo final. Agora, porém, êsses elementos capitularam. Câmara e Senado se atrelaram ao serviço do ditador em projeto, no oficialismo republicano não há resquício de aprêço às instituições. Só nos resta levantar a nação, armada com o seu brio, a sua vontade, as suas leis, correndo sôbre os nossos males

o cautério do ferro em brasa. Para isso não sabemos insultar, mentir, caluniar, revidar com os meios contra nós exercidos. Mas precisamos buscar na palavra humana todos os seus recursos, inflamá-la nos grandes sentimentos d'alma, revesti-la de todo o seu poder, abrir os diques à sua fôrça, opor torrente a torrente, a da nossa indignação à dessa calamidade, sermos ásperos, decididos, impetuosos. São cargas de baionetas a Suvaroff contra as odiosas trincheiras do militarismo reincidente.

Combatendo assim pelos interêsses da nação, combatemos, justamente, pelos interêsses do Exército brasileiro. O maior elemento de vigor, nos Exércitos, é a sua têmpera moral. Estudando as causas dos reveses russos e dos triunfos japoneses, diz o general Kuropatkine, no seu célebre livro:

Muitas vêzes éramos superiores ao inimigo e o não podíamos derrotar. A explicação dêste fenômeno é simples. Conquanto materialmente mais fracos do que nós, os japoneses eram *moralmente*, mais fortes, e o ensino de tôda a história nos mostra que o fator moral é que acaba vencendo.

Ainda noutro lugar:

Quando a preponderância da energia moral estava do nosso lado, como nas guerras com os suecos, os franceses, os turcos, os montanhesees do Caucaso, e os naturais da Ásia Central, fomos nós os vencedores. Na última guerra a nossa energia moral era menor que a dos japoneses; e foi essa inferioridade, mais do que os erros de comando, o que originou os nossos desbaratos. A insuficiência da nossa energia moral, em comparação da dos japoneses, atuou em tôdas as esferas do nosso Exército, desde as mais altas até as ínfimas, e reduziu de modo enorme o nosso poder combatente.

Faltava solidez às tropas moscovitas, porque lhes minguava "o impulso heróico, o impulso guerreiro, a *exaltação moral*." Bilderling, se exprime do mesmo modo que Kuropatkine, num artigo famoso,

estampado em 1906, no *Inválido Russo*, sobre "o sentimento do dever e o amor da pátria na guerra". Todos os testemunhos competentes são acordes em que "a principal causa, a que os japões deveram a sua vitória, foi o *elevado tom moral da sua gente*".

Não há na experiência da guerra lição mais constante e mais certa. Já Pedro, o Grande, punha a maior defesa do império "nos corações denodados". Napoleão, o mestre dos mestres, nos diz que, "na ciência da guerra, três quartos das probabilidades da vitória dependem das condições morais; dos materiais, apenas um quarto". O General Leer, na sua *Estratégia Positiva*, qualifica o homem como "o elemento capital na arte da guerra". O general Dragomiroff, classifica "a energia *moral*, do homem" como "o mais importante dos elementos militares". Suvaroff, reputava possível "ousar os mais atrevidos cometimentos, sem risco de malôgro" em se contando com "o impulso *moral* desenvolvido no seu máximo grau". "As armas podem variar", dizia o inspirado guerreiro, "e, com elas, a tática: mas as mãos, que as manejam, e os corações, que movem essas mãos, são sempre os mesmos".

Aí está, senhores, o que Napoleão, chamava a *parte divina da guerra*. "Aquiles" diz o grande capitão, "era filho de uma deusa e de um mortal; é a imagem do gênio da guerra. A sua parte divina é tudo o que deriva das considerações morais, do caráter, do talento, do interesse do vosso adversário, da opinião, do espírito do soldado, forte e vencedor, ou fraco e abatido, consoante se lhe afigure sê-lo. A parte terrestre são as armas, os entrincheiramentos, as posições, as ordens de batalha, tudo o que entende com a combinação das cousas materiais". De sorte

que os meios materiais estão em segundo plano. Na parte divina da arte sobressaem as condições morais.

Como, porém, desenvolver nas tropas êsse elemento supremo? "A fôrça moral", quem fala é o marechal Bugeaud, "a fôrça moral está sempre acima da fôrça física". Prepara-se essa fôrça "*elevando a alma do soldado*, infundindo-lhe o amor da glória, a honra regimentar e, sobretudo, estimulando-lhe o patriotismo. Com a confiança de homens assim aparelhados se podem cometer as maiores coisas". Kuropatkine, demonstra longamente como os sucessos extraordinários do Japão, resultavam essencialmente da educação dos seus soldados. O espírito moral que os animava era o que os convertia nesses furações prodigiosos, cuja violência, ao clamor dos "Banzai!", varria os obstáculos, passava por sôbre os fossos, entulhando-os de corpos, rompia insensível as trincheiras de arame farpado, e assomava, em ondas humanas, montanha acima, ao alto das fortificações russas. Nunca se viu a coragem associar dêsse modo à frieza a impetuosidade; porque nunca se viram fôrças, onde se houvesse tecido com tamanha solidez o estôfo moral do soldado.

Se é verdade, pois, senhores, como disse o marechal Marmont, que, "na vitória o elemento moral sobreleva a todos os demais", e que, além de certos limites, "a fôrça de um exército não aumenta na razão do número dos homens e dos recursos materiais, mas, na do espírito que o anima, não basta ensinar ao soldado o *seu ofício*; releva ir mais longe: criar-lhe a mentalidade, educar-lhe a alma". Não são minhas estas palavras, mas de um oficial do estado-maior belga. Nestes assuntos a minha incompetência quer andar sempre arrimada a tôdas as muletas da autoridade. "A alma", diz êle, "faz o

soldado, e a cada soldado a sua tática". Donde se vê que a educação *moral* dos soldados não corresponde só a um interesse *moral*: é a maior das exigências do interesse *militar*.

Costumava dizer Napoleão que "a vitória não está nas pernas dos soldados: está-lhes na alma". As pernas, senhores, diante do perigo tendem a correr. O que as contém é o brio, o dever, a alma do homem. Se as melhores tropas são susceptíveis de pânicos, provado está, contudo, que "os pânicos são tanto mais raros quanto mais elevado o moral do exército". Nas tropas bisonhas "ou desmoralizadas, são excessivamente freqüentes" êsses movimentos impulsivos. Aqui mesmo fomos testemunhas de um dêles, quando, na lutuosa noite de 14 de novembro, as fôrças de linha e as fôrças de polícia, mandadas ao encontro da Escola Militar insurreta, debandaram ao primeiro contacto dela, quase sem combate, dispersando-se pelas ruas e acolhendo-se às casas circunvizinhas. Se os insurgentes não se achassem desmuniciados e não houvessem perdido o seu chefe com o ferimento do general Travassos, a onda rebelde teria descido em torrente até o palácio do Catete, ainda bem que resguardado pelas fôrças navais que o defendiam. Fatos como êsse e o de Canudos, bem denunciam o abandono em que se tem deixado o moral das nossas fôrças.

Por êsse moral, entre nós, senhores, não se faz nada. Como se forma, se educa, se nobilita, entre nós, a alma do soldado? Os dois escândalos do 3º Regimento de Infantaria, o vergalhamento do soldado e o esbofeteamento do sargento, o mostram num relêvo de horrorosa expressão. Segundo os mestres da guerra, "tudo o que rebaixa o soldado e o envilece diminui o valor do homem". Não se havia

mister, porém, de ser o marechal Marmont, para dar esta lição de evidência trivial. No senso da nossa dignidade consiste a mola das nossas ações dignas. Na criatura aviltada, ou espiram de todo os sentimentos humanos, para acordarem os instintos da animalidade, ou, com o pudor, se extinguem a energia, a devoção e a coragem. Esbofetear um soldado é matar um homem, fazer um covarde, ou criar um malvado.

Ora, é quando se introduz nos quartéis essa disciplina de navio negreiro, que se quer estabelecer a obrigação universal do serviço militar. Discorrendo, o ano passado, na Escola dos Altos Estudos, sobre a educação moral no Exército, dizia o professor Emílio Bourgeois: "Cumpramos diligenciar que a passagem na nação pelo regimento não seja causa de se diminuir, sucessivamente, às gerações de cidadãos o valor moral". Mas a que ficaria reduzido o valor moral de uma nação, cujas sucessivas gerações, transitando obrigatoriamente pelas casernas, ali se expusessem tôdas à contingência do vergalho e da bofetada? Refleti bem, senhores, no alcance dêsses fatos recentes, dessas novas praxes disciplinares, à luz das suas conseqüências, uma vez firmada a obrigação do sorteio militar. O tagante que dilacerou os rins daquele soldado, a mão brutal que se espalmou no rosto daquele sargento, são duas ameaças ao dorso e à frente dos vossos filhos, aos vossos, aos de todos os brasileiros. E haverá faces de homem livre, nesta terra, que não corem? Ainda haverá, entre estas livres montanhas de Minas, uma família que não estremeça, um pai que não se revolte, um eleitor que espouse essa causa, alguém bastante desalmado para lhe dar, em nome de não sei que sofismas ou interesses, o seu voto?

Mas era natural que, de grau em grau, até aí descesse no Brasil, a condição do soldado. Da sua intelectualidade e moralidade ninguém se ocupa. Quanto mais viciados, quanto mais aviltados, quanto mais servis, melhor. Despedindo-se do seu Exército, recomendava-lhe aos oficiais o general Kuropatkine, o maior zêlo em buscar, nas fileiras, os homens de enérgica individualidade, animar, entre os soldados, a independência de caráter e o espírito de iniciativa. Imaginais o espírito de iniciativa e a independência de caráter possíveis entre os soldados, num país onde o abjeto regímen do tagante e do esbofeteamento abriu nos quartéis escola geral de pusilanimidade?

“O militar”, dizia Napoleão, “há-de ter por mais horrível a desonra do que a morte”. Mas nesta maneira de educar o soldado a desonra, vem a ser o quinhão obrigatório, a característica profissional do soldado. Precisamos, pois, trabalhar, doravante, pelo sua redenção, como trabalhamos pela dos escravos.

O soldado não pode continuar a ser o doméstico dos seus oficiais, levar as meninas à escola, comprar nos armarinhos para as meninas, engraxar as botas do comandante, jardinar-lhe a chácara, servir-lhe a copa, fazer-lhe a cozinha, recovar-lhe as encomendas. Esses costumes são vestígios do tempo, em que a condição do soldado e a do cativo se tocavam, uma nascia muitas vezes da outra, e nas fileiras do Exército enxameavam os libertos. Hoje, a quererem imitar as grandes organizações estrangeiras, por aí é que se há-de começar: dignificando e moralizando o soldado, tornando-lhe a situação compatível com o caráter dos cidadãos, que por ela têm de passar.

Já era mesquinho entre nós o salário do soldado. A lei Hermes, onde a desorganização assume o nome

de reorganização, ainda lhe agravou a escassez, desviando para a caixa do batalhão os vencimentos do soldado prêso, como se fôsse justo regatear-lhe à família a miséria dêsse pão e amar os comandantes injustos ou menos escrupulosos com o arbítrio de melhorarem os quartéis, amiudando as prisões. Um dos compromissos da candidatura civil é melhorar o pão do soldado. Mas o homem não vive só de pão, e o soldado tampouco. Até hoje o ofício do soldado entre nós, se reduz ao serviço da guarda, um rudimento de exercício, a parada e a tarimba, mais o apêndice dos cartigos bárbaros, como o *marche-marche* e, agora, o bofetão, com a vergalhada. Nessa existência de máquinas humanas, de autômatos armados, grosseira, viciosa, depressiva, aviltadora, nem de amanhã intelectual, nem de educação moral, nem mesmo da verdadeira cultura profissional há traços. Até no porte, na marcha, na manobra, na equitação, nas mais elementares exterioridades características do soldado se estampa a negligência, o atraso, a incorreção, o relaxamento no cativeiro de um ofício opressivo, desamado e mal sabido. Nem ciência, nem gosto, nem estima da profissão, exercida constrangidamente, como um triste meio de vida, uma tarefa de fancaria, ou uma condenação inevitável. Daí não sairão jamais as fôrças brasileiras, enquanto se não compreender que com as armas servilizadas não se defendem povos livres, que com soldados automatizados não se fazem os exércitos modernos, que a excelência da tropa não se obtém senão pela inteligência do soldado.

Essa inferioridade moral da tropa reage sobre a oficialidade, e, por sua vez, a esmorece, amesquina e imperfeioa. Elevai a obediência, depurando-a, esclarecendo-a, moralizando-a, e elevareis com ela a

autoridade. Quanto mais alto se acharem os comandados, mais alto pairarão os comandantes.

Mas, em tôdas as esferas, o homem necessita de incitamento. A superioridade vive de ambição e esperança. Nas carreiras sem acesso a abolição do estímulo desnerva e brutaliza a fibra humana. Outrora, as aspirações do soldado, no Brasil, tinham por limite os do horizonte militar, como nos Exércitos franceses da Revolução e do Império, onde os mais obscuros filhos do povo conquistavam, pelo merecimento, o bastão do marechalado. Osório, elevou-se de soldado a marechal, de recruta a marechal subiu Almeida Barreto. No exército suíço, um dos melhores do mundo, os chefes, oficiais e subchefes saem todos, em regra, da fileira. Ali também existe um estabelecimento superior de estudo militar, a secção militar da Escola Politécnica de Zurich, cujos alunos, em tendo obtido excelentes notas, podem ser nomeados primeiros tenentes, se, depois, se desempenham do serviço com distinção. "Mas, em geral, o meio único de fazer carreira no Exército helvético é estrear, como toda a gente, pela mochila".

Eis aí, pois, senhores, uma questão que se impõe ao estudo, na crítica da nossa atualidade militar. Trata-se de saber se não importaria modificar essa inacessibilidade absoluta, que veda ao soldado pensar no oficialato, não permitindo aos sargentos a aspiração a um grau superior, na escala do acesso. Nem sequer ao filho de um sargento a legislação atual estritamente aristocrática, deixa aberto o ingresso às escolas do Exército; visto como a preferência, reservada, nas suas matrículas, à progênie dos oficiais, exclui, praticamente, em absoluto, da entrada nesses estabelecimentos aos não privilegiados com êsse benefício legal. Não me parece que o

caráter democrático das nossas instituições autorize a manter essa muralha de insuperabilidade, entre a classe dos oficiais e a dos inferiores. Alguma coisa entrevejo eu, que relevaria e se poderia tentar, conciliando os interesses da cultura técnica na oficialidade com os direitos de mérito, revelado por talentos e serviços, que indiquem no inferior condições de superioridade, que tornem útil a sua elevação, ou aconselhem recompensar, com as vantagens da educação franqueada à sua prole, os serviços e talentos paternos.

Não é que, retendo os inferiores nesta situação insuperável, se inspire o sistema atual num sentimento de zelo pela distinção da cultura na oficialidade. Não. Prova do contrário, evidente e cabal, no-la deu a administração Hermes, com a extinção da classe dos alferes-alunos e a abolição dos graus, nas aprovações da Escola Militar, invento de absurdo igualismo, transparentemente ditado por considerações pessoais e efêmeras, que matou a emulação entre os moços de valor, para favorecer a mediocridade entre os protegidos. De maneira que, se o cidadão e o soldado são as vítimas diretas e especiais do militarismo, o oficial, considerado nos mais altos interesses da sua classe, não sofre menos sensivelmente, na sua educação, os prejuízos dessa influência desastrosa. O esbofeteador do sargento, no caso do Terceiro Regimento de Infantaria, se não delirava num acesso de loucura, dava no seu ato a mais singular amostra de inferioridade extrema nessa cultura militar, que, nos exércitos modernos, se liga essencialmente às insígnias do comando, e constitui o título geral de capacidade entre os oficiais.

É de rir, porém, que se fale em capacidade profissional numa época em que a incapacidade é o fôro da aptidão para o mais eminente dos cargos do

Estado. Se para governar um país todos servem, por que não há-de servir quem quer que seja, para comandar um Exército? Para que escolas militares e cursos técnicos, se Napoleão, apanhou tantos dos seus mais gloriosos generais nos campos de batalha? Suvaroff, o maior dos homens da guerra que as coligações européias opuseram aos exércitos da revolução francesa, era um dos mais instruídos homens do seu tempo. Aprofundara os mestres da sua arte, de César a Condé e de Vauban a Frederico II. Excelente engenheiro e tático admirável, além do seu idioma vernáculo, falava corretamente o francês o alemão, o polaco, o grego moderno, o tártaro, o turco, possuía amplos conhecimentos em matemática, em história, em geografia, saboreava os clássicos franceses, deleitava-se na leitura de Lafontaine e Racine. *Preparadíssimo*, como se vê, nem por isso lhe *tiveram medo* os russos. Tôda essa bagagem de saber, que, entre nós, o inabilitaria a contar de literato, erudito e teórico, não impedia que assombrasse a Europa com as maiores vitórias da coligação antifrancesa, que tivesse por instrução do seu governo fazer a guerra "como lhe parecesse", e que, solicitado pela Inglaterra e pela Áustria a comandar como generalíssimo, os exércitos aliados na Itália setentrional, o Czar o convidasse, dizendo: "Suvaroff não precisa de louros; mas a pátria necessita de Suvaroff".

Dizem que, ainda hoje, se entende assim na Europa e no resto do mundo, e que, entendendo assim, é que os japoneses fizeram o seu Exército, saturando-o da educação técnica européia, ministrada, no começo, por instrutores franceses, e, depois da guerra franco-prussiana, por instrutores alemães. Nem a reforma militar prussiana, depois de Iena, se

consumou, ao que me consta, senão graças ao mais completo rompimento com o passado, o mais absoluto divórcio da rotina, a mais radical insurreição contra a máquina das secretarias, à grande revolução moral e científica encarnada no gênio de Stein.

Mas estes exemplos não prestam. Tampouco nos servem os da vizinhança argentina ou chilena. Temos a prata de casa. Fique o Exército mergulhado na sua dissolução. Dos elementos da sua dissolução não contagie o país. Para enfeixar nas mãos esse duplo trabalho regenerador, venham os Washingtons de bronze industrial os Napoleões de pátio de quartel.

Tamanha obra, porém, não cabe nas energias da maré morta dos Estados que não votam. O próprio norte entra a se abalar da impassibilidade, que o hermismo lhe reputava certa. Em 1861, num momento quase de angústia para a União Norte Americana, durante a guerra civil, ante a inexplicável tardança no chegar dos contingentes, que se esperavam dos Estados leais, dizia Lincoln, revistando os regimentos de Massachusetts: "Começo a crer que o norte não existe". Nós também aqui já começávamos a supor que não existisse o norte. Mas o norte se move, um frêmito de vida o percorre de repente. De Estado em Estado, se ouve estalar um princípio de reação. São as fendas no gelo atacado pela temperatura das correntes aquecidas ao sul. Nos cálculos da vitória militar essas regiões, ainda há pouco adormecidas e imóveis, já não entram com o peso bruto da anunciada unanimidade.

Será possível então que periclite a segurança oficial da vitória da espada? Há uma certeza, que, na presunção dos seus cálculos, não falhará: o apoio de Minas, o voto de Minas, a decisão de Minas, Minas

que cai no pêso da balança, para salvar o caudilho e desempatar contra a Bahia, contra S. Paulo, contra o Rio de Janeiro, contra o sentimento geral do sul e os protestos, já veementes do norte. Mas a indizível afronta muito há que encontrou a Minas de pé atrás, de peito ao assalto, na estacada, com tôdas as tradições da sua gloriosa história, em linha de combate, com tôdas as paixões da sua grande alma em erupção violenta.

O vosso último chefe, aquêle cuja ausência ainda cobre de crepe as vossas instituições, cuja política de olhar o futuro assentou as bases da vossa instrução pública, e encheu os cofres da administração, para serem dilapidados hoje com a política da candidatura militar, nas orgias da prostituição eleitoral, o vosso amado conterrâneo, o saudoso estadista mineiro, vos dizia no seu manifesto programa, de fevereiro de 1906: "A antiga energia mineira precisa de ser acordada". Antes do que imaginava João Pinheiro, ei-la, senhores acordada. Grande acordar. É a torrente que desperta nas vertentes da serra. É a reprêsa que se solta nas profundezas do vale. É a procela que assoma na imensidade do espaço. É a massa, o movimento, o ímpeto, o calor, a fôrça, a que se não resiste. Dobre o militarismo vencido a sua soberba: a dignidade mineira, o açoite de Deus vai passar.

CONFERÊNCIA DE BELO HORIZONTE

Em 20 de fevereiro de 1910

Saindo de Ouro Preto a 20 de fevereiro ao meio dia, Rui Barbosa chegou a Belo Horizonte, onde às 10 horas da noite, no Teatro Municipal, pronunciou a seguinte conferência.

Minhas senhoras, meus senhores:

Por que Belo Horizonte? Já vos articularam o reparo e eu insisto. O adjetivo estreita aqui o vago, o mágico, o incomensurável dêste nome. Todo e qualquer epíteto o apoucaria. *Horizonte* é que era, como foi, e devia tornar a ser. Esta se devia chamar simplesmente a cidade do Horizonte, ou apenas o Horizonte, numa palavra indefinida, como as perspectivas da sua vista. Ouro Preto representa o coração da terra, as entranhas do trabalho, da luta e do sofrimento. Belo Horizonte, os céus, a vitória, a conquista, a coroa da jornada humana, a alegria do viver na contemplação inenarrável do universo, o êxtase da admiração ante as maravilhas da obra divina, colhidas no relance de um olhar que se mergulha pela extensão sem plagas do azul.

No horizonte não se abrange sòmente o belo: cabe ainda tôda a verdade e todo o bem. Quando a alma se lança para Deus, tem diante dos olhos o Horizonte. O raio visual vai perder-se na transparência da beleza imaculada, no insondável dos abismos da bondade, no misterioso da realidade impenetrável. Para traz nos fica a multidão incalculável dos séculos passados, inumerável como os

astros do firmamento; para diante as idades vindouras, na série interminável dos momentos da sua revolução para o desconhecido. O tempo nos rodeia de todos os lados, confundindo-se com a eternidade, à semelhança dêsse éter, em cujo meio as leis da mecânica celeste descrevem, na harmonia da sua infalibilidade, em miríades de miríades de órbitas, as trajetórias dos mundos. As nossas armas de alcance óptico atravessam essas vastidões, medem as distâncias e as grandezas visíveis, conjecturam em atrevidas intuições o imenso e o remotíssimo das outras, põem a matemática as asas da imaginação, e, no vôo dos números astronômicos, acabamos por topar com o deslumbramento, com o sonho, com a vertigem das alturas ignotas.

Se volvermos agora os olhos para a consciência, e deixarmos a visão moral alongar-se-lhe pelos segredos indevassáveis, aí nos surge, do seu fundo, tôda uma criação de contínuos imprevistos, de encantadas surpresas, de infinidades e grandiosidades tão sobrenumeráveis quanto os nossos pensamentos, mais numerosos que as areias do mar. Cada homem tem no seu seio a humanidade, a cadeia das gerações extintas, nesses elos sem conto de uma evolução onde vive todo o passado em cada uma das fases do presente, tôdas as existências transatas em cada uma das existências atuais, e, juntamente, a corrente do porvir, nessas aspirações, nesse ideal, nesse domínio imensurável da hipótese científica, da indução histórica, da fecunda utopia, antevidência e matriz das grandes realidades vindouras. Sondai essas profundidades, que rebrilham em belezas inimagináveis como os abissos do oceano, essas camadas silenciosas onde abrolham, e donde emergem à tona dos nossos atos, as flôres do gênio e do heroísmo, da mansidão e do sacrifício, do martírio e da pureza. Tereis onde

considerar longamente problemas e problemas, ver surdirem os sistemas dos sistemas, as filosofias das filosofias, com a mesma variedade, a mesma rapidez e o mesmo interesse que na observação da natureza acessível aos sentidos.

Horizonte do interior humano, horizonte da criação visível, horizonte do tempo, horizontes que cativam a vista, enchem a meditação, arroubam a poesia, transportam a ciência, estendem ao infundável do *além* o efêmero dos nossos dias, e proporcionam às nossas mágoas, às nossas cismas, às nossas esperanças a consolação do respeito nas vastidões da natureza e da idealidade. Belos? Nem sempre. Mas sempre magníficos, inenarráveis sempre, sempre inatingíveis a tôda a expressão da nossa linguagem.

Da curva levemente ondulosa destas lombas, cujo planalto as vossas longas avenidas parece cortarem de estradas para a azulada vastidão que nos circunda, a impressão que me domina, maravilhado, não é a do panorama local. Não é o horizonte da modesta aldeia colonial de Curral d'El Rei que se rasga à minha contemplação, mas o da imensidade brasileira: o esplendido *habitat* da nossa raça na face do planeta, a pátria na expansão crescente dos seus destinos, os longes luminosos do futuro, o Brasil, na sua natureza, na sua história, na sua missão americana, visto do alto dêste divino observatório, atalaia do progresso mineiro, a cujos pés se me antolha desdobrar-se o cenário das eras, das idéias e das coisas.

Quando se cuida no porvir destas regiões, na privilegiada situação dêstes lugares, onde sobranceia hoje a capital do interior, no extraordinário descortino destas paragens, nos fatos singulares que as elevaram da sua antiga humildade à condição de

metrópole mineira, dir-se-ia que o Senhor dilatou aqui, nesta esplanada, o miradoiro de uma civilização, cuja idade se aproxima, o centro donde há de irradiar, num espírito nôvo, a luz de tempos melhores. Não há em tôda a esfera terrestre, sítios cuja nobreza embeba tão veneradas raízes na noite dos tempos. Querem os geólogos, na sua investigação penetrante das origens do globo, que o Brasil e, no Brasil, as terras de Minas tenham a honra de ser o mais velho torrão do orbe. Quando o resto dêle ainda se achava submerso no oceano universal, a zona central dêste país sobressaltava às águas primitivas, em um imenso continente. De modo que a geogenia dêste solo deixa pairar sôbre êle, nesses títulos de uma antiguidade incomparável, uma como predestinação sobrenatural. Considerai no fácies geológico do corpo dêste grande Estado, nos portentos da sua torturada orografia, nessas dilaceradas serras, no arremêso dêsses cabeços para o infinito, no imenso dessas chapadas, no ciclópico dessas formas, no austero dessas belezas esparsas, nesse contraste das ravinas sombrias com os luminosos escampados, no fantástico dessas linhas, dêsses cortes, dêsses perfis, nessa grandiosa desordem, nesse amontoado sobremaravilhoso de traços de um gigantesco esbôço inacabado. Não se vos figura entrever aí o plano de uma construção delineada pela ciência de um arquiteto misterioso, o material disperso de uma grande obra futura, as criptas, as naves, as colunas, as galerias, as ogivas, as agulhas do maior de todos os templos?

A mão do Criador lhe lançou as bases, e deixou cair na harmonia dessa dispersão os elementos. A mão do homem os reunirá, edificará sôbre elas; e na civilização que, dêstes alicerces, com êstes princípios, se levantar, habitará o espírito mineiro, feito de

sobriedade, autonomia, espiritualidade e crença. Vós nunca separastes a liberdade e a democracia do sentimento religioso. À vossa índole equilibrada e temperante repugnaram sempre no mesmo grau a irreligião e o fanatismo. A República seria inaclimável entre vós, se a sua constituição degenerasse da igualdade dos cultos no ateísmo. O que a radicou sólidamente aqui, o que lhe assegurou neste povo a lealdade tenaz da sua devoção, foi pelo contrário, a garantia que, à sombra da liberdade absoluta no atual regímen, encontra a consciência cristã. Dos intuitos da nossa lei orgânica, neste assunto, o verdadeiro comentário, a lição exata, haveis de buscá-la na prática da Constituição dos Estados Unidos, onde se bebeu a inspiração e o teor da nossa.

Enumerando traços a que êle chama o "espírito de eqüidade" naquele país, o professor Van Dyke, nas suas conferências da Sorbona sôbre o *Gênio da América*, depois de falar nas instituições judiciárias, continua:

Se me requerdes outro exemplo, indicar-vos-ei a liberdade religiosa e a pacífica independência das Igrejas no Estado. Não digo a *separação entre as Igrejas e o Estado*; porque em França poderiam interpretar erroneamente essa frase. Dela podia resultar a impressão de uma rutura violenta ou, até de sentimentos de hostilidade entre o govêrno e os corpos religiosos. Na América do Norte não há nada, que com tal se pareça. O Estado abriga sob a sua firme e benévola proteção a tôdas as formas da crença ou incredulidade religiosa, defendendo por igual a todos os seus aderentes nas suas pessoas, na posse dos seus bens e no modo, que elegeram, de alcançar a felicidade neste mundo ou no outro.

Essa confiança, essa boa vontade geral, acrescenta o autor, por diferentes maneiras se patenteia.

(*) HENRY VAN DYKE: *Le génie de l'Amérique*. Trad de l'anglais par E. Sainte-Marie Perrin. Paris, s.d.

Em conversa com um escritor francês, André Tardieu, há dois anos, lhe dizia monsenhor O'Connell, bispo de Boston:

Nada há comum entre a separação da Igreja e do Estado, tal qual aqui a praticamos, e o regímen que, no vosso país, assim se denominaria. As nossas instituições estabelecem realmente a separação, e, sôbre estabelecê-la, a protegem, ao passo que, em França, ao revés a separação nos parece um nome, destinado a encobrir a situação exata, ocultando sob um pretexto a guerra religiosa. (*)

Eis aí, senhores, nitidamente a diferença entre o regímen americano e o francês, entre o francês e o nosso.

Praticando sôbre a matéria com êsse estrangeiro, Roosevelt, o ex-presidente daquela República, em duas palavras lhe definiu a tolerância americana, dando a ver ao abismo, que alonga um do outro os dois sistemas. "Sou calvinista", dizia êle, "mas tanto quanto a uma tirania eclesiástica detesto eu as tiranias anti-religiosas". E, convidando-o a almoçar, ao outro dia, na Casa Branca, o preveniu com um sorriso, de que estaria à mesa com um arcebispo e dois bispos. "Porque", acrescentou Roosevelt, "*nos Estados Unidos, não há questão religiosa*". No outro dia, com efeito, à mesa do presidente da República se sentaram, com o conterrâneo de Combes e Briand, monsenhor Ireland, arcebispo de S. Paulo; monsenhor O'Gorman, bispo de Sioux Falls, e o bispo protestante de Boston. No correr do almoço, reatou a palestra de véspera o chefe do Estado, chamando a atenção do seu interlocutor para a simultânea presença dos dois prelados católicos com o protestante, e explicando: "*É que nos Estados Unidos, somos liberais, mas não anticlericais*". No meu gabi-

(*) ANDRÉ TARDIEU: *Notes sur les Etats-Unis*. Paris, s.d.

nete há um católico com um israelita, sendo protestantes os outros ministros; e todos se avêm nos melhores termos dêste mundo”.

Aqui está, senhores, porque, na minha plataforma, aludi “à obsessão do clericalismo”. Clericalismo e anticlericalismo são expressões do estado social, da situação de conflito entre a ordem leiga e os cultos, nos países onde não existe a liberdade religiosa. A questão religiosa nasce do antagonismo resultante da inexistência da liberdade, ou dos inconvenientes da liberdade incompleta. Onde a liberdade religiosa fôr total, como na constituição americana e na brasileira, não há, nem pode haver, questão religiosa; e os que aí evocam o espectro do clericalismo, são os impacientes da liberdade ampla, que a intolerância irreligiosa afeiçoa ao sistema restritivo e empenha em o restabelecer.

Nos Estados Unidos, senhores, constitui o protestantismo a maioria da nação. O catolicismo está, para com êle, na proporção de um para oito: dez para oitenta milhões de almas. O contrário, pois, do que sucede no Brasil, onde a nação é geralmente católica, reduzindo-se a diminuta minoria as outras confissões religiosas. Mas, disseminado como se acha ali o protestantismo em cerca de trinta denominações, das quais apenas uma numerava, em 1904, mais de dois milhões de fiéis e seis mais de um milhão, êsses dez milhões de católicos romanos constituem uma unidade formidável, exercendo em tórno de si “a atração de uma sociedade compacta, imutável, uniforme e disciplinada”.

Ao passo que, entre as dissidências cristãs o movimento dispersivo não cessa de aumentar a desagregação, a expansão do catolicismo não cessa de se acentuar. O desenvolvimento das ordens religiosas

ali, nestes últimos tempos, assume proporções inauditas. Tôdas as existentes na Europa ocidental, exceto a dos cartuxos, se acham presentemente naturalizadas nos Estados Unidos, que por sua vez, têm sido o berço de várias congregações novas. Com o avultar das congregações religiosas coincide a multiplicação dos seminários de teologia e dos colégios secundários, que têm recebido, uns de Roma, outros do Estado, o direito de conferir graus académicos nas suas faculdades respectivas. Duas universidades católicas florescem, naquele país, com uma centena de seminários eclesiásticos, uma imprensa cujos órgãos se elevam a centenas, e um número inumerável de associações religiosas, entre as quais se vai criando atualmente a mais rigorosa tendência para a sua federação geral, que as reunirá num poder incalculável de influência moral e social.

Ninguém, todavia, ali, pensa "em inquietar a Igreja nos seus cultos, ou nos seus haveres. A autoridade civil não se arreceia do perigo da mão morta", pesadelo das velhas nações européias. "O Estado vê com olhos complacentes e agradecidos tudo o que a Igreja faz, sem se lhe ingerir jamais na ação, nem lhe opor estorvos". Através de tôdas as agitações, ao contrário, as relações entre o govêrno e a Igreja Romana mantêm a maior cordialidade, e os poderes leigos não hesitam em ter, para com os religiosos, as mais expressivas demonstrações de estima e confiança.

Na época de jubileu pontifício o presidente da República ofereceu a Leão XIII, pelo cardeal Gibbons, num magnífico volume, soberbamente encadernado, um rico exemplar da Constituição dos Estados Unidos. Quando o Papa enviou em missão ao Micado monsenhor O'Connel, então bispo de

Portland, o presidente dos Estados Unidos e o seu Secretário de Estado, se apressaram em expedir ordens à Embaixada Americana para o cercar de toda a consideração. Em 1897, celebrando-se oficialmente o nascimento de Washington, ante o escol do mundo político, o corpo diplomático e o governo inteiro, foi um arcebispo católico, monsenhor Keane, quem proferiu o discurso da solenidade. Em 1902, o Presidente da República, não hesitou em acompanhar pessoalmente o cardeal Gibbons, à universidade jesuítica de S. Luís, para assistir à sustentação das teses de doutorado em teologia; e, nas melindrosíssimas questões suscitadas pelo movimento operário e suas paredes, tremendas nos Estados Unidos, um dos membros da junta de arbitramento nomeado pelo Governo Federal, foi monsenhor Spalding, um prelado romano. Acrescentarei ainda que, recentemente, no formoso dia nacional de ação de graças a Deus, *thanksgiving-day*, designado pelo Chefe na Nação, este não trepidou em comparecer, com o seu governo, em Washington, ao templo católico, onde oficiavam nessa grande celebração, as dignidades mais eminentes da Igreja Romana.

A par dêsses, outros fatos de verdadeiro alcance político e caráter governativo. Ao tempo da capitulação de Santiago, instruções formais do Chefe do Governo americano mantiveram, em Cuba, os direitos religiosos, o respeito da propriedade eclesiástica e a proteção dos edifícios do culto. "A conclusão da paz deu ensejo a importantes negociações entre a Santa Sé e os Estados Unidos. A questão de Cuba e Porto Rico, a princípio se tratou diretamente entre monsenhor Ireland e o presidente Mac Kinley. Cogitava-se de saber se não obstante a constituição dos Estados Unidos, o governo americano conservaria, naquelas ilhas, os vencimentos do clero". Nas Filipinas, onde

a situação das ordens religiosas constitui a maior das dificuldades, para estudar e resolver os problemas suscitados pelos interesses nacionais e pelos bens eclesiásticos, o presidente Mac Kinley, confiara ao governador daquelas possessões, mr. Taft, hoje Presidente da República, uma missão especial ante o Vaticano, constituindo o Soberano Pontífice, de seu lado uma comissão de cinco cardeais, e nomeando um delegado apostólico, a fim de prosseguir em negociações naquelas ilhas. No correr dessas negociações por tal modo se houve o govêrno de Washington, que o cardeal Rampolla, se julgou obrigado a felicitar o govêrno dos Estados Unidos, "pelo seu espírito de conciliação, assegurando-lhe que, graças aos sentimentos de mútua benevolência que animavam as duas partes, tôdas as questões se resolveram de comum acôrdo, em benefício da paz e da prosperidade do país".

Eis os frutos do régimen que a nossa Constituição copiou da americana, quando praticado com exata apreciação da sua índole e estima sincera do seu valor. Os católicos, ali, não o desapreciam: antes lhe querem ardentemente, e nenhuma consideração possível os moveria a trocá-lo por outro. Não há muitos anos, orça tão sômente por quatro, que, citando a maior das autoridades dessa Igreja nos Estados Unidos, o cardeal Gibbons, escrevia um ilustre católico europeu, o reitor do Seminário Universitário de Lião: "A Igreja é livre, livre na verdadeira acepção da palavra. O em que releva atentar como base de tudo, quando se trata do progresso da Igreja nos Estados Unidos, é na liberdade judiciosamente entendida, feitura de benevolência e respeito entre a República e a Igreja. A Igreja é livre, livre no meneio dos seus recursos, na criação das suas obras, no zêlo do seu apostolado, livre sempre e capaz

de mergulhar no futuro olhares de uma aspiração divina. Condena-se muitas vezes, desatendendo às circunstâncias, o regímen de separação entre a Igreja e o Estado. Os que o fazem, têm mil vezes razão, quando se trate de um divórcio operado pela malevolência, ou pela indiferença. Seria lícito, porém, dizer o mesmo de uma distinção acentuada entre os dios poderes, aliás amigos e obsequentes um para com o outro? Se a independência e a separação traduzem o rejeitar a Igreja de todo em todo a indébita intervenção do Estado nas questões religiosas e o recusar de todo o ponto o Estado qualquer mescla de política religiosa na direção dos negócios públicos, será condenável êsse regímen? Ora tal é o caráter peculiar da república americana; e nas circunstâncias em que se tem encontrado no nôvo continente, a Igreja dêle se regosija e congratula”.

A liberdade tornou-se ali, pois, senhores, a arca da aliança entre o espírito leigo e o espírito religioso entre o protestantismo e o catolicismo, no terreno das instituições constitucionais. Eis aí onde se distingue o liberalismo francês, em que os mais dos nossos homens públicos se acham imbuídos, e o liberalismo americano que presidiu à nossa organização constitucional. “Se há um campo”, escrevia o ano atrasado, o visconde d’Avenel, percorrendo a América do Norte, “se um campo há, onde os americanos lucrariam em se fazer um pouco mais franceses, há outro em que os franceses lucrariam em ser muito mais americanos: Nós podemos educá-los no gôsto; êles nos podem ensinar a justiça, o respeito catado pela maioria onipotente às opiniões de que ela não participa”. (*)

(*) G. D’AVENEL: *Aux Etats-Unis*. Paris, 1908.

Êsses hábitos, rigorosamente observados, na União Norte-Americana, pela maioria protestante ou incrédula, cumpre que os busque adquirir no Brasil, a minoria irreligiosa. Nova-York, a metrópole americana, é hoje a terceira cidade católica do mundo, "quanto à população observante". Que de remoques não custava ao Conselheiro Afonso Pena, a sua assiduidade, quando presidente, no freqüentar da missa aos domingos! Vêde, entretanto, como o biógrafo de Roosevelt, nos descreve a atitude, que, a êste respeito, mantinha o Presidente dos Estados Unidos: "O Presidente assiste ao serviço religioso num dos mais singelos templos de Washington, *Grace Reformed, church*. Um dos seus filhos vai ordinariamente pela mão do pai quando êste se dirige, em passo rápido, à modesta Igreja, de que é freguês. Entrando nela assenta mr. Roosevelt, a mão enluvada no encôsto sem estôfo do banco, e inclina a cabeça em silenciosa oração. Os diáconos elogiam ao "irmão Roosevelt" a pontualidade na observância do culto e o zêlo afetuoso que desenvolve para com o humilde templo e os obscuros membros da sua congregação. É de ver como lê os responsos com visível satisfação e entoa os hinos sagrados com fervor".

Donde se evidencia, senhores, que o Presidente da República, nas maiores democracias do mundo, não é obrigado a mostrar-se ateu, materialista ou indiferente, que o exercício público dos deveres do culto não desdoira ou ridiculiza os homens mais eminentes nas mais altas posições do govêrno, que os atos de fidelidade religiosa pelo chefe do Estado, não fazem implicância ao caráter neutral das suas funções num regímen de liberdade espiritual.

O homem que, na magistratura suprema da maior república existente, não se desdenhava de rezar publicamente as preces da sua fé, e misturar-se com o vulgo dos crentes na prática ostensiva das cerimônias religiosas, é uma das maiores cabeças daquela raça, um escritor notável, um verdadeiro erudito, um devorador insaciável de livros e, fisicamente, um tipo de saúde, robustez e atletismo. Conta-se que, enquanto estrugia de aplausos a convenção cujos votos o designaram para a vice-presidência, lia êle, numa sala vizinha um volume de Tucídides; e é a seu respeito que ao regressar da América dizia John Morley, o célebre estadista e homem de letras inglês: "Acabo de ver duas tremendas forças da natureza. Uma é a catarata do Niágara; a outra o Presidente dos Estados-Unidos; e das duas não sei qual será a mais assombrosa".

Mais ainda há pouco, senhores, nos deram os Estados Unidos, uma lição direta, solene, precisa, quanto à maneira de interpretarmos as leis do regimen, corrigindo o acanhado espírito de seita do nosso jacobinismo constitucional. Quando faleceu o conselheiro Afonso Pena, o benemérito estadista vitimado pela candidatura militar, na própria noite do trespassse, conferi com o Vice-Presidente, cujo advento ao govêrno acabava de se verificar, sobre uma questão suscitada a propósito das honras tributáveis à memória do egrégio finado.

Ocupando-me do assunto, com as notícias que dêle tenho, busquei demonstrar ao nôvo Presidente que, sendo o seu antecessor, notòriamente, um católico fiel às práticas da sua confissão espiritual, as homenagens rendidas ao morto, deviam revestir a forma de exéquias, celebradas segundo o rito do seu culto. Dêste modo opinava eu, não violaria o Govêrno

da República a neutralidade constitucional. Imprimiria à expressão do sentimento público, ante a perda irreparável de um servidor da nação, o caráter do respeito, que em presença da morte, devíamos às suas crenças. Estas é que davam à solenidade fúnebre o tom religioso, dos sentimentos, que êle professava. Uma celebração meramente civil, constituiria um ato irreverente à consciência daquele cujo trânsito desta vida para a outra se pranteava. A sepultura de um crente não tolera manifestações, que abstraíam da idéia do seu Deus. A imparcialidade oficial aí não está em impor ao túmulo de um homem que acabou abraçado à sua fé, uma cerimônia leiga, repugnante ao ideal de tôda a sua vida, senão, ao contrário, em acatá-lo na derradeira significação do nosso aprêço aos seus serviços. Demais, não era a primeira vez que, entre nós, se agitava êsse debate e a luz por êle derramada nos casos anteriores deixara assaz elucidado o assunto.

Recalcitou o sr. Nilo Pessanha, mostrando-se receoso de que o puritanismo republicano lhe opusesse embaraços no Congresso. Mas eu insisti, comprometendo-me a diligenciar no Senado, a votação dos meios para as exéquias oficiais, e busquei tranquilizá-lo quanto ao receio de obstáculos invencíveis na Câmara dos Deputados. No dia seguinte, com efeito, submetia eu aos meus colegas do corpo legislativo, na câmara a que pertenço, um projeto naquele sentido, que recebeu, se não me engano, a assinatura de todos os senadores presentes, sendo ali aprovado, creio que, ao menos, em primeira discussão. Baldouse, porém, o meu esforço, ao que me constava, ante as objeções que a ortodoxia dos mestres do nosso constitucionalismo oficial, não sabia eu se entre os conselheiros íntimos do Catete, ou se entre os orá-

culos da Câmara dos Deputados, contrapôs à minha tentativa. Mais uma vez se evidenciava a curteza da minha vista e a insuficiência das minhas luzes na ciência transcendental do nosso direito político, reduzido pelos sábios do oficialismo republicano ao que estamos vendo.

Mas recentemente se me abriram melhor os olhos, com um editorial do *Jornal do Comércio*, aos 14 do mês passado, onde o grande órgão, na sua edição vespertina, se pronuncia assim:

Triste ensejo teve o sr. Nilo Pessanha, logo ao assumir o poder, para firmar o seu modo, que dizia rigoroso, de cumprir a Constituição da República. Foi quando se tratou das exéquias do presidente Pena. Declarou S. Exa. que não podiam ser promovidas oficialmente, pois a isso se opunha a separação da Igreja do Estado, estabelecida no pacto de fevereiro. E não houve «exéquias oficiais».

De sorte que, senhores, o nosso aresto se devia, pessoalmente ao constitucionalismo do chefe do Estado. O aresto baixava daquela excelsa fonte do saber político, a que devemos o ato desacumulatório, a estupenda lição constitucional telegrafada ao Governo do Amazonas e a brilhatura do Ministério da Guerra, num recente caso de *habeas-corpus*. Cada uma dessas decisões lhe redundou em azar. Mas no caso das exéquias oficiais o desastre assumiu dimensões inesperáveis. Desta vez a correção vinha dos Estados Unidos, no ato do governo americano, que mandou celebrar exéquias oficiais, num templo católico, por Joaquim Nabuco.

E êsse o fato que o *Jornal do Comércio* comentava nestes termos:

Um exemplo esmagador do modo por que são compreendidas as homenagens de tal natureza aos mortos ilustres,

acabam de dar-nos agora os Estados Unidos. O governo dessa República, que pretendemos imitar desde que pusemos abaixo o trono, mandou celebrar exéquias por Nabuco em templo católico. Mas houve mais do que isso. O presidente Taft, que não é católico, chefe de uma nação, cuja maioria é protestante, foi assistir à missa e às cerimônias fúnebres e de joelhos o fez, com o respeito e a obediência que teria em templo da sua fé. Mais ainda: a esposa do Presidente, que não é católica, apesar de enferma, foi também à Igreja de S. Mateus e do mesmo modo procedeu.

Nada mais eloquente. Nada melhor para mostrar com perfeita clareza, aos olhos do povo, o que valem os escrúpulos, aqui manifestados em favor de uma Constituição, que é desembaraçadamente ferida, a cada passo, em caso de maior gravidade.

Geralmente, e com especialidade nas matérias que entendem com a consciência religiosa, há, entre nós, um infeliz pendor para entender a liberdade às avessas. Queira Deus, que a lição de mr. Taft, ao sr. Nilo Pessanha, lhe melhore o juízo, a êle e aos de sua escola, induzindo-os a meditar e estudar êstes assuntos, não segundo as reminiscências francesas de 1792 ou 1795, mas consoante os bons exemplos da teoria o da jurisprudência constitucional, nos países de verdadeiras tradições liberais.

Destas não há, em tôda a minha carreira pública, um ato, que se desvie. Ainda há pouco, na minha excursão à Bahia, o orador que me recebeu em nome da comissão popular rememorava a minha atitude, no Império, durante a questão religiosa, defendendo, contra a política de Sua Majestade, os bispos encarcerados. O órgão daquela comissão, o sr. Torquato Bahia, falava com a autoridade cabal de testemunha, como companheiro meu de lutas, naqueles tempos, quando, na redação do *Diário da Bahia*, sustentei a campanha da liberdade religiosa, advogando con-

tra a perseguição do regalismo imperial a causa do episcopado brasileiro. Nunca relembrei êsse fato. Mas, já que aquêlê depoimento o traz à memória dos esquecidos, muito me honro de o recordar.

Não é pois bem o vêdes, não é por lisonjear a religiosidade mineira que insisto nestes assuntos. Todos os meus escritos, atos e palavras anteriores, afinam rigorosamente com a inteligência que, na minha plataforma, dei à separação constitucional entre as Igrejas e o Estado. A solução com que ali resolvo o problema do ensino nas escolas públicas, é, precisamente, a mesma consagrada há vinte e oito anos, no projeto de reforma do ensino primário, que, em setembro de 1882, submeti, como relator da comissão de instrução pública, à Câmara dos Deputados.

Ali, no art. 1º, § 3º, exonerando o professor primário, nas escolas oficiais, dos deveres da instrução religiosa, acerscentava eu:

O ensino religioso será dado pelos ministros de cada culto, no edificio escolar, se assim o requererem os alunos, cujos pais o desejarem, declarando-o ao professor, em horas que regularmente se determinarão, sempre posteriores às aulas, mas nunca durante mais de quarenta e cinco minutos cada dia, nem mais de três vêzes por semana.

O mais entusiástico adepto da instrução religiosa nas escolas não poderia querer mais. Três lições por semana, de três quartos de hora cada uma, satisfariam amplamente às exigências razoáveis da família e do clero. Quase trinta anos há, pois que, ocupando-me com a organização geral do ensino, planeava eu, em têrmos rigorosos, a associação do ensino religioso à escola leiga, mediante o ingresso franqueado, nos edificios escolares, aos ministros do culto, para o magistério da palavra divina. Não era

uma noção vaga, enroupada em frases declamatórias: era uma providência legislativa, articulada em textos expressos, com tôdas as cautelas de execução necessárias à sua praticabilidade. Secularizando a função do mestre público, aliava-lhe eu, à escolha das famílias dos alunos, o concurso do ministério sagrado, mantendo aos programas escolares o seu caráter neutro, mas respeitando, na religião dos pais, os seus invioláveis direitos. Entre as minhas autoridades em abono dêsse alvitre ia eu buscar, já antes, em 1877, quando comecei a recomendá-lo, a do catolicismo belga, apoiando-me no sentir da comissão nomeada pelo chefe do Partido Católico, mr. de Theux, em 1833. "O Estado", racionava êle, "o Estado mantém-se estranho ao ensino religioso. As horas de aula combinar-se-ão de modo que os alunos possam receber dos ministros do culto êsse ensino".

Já se vê que eu não advogava a secularização do ensino em proveito do ateísmo. Os meus intuitos eram declaradamente opostos. A própria função do mestre, estremada assim do ministério sacerdotal, na primeira instrução da mocidade, se mantinha vinculada à cultura paralela do sentimento religioso pela obrigação de o não melindrar. É o que eu acentuava, encarecendo e transcrevendo o projeto legislativo submetido, em 1855, às câmaras holandesas, no art. 21, do qual se estatuiu: "A instrução deve servir, para desenvolver os sentimentos morais e religiosos. Os instituidores abster-se-ão de ensinar, praticar, ou autorizar qualquer cousa, que possa ofender às crenças religiosas dos meninos inscritos na sua escola". Tais as idéias que eu sustentava, há trinta e três anos, naquele meu livro, hoje contra mim tão explorado, sôbre o concílio do Vaticano, idéias que reiterarei, em 1882, no meu próprio projeto

de reforma geral do ensino, e, em 1893, renovei, na minha conferência de 22 de fevereiro, na Bahia, em benefício dos órfãos do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes.

Bem vêdes que há mais de trinta anos apostolizo a liberdade religiosa "como nos Estados-Unidos". Depois continuei, sem quebra, a preconizar essa idéia: em 1882, na Câmara dos Deputados; em 1893, nas conferências da Bahia e no *Jornal do Brasil*; em 1895, nas *Cartas de Inglaterra*; em 1896, na minha *Resposta* ao conde de Afonso Celso; em anos posteriores, no meu discurso ao Senado sobre a legação do Vaticano; mais tarde, ainda, na *Imprensa*; afinal, em 1903, no Colégio Anchieta.

Foi nesse estabelecimento de ensino, mantido pelos padres da Companhia de Jesus, que me insurji contra a abolição das capelanias no Exército e na Armada (faltou-me acrescentar: nas penitenciárias), invocando o exemplo dos Estados Unidos. Ali dizia eu:

Vêde se anda fora da lógica o bom senso americano. O Estado exige de todos os cidadãos o impôsto de sangue. Ninguém lho pode recusar, a título de que o seu credo o aborreça. Ao reclamo dêsse dever se alistam os exércitos e tripulam as esquadras. Mas êsses lidadores, que se aprestam a morrer, nos campos da batalha, ou nas vagas do oceano, pela segurança, pela integridade, pela honra nacional, não abjuraram, vestindo as armas, a consciência religiosa. Levam consigo a sua fé, o seu Deus, as suas esperanças na imortalidade, o culto de seus pais. Êste lhes lembra, todos os domingos, o sacrifício cristão, lhes fala, nas tribulações, no conforto espiritual, em presença da morte, nos compromissos eternos de sua alma. Quem lhes há-de ministrar nos quartéis, nas escolas militares, nos vasos de guerra, os ofícios divinos? Quem, no leito do hospital, ou entre o fogo dos combates, lhes dará os socorros do céu? Quem? se a lei fechar os estabelecimentos militares aos ministros do Evangelho? se as

fôrças, que marcham para a guerra, não se acompanharem de ministros da religião? se a rigidez das obrigações militares não conhecer os mandamentos supremos da vida cristã? Há-de o soldado fiel pagar, do sôlido ou da etapa, os seus capelães? Pode o soldado moribundo, na tenda ou no campo, mandar por êles ao povoado? De onde acudirá o valimento apostolar ao marinheiro, que expira na solidão dos mares, ao conscrito que expira na refrega de uma campanha entre as armas da pátria e as do inimigo? Se o marinheiro e o soldado têm direito à medicina do corpo, e ao Estado incumbe o dever de lha suprir, como não terá direito o marinheiro e o soldado à cura da alma, e ao govêrno poderá ficar o arbítrio de não lha dar? A que título o civismo vestindo-me a blusa, ou a farda, me seqüestra às relações religiosas, e, sôbre me exigir o sacrifício da vida, me impõe a morte de ateu?

Assim banir do quadro militar, em nome da liberdade, o elemento religioso, é estabelecer, debaixo dêsse nome, a mais odiosa das servidões, é pagar com a ingratidão suprema os serviços do marinheiro e do soldado. Os americanos abominaram essa falsa igualdade; porque homens realmente livres não se pagam de fórmulas mentidas, e, acima de tudo, execram a opressão, que se abrigue sob hipocrisias de especioso liberalismo. Não quiseram, pois, animalizar o homem de guerra. Viram claramente, viram que a multidão armada, sem o freio do respeito cristão, é como as feras domadas, que acabam fatalmente por devorar os domadores.

Estudem o desenvolvimento da criminalidade militar entre nós, e hão-de verificar, tenho por certo, que a delinqüência adquiriu, nessa esfera, expansão notável e crescente, desde que se varreu dos quartéis a influência civilizadora do culto. Os nossos Exércitos de mar e terra constituem, hoje, a êste respeito, pela mais errada inteligência das nossas liberdades constitucionais, uma exceção absurda entre os povos civilizados. Das cousas sérias, em nossa terra, por via de regra não se cogita. Mas o soldado brasileiro há de sentir um dia, que o estão desnaturando, e tomará nas próprias mãos, pacífica, mas resolutamente, a causa da sua conciliação religiosa. Ou então, ai de nós, quando o ateísmo de fuzil e baioneta se inflamar nas explosões da crueldade.

Não há, portanto, senhores, no meu programa de govêrno, submetido à nação o mês passado, não

há nêle uma idéia sacada na hora, para captar simpatias do eleitorado. São velhas opiniões minhas, sustentadas em documentos públicos, o mais nôvo dos quais data de mais de seis anos, e os outros contam de antiguidade mais de trinta. Quem, como eu, entrou nesta campanha, vendo qualificar pelos seus próprios inimigos a missão, que assumia, como uma cruz de sacrifícios, não tem a alma nesse nível de subalternidade onde respiram os capazes de explorar um programa de candidatura presidencial como tarrafa de votos.

A liberdade religiosa, como nos Estados Unidos, é, no Brasil, uma fórmula minha, da minha antiqüíssima iniciativa, da minha insistentíssima propaganda, a que tenho volvido com tenacidade, sempre que neste país se discute a hermenêutica das nossas leis constitucionais, no tocante às relações entre a república e os cultos.

Noticiaram os jornais que o candidato militar, numa entrevista com certo sacerdote, cujas crenças não se sentem mal com as dêle, (mesmo depois que S. Exa. respondendo no Paraná a uma embaixada de católicos, prometeu, quando govêrno, "*respeitar as crenças alheias*" e provar, desta sorte, não esposar as dos que se lhe dirigiam), noticiaram os jornais que o Marechal Hermes, acabou de se declarar também pelo espírito americano, contra o espírito francês na inteligência da separação entre a Igreja e o Estado.

Questão mínima, não merecera esta a mais ligeira alusão na plataforma do Marechal. Mas, já que a do candidato civil a tais ninharias desceu, o meu eminente competidor não se dedigna de se abrir, a pedido, sôbre o assunto, autorizando os seus admiradores a cientificarem o país de que, a êsse respeito,

entre mim e o meu opositor, não há diferença. Tão bom como tão bom.

Se o eleitorado gosta da *liberdade religiosa como nos Estados Unidos*, saiba que o candidato militar não recusa a essa frase política a honra da sua onipotência. Lembra-me o caso de certos proponentes, nas concorrências adulteradas, os quais, uma vez conhecidas as melhores ofertas, estão por elas e por tudo, contanto que lhes não escape o lance.

A natureza de tais questões, no entanto, exigia que delas não se aproximasse ninguém se não com uma sinceridade absoluta e uma intensíssima percepção de sua gravidade. Não são dessas conveniências, em que a política, entre nós, se acha habituada a requintar os seus talentos de exploração, dessas armadilhas que ela impunemente multiplica, em todos os tempos, à credulidade do povo descuidoso. É dos interesses eternos do homem que se trata, das suas relações com Deus, e o dever, das suas responsabilidades eternas, das bases morais da família e da sociedade. Com a consciência, a sua liberdade, os seus direitos não se especula, não se transige, não se joga. Uma nação poderá ceder em tudo o mais, contanto que nesse campo sagrado não capitule. Reagindo aí, dessa resistência virão, cedo ou tarde, todas as outras. Rendendo-se aí, a todas as resistências renunciou: é o rebanho, a manada ou a vara, entregue aos cães do pastor, às aguilhadas do vaqueiro, ao açoite do porcarão, talhado para o curral, o chiqueiro, a tosquia, a engorda e o matadouro, mas para todo o sempre incapaz de reabilitação e volta à humanidade.

Nos espíritos devastados pelo cepticismo facilmente se estabelece o desânimo da luta, a resignação às misérias da servilidade. Nas almas retemperadas

pela crença o sentimento intenso da nossa origem divina zomba das ameaças, desafia os obstáculos, triunfa dos perigos, e aniquila as opressões. Mais do que estas serras, em que Deus, vos acastelou, vale a vossa fé, em que êle vos preserva. As mais altas montanhas se transpõem, as fortalezas mais arrogantes se expugnam. Mas a moralidade religiosa de uma grande população, educada no cristianismo, ainda estão por surgir das criações do poder humano os Exércitos, que a conquistem.

Tôda essa energia, mineiros, tendes que a empenhar agora no ato, sôbre todos grave, que, daqui a poucos dias, sois chamados a praticar. Pela primeira vez a nação brasileira, na plenitude real da convocação do seu eleitorado, vai proceder à eleição de um presidente. Até ontem esta solenidade constitucional era uma cerimônia de alta parada, onde a política oficiava sôzinha, no meio da indiferença geral. Hoje o caso é outro. O país toma parte mais franca, mais decidida, mais calorosa na campanha travada entre a ordem civil e a desordem militar. A futura eleição vai ser um ato nacional, e, nesse ato, Minas será o elemento decisivo.

Considerai, pois, senhores, o alcance do papel que o vosso Estado tem de representar nos comícios de primeiro de março. O predomínio das oligarquias estaduais em cêrca de duas quintas partes do Brasil, granjeia à candidatura da espada, nessa vasta extensão do nosso território, notória superioridade, graças à substituição ali, do voto popular pelo mecanismo das atas fraudulentas. É da Bahia para o Sul, consequentemente, na maioria dos Estados meridionais, que se tem de renhir o pleito, e de se lhe resolver o desenlace. Aí a nossa vantagem será, certamente, respeitável, entre os principais Estados, os mais

populosos, os mais ricos, os mais cultos. Tôda essa poderosa contribuição, porém, não nos bastará, talvez, para contrabalançar o pêso dessas regiões semi-mortas, onde impera tradicionalmente o mandonismo dos forjadores de eleições, e o movimento, iniciado agora, dos bons cidadãos não pode estabelecer, de repente, o interêsse pelas urnas, de que o eleitorado perdeu, há tanto tempo, o costume. Nestas circunstâncias, o cetro da vitória está nas mãos de Minas. Ela é quem vai decidir, daqui a uma semana, se o Brasil, há-de ser governado pela nação, ou pela autocracia militar.

Vêde bem. No exercício da soberania nacional não há, por ventura, dificuldade tão grande, como a de eleger um Presidente de República, neste regímen. Nem mesmo a seleção de um Rei constitucional envolveria, sob certos aspectos, responsabilidade tamanha. Porque os reis constitucionais não governam, ao passo que, no sistema presidencial, o presidente é que é, na sua expressão mais efetiva, o govêrno do Estado. Deixai falar os ajeitadores de teorias de ocasião, a cujo destemperado senso comum se deve êsse simplicismo, que reduz os requisitos de idoneidade para a magistratura suprema, aos da bitola ordinária dos serventuários de mediano valor nas funções mais subalternas. Se a capacidade há-de estar na razão direta do poder, que se enfeixa nas mãos de um homem, não há cargo, neste mundo, que tão complexas e elevadas condições de capacidade exija.

Quem se sentir com a coragem de opor a audácia da sua negativa à meridiana evidência desta verdade, a despeito da história da República no Brasil, abra a história da constituição mãe da nossa, a história dos Estados Unidos, e atente no como as as maiores

autoridades qualificam o poder presidencial nessa democracia. Basta Bryce, que anda por aí de mão em mão. Esse poder, diz êle, em certos momentos, sobe "a uma altura tremenda", e "se aproxima aos ditadores romanos". Na Inglaterra, é esse mesmo autor quem o nota, ninguém, desde Cromwell, exerceu poderio igual ao de Abraham Lincoln, na América do Norte. Ali mesmo se tem dito que, na Europa, de tal autoridade nenhum soberano dispôs ainda, senão o Czar. Munsterberg, não oculta o seu espanto de que uma democracia republicana juntasse atribuições tão formidáveis nas mãos de um homem só; e só acha explicação a esse fenômeno na fascinação exercida pelas qualidades excepcionais de Washington, sobre os organizadores daquela constituição. André Tardieu, vê no chefe da nação americana um potentado maior, a vários respeitos, que a maior parte dos soberanos europeus. Paul Bourget, vai ao ponto de escrever que, no mundo moderno, as duas grandes monarquias absolutas são a Rússia e a América do Norte. (*)

Paul Bourget, é francês e homem de letras. Faltar-lhe-á, talvez, por isso, a competência de bom apreciador. Mas voltei a refletir no testemunho dos outros. Eu poderia multiplicá-los. Vá, porém, ainda um só americano e do maior valor entre os escritores políticos americanos: o de Baldwin, jurista, publicista e constitucionalista dos mais notáveis de agora. Baldwin, sustenta, igualmente, que, dentre as grandes potências contemporâneas, só duas encarnam o princípio do absolutismo, e o aplicam pela mão de um homem: a Rússia e os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, escreve esse professor, o presidente é um rei, mudando apenas o nome. Uma vez eleito,

(*) PAUL BOURGET: *Outre-Mer*. Notes sur l'Amérique. Paris, 1894.. 2 vols.

durante seis meses em cada ano, é êle os Estados Unidos mais realmente do que Luís XIV não chegou nunca a ser a França. Livre do ascendente parlamentar, "mais absoluto entre os seus ministros do que o sultão entre os membros do seu divã", responsável unicamente ao povo, o chefe do Estado, constitui o elemento predominante no desenvolvimento da política americana. (*)

Atenuai, quanto quiserdes, a vivacidade pessoal da linguagem, nessas apreciações e tereis sempre na definição do poder cometido sob êste regímen ao chefe do executivo um conjunto de funções tão complexas e graves, uma eminência tal de majestade, realidade e inculcabilidade no poder que só não assustará os inconscientes. Ponde agora o caso no Brasil, em um país desabitado quase inteiramente de se governar a si mesmo, afeito a todos os abusos, a todos os desmandos, a todos os excessos do arbítrio oficial, e calculai se haveria, debaixo do céu despotismo comparável ao dessa autoridade, entregue ao arbítrio de um soldado sem o menor tirocínio das nossas instituições, da nossa política, das nossas leis.

Eis, senhores, o que se pretende levar a efeito, e com o vosso concurso. Se o negardes, estão resolvidos a dispensá-lo, e consumir o plano, seja como fôr, saltando por sôbre os vossos votos, com o auxílio de praxes ciamorosamente indignas. Disse o Marechal, no Rio Grande, querer a eleição livre. Mas o que os seus manipuladores eleitorais não encobrem, é que a essa liberdade não se resignarão. Minas inteira aí está, para atestar os recursos de compressão administrativa e militar postos em jôgo, por anular a opinião geral do Estado: a violência policial, a

(*) SIMEON E. BALDWIN: *Modern political institutions*. Boston, 1898.

intimidação armada, a derrama da ocupação organizada em sistema, a dissipação eleitoral do tesouro acumulado por João Pinheiro, o esbanjamento, a sobretaxa do café, não obstante o compromisso, assumido pelo malogrado estadista na sua reversão à lavoura mineira. É uma rêde, que estende sôbre o Estado, tôdas as suas malhas de ouro e ferro, uma corrente negra e lodosa, em que se lida ativamente por envolver os cidadãos, os funcionários, as associações, as municipalidades; trabalho de formigueiro, miúdo, pertinaz, incansável, de que estão cheios os jornais e cujos exemplos me tomariam horas, se eu os houvesse, aqui, de enumerar.

Não é, porém, ainda aí que o militarismo vai dar a sua última batalha. Onde êle conta, sobretudo, estender a sua fôrça, para nos aniquilar sem combate é no terreno da fraude, cuja atividade se diz já começada até na capital dêste grande Estado. Tôda vez que essa política desalmada não está com a máscara da imprensa, tôda a vez que pode falar sem constrangimento, as suas recônditas baterias se descobrem e nos ameaçam abertamente com a carga final da sua tática de ciladas. É o povo quem elege? Não: é o governo. São as urnas que decidem? Não: são as atas falsas.

Eis, senhores, a suprema cartada. De grau em grau, descendo sempre, o vício acabou por não conhecer impossíveis. Medi bem o alcance dêsse projeto. A custa de atas falsas têm-se eleito, no Brasil, edis, intendentes, deputados, senadores. O despreço geral dêsses cargos e a indiferença do país à sua distribuição admitiam, explicavam, mantinham essas práticas imorais. Eram, todavia, casos locais, circunscritos a municipios, distritos ou Estados. Mas, agora, de que é que se trata? Da nação

inteira. Ousa-se planejar a sua submissão ao govêrno de um indivíduo, sentado na cadeira da mais alta magistratura nacional por um trabalho geral de falsificação do escrutínio popular. Estados haverá no país, onde seria inexecutível essa gigantesca indignidade. Mas êsses o cálculo é serem esmagados por aquêles, onde o cinismo dos governos estaduais der à execução de tal crime, os meios que a devem assegurar.

É a guerra civil que dêste modo se organizaria, senhores, se não no campo das lutas armadas, mas no do conflito entre a honestidade e a burla, entre a circulação legal e a moeda falsa, entre o patrimônio do direito e a pilhagem sorrateira do furto. Seria a guerra civil, travada nesse terreno entre os Estados, arremessando-se por obra do govêrno da União, uns sôbre os outros, os sãos, os livres, os votantes, sôbre os viciados, os oprimidos, os ausentes da eleição com a consequência pavorosa de que os Estados inativos, os que não votam, os que renunciam ao seu quinhão na soberania, é que suplantariam os animados pelo civismo, os inconciliáveis com a mentira, os resolvidos a não desertar o seu fôro de províncias autônomas numa democracia republicana.

Atente-se bem no que vai de inaudito, de monstruoso, de infernal, na vesânia desta concepção delirante: deixar cair sôbre a parte viva do país a sua parte inanimada, e com a inconsciência de uma, esmagar a consciência da outra. Atente-se: e diga-se, onde houver ainda um resto de siso, uma sombra de justiça, um traço de humanidade, se os condenados ao aniquilamento por êsse estratagema sinistro se poderão submeter à iniquidade e ao opróbrio dêsse crime, em que uma nação houvesse de estender resignadamente o pescoço ao cutelo da fraude.

Ainda, porém, não é tudo. Não se trata sòmente da fraude eleitoral de um contra outro Estado. Não se trata só de Estados em plena realidade ativa, sepultados sob a matéria inerte de Estados em plena falsificação. Mais ainda. Lado a lado, com essa loucura gigantesca, se projeta outra de caráter não menos aventuroso e não menos desabalado na sua temeridade. Com os Estados onde não há eleição, pretendem anular os Estados, onde a houver. Mas há mais. É preciso que nos Estados onde houver realmente uma eleição regular, um simulacro de eleição, generalizado por um vasto sistema de atas espúrias, se oponha à eleição verdadeira, e a exclua ou a neutralize, na verificação de poderes. Eis o que se anuncia em relação a Minas, o de que dão rebate, aqui, os protestos, os telegramas, os jornais.

A êsse ameaço tôdas as fôrças, com que vos conseguirdes opor, não serão jamais excessivas. Não é unicamente de salvar a nossa tranqüilidade, o nosso direito, a nossa honra que se trata. É, sobretudo isso, de evitar à nação uma ignomínia, e atalhar um grave risco nacional. No estado extremo de vibratibilidade e que o país chegou nesta questão, só à uma autoridade se submeterá: a da lei. Se a opinião civilista fôr vencida lealmente nas urnas, seremos nós os primeiros a confessar a nossa derrota. Não haveria, neste mundo, considerações de ordem nenhuma, que me movessem, vencido, a me inculcar de vencedor e contender por uma dignidade eletiva, que o escrutínio me houvesse recusado. Nessa eventualidade só restaria aos nossos correligionários obedecer à sentença do eleitorado, a organizar-se, com o fito nas emergências do futuro, num corpo rigorosamente constituído para a defesa da legalidade e a revisão constitucional.

Mas, se ao contrário, a estrêla da nossa causa rutilar sôbre o dia de amanhã; se do prélio iminente sairmos triunfadores; se o resultado eleitoral coroar manifestamente os trabalhos desta gloriosa propaganda, e o dolo faccioso das ambições desencadeadas por êste ensaio de militarismo quizer abafar a vitória do país, com o estelionato das eleições a bico de pena, essa revolução da fraude terá levado a política republicana a uma situação extralegal, de que ninguém logrará prever as conseqüências. Nós não daremos nunca um passo fora da lei. Fora da lei não articularemos um conselho, ou uma opinião. Mas a lei, que as usurpações destroem não pode ser invocada pelas usurpações; e ninguém teria o direito de exigir que uma república, elegendo pelo voto da nação o seu chefe constitucional, abdicasse de sua escolha, para se inclinar à da fraudulência organizada e sistematizada.

Senhores: ao encetar desta campanha, quando os seus rumos e planos ainda se não haviam definido, nem por um capricho da minha fantasia imaginaria eu que me estivesse reservado vir assistir às últimas cenas dêste movimento, sem precedentes em tôda a história política do Brasil, na cidade de Afonso Pena. A princípio, quando em tôrno de nossos esforços entraram a crescer as ondas desta agitação, a ausência do benemérito estadista, a lembrança da sua perda quase trágica, nos anoitecia a atmosfera com a obscuridade de um eclipse, derramando sôbre nós a tristeza de uma grande saudade. Hoje, porém, quando nos acercamos ao dia da batalha, e as nossas fôrças para ela se concentram, me parece vê-las desembocar por essas magníficas avenidas da metrópole mineira, atroando-as das suas aclamações, e sôbre elas se levantar a imagem da primeira vítima

da reação militarista recordando aos seus conterrâneos, em um brado que nos vai acompanhar até a hora do combate, o que aquela memória reclama das gloriosas tradições dêste Estado, o que êle deve a si mesmo: o que a pátria dêle espera: a resistência, o heroísmo, a vitória, a consolidação definitiva da paz na liberdade civil.



MANIFESTO À NAÇÃO

Em 26 de fevereiro de 1910

Aproximando-se o pleito, e crescendo o ambiente de nervosismo, lançou Rui Barbosa um manifesto largamente difundido pela imprensa. A publicação que ocorre na *Excursão Eleitoral*, p. 223, está inçada de enganos. Seguimos o texto do original existente no arquivo da Casa de Rui Barbosa.

Nunca se aproximou uma eleição, nesta capital, sob a atmosfera de reação contra a liberdade, que o procedimento da administração Nilo Pessanha, tem condensado, sistematicamente, nas imediações da que o Rio de Janeiro, verá celebrar daqui a três dias. Extraordinário é que se nos aparelhe e que vamos dar ao mundo êste espetáculo, justamente na primeira vez em que, com vinte anos de república, o povo tenta intervir na escolha do seu primeiro magistrado. Bastaria por si só êsse fato, quando tantos outros, qual a qual mais grave, com êle não concorressem, para assinalar a situação atual como o período mais vazio de moralidade e mais adiantado na decadência das instituições republicanas, que elas entre nós têm atravessado.

O interêsse absolutamente sem exemplo, com que à última revisão do alistamento afluíram os cidadãos alistáveis, aqui e nos vários Estados onde a população abraçou a causa da ordem civil contra a candidatura militar, deu ao governo, assaz avisado já por outros sintomas inequívocos, a certeza da mais

estrondosa derrota no pleito iminente. Não obstante o estreito do tempo e o embaraçoso das formalidades, cresceu aqui o eleitorado, aliás tão exíguo, milhares de membros, notáveis pela sua singular seleção nas letras, nas artes, no comércio, na riqueza, nas profissões liberais. Não podia ser animador ao militarismo e ao obscurantismo, que caracterizam o espírito da candidatura de maio, ver reforçar-se o movimento da resistência a ela, já manifesto no eleitorado fluminense, com êsse numeroso contingente de independência, cultura e civismo.

Daí a esdrúxula teoria, que contra a literal expressão dos textos legislativos, busca esbulhar do voto os eleitores admitidos nesta revisão. A lei expressamente assegura a todo o alistamento validade imediata para a eleição subsequente, negando efeito suspensivo aos recursos, que contra êle se interpuserem; e o que a lei, assim, categoricamente, lhe atribui a nova hermenêutica lhe recusa, contestando aos eleitores inscritos na revisão o direito de votar, enquanto sujeita a recurso a sua verificação definitiva. Mas, ainda operada no eleitorado essa mutilação, não se salvaria do revés o candidato oficial, reduzido, pela impopularidade irremediável da sua causa, a uma inferioridade notória e humilhante no cálculo do escrutínio em perspectiva. Necessário era, pois, tumultuar e comprimir, embrulhar e perder a eleição, criando o vazio em torno das urnas, para nêle se exercer à vontade o trabalho da fraude, que já se encetou, e o serviço da compressão, que está confiado à desordem.

Esta se vai organizando metódicamente por obra dos agentes da autoridade. Muito há que a polícia chamou ao seu serviço a escória do crime nesta cidade. Os assassinos de pior nome nas penitenciâ-

rias, na correção e no xadrez, os malfeitores de alcunhas heróicas no calão da navalha e da garrucha, os aventureiros da cachaça e do bordel, as celebrações maiores da emboscada e da arruaça ganharam agora novos postos, em que os jornais constantemente os indigitam pelos seus apelidos nos rasgos de violência, cujo arrôjo desenvolvem nas ruas, como instrumento de agressão e motim.

Outrora a polícia republicana exportava em levás essa gente, para onde não encontrasse teatro azado ao pasto dos seus instintos. Agora, a envia para os Estados vizinhos, para São Paulo, para Minas, para o Rio de Janeiro, a exercerem entre os cidadãos inermes, no uso dos seus direitos políticos, a cobardia das suas proezas.

Mas aqui é que se concentram essas forças da cadeia, hoje apaniguadas ao serviço do oficialismo. Desde as inolvidáveis cenas da Câmara dos Deputados, nas quais os membros da representação nacional, em plena deliberação da assembléia a que pertenciam e no seu próprio recinto, eram vaiados, ultrajados e alvejados a revólver pelos facínoras dessa ralé odiosa, aos olhos dos nossos agentes de segurança, com êles abertamente acamaradados, entrou na cena política a matilha ignóbil, cujo rol de figuras patibulares a imprensa diàriamente enumera, como protagonistas dos episódios da propaganda reacionária, que quase tôdas as noites conturba as mais transitadas artérias desta capital. Já uma vez assistimos à barbaria de um linchamento, a que a cólera da multidão num paroxismo sem antecedência entre nós, foi arrastada pelo espetáculo da cumplicidade ostensiva de uma autoridade policial com a flagrância dos atentados de um matador protegido.

É que ainda então eram unidades esparsas êsses celerados. Hoje enxameiam em maltas, e constituem

legião sob o alto patrocínio daqueles a quem incumbia dar caça a tais hienas, e preservar delas a sociedade. Para essas fezes da podridão urbana se estabeleceu, num dos pontos centrais da cidade, sob uma taboleta de clube, um núcleo de concentração, em cuja casa nos assegura a vizinhança mais fidedigna entrarem constantemente, de procedência oficial, armas e munições, ao mesmo tempo que nos chegam ao conhecimento denúncias insistentes, autorizadas pelas indiscreções habituais em casos semelhantes, de certa concorrência, aberta há dias e encerrada hoje, para a eliminação misteriosa e subtil das individualidades, cujo desaparecimento liquidaria sumariamente o litígio atual. Dessas maquinações não fazemos, pessoalmente, o menor caso. Tôdas elas, na sua extravagância e baixeza, hão-de ter, com a decepção que as aguarda, a sorte que merecem. Mas não podemos deixar de acentuar o papel representado por êsse laboratório de provocações no trabalho de agitação criminosa, com que se pretende inutilizar aqui a eleição de primeiro de março.

Embora nestas duas últimas noites se não reproduzissem os lances de selvageria, que, nas anteriores, desassossegaram a Avenida Central e suas adjacências, a situação, nas suas characteristics, não melhorou, subsistindo em tôda a sua intensidade, nesta capital, o prospecto de sérios atentados. A apaziguação relativa de ontem e anteontem, só a devemos à louvável intervenção, que um bom acaso nos deparou, do General Taumaturgo, no momento em que, obedecendo às ordens da polícia civil, o contingente da Polícia Militar, ali postado, ia varrer dos passeios, a patas de cavalo, a multidão ocupada em vitoriar, com pacíficas aclamações, as candidaturas civis. Mas, os fatores da anarquia continuaram impunes, livres, se-

guros, tripudiantes, provocadores, insolentes, assoalhando os privilégios, que desfrutam, e a missão para que se acham ajustados.

Três vezes saí eu daqui para diversos Estados, e de cada uma, ao voltar, se aparelhou, contra o povo reunido nas maiores manifestações populares que esta cidade tem visto, um conluio sanguinário da polícia com o crime. Não ousando acometer a massa imensa, que da última vez, tomou, na frase do *Jornal do Comércio*, as proporções de "um oceano humano", a caterva dos sicários aguardava o regresso do povo, já disperso, para o acometer no largo do Machado, no Catete e até debaixo das janelas do palácio presidencial. Indistintamente, descobrindo o plano, que anima essa orgia truculenta, de semear o pavor, e obrigar a população a se fechar nas suas casas, deixando o campo livre à conquista da vitória eleitoral pelo estelionato, pelo ferro e pelo fogo, os sicários acometeram os bondes, atirando, espancando, ferindo pessoas de todos os sexos e idades.

Essas vilanias, essas torpezas, essas infâmias do vômito das prisões tinham por chefe um Delegado de Polícia (apontado como criatura de um dos chefes servis do hermismo), cujo nome os nossos periódicos têm declinado até à saciedade, recomendando na sua pessoa à execração pública o façanhoso promotor dêsses assaltos, em que a cobardia emparelha com a crueldade. Da última vez, quando regressei de Minas, o malvado armara um plano decisivo, a garrucha, a faca e dinamite, para aniquilar a candidatura civil pela cabeça, não se malogrando a atrocidade senão graças à repulsa do alferes Alvão, comandante da força destacada no Catete, em quem o graduado perverso não encontrou o braço de assassino com que contava, para dar, com o assalto da

polícia, o sinal ao assalto da corja facinorosa. São circunstâncias que se diz constarem da parte dada por êsse oficial aos seus superiores e que, todavia, nenhuma consideração mereceram, nem no palácio do Lavradio, nem no do Catete.

Ao mesmo tempo se ensaia persistentemente, contra a imprensa, o recurso das mazorcas jacobinas, em cuja crônica de crimes, sob êste regímen se inscreve já o nome de tantos jornais, êsse recurso nefando, última expressão do naufrágio da liberdade. Dir-se-ia recordar com saudade a política de hoje, os acessos epilépticos da crise vermelha de 1897, quando os restos das tipografias destruídas se amontoavam e consumiam, em auto de fé, no largo de S. Francisco, ante as armas ensarilhadas da fôrça e a fleugma complacente da polícia, cujo delegado, assistindo à fogueira, dizia a um amigo: "Esta desordem vai em ordem".

Já tivemos a primeira tentativa de investida ao *Diário de Notícias*, escolhido, entre tantos órgãos civilistas para a vítima expiatória, pelas suas relações pessoais mais diretas com o candidato civil. Todos os indícios levam a supor que as acometidas se repetirão. Na de outro dia foi irrisória a aparência de defesa como que a fôrça pública o simulava proteger. Os assaltantes varavam a seu gôsto por entre os cavalos da tropa, que, em vez de olhar para os que atacavam, lhes davam as costas; e, tendo havido a prisão em flagrante de um malfeitor, que acabava de se servir da sua arma de fogo, o delegado o conduziu, pouco adiante à oficina de outro jornal, homizio habitual dêsses patriotas, onde lhe deu escapula, não obstante os protestos de um oficial de Marinha, indignada testemunha dessa prostituição da autoridade.

Eis a situação. A uma propaganda como a das candidaturas civis, reduzida às armas da palavra, se opõem as da indisciplina militar, da violência policial, das bernardas sanguinosas. Para a violência, contanto que se cometa em nome dos interesses do marechal, franquia e impunidade. Com o crime político explorado em benefício desses interesses, comunhão, colaboração, mancomunação dos agentes do poder. Este se ausentou da capital, da sede constitucional do governo, em um momento grave pela majestade soberana do ato que a nação é chamada a praticar e gravíssimo pelas circunstâncias suspeitas que a estão ameaçando no exercício desse direito.

Para carregar os traços a esse quadro não concorre pouco o abandono do palácio do Catete pelo Presidente da República, nesta ocasião, a despeito dos clamores da imprensa, contra irregularidade tamanha. Enquanto o candidato militar se transporta para o Rio Grande do Sul e a sua família para um sítio do interior, o sr. Nilo Pessanha, se deixa quedar em Petrópolis, nas vésperas da eleição, entregando o Rio de Janeiro a uma polícia visivelmente acompanhada com os elementos de turbulência e sedição, que o estão anarquizando.

No concurso de todas essas circunstâncias convergentes e harmônicas, o público entrou a ver, com os mais plausíveis fundamentos o debuxo de um tenebroso projeto. Ainda hoje deles nos falam telegrafemas do Norte, ecoando notícias daqui transmitidas, nas quais se assinala o trama de entregar a metrópole brasileira, no dia 1º de março, à polícia do Scarpia do sr. Nilo, para que a cidade se tumultue e ensangüente, dominada pelas correrias dos capangas, oferecendo assim ao maquiavelismo da presidência o pretexto, de que necessita, para declarar o estado de

sítio, empolgar destarte a capital, os Estados próximos, o Brasil e, dêste modo, entregar ao Marechal candidato e ao militarismo, que êle encarna, o domínio do país, traído, surpreendido e vencido.

Numa conjuntura tal não me era lícito emudecer. Tudo me impunha o dever de o avisar, a êle, a fim de que se previna, ao Govêrno, a fim de que se não iluda.

Não se iluda o Govêrno, supondo que êste jôgo de ausências exime a ninguém das suas responsabilidades. Aqui o *alibi* não as exclui, antes as estabelece mais precisas, mais claras, mais graves, denunciando o ardil ingênuo em demasia. No Rio Grande do Sul e em Petrópolis, o Marechal Hermes e o sr. Nilo Pessanha estarão, mais do que nunca, dentro do raio de ação da responsabilidade, a que com êsse artifício imaginaram fugir, pela desordem, que surdir, pelo sangue, que se verter, pelo esbulho dos direitos da nação, que aqui se consumir, no escrutínio de 1º de março. A responsabilidade cairá sôbre êles, ante o país e o mundo, se tal enormidade se verificar, se o conluio da violência com a burla privar o Brasil de votar livremente, no primeiro tentame sério de eleição do chefe do Estado que entre nós se realiza.

Para nos trazer alguma sombra de esperança no meio dêstes receios, só nos valeria uma consideração: o nome do Ministro do Interior. Ainda que secretário presidencial, S. Exa., não se pode forrar à corresponsabilidade pelo contingente da sua presença na pasta e da sua direção na polícia, de que, como o Ministro da Justiça, é o mais alto hierarca. Ausente ou presente, o chefe do Estado, é o dr. Esmeraldino Bandeira quem, no caráter de responsável pela ordem pública e pela execução da lei eleitoral, terá de presidir mais diretamente a essa grande solenidade, o exercício pelo país da maior das funções republica-

nas, a escolha do chefe da nação. Ora, o honrado ministro, pelos seus liames de partido, representa a política do sr. Rosa e Silva, que faz da verdade na eleição o primeiro artigo da sua profissão de fé, e com a sua adesão à candidatura Hermes tem declarado não envolver a hipoteca do seu voto, na verificação de poderes ao seu candidato. Devemos crer, pois, que S. Exa. se queira sair lustrosamente desta árdua prova; e, se o conseguir, bem merecerá do país. Mas a impossibilidade, em que até agora se tem visto, de obstar ao que se vai passando, nos leva a temer que lhe minguê energia e fôrça, para lutar com eficácia contra a pressão que o circunda.

Nem por isso, contudo, nos devemos abater. A verdadeira garantia do povo está em si mesmo. É sobretudo por fixar esta idéia e despertar êste sentimento, que me resolvi hoje a redigir êste manifesto aos nossos concidadãos.

Em todo êste céu de tormenta que, neste momento, figura desabar sôbre nós, há um grande trabalho de encenação, um engenhoso apêlo à tibieza de ânimo de uma raça mal habituada a resistências viris. Nunca houve, entre nós, govêrno menos considerado e mais fraco do que o atual. Nem a Armada, nem o Exército, na sua maioria, o acompanham na aliança com a candidatura do marechal. O procedimento de ambos êstes últimos dias bem o demonstra. Facciosamente militarista, ela não se estriba senão nas ambições de um diminuto grupo de oficiais superiores e numa escassa minoria da fôrça de linha, contrariada pela generalidade das simpatias na sua própria classe. Balda, assim, dos elementos morais e materiais necessários à organização do absolutismo, em que deveria assentar o bom êxito da aventura de maio, recorreu a atualidade aos meios de compressão

policial, que ultimamente recrudesceram em maldade com uma virulência inaudita, graças ao sr. Leoni Ramos, a alguns de seus auxiliares e aos mil instrumentos de crueza e degradação, que a verba secreta multiplica.

Os mistérios de atrocidade que a vilanagem dos algozes policiais tem desenvolvido êstes últimos dias, contra as vítimas das prisões arbitrárias, incursas unicamente no crime de levantarem vivas aos candidatos civis, ou trazerem-lhes ao peito a imagem, constituem uma verdadeira perseguição, uma série de crimes bastantes para sentar no banco dos réus, meia dúzia de presidentes de República, um martirológio numeroso de homens do povo, inocentes e crianças, maltratados, insultados e seviciados segundo os estílos da época do pau, do vergalho e da bofetada. Eis os recursos de que se está compondo o ambiente de terror, sob o qual se intenta afastar dos comícios eleitorais, no dia 1º de março, a população ativa, nesta capital, como noutros pontos do nosso território, donde nos começam a chegar nesse sentido graves telegramas.

Tudo isso, entretanto, bem pouco é, em comparação do número e valor do eleitorado, se êle se deliberar ao cumprimento resolutivo do seu dever. Podêres como êste que o Governo envida esforços para desenvolver, têm por base unicamente o medo, que infundem. Basta que dêle nos libertemos, *basta que o vençamos em nós mesmos*, para frustrarmos a magia sinistra do terror, com que contam êsses regimens condenados. A candidatura militar é uma fera, que, acuada no seu último covil pela opinião pública, se multiplica aí em bramidos, em furores, em carrancas, em arremessos, para espedaçar o caçador já

vitorioso. Se êste vacilar, está perdido. Mas um momento mais de coragem, e o monstro cairá na impotência dos seus derradeiros arrancos.

Rio, 26 de fevereiro

RUI BARBOSA



À NAÇÃO

Em 26 de março de 1910 ()*

Fazendo na sua correspondência, a crônica da corte de Luís XIV, escrevia, uma vez, Isabel Carlota, a célebre duquesa de Orleães:

Madama de Montespan, inventou os vestidos soltos, «*des robes battantes*», para encobrir o seu estado interessante; porque êsses vestidos não deixam ver a cintura. Mas, em os trajando, era como se tivesse escrito na testa o que pretendia encobrir. Tôda a gente dizia, para logo, na corte: «Madama está de vestido solto: logo, está grávida». Quer me parecer, até, que ela o fazia muito de indústria supondo que isso lhe dava mais consideração entre a corte.

Com a política do Sr. Nilo Pessanha, sucede o mesmo que da amante do Rei do Sol, contava a Palatina. Tanto que o nosso Presidente se enroupa numa das suas declarações de neutralidade ou legalidade, como a Montespan nos seus quimões de luxo, todo mundo lhe começa a ver bojar no ventre, por entre os dengues da faceirice constitucional, a gravi-

(*) Após o pleito publica Rui Barbosa um grande manifesto que contém o plano de ação do movimento civilista: sustentar a inelegibilidade do Marechal Hermes, a nulidade das eleições em certos Estados. Foi divulgado pela imprensa neutra e pela civilista. O texto que figura na *Excursão Eleitoral* é falho e errôneo. Seguimos o do *Diário de Notícias* (27, 28 e 29, III), que denota ter sido cuidadosamente revisto. (N.R.)

dez da hipocrisia, uma das suas insignes maldades contra os deveres da sua magistratura e as leis do país. Sòmente, aqui, não é à consideração da gente de casa que se arma, senão à do estrangeiro. O público brasileiro conhece às léguas todos os truques e manhas do famoso ator. Qualquer telegrama de Londres, porém, lhe dança aos olhos como luminárias de uma ovação européia; e as delícias dêsse gôzo requintam no artista do Catete as audácias da *pose*

A "ELASTICIDADE DAS INSTITUIÇÕES"

Mas nunca a dissimulação, pejada visivelmente de um monstro, afetou com tamanho desaso os ademanes da sinceridade, como, no primeiro dêste mês, na linguagem das congratulações presidenciais ao comandante da fôrça policial. Aí se encarece na tranqüilidade pública "uma prova da elasticidade das instituições, que passaram por nove meses de uma forte agitação, sem que o Govêrno precisasse tomar uma medida de exceção, nem sair fora da lei" .

Destas palavras usava o chefe do Estado, celebrando a tranqüilidade pública, justamente na ocasião em que a maior intranqüilidade jamais experimentada aqui em épocas eleitorais, graças ao aparato militar adrede ostentado nesta capital desde a véspera, criara uma verdadeira atmosfera de terror. Era preciso todo o seu amor da frase pela frase, para que se achesse a falar em "elasticidade das instituições", precisamente no dia em que o seu Govêrno as fazia em cacos, na capital da República, esbulhando a metrópole brasileira da sua coparticipação nas eleições presidenciais, mediante uma tramóia, na qual a insolência colossal da fraude contra a maior das nossas cidades, assumiu o caráter de um roubo público, organizado entre a Chefia de Polícia, a Dire-

toria dos Correios e o Govêrno da nação. E, por cúmulo, sôbre êste escândalo sem rival, o maior, da nossa escandalosa história política, o escândalo — Nilo põe-se êle a rir de todos nós, dizendo que êstes meses de agitação correram, sem que o govêrno tomasse “uma medida de exceção, nem saísse da lei”.

SUSPENSÃO REAL DE GARANTIAS

De modo que a única *medida de exceção* conhecida ao Presidente da República, é o estado de sítio *abertamente declarado*.

Se, fora do estado de sítio, medidas há de exceção, tão graves quanto êle, não é senão num régimen de exceção, pelas suas medidas, que atualmente nos achamos. Se, para existir o estado de sítio, não se há mister de que o govêrno o declare *basta que o pratique*, é no estado mais grave de sítio que nos temos visto.

Pois quer o Sr. Presidente da República, medidas mais claras de exceção do que as dessa compressão militar, exercida por obra sua, sôbre o Estado do Rio, o Estado de Minas e o Estado da Bahia? Neste um comandante de guarnição, há muito assinalado, pelo seu espírito de rebeldia às leis da ordem civil e militar, na cabala pública do hermismo, dá a essa intervenção da fôrça armada na política do grande Estado a expressão mais afrontosa e revoltante, utilizando, em S. Salvador, quase tôdas as espadas do seu comando, não menos de vinte e sete, nas funções de fiscais eleitorais, e destacando outros oficiais para outras cidades baianas, onde convinha aos manipuladores da candidatura militar burlarem, com o aparato intimidativo, a vitória certa da candidatura civil. Naturalmente reclamou o Governador. O

Govêrno do Catete, porém, remanchou, fingiu acudir, mas tão-sòmente para ceder logo às evasivas, grosseiramente contrárias à verdade, com que o general cabalista manteve a sua empresa contra a autonomia do Estado e o direito eleitoral da nação.

VERDADEIRO ESTADO DE SÍTIO

Não se declarou o sítio, é certo; mas para se exercer mais seguro e desassombrado. A declaração dêsse estado excepcional, sem a mínima sombra de pretexto, sequer, para lhe colorir o abuso, provocaria contra o sr. Nilo, os estigmas dessa opinião da *City*, que raramente desce abaixo das aparências, quando se trata de países como o Brasil e cuja superficialidade o nosso Presidente corteja com os artifícios de encenador em que prima. Por outro lado, êsse ato obrigaria o Presidente, na forma da Constituição, art. 80, parágrafo terceiro, a relatar ao Congresso, com os seus motivos, as medidas extraordinárias, que houvesse tomado.

Praticado, porém, sem declaração, o estado de sítio, desfruta-lhe o poder as vantagens, sem os inconvenientes. A ausência do ato declaratório priva de tãda a solenidade o ingresso ao regímen de exceção, e, desta maneira, se lhe esquivia a responsabilidade, quer ante a opinião, quer ante o Congresso.

Como, porém, evitar a interferência dos tribunais, cuja competência irrecusável seria em tais casos? Amiudando os golpes, generalizando-os, e deixando-os cair, freqüentes, inexoráveis, brutais, sôbre as classes mais incultas, mais pobres, mais indefesas. Contra uma prisão, ou uma ameaça de prisão, fàcilmente se interpõe o *habeas-corpus*. Mas, quando as prisões se multiplicam incessantemente, às

dezenas, às centenas, recaindo sobre pequeninos, humildes e desvalidos, os mais deles não terão ao seu alcance os meios de buscar o valedouro judicial; e, a querer-se organizar, por uma associação ou um partido, um serviço de socorro geral às vítimas, não haveria mãos a medir com o tempo, os advogados e as despesas, uma vez que se não poderia requerer um *habeas-corpus* preventivo a favor de toda uma população, e seria necessário, para cada caso, de iminência ou ocorrência de ilegalidade, o seu processo distinto.

O crime policial vem a tornar-se, assim, quase invulnerável, justamente pela continuidade da sua ação e pela abundância extrema dos seus casos. Não era difícil valer a meia dúzia de presos; mas, quando a prisão arbitrária enche todos os dias as enxovias do Governo, já o amparo da liberdade individual por esse meio ordinário não tem praticabilidade cabal.

O grosso das violências transitarão eficazes e impunes. Ora as violências dessa laia, consumadas a granel, sem responsabilidade contra quem as usa, nem refúgio para quem as sofre, são, exatamente, o em que o estado de sítio essencialmente consiste.

Que é, de feito, o que caracteriza esse estado perigoso, nas mãos do Poder Executivo?

Lá o diz, no artigo 80, parágrafo segundo, a Constituição Federal:

É o arbítrio de prender e desterrar.

O Governo ainda não desterrou. Mas basta haver-se arrogado o direito de prender em massa, a seu bel-prazer, para têmos caído, virtualmente, no estado de sítio, já que só durante o estado de sítio cabe ao Governo a faculdade arbitrária de prender.

Nunca se exerceu, neste país, mais discrecionariamente essa faculdade sobre todas melindrosa;

porque nunca se prenderam a monte cidadãos e estrangeiros por tão fútil motivo, ou antes tão absolutamente sem motivo legal de espécie alguma. Sob Floriano Peixoto, essas arbitrariedades se autorizavam com o estado de guerra, e tinham por base a situação revolucionária, a luta civil e a suspeição geral, em que haviam incorrido, aos olhos do Governo, populações inteiras, pelas suas simpatias, reais ou não, com os insurgentes. Hoje enxameiam diàriamente as prisões, e o delito, de que se arguem os presos, é unicamente o de *levantarem vivas ao candidato civil*.

CRIME NÔVO

Note-se bem; é só o de dar vivas ao candidato civil. Dá-los ao candidato militar é virtude, é civismo, é recomendação e título ao agasalho policial. Dá-los ao candidato civil é crime de cadeia imediata. Há dias, quando eu saía do *Diário de Notícias*, estrugiu da bôca de um sujeito um grito de entusiasmo pelo Marechal Hermes. Naturalmente um dos circunstantes respondeu com um brado igual em honra do seu antagonista. Nada mais legítimo e inofensivo, de parte a parte. Pois bem: o entusiasta do candidato civil recebeu incontinente voz de prisão, enquanto o idólatra do meu competidor ali se ficava incólume e tranqüilo.

Assim é que se está procedendo, sistematicamente, com uma dureza brônzea de cara, que revoltaria uma população de Guiné. Aos 9 do corrente, cerca de 1 hora da tarde, na repartição de Polícia, o sr. Lemgruber, dava, em nome do chefe, ordem categórica de prender indistintamente a quantos preferissem vivas a Rui Barbosa. Viu-o e ouviu-o ali

pessoa da maior respeitabilidade, que, à noite, em presença de testemunhas, mo veio relatar.

Mais de quinhentos indivíduos sem nota, réus unicamente de não quererem para a sua terra um governo militar e deixarem sair da bôca um grito de simpatia pelo candidato civil, têm pejado os depósitos policiais. São operários, empregados de tôda a ordem, estudantes, caixeiros, negociantes, velhos inofensivos e respeitáveis, ou inocentes crianças. Jornalistas, advogados, indivíduos, enfim, das mais sele-tas categorias sociais, que têm recebido voz de prisão por êsse *novum crimen*. Os meninos retidos têm montado a dezenas e dezenas. Em certa ocasião, ao que me constou, chegavam a cinqüenta. Quase tudo gente limpa, extreme de culpa, além de estimável pelo civismo de aborrecerem o domínio da espada. Ao passo que os piores lagalhês das nossas ruas, os refugos da sarjeta, da batota e da crápula, os hóspedes habituais do xadrez nos tempos de polícia honesta, os ferreteados com as alcunhas da gíria dos bandidos, os reincidentes de todos os crimes, brigões, faquinetas, navalhistas, gatunos, os heróis da rixa, do assassinio e do roubo, caras patibulares, cabeças retalhadas de gilvazes, punhos azulados de tatuagem, a sífilis criminal da cidade, enfim, contanto que tragam à lapela a efígie do marechal, ou lhe mordurem o nome na bôca odiosa em vivas alvares, têm carta branca para tudo. Eis o régimen sob que tem vivido, *em república*, a capital dêste país, no ano da graça de 1910, com o sr. Carolino na polícia e o sr. Pessanha no governo.

POLÍCIA E BANDITISMO

É para armar essa gente que se desarmam os civilistas. Não se pode usar impiedade maior que o

desarmamento praticado com essa abominável parcialidade. Com tais caracteres, êle constituiu, positivamente, a colaboração mais eficiente da polícia com o banditismo, que infesta a capital ao serviço da candidatura de maio. Não pode haver maior perigo, hoje, nesta cidade, que o de andar desarmado. A êle me exponho eu, porque, há muito, entreguei a Deus a minha vida. Mas não aconselharia a ninguém que me imitasse.

Nestas condições de insegurança e risco de morte, em que cada qual havia de trazer a carabina ao ombro, para disputar a vida aos salteadores privilegiados, é que a polícia arrebatava as armas aos ameaçados pelos seus protegidos e comparsas. Arrebata-as, mas para as passar às mãos dos que nos ameaçam, e engrossarem o sortimento da Junta Pró-Hermes, na qual se manteve quotidianamente distribuição franca de instrumentos homicidas aos seus apaniguados.

REGÍMEN COSSACO

Onde quer que ressoem vivas ao candidato civil, aí é que não faltam nunca os agentes do sr. Leoni, aí é que é de lhes ver o zêlo. Braços de gente afeita ao mister caem sôbre os malvados autores do flagício. São arrastados aos encontrões, murraças, ponta-pés e bofetadas. De repelão os atiram aos caminhões automóveis, ali postados, em certos dias, na esquina, de sobreaviso, à espera do tráfego certo. Uma vez cheio o veículo, segue, trambolhando, com a sua carga de fardos humanos, apinhados, maltratados, contundidos, até à Detenção, onde se aglomeram de tafulho, sem cômodo, sem cama, sem comida, ao sabor do sr. Carolino e seus dignos auxiliares, como os mais desprezíveis criminosos. Alguns, ainda por

cima, recebem rações suplementares de palmatoadas, sovas de varas de marmeleiro e longos dias de reclusão nas solitárias.

A imbecilidade, a que se devem êstes métodos russos de apaziguação pelo terror, cuida fazer destarte cidadãos mansos. Mas, em vez da borregada que supõe, não cria senão revoltados, gerando nos melhores temperamentos o desprezo da ordem e a execração da autoridade, reduzida pelos seus agentes a prensa de esmagar o brio no homem e agência de premiar, nas fezes sociais, o aviltamento da nossa natureza.

Como ainda não entrou em uso público a mordaga, essas levas de presos continuam, nos carros que os transportam, a levantar os vivos proibidos, e saem da prisão acesas em rancor contra a época e a gente, que as tratou à guisa de escravos. É assim que os policiais dos Plehves, em Petersburgo, arrasam a paciência eslava ao anarquismo, e as polícias dos Leonis, no Rio de Janeiro, promovem a guerra civil.

GOVÊRNO DE PROVOCACÃO

Mecanismo de exasperação, com que se submetesse a mais severa prova a cordura de um povo resignado, não se podia inventar, do que êsse de acoroçar as aclamações populares a uma candidatura, e tolhê-la a outra, com a agravante de ser a perseguida a candidatura da ordem constitucional e a protegida a candidatura da desordem militar, isso na ocasião em que se acabava de roubar à capital da República, por uma obra de apaches, o direito do voto; na ocasião em que a força pública estava de guarda às casas, apontadas por todo o mundo, onde os receptadores do furto escondiam os livros eleito-

rais subtraídos e os mestres do estelionato fabricavam as atas fraudulentas; na ocasião em que um dos cabeças dessa inaudita assaltada era graduado a educador, com a nomeação de chefe de um grande estabelecimento de ensino nacional; na ocasião enfim, em que o general comandante de uma brigada estratégica, em nome desta, com solene desprezo do país, da verdade e dos poderes do Congresso Nacional, se sobrepunha às câmaras verificadoras, saudando como eleito o candidato das atas falsas.

Ê com êstes exemplos, em revolta aberta, pela sua iniciativa, pela sua co-autoria, ou pela sua cumplicidade ativa e passiva, contra a disciplina militar, contra a lei constitucional, contra a própria nação, que o sr. Nilo Pessanha, quer polícia nas ruas. Êle, que não tem um movimento volitivo, um reflexo orgânico, uma impressão de vida no seu temperamento abastardado, para defender, contra as invasões crescentes da caudilhagem, o govêrno brasileiro, Êle, que a título de acudir à ordem periclitante, não desceu de Petrópolis, senão para garantir o triunfo à monstruosidade inominável de primeiro de março, e, consumada ela, ainda a coroou, pagando à bôca do cofre com a honra de um alto cargo na instrução pública a um dos heróis da ignóbil extorsão do voto popular, à capital do país.

CONSEQUÊNCIAS

Os atos da sua polícia, que tem pôsto fora da lei os cidadãos incursos no crime de vivas ao candidato civil, são a origem do assassinio, que ensanguentou, no dia da eleição, o Boulevard Vila Isabel. A *Gazeta* estendeu, com as respectivas alcunhas de guerra, o rol dos sete ladrões relapsos e outros tantos fregueses da cadeia equivalentes, que naquela data,

compunham a quadrilha eleitoral do chefe da localidade. Dessa troca, com outros matadores, saiu o Inglezinho, assassino de Alexandre Nascimento, fulminado com um tiro de garrucha, por haver recusado um viva, que lhe impunham, ao marechal Hermes. O criminoso não se salvou do linchamento senão graças à sua prisão, efetuada, ato contínuo, por um cabo de polícia. Pois nem a flagrância, nem a confissão do réu, nem o concurso das quatro testemunhas presenciais, que aquela fôlha nomeia, bastaram para assegurar a punição do bandido. O delegado, cujo nome tenho repugnância em declinar, mais aí está nos jornais com tôdas as letras, em vez de lavar o auto, limitou-se a dizer: *"Isso é um caso de eleição"*, e despediu as testemunhas. Conseqüência: no dia seguinte "as influências políticas que dominam o momento, se moveram", e o homicida, o celerado, o escapo da cólera da multidão pela confiança do povo na lei, *foi pôsto em liberdade*. As influências políticas do momento! Ei-las debuxadas neste quadro.

OS VERDADEIROS CRIMINOSOS

Pois há delegados policiais, na sede central do governo, que assim procedem, há um Chefe de Polícia, que tolera delegados tais, há um Presidente, que sustenta êsses delegados, com o seu chefe, e é essa gente, qualificada tôda ela expressamente em disposições do nosso Código Penal, sujeita por êste à cominações, até, de prisão celular, é essa gente a que ousa atulhar a Detenção de indivíduos presos tão-sòmente por haverem dado vivas ao candidato civil? Onde a lei, que capitule êsse ato em delito? Onde o privilégio, que sobreponha o sr. Hermes, em direitos, a qualquer concidadão seu, e dê, nesta terra indignada contra as suas pretensões de ditador, o apaná-

gio das aclamações ao mais impopular dos candidatos, que nunca pleitearam uma eleição neste país?

SOBRETUDO O DEVER

Engana-se o sr. Nilo. Nem todos se acovardam com a sua mímica, as suas frases e os seus crimes. Muito lhe minguia, para chegar aos chinelos de Floriano Peixoto, contra quem nunca me faltou a coragem do meu dever. Não será pelo meu silêncio que o país entregará os seus direitos, a sua constituição e a sua honra aos esboços de mazorcas policiais, à indisciplina das brigadas estratégicas e às facções dos marechais ditadores. Enquanto me não acabarem com a vida, ou me não cassarem o mandato de senador, que a fúria castilhistas, por irrisão, me intima a resignar agora, justamente depois da imensa consagração do meu nome no escrutínio de primeiro de março, os caninos dos molossos e as dentuças de limpa-trilhos, perdem comigo o seu tempo: a minha voz se ouvirá, e, embora não chegue aos analfabetos de Camaquã, chegará, clara, até onde, neste país, houver brasileiros não analfabetos, lembrando ao povo o seu futuro, o seu poder, a sua dignidade, a sua obrigação e as suas leis.

A AUTO-ELEIÇÃO DO MARECHAL

As leis constituem uma força maior do que as polícias, os marechais, as brigadas, os exércitos e os governos, força mais cedo ou mais tarde vencedora sempre dos que a desprezam. Ninguém a desprezou nunca, entre nós, com desprante maior do que o candidato militar no seu discurso do Rio Grande, onde o delírio toca à inverossimilhança. Declarando-se eleito, com o gesto de se aclamar a si próprio, com

que certos conquistadores de impérios e assaltantes de tronos têm pôsto na cabeça a coroa da usurpação, assumiu a autoridade verificadora, que o nosso direito constitucional atribui ao Congresso, e apurou. êle mesmo a eleição, antes de conhecidos os resultados eleitorais, que só mais tarde vieram chegando, nos principais Estados nossos, em S. Paulo, em Minas, na Bahia, onde todos os dias se vai abatendo a candidatura militar.

É a confiança nos clarins do comandante da primeira brigada, velho general de uma vida outrora ilustre em rasgos de civismo, que a sua aliança, hoje, com elementos funestos induziu a desprezar a consideração pública, e malquistar-se com a própria consciência de veterano das lutas contra a opressão militar. É a consonância com a atitude sediciosa do comandante do distrito militar da Bahia, comissionado para desorganizar e anarquizar aquêlê desditoso Estado, que ímpios filhos seus, entregam em pasto às ambições da candidatura militar, a trôco de acenos de influência e promessas de postos na ditadura projetada, cujo saco de graças teria que nomear centenas de ministros, exaurir dúzias de orçamentos, improvisar legiões de emprêgos, para satisfazer os compromissos da sua desabusada prodigalidade.

Tudo se entretece neste abominável trabalho de substituir a pátria pela tarimba. As nossas representações oficiais no exterior e a ação de certas emprêsas estrangeiras sôbre alguns órgãos da imprensa nas grandes capitais européias, foram imediatamente postas em atividade, para iludir a Europa, *logo no dia immediato à eleição*, com a notícia da vitória do Marechal, quando, para estabelecer contra ela a mais solene das presunções, bastava a gigantesca vergonha perpetrada contra a capital, com o intuito

de abafar aqui, no centro do país, a sua repulsa a essa candidatura.

O EPISÓDIO ROTHSCILD

Nesta aliciação oficial da opinião européia, miseravelmente enganada, reveste caracteres incríveis o episódio Rothschild, que o *Jornal do Comércio* trouxe logo à publicidade. Quem quer que haja lido com atenção, nas colunas dessa fôlha, o estranho telegrama subscrito com o nome social dos senhores N. M. Rothschild & Sons, não se terá furtado, no comêço, a uma impressão de suspeita sôbre a sua autencidade. Tamanha ignorância revela êsse ato das coisas do Brasil e tão sèriamente destoa dos hábitos de prudência, reflexão e cortesia dos nossos agentes financeiros, que tudo nos autorizaria a qualificar de apócrifo êsse documento, se não fôsse ainda mais inverossímil que o seu contexto a hipótese de uma invenção como essa, quando mesmo se metam em conta a intrepidez e o cinismo dos que, depois de obstarem pela surpresa de um furto em massa, ao escrutínio em sessenta secções desta metrópole, tramam em seguida, pela surpresa de uma falsificação geral, dar como normalmente processada a eleição em tôdas elas. Mas, se não é supositício o telegrama, como a sua imprudência nos disporia a crer, havemos de concluir que os respeitáveis banqueiros londrinos foram vítimas de uma grosseira cilada, armada à sua boa fé e à sua confiança pelo govêrno brasileiro.

De outro modo não se poderia explicar a temeridade, nem a inconveniência, a que foram induzidos, contra os seus estilos e normas, de intervir na política brasileira, e abstrair das nossas instituições, reconhecendo como presidente eleito um dos candidatos à presidência, numa eleição ardentemente pleiteada

entre duas correntes nacionais, com a maior agitação de que entre nós há exemplo, antes de reconhecido êsse candidato pelo nosso Congresso, ou de sabidos, ao menos os resultados eleitorais.

O que muitos dias mais tarde se conhecia, ainda nos não habilitava a dizer com certeza por qual das duas candidaturas se teria pronunciado a maioria.

De Minas Gerais, ainda então não chegara, talvez, meia votação. Da Bahia, a votação conhecida não alcançava a metade. Tendo-se calculado que seria de 500 mil sufrágios, ainda restava por saber cêrca de um têrço. O que conseguintemente, ainda nessa data muito posterior ao telegrama Rothschild, nos reservavam, as eleições até então desconhecidas, poderia alterar a situação daquele momento, onde aliás, seguindo as apurações escrupulosas da *Gazeta*, do *Correio* e do *Diário de Notícias*, o candidato civil já levava grande vantagem ao militar. Ainda aos 10 ou 12 de março, pois, os srs. Rothschild, não poderiam saber o que no Brasil não se sabia, quanto mais dar como reconhecido o que o Brasil só muito tarde se podia reconhecer.

Mas o caso é ainda pior. O telegrama dos banqueiros londrinos é *do dia 3*. Não dispunham êles então, portanto, senão dos dados eleitorais aqui reunidos até à vespera. Ora, no dia 2, à noite, de São Paulo, se conheciam apenas 74.000 votos, de Minas 29.000, da Bahia 20.000, do Rio de Janeiro 14.000, quando êsses quatro Estados por si sós, contam 673.000 eleitores. Nessa data para o senhor Hermes, só se haviam apurado aqui 113.000 votos e, para mim, 124.000. Ao todo 237.000, que bem longe estavam de constituir cinqüenta por cento da votação que entre os dois candidatos se devia ter

distribuído. Da maioria em sufrágios, na eleição, por conseguinte, não havia, a êsse tempo, entre nós, quanto mais em Londres, elementos sequer de um cálculo *de probabilidade*, para, ao menos, se *conjecturar* a qual dos dois candidatos assistisse.

O que aqui, naquela data, era notório, e não devia ser desconhecido do além-mar, porque entre os estrangeiros nossos hóspedes causara ainda mais assombro do que entre os nacionais, é que, nesta cidade, com indignação e protesto, até, de muitos hermistas, sessenta das sessenta e sete secções eleitorais, em que ela se divide, não funcionaram, porque, mercê de um abismoso crime e de um conluio oficial evidente, lhes haviam roubado os livros de atas e os mesários desertado os seus postos legais. (*)

Naturalmente os srs. Rothschild, calcularão que, neste país, também há cidadãos, que a metrópole de uma nação de vinte e cinco milhões de almas, não podia deixar de estar ardendo em indignação contra êsse atentado aos seus direitos e que a candidatura, em cujo benefício se cometera esta cínica extorsão dos foros constitucionais de um milhão de brasileiros, não havia de ser a distinguida entre êles com a predileção da maioria.

Em segundo lugar, o que já era corrente, no dia 5, quando os srs. Rothschild apuraram as suas informações, para escrever o seu telegrama, recebido no

(*) Acêrca dêste tópico do manifesto, a ERRATA publicada pelo *Diário de Notícias* de 28 de março faz a seguinte retificação: «Nos tópicos onde se diz que, na capital, funcionaram sômente *sete* dentre as *sessenta e sete* mesas eleitorais aqui existentes, leia-se que funcionaram *vinete e uma* dentre as *noventa e seis*; acrescentando-se que no primeiro distrito, onde há *cinquenta e duas* secções, apenas *quatro* mesas se reuniram, e, destas, uma não levou ao fim os seus trabalhos, por ter sido assaltada pela força policial, ao mando do delegado Solfieri.

Brasil com estupefacção e ressentimento, é que a fraude assoalhada com essa abolição de tôda a compostura na maior cidade brasileira, desafiando aqui, aos olhos de uma vasta colônia estrangeira, tôdas as conveniências de recato e dissimulação, não podia ter poupado, nem poupava, o resto do país, onde, nessa data, com uma imbecilidade fenomenal, a imprensa hermista já ousava atribuir ao seu candidato mais de trezentos mil votos, afrontando materialmente a realidade, que, dez dias mais tarde, com mais do dôbro das somas de então, não chegara a lhe averbar duzentos mil.

Nas outras eleições presidenciais, fôsse qual fôsse a escala em que lavrassem êsses vícios, não havia interêsse em os esvurmar; porquanto um só era o candidato, em cada uma, e ninguém o contestava. Nesta, porém, com a renhidíssima luta, cujo ardor não podia ter escapado à atenção dos nossos banqueiros, tudo terá de se pesar ouro e fio, no tribunal apurador. Só a êste, quando se reúna, caberá decidir entre os Algarismos em conflito, examinando a prova, e resolvendo a causa. Fôssem quais fôssem, pois, os totais empilhados pelo hermismo em seu proveito nada colhiam. Podiam ser verdadeiros, ou falsos, e a magistratura constitucional para os discriminar e liquidar, não era a casa bancária dos nossos agentes financeiros em Londres.

Dadas as relações jurídicas entre ela e o nosso govêrno, os graves interêsses financeiros, econômicos e políticos nelas envolvidos, a antiguidade quase secular, enfim, das suas ligações com o Brasil, não lhe era lícito a ela ignorar, nos seus traços essenciais, o nosso direito constitucional, não é admissível que o ignore. O nosso direito constitucional, a êste respeito, não inovou ao das outras repúblicas do mesmo tipo.

Aqui, como nos Estados-Unidos e na Argentina, é o Congresso Nacional quem verifica os poderes aos candidatos votados nas eleições presidenciais. Ora, só aos 3 de maio se reúne o Congresso, como só aos 3 de maio se reunia no Império, a Assembléia Geral. Noventa e seis anos há que essa é a data da abertura anual do corpo legislativo. A nenhuma dessas noções, logo, se concebe que seja alheia a casa Rotschild. Dois meses, tinha que esperar ainda, para ver começar os trabalhos do tribunal apurador, cujas deliberações, neste litígio, evidentemente, se antolham menos breve que nos anteriores. Meses antes, porém, de instaurada a causa, já nos anunciam os srs. Rothschild, a sentença. Sobre que fundamento? Com que autoridade? Em virtude de que direito?

Figuremos, porém, *gratia argumentandi* que a intervenção do Congresso venha a ser apenas uma cerimônia ociosa, e que o hermismo tenha já na algibeira, favas contadas, o reconhecimento do Marechal. Ainda assim, da parte dos nossos banqueiros, era de esperar, sequer, a atitude exterior de reverência ao simulacro dos nossos poderes constitucionais; e, quando nem isto nos podessem conceder, razão era nos concedessem, ao menos, o respeito à verdade material das coisas. De como na Europa, ainda entre ingleses, se conhece o Brasil, bem nos deu, há pouco, a medida o *Economist*, de Londres, sugerindo, três ou quatro dias antes da eleição presidencial, a candidatura Murtinho, como transação entre as duas contendentes. Mas na mesma insciência acêrca da nossa geografia e das nossas vias de comunicações, não podiam estar os nossos agentes financeiros, sendo, como são, quase centenárias as suas ligações conosco. Dados, pois, os 8.400.000 quilômetros quadrados, a que se estende o nosso território, a

extrema escassez das nossas estradas de ferro e a insuficiência, ainda tamanha, das nossas vias telegráficas, era, materialmente, geograficamente, matematicamente, impossível admitir que, no dia subsequente à eleição, já se lhe conhecesse o resultado por algarismos sequer aproximativos.

Esta simples reflexão teria preservado os nossos banqueiros da armadilha, em que os colheu a mentira crassíssima do Governo brasileiro, comunicando-lhe, aos 2 de março, a eleição do sr. Hermes, no escrutínio do dia anterior. Mas os srs. Rothschild, têm razão. Em sua terra não se imaginaria existir, no mundo, um país, onde homens de Estado tenham tão baixa noção da sua dignidade, ou a ludibriem com esta impavidez.

Ali a mentira tem a cotação de torpeza, e os indivíduos que a exploram, não encontrariam pessoa honesta que lhes apertasse a mão. Precipitado e incorreto como é pois, o ato dos nossos honrados banqueiros tem, contudo, uma grande escusa: a da presunção de veracidade vulgar nos órgãos de todo o governo.

Esta presunção atravessa agora uma crise, que nos calça a cara de vergonha. Tôdas as nações, porém, têm tido, na sua política, épocas empestadas, e essas épocas só se vencem com o cautério de uma reação heróica. Provocou o Governo do Catete a interposição dos srs. Rothschild, entre o escrutínio e o Congresso, dando a ver assim, com essa arvoregem dos nossos capitalistas estrangeiros em oráculos numa questão de política interna e direito constitucional brasileiro, a que grau ínfimo tem descido, entre os nossos homens públicos, o sentimento do brio pátrio e da altivez nacional. Mas os resultados lhes foram de todo em todo contraproducentes.

APÓS O ESBULHO, O ESTELIONATO

Ao mesmo tempo os lázaros da mentira, as michelas da fraude, com o telégrafo nas mãos, atrasando os despachos favoráveis à candidatura civil, inundaram de versões fantásticas sobre o escrutínio presidencial o litoral e os sertões brasileiros. De extravagância em extravagância, de atrevimento em atrevimento, de impudor em impudor, como nas abolições progressivas do senso moral, nas intoxicações do álcool e do crime, chegam ao superlativo do arrôjo: às barbas de toda esta população, ludibriada no primeiro de março, privada às escâncaras do voto pela subtração total dos livros de atas, desta população que teve de voltar à casa indignada com o esbulho, ou aglomerar-se nas sete secções onde funcionavam as raras mesas, as sete únicas (*dentre as sessenta e sete aqui existentes*), onde se exerceu êsse direito, aos olhos desta população, testemunha direta do escândalo, toda ela, meteram mãos os irrisores a forjar um jôgo completo de atas falsas, nas quais o marechal Hermes, se diz aparecerá com uma dezena de milhares de votos: os nossos! os dos que não votamos, ou votamos na outra chapa! Dêste modo, todos nós o teremos elegido. Até do meu sufrágio se poderia êle gabar. Os moedeiros falsos da eleição marechalícia trabalharam aqui mesmo, em prédios que a imprensa tem designado pelos nomes dos seus habitantes. Nessas casas de tolerância política se consumou a imoralidade com as honras do concurso policial, representado nos guardas civis para ali destacados pelo imortal sr. Leoni Ramos, sob os auspícios do amorável sr. Nilo Pessanha, a quem se atribui a indicação, numa carta ao santíssimo sr. Tosta, dos carteiros da confiança do insigne sr. Augusto de Vasconcelos, aos quais se teria come-

tido a incumbência de empalmar os livros legalizados para a eleição.

SUBTRAÇÃO POSTAL DAS ATAS

Por último, enfim, se anuncia a traça de suprimir, nos correios locais, nas agências postais e, aqui, no correio geral, quando ali o não possam, as atas eleitorais favoráveis ao candidato civil, substituindo-as por outras da manufatura política do caudilhismo. Seria o golpe final dessa reação insensata, que concebeu a vesânia de levantar sobre montanhas de falsidade a escolha do chefe da Nação, e a julga disposta a consentir nesta eliminação de si mesma.

Mas, ainda não é tudo. Indiscreções, a que, numa das suas edições vespertinas, o *Jornal do Comércio* levantou a ponta do véu, inteiramente rôto no dia seguinte, pelo *Correio da Manhã*, deram a ver que os intuitos da aventura punham a mira muito mais longe.

APRESTOS DA CENA FINAL

Tem-se dito que no prever está o governar. Mas em tudo, neste mundo, vencer é prever. Melhor do que os grandes políticos o têm compreendido, talvez os grandes malfetores. Às vezes, contudo, nisto mesmo os primeiros desbancam os segundos. Arsênio Lupin, é o gênio da previdência nos atentados. Creio que nunca se levou o descortino das circunstâncias na projeção do crime a êsse rigor do problema algébrico, matematicamente resolvido. A maldade, porém, que se anda a urdir agora, entre nós, contra a nação, não tem nada que invejar, na ciência do prevenir tudo, aos mais famosos táticos do mal. A

Constituição brasileira confiou ao Congresso o julgamento das eleições presidenciais. Cumpria anular êsse tribunal. De que modo?

De bem longe começou a obra, e desde então dei eu ao país o rebate do perigo, em que por aí entrávamos. Assinando o manifesto de maio, a maioria das câmaras apuradoras despiu-se da sua qualidade judiciária, comprometeu-se no litígio, incorreu na mais grave das suspeições, associando-se, madrinha da candidatura militar, ao interesse de uma das partes. Mas, porque poderia acontecer que êstes liames não bastassem, havendo, ao que se diz, chefes políticos, dispostos a exercer com isenção essa magistratura, a não dar, na apuração, os votos dos seus amigos, senão ao candidato realmente eleito, seja êle quem fôr, para atalhar êste risco, assegura-se que o Govêrno do Catete, já tomou as suas medidas, recomendando às oligarquias estaduais, assustadas com a plataforma da candidatura civil, aproveitarem o estado atual dos membros do Congresso nos Estados, que representam, para os envencilhar nos mais estritos compromissos de, aqui, só ouvirem e seguirem, e seguirem sòmente ao arquisinagogo da igreja hermista. A idéia seria feliz. A consciência daqueles chefes, que, participando na convenção de maio, reservaram os seus escrúpulos quanto ao exercício da função apuradora, assistiria, irritada, mas impotente, às conseqüências do seu primeiro êrro; e a maioria, que assinou, em maio de 1909, o manifesto do terror, pesaria inteira, em maio de 1910, na vitória do não eleito sôbre o eleito.

Mas, ainda assim, havia um obstáculo à consumação dessa bem-aventurança. Não se poderia exterminar do Congresso a minoria numerosa, que ali se tem pronunciado contra o militarismo. A sua voz.

ressoaria, poderosa, vibrante, eletrizadora. Apoiada no sentimento popular, acusaria as trapças, lidaria pelo direito, manifestaria a verdade, trabalharia por opor a cada invenção, a cada adulteração, a cada extorsão o corretivo da publicidade. Como evitá-lo? Com o meio a que, há pouco, aludi, referindo-me às locais do *Jornal* e do *Correio*.

SÚBITA RUÍNA DA CASA DO SENADO

Pela notícia do *Jornal* se via a subtileza, com que a tática de Agamêmnon dos chefes da empreitada hermista, busca apertar os últimos aproches ao sítio do nosso campo. São as paredes do edifício do Senado, talvez o seu madeiramento, quem sabe se também a sua cumieira, e por que não até os seus alicerces, que se ressentem, inopinadamente de fadiga. Há quase um século, êsse material de boa época, boa alvenaria e bom travamento, aguenta gerações e gerações de senadores, há vinte anos que carrega o Senado republicano. Era natural que, por fim, adoecesse. Verdade seja que até ontem se não queixava de nada. Quatro vezes se apuraram ali as eleições presidenciais e a velha casa não gemia. Com a mole, porém da candidatura marechalícia e os seus pecados, a coitada entrou a sentir quebra na robustez da sua velhice invejável, até há pouco sólida, erecta e fecunda como a do seu egrégio vice-presidente. As inspeções de saúde, as vistorias oficiais, nestes casos, são como certos plebiscitos. Dão de ordinário o resultado conveniente a quem os interroga. Como a Cadeia Velha, a casa do Conde dos Arcos deu indícios de arrear. Se lhes metessem dentro a futura apuração, podia vir a terra. Ora, o zelo dos administradores do augusto casarão, o seu zelo da própria vida e da nossa, devia atalhar a catástrofe receada.

MUDANÇA DO CONGRESSO

Infelizmente nunca houve solicitude mais inoportuna, ou pretexto mais calvo. Na sugestão, que aí correu, de se transferir para um dos edifícios da Praia Vermelha as secções do Congresso, quando se lhe vai submeter a sorte do militarismo envolvida na candidatura de maio, o país inteiro viu logo uma emboscada contra a representação nacional. Vinha com pés de lã, como costumam os maiores atentados, e com lanterna de furta-fogo entre a capa. Mas foi descoberta em tempo, e viu-se filada pelo gasnete, como os hóspedes importunos que nos entram pelas janelas ou pelos sótãos. Quando não, havíamos de gritar contra ela à nação, e o nosso *aqui-del-Rei* ou *aqui-de-Deus* teria, de certo, quem lhe respondesse

O fito do ardil, removendo o tribunal apurador para fora da cidade, era isolá-lo do povo, único abrigo da sua integridade, reuni-lo indefeso em um sítio singularmente acessível ao desembarque de forças, rodeá-lo de batalhões, convocados a título de o guardarem, dar-lhe por auditório a patulêia de criminosos, que já o ano passado ocupavam, sob a direção da polícia, as galerias da Câmara dos Deputados, e, desta maneira, entregar-nos, a nós, membros do Congresso, maioria e minoria, às influências dessa política, a que o herói do assassinio de Vila Isabel, deve a sua liberdade, e que as denúncias trazidas a lume pelo *Diário de Notícias* accusam de haver entrado em novas maquinações homicidas, e delegado novos executores, para o assassinio meu, do dr. Cincinato Braga e do dr. Irineu Machado.

Muito se equivocou o sr. Vice-presidente do Senado, que me custa crer aquiescente no projeto dessa remoção, se imaginava caber tal arbítrio nos

limites da sua autoridade, ou mesmo da mesa a que preside. A disposição regimental estatui que, no caso de fusão das duas câmaras, elas funcionarão "na casa do Senado, ou na da Câmara dos Deputados". A casa da Câmara e a casa do Senado, são as consagradas pela antiguidade contínua da ocupação e do uso durante seis ou oito dezenas de anos, tempo sobejo para imprimir caráter definitivo aos atos da vontade do homem, na apropriação das coisas materiais. Nem o regimento da Câmara, ou o do Senado, nem o seu regimento comum atribuem às suas comissões de polícia, ou aos seus presidentes, faculdade alguma para alterarem esta situação, cuja estabilidade interessa às condições de liberdade e segurança dos dois ramos do Congresso e ao exercício das suas funções legislativas.

Só eles mesmo poderiam eleger para as suas sessões outros lugares e outros edifícios, atendendo aos requisitos não só de capacidade e solidez na construção, mas ainda, e não menos essencialmente, de garantia à independência e defesa de uma e outra câmara, no desempenho dos seus deveres constitucionais, contra a pressão de forças exteriores, interessadas em lhes atuar sobre as deliberações, e subjugar-las. Tal a emergência claramente definida no alvitre de transferir agora o Congresso para o recinto da Praia Vermelha, verdadeiro quartel, com todos os elementos naturais de uma praça de guerra facilmente insulável da cidade e cercável, estrategicamente, de baterias, que arredariam, sem resistência concebível, a população, e, seqüestrando a Câmara e o Senado entre baionetas, poriam a verificação do escrutínio presidencial à mercê dos capatazes da candidatura militar.

Do próprio aspecto desta hipótese evidentemente se vê que nem a superioridade numérica do hermismo, atualmente nas duas casas do Congresso lhe asseguraria a êle o direito de optar, neste momento, por tal escolha. Ela importaria em garrotar a minoria, metendo-a num estranguladouro e desintegrando, assim, moralmente, o corpo legislativo, a quem a Constituição republicana incumbiu de julgar a eleição e reconhecer o presidente eleito. Claro está, portanto, que, em assuntos como êste, a maioria do Congresso não poderia resolver legitimamente senão de acôrdo com a sua minoria; uma vez que se trata da liberdade constitucional das suas funções, tão essencial e tão sagrada na minoria quanto na maioria congressual. Haver-se de outro modo fôra, não só um golpe de maioria, mas ainda um golpe de Estado: a supressão moral do Congresso pela facção predominante no seu seio. A conspiração teria tirado a máscara. Seria a conquista da Presidência da República, nas câmaras apuradoras, pela força do número, aliada à força da fraude e à força das armas. E, ninguém se devia iludir, essa atitude revolucionária da maioria do Congresso, levaria a nação a uma atitude correspondente.

Felizmente o clamor da imprensa liberal desanimou dessa idéa os empreiteiros do hermismo. Mas a verdade é que a resolução estava assentada. Na secretaria do Senado era conhecida. Já me chegava a notícia, e por mim fôra comunicada a amigos nossos antes de aventada pelos jornais. Recuou-se; mas o rastro da tentativa aí fica, denunciando os passos furtivos de uma cilada, que se frustou.

Se o Marechal Hermes, venceu a eleição, porque essas veleidades de assédio, essas invenções de guerra, essas providências excepcionais? Reúna-se o

Congresso na casa do Senado, onde se reuniu em tôdas as apurações anteriores, examine, discuta e resolva. Minoria, como somos, tendo contra nós os oligarcas, o Govêrno e as ameaças militares, a nossa confiança não pode assentar senão, só e só, na legalidade, único escudo e abrigo das oposições, dos fracos, dos oprimidos. O Congresso é a justiça constituída pela nossa lei fundamental, para dirimir o pleito. Proceda com decência e imparcialidade, oiça as partes, discuta as questões aventadas, estude com ânimo as provas, e, se, num plenário largo, limpo, livre, sentenciar de acôrdo com elas, ao seu julgamento nos submeteremos, ainda que nos condene, e, conosco, a êle se submeterá o país.

“A MULHER DE CÉSAR”

O Congresso Nacional, na apuração vindoura, funcionando como tribunal de fato e direito, vai defrontar-se com a mais alta questão de direito constitucional, a elegibilidade do marechal Hermes, que não é eleitor, nem exerce outro direito político de espécie alguma, ante a Constituição da República, art. 41, parágrafo terceiro, nº 2, que declara o *estar no exercício dos direitos políticos* “condição essencial para ser eleito presidente”, e, lado a lado com essa questão, ou, antes, após ela, a da realidade material e legal da eleição do chefe do Estado, o mais grave dos interêsses de um povo livre. Ora, quando se tem aos ombros o pêso de responsabilidades tamanhas, é que se não deve esquecer a imagem dessa *mulher de César*, tão grata outrora às reminiscências históricas do sr. senador Pinheiro Machado.

Não é S. Exa. um dêsses irresponsáveis, cujo cretinismo político e moral gravita em tórno da sua

influência poderosa. Inteligência, experiência e sagacidade têm de sobra, para auscultar a situação, e sentir os rumores íntimos da lesão adiantada, que a arruína. Mas parece que, no suplício de Mezêncio, a cuja tortura se resignou, amarrando-se à sorte dessa tenebrosa aventura, o morto se apossou inteiramente do vivo e o vai cadaverizando sem piedade. Já se lhe foi o bom ouvido clínico, o agudo olfato de caçador dos pampas, o olhar certo de atirador, o tacto das cartadas felizes. Arde na febre da infecção, que lhe turvou os sentidos, não enxergando senão a efigie do marechal em vermelho entre carabinas e bôcas de fogo.

De outro modo não se explicaria a inconsideração, com que o nobre senador, tão experimentado nas tribulações dêste regímen, tão versado nas dificuldades que nos custou o escodeá-lo da crosta militar, tão declarado, nas suas expansões mais sinceras, contra a intervenção política da espada, se haja lançado, precipite e cego, de corpo e alma, ladeira abaixo, pelas vertentes da loucura desta reacção, arrastando os seus serviços à ordem, os seus amigos na política e no Exército, os hipnotizados da sua fascinação, os habituados aos seus conselhos, pelo caminho de infinitas calaminadas, por onde o desatino da convenção de maio leva, de freio nos dentes e rédeas nas mãos de um governo insensato, a sorte do país.

OS 400.000 VOTOS TELEGRÁFICOS

Grão-mestre dessa maioria, que vai decidir, no Congresso, da eleição presidencial e de cujos votos a facção militar imagina que S. Exa. disporá, da sua cadeira, à vontade, como das suas cartas dispõe, à

vontade, no *poker* ou no *bridge*, o nobre senador joga às urtigas a sua toga de juiz do litígio eleitoral, dando, *no dia imediato à eleição*, em um telegrama circular aos governadores seus satélites, cujo segredo a imprensa oficial do Espírito Santo violou, mais de *quatrocentos mil* sufrágios ao Marechal Hermes, quando, em 1906, *no dia seguinte à eleição*, a imprensa com todos os dados oficiais disponíveis, não apurava ainda ao eleito *nem cinco mil* votos.

O criador telegráfico dêsses 400.000 votos é quem vai ser, na apuração, o sobrejuiz dessa magistratura, inspirá-la no julgamento, dirigi-la na sentença. E ainda não lhes bastaria! Seria preciso. ainda, encurralar o Congresso no estranguladouro da Praia Vermelha, debaixo da proteção da brigada estratégica, com as barbas patriarcais do sr. Quintino Bocaiúva, a doirarem da auréola das suas tradições a cena republicana.

A doidice é epidêmica, bem se está vendo, e da mostras de subir ao paroxismo. Mas o país não está doido. Nesse estratagema veria ele o que êsse estratagema seria: a supressão do Congresso, a apuração do escrutínio presidencial pelas baionetas, a degolação do regímen, a substituição formal da Constituição da República pelo Marechal Hermes. Emprêsa tal, não teriam fôrça para levá-la avante nem o Marechal Deodoro, nem o Marechal Floriano, marechais deveras, consagrados por grandes serviços militares, e, senhores, no Exército, de um prestígio glorioso. Qualquer dêsses generais teria recuado, há muito, diante das manifestações nacionais contra esta renovação do militarismo. Não recua o Marechal Hermes, por não ter nem a sua cultura, nem a sua experiência, nem o seu bom senso. É uma lâmina de ambição polida, lisa e reluzente, sem impressão de responsa-

bilidade, nem noção de govêrno. Mas, o país não consentiria na internação militar do Congresso, na verificação de poderes pelo General Mena Barreto, na autoridade presidencial que saísse de um tribunal aquartelado. Bem fizeram, pois, em retroceder.

EXÉRCITO E POVO

O país (esta eleição acaba de o mostrar) o país não é só o Rio de Janeiro. Aliás ao Rio de Janeiro só mesmo, não seria fácil abafarem. O Exército, que não quis, em 1888, esmagar escravos, não se prestaria em 1910, a trucidar o povo leal à Constituição. A política tem exercido algumas vêzes a sua cabala com vantagem, no Exército, entre certos corpos especiais. Mas os corpos arregimentados, em geral, têm melhores tradições de boa disciplina e constância na legalidade. Demais disto os atritos da fôrça armada com o povo os ensinaram a se respeitar mutuamente. O povo não se arriscaria, numa revolta da multidão contra a lei, à legítima repressão da fôrça armada. A fôrça armada não se aventuraria, numa bernarda oficial contra a lei, à legítima aversão popular. Se uma agitação desta cidade negasse obediência ao presidente realmente eleito e normalmente reconhecido, êsse movimento desmoralizado receberia logo da fôrça regular o devido corretivo. Mas um golpe de Estado para impor à nação como presidente um candidato não eleito nem reconhecido em condições legais, não acredito que lograsse aliciar, no Exército ou na Esquadra, oficiais, soldados e marinheiros em número bastante, para assegurarem, derramando, nesta capital, o sangue do povo, a inauguração da nova ditadura.

A CAPITAL E A NAÇÃO

Mas esta capital, sobretudo agora, não é a nação. A nação está, principalmente, nos estados ativos, grandes ou pequenos, onde se costuma votar e se votou, desta vez, como nunca se votara, com a concorrência, o entusiasmo, a paixão de um movimento cívico e de uma cruzada religiosa, espetáculo nôvo na história dêste país, e não vulgar, entre os outros, na dos mais adiantados: em S. Paulo, em Minas, na Bahia, no Rio de Janeiro, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, onde imensas maiorias ou minorias extraordinárias afirmaram enèrgicamente a repulsa do militarismo, personificado na candidatura de maio.

Alguns dêsses Estados, como os de Minas e S. Paulo, grandes potências morais na União brasileira, são, cada qual de per si, verdadeiras nações, já pela grandeza das suas populações, adiantadas, viris, independentes, pelo desenvolvimento das suas capitais, pelo número maravilhoso de cidades, vilas e arraiais agrupados à volta de cada uma daquelas, como outras tantas famílias de aglomerações humanas, outros tantos sistemas planetários de vida organizada em tórno dos seus centros de gravitação, já pela tèmpera das suas qualidades morais, pela vivacidade das suas tradições coletivas, pelo vigor do seu espírito de solidariedade, pelas reservas incalculáveis de tenacidade e resistência armazenadas no gênio da sua história, na índole da sua raça, no coração de seus sertões. Seria asneira pretendê-los tratar como a burgos podres, imaginando espavori-los com a presença de tropas disseminadas, ou reduzir-lhes os governos com a disposição de governadores, aparelhada mediante os elementos administrativos da

União e consumada pelas forças federais, sob o pretexto de restabelecimento da ordem, por elas unicamente alterada. Quinhentos jagunços, em Canudos, fatigaram e por pouco não exaurem o nosso Exército, numa época em que êle não se achava desorganizado e enfraquecido como hoje. Tal a rizeza do cerne dos nossos sertões. Tal o poder defensivo e ofensivo de uma reação qualquer, entrincheirada nos recessos do nosso interior. Tal o perigo de um incêndio humano nas imensidades tranqüilas do campo, da mata, da montanha.

JUSTIÇA E OPINIÃO PÚBLICA

A opinião é o tribunal dos tribunais. Ante ela se examinam e revêem as sentenças da justiça ordinária. As suas correntes, na atividade incessante da vida, são as forças morais, a cujo contacto benfazejo se avigora, nos conflitos entre interêsses poderosos, a independência das grandes magistraturas. Com as variações da sua situação tem variado, nos Estados Unidos, sôbre os assuntos mais importantes, sôbre as questões mais graves para o direito orgânico do país, a jurisprudência dessa Corte Suprema, cujos arestos exercem a soberania da interpretação legal e constitucional. Segundo o critério dos seus ditames é que se opera a evolução das constituições.

Quanto mais séria fôr a causa, portanto, e mais alto o pretório, mais essencial será preservá-lo de todo o embaraço nessas relações naturais com o meio, donde se desprende a consciência jurídica da nação. Temos aqui agora uma judicatura augusta: o Congresso, e um litigio de suprema gravidade: a eleição presidencial.

MISSÃO DA ASSEMBLÉIA APURADORA

A missão dessa magistratura não está meramente em contar votos. Está, outrossim, em os julgar. Porque há Estados, que não votaram. Foi o *Jornal do Comércio* quem o proclamou. Estados há, que não votaram (é êle quem o diz), e aos quais, a "sua vil escravidão", a burla das suas "satrapias" assaca imensas votações imaginárias, naturalmente em benefício exclusivo do candidato militar. O número dêsses Estados excede, até, o cômputo do *Jornal*, que houve por bem excluir da enumeração dois dos mais sujeitos a essa condição dependente: o Maranhão e o Piauí.

Ora bem. Se essas votações não têm realidade, se não são mais que artefatos do embuste organizado pelos régulos estaduais, *verificada que seja a sua irrerealidade*, não podem ser contempladas no cálculo da eleição pela assembleia apuradora. De fato *apuradora* é que ela é. O artigo 47, parágrafo primeiro da Constituição não manda *contar*: manda "*APURAR*" pelo Congresso os votos dados aos candidatos. *Apurar* não é *somar*. É separar, estremar o puro do impuro; isto é: escolher, discernir, joeirar, averiguar, liquidar. Nunca se tomou de outra maneira o vocabulo. A função apurativa nunca se exerceu de outra sorte. Apura-se a votação, distinguindo-se o voto real da falsificação do voto. Porque não são votos os que o dolo finge nas atas. Votos são os que o eleito-rado introduz nas urnas.

Para as eleições dos presidentes anteriores contribuíram contingentes eleitorais dêsses mesmos Estados, os Estados coactos? Nada importa. A questão do confisco da sua liberdade eleitoral não se suscitou nunca, em nenhuma dessas eleições presidenciais. Portanto, não foi julgada. Nem relevava julgá-la,

Com ou sem essas parcelas, os candidatos estavam eleitos. Mas ainda quando se houvesse julgado, o julgamento sobre o fato de 1894, sobre o fato 1898, sobre o fato de 1902, sobre o fato de 1906, não prejudicaria o fato de 1910. O tribunal dêste ano conhece re integra da espécie atual, como das precedentes conheceram os seus antecessores.

OS "ESTADOS ESCRAVIZADOS"

Foi o *Jornal do Comércio* quem dividiu o país em Estados "ESCRAVIZADOS e ESTADOS NÃO ESCRAVIZADOS". A essa escravidão chama "DEGRADANTE". Aos que a mantêm "EXPLORADORES DE UMA SEÇÃO BRASILEIRA". "SATRAPIAS", aos governos, que eles exercem. Mas desta categoria exclui a dois Estados, cuja sujeição política dos seus governadores não se diferencia no mínimo traço da dos incluídos no rol dos cativos. Primeira contradição. (*)

Se há testemunhos, contra os quais nos houvessemos de precatar, são, claro está, os dois usurpadores, que no pensar do *Jornal* esbulharam totalmente da liberdade política, os Estados presos à tirania do seu ascendente. Pois justamente, no fazer da sua estatística, é a respeito desses Estados que o *Jornal* adota por critério inconcusso da verdade as informações dos governadores, ao mesmo passo que rejeita esse critério, quanto a Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro, cujos governos exclui do estigma de supressores da eleição e manufatores de "unanimidades". Segunda contradição, não menos flagrante.

A idéia de satrapia, mandonismo, cativo, e a da liberdade política, de escrutínio popular, de eleição evidentemente se repelem entre si do modo mais

(*) [V. Editorial do *Jornal do Comércio* de 9 de março de 1910, sob o título «A eleição presidencial».]

radical, mais absoluto, mais irreconciliável. Logo, nesses Estados não houve eleição. Logo os resultados eleitorais, que eles apresentam, são os mais ilegítimos e os mais inaceitáveis dêste mundo. Pois bem: é a êsses resultados que o *Jornal* toma por *líquidos e incontrastáveis*. E é com esta contradição, a terceira, flagrantíssima e piramidal, superposta às outras que êle constrói a vitória de candidatura de maio.

Aliás não nos deve agastar a manobra do *Jornal* Dir-se-ia uma carga de cavalaria decisiva, para terminar o combate. Mas nunca houve reprodução de Balaklava mais infeliz na sua temeridade. O acomededor é que há de sair mal sucedido, sem recomposição possível, dêsse movimento, que o envolve numa série de insustentáveis absurdos, abrindo à nossa defesa a situação mais inexpugnável. Nesta eleição, os dois maiores serviços, que, a meu ver, se nos têm prestado, são o escândalo oficial de primeiro de março, nesta cidade e o contraditório editorial do grande órgão.

A saturnal política de primeiro de março miniaturou na placa de um instantâneo o aspecto eleitoral da nação: o país decapitado moralmente, às mãos do Governo, pela supressão do escrutínio presidencial na metrópole brasileira, sob um assalto de escruchantes, associados à polícia, antes, durante e após a infame rapinagem. Êsse eclipse total de vergonha nas regiões do poder envolveu na sua sombra flagiciosa tôda a votação do candidato militar, e a define.

A interferência do *Jornal* caracteriza-se, para nós, em dois traços: calou o fato capital da eleição, a eliminação eleitoral da capital da República no primeiro de março, pela tríplice aliança da candidatura Hermes, com a facção dos oligarcas e o governo Nilo, e reconheceu que os votos dos "Estados escravizados" foram monopólio do meu antagonista. Eu-

não precisaria de mais, para ser havido pelo eleito, aos olhos de qualquer tribunal de homens de bem. Podem acaso escravos eleger a ninguém?

LIBERDADE, ESSÊNCIA DO VOTO

Na apreciação do *Jornal*, entretanto, "ÊSSES VOTOS NÃO SÃO MENOS LEGÍTIMOS" Mas só na dêle. Como assim? A condição mais substancial do voto é a sua liberdade. Sem liberdade não há voto.

Voto quer dizer seleção, ato deliberativo, exercício da vontade senhora de si mesma. Voto escravo, ou escravidão votante são monstruosas antilogias, antinomias grosseiras, associações de termos impossíveis. Por isso não é de hoje a doutrina que, em se provando a ausência de liberdade, considera anulada a eleição. Várias vezes, durante o Império, se invalidaram eleições de províncias inteiras, em razão de se haver por alterada a liberdade com a ingerência da administração pública nas urnas. É o que aconteceu uma vez com a candidatura Cristiano Ottoni, pelo Espírito Santo, outra vez com a candidatura Saldanha Marinho, pelo Ceará.

Como se sabe, as eleições de senadores se faziam por província e sempre se fizeram dêste modo. Já muito antes, porém, dos dois exemplos, relativamente modernos, que acabo de invocar, nos oferece dois soleníssimos casos da mesma natureza a política brasileira. Chichorro e o seu companheiro de chapa Ernesto Ferreira França, duas vezes incluídos em lista tríplice pelo eleitorado pernambucano e duas vezes escolhidos senadores pela coroa, sofreram outras tantas a recusa do Senado. Duas vezes, pois, anulou êste a eleição senatorial, isto é, fulminou com a nulidade a eleição de uma província inteira. Com

que fundamento? *A coação das urnas pela intervenção oficial no pleito.* Não valeu aos eleitos nem o receio de uma subversão da ordem na província, nem o protesto dos amigos da prerrogativa imperial, nem o uso ou abuso da influência do nome do Imperador no ânimo dos senadores. O Senado foi inflexível, votando pela anulação os maiores nomes daquela casa: Vasconcelos, Honório, Olinda, José Clemente, Caxias, Monte Alegre, Holanda, Araújo Viana, Nabuco de Araújo. (*)

Mas agora, não obstante "*A ESCRAVIDÃO QUE DEGRADA UMA SECÇÃO BRASILEIRA*", são as palavras textuais do *Jornal*, quereria este que os enxurros eleitorais se acolham, tão bons como tão bons, com a mesma qualificação de *votos*, na pesagem eleitoral. É um jôgo de frases, um abuso de logomaquia este inaudito sofismo. Por que se diz em escravidão essa parte do Brasil? Ou porque materialmente não vota, ou (e tudo é um) porque, se votou materialmente, juridicamente não votou, votando contra o seu alvedrio, forçada pelo jugo dos que a cativam. Na primeira hipótese, inaceitável é o voto, por nem materialmente existir, na segunda é incomputável, porque não existe juridicamente.

Axiomas não se demonstram. As demonstrações de verdades secundárias, apoiadas sucessivamente umas nas outras, hão-de parar em certas noções elementares, último fundamento de tôdas as demais. Nesta categoria, em matéria política, até hoje, o rudimento de que a liberdade, no voto, é a cláusula mais imprescindível, à sua validade. Sem liberdade não há voto, já que o voto é a liberdade mesma em

(*) Redação conforme a errata publicada no *Diário de Notícias* de 28 de março de 1910.

ato na escolha entre os candidatos. Uma coisa não pode estar sem a sua substância; visto como a substância, conjunto dos atributos necessários à existência da coisa, é a própria coisa, que êsses atributos compõem. Na liberdade reside, a substância do voto. Logo, não existindo liberdade, o voto não existe.

Pela doutrina aristotélica todos os axiomas se reduzem a um axioma primário, o chamado princípio de contradição: *Uma coisa não pode, juntamente, ser e não ser*. É êste axioma primordial, o axioma por excelência, o axioma dos axiomas, que a teoria do *Jornal* feriu no coração, admitindo votos, onde nega a liberdade. Existir voto onde liberdade não existe, é a um tempo o ser e não ser.

Como chegamos, porém, a uma crise mental, em que até os axiomas se discutem, e se há mister de os demonstrar, entro, naturalmente, em dúvida sobre a minha própria razão, e a mim mesmo me pergunto se me não terá claudicado o juízo em ter na liberdade a essência do voto. Mas as mais respeitáveis autoridades não se enunciam de outro modo. Da opinião americana, que é para onde, atualmente, se inclina todo o nosso direito político, temos a síntese na lição do maior dos seus repertórios, a *Enciclopédia do Direito Inglês e Americano*, onde, numa vasta monografia sobre as eleições americanas e inglesas, frisantemente se ensina:

Antigo adágio é de direito comum, que toda a eleição há-de ser livre; e tudo o que inibir o exercício do direito de sufrágio aos eleitores qualificados, será fundamento cabal, para anular uma eleição, onde quer que prevaleçam as regras do direito comum. (*The American and English Encyclop. of. Law*. 2ª ed. vol. X, Lond. 1889, p. 776).

Mas para indicar um compêndio acessível a todos, observarei que esta noção comezinha se:

encontra, igualmente, no manual de Cooley, sobre os *Princípios de Direito Constitucional Americano* (3ª ed. 1898, pg. 286-7).

Os vícios, que, numa eleição, desautorizam os seus atos legais, inquinando-lhe de fraude os documentos certificativos, destroem a presunção ordiária de veracidade, estabelecida a seu favor, obrigando os que dessa eleição quiserem utilizar os votos, a lhes provar a realidade. Se tal prova não conseguem dar, e o dolo fôr de tal natureza que se não alcance discernir exatamente a expressão dos sufrágios, incorrerá totalmente em nulidade a votação constante das atas. (*The Americ. Eng. Encyclop. ib.*, p. 774). Da mesma sorte se concluirá, em havendo irregularidades tais, de forma ou substância, contra a lei, que tornem duvidosa (*uncertain*) a vontade manifestada pelo eleitorado. (*Ibid.*, p. 766-7).

APLICA-SE O AXIOMA

Ante estas noções de corriqueiro bom senso, como qualificar o raciocínio do *Jornal*? Segundo êle, da extrema setentrional da Bahia, para além jazem os nossos Estados na mais abjeta escravidão, numa ESCRAVIDÃO VIL E DEGRADANTE. Com a exceção a essa *capitis diminutio maxima* foram agraciados sòmente o Maranhão e o Piauí. Abaixo dêsses dois, favorecidos assim não se sabe por quê, se vêm cotados até Pernambuco e o Pará. Ora, evidentemente, essas oito algemadas províncias brasileiras não votam. Mãos agrilhoadas não exercem atos de soberania. Se não votam, seus não são êsses votos, ao Congresso trazidos como seus. Mas, se êsses votos não são seus, a vontade que êles declaram, não é dos Estados, em cujo nome se apresentam. Como, pois, contrapor os votos *nominais* dêsses Estados, que não votaram, aos votos *reais* dos Estados votantes, neutralizar a votação dos Estados, onde ela é, confessadamente, dada

pelo eleitorado, com a daqueles onde é, proclamadamente, simulada pelos governos?

Nos países onde não a tomam por zombaria, a legalidade não hesita em deduzir, dos princípios que estabelece, as suas conseqüências irrefragáveis. Por irregularidades sem comparação menores, meros vícios formais na documentação do escrutínio, têm os americanos anulado, em estados inteiros, a sua parte no escrutínio presidencial, como aconteceu em 1872, na campanha entre Grant e Greeley, ao Arkansas e à Luisiana. É o que se pode ver à pág. 353, no livro de Stanwood, sobre a história da presidência nos Estados Unidos.

Aqui, ao contrário, sem o menor acanhamento, antes em tom de oráculo ou dogma, as nossas autoridades curvam e amoldam a lógica da lei a conveniências de lugares, pessoas e interesses. Increpam uma eleição da maior das nulidades intrínsecas, a mais radical, a mais crassa, a mais insanável de quantas se possam conceber num ato jurídico da vontade humana, a ausência total de liberdade e concluem pela validade legal dessa eleição, pela sua equivalência às eleições estremes de toda a nódoa ou suspeita.

Um voto defeituoso, imoral e vão, pela carência de liberdade em que se deu, não se apura. Se do mesmo vazio jurídico se ressentirem cem votos, não entrarão na conta. Estenda-se a mancha a toda uma secção eleitoral, ou a um colégio inteiro, e a justiça pública os refugará com a mesma severidade. Ocorre, porém, o caso com um Estado, com vários Estados. Não se trepida em bradar que eles perderam em absoluto a liberdade, e vegetam DEGRADADOS NUMA VIL ESCRAVIDÃO. Os votos creditados à sua conta são

votos da sua servidão, "A SERVIDÃO DO NORTE", votos "DOS SEUS DONOS E EXPLORADORES". Tôda a sua votação é, pois, juridicamente, irreal, simulatória, mentida. Naturalmente se vai inferir daí que não a contemplamos. Pois não! Ao contrário, que se infere, é que há-de ser apurada.

ALGARISMOS E PROPORÇÕES

Nos próprios algarismos dessas pretensas votações ressaí, protuberante, a fraude, a que se devem. São em matéria eleitoral, populações glaciárias. Lavra ali a indiferença. Reina a abstenção. Nenhum interesse, nenhuma curiosidade, nenhum movimento. Todavia, aos 9 do corrente, quando o *Jornal* escreveu, já lhes davam as estatísticas oficiais, por êle adotadas, não menos de 135.257 votos. Ou, calculada a proporcionalidade sobre uma população de 5.792.846 almas, segundo as estatísticas do *Atlas* Homem de Melo, 1 voto por 40 habitantes (desprezando os decimais). Os outros Estados, a contar da Bahia, com o Distrito Federal, somam, consoante a mesma autoridade, 14.308.154 habitantes, e, aos 12 dêste mês, quando procedi à comparação dêstes dados, ainda não registavam, em sufrágios, senão 417.985. É, em números redondos, 1 sufrágio por 34 habitantes. São regiões, onde se disputou, de lado a lado, a vantagem com paixão, com violência, com fanatismo, onde houve agitação, luta, batalha encarniçada. Todavia, nelas, a proporção da atividade eleitoral, avaliada pelos votos aparentes, bem pouca diferença faz. No sul, livre e pugnaz, é de 1:34. No Norte, escravo e desertante, é de 1:40.

Quando a prova circunstancial se reveste desta clareza, que mais se haveria mister, para a repu-

tarmos evidente? Em certos traços, freqüentes e gerais, a farsa toca as raias da nudez mais grotesca. Anajaz, lugarejo paraense de terceira ordem, assoalha nos boletins governistas, 2.385 votos, excedendo, assim, em eleitores e em movimento político, à própria capital do Estado. Por todo êle é a mesma fecundidade eleitoral. A votalhada oficial pulula como rata-ria de esgotos nas senzalas da "escravidão do norte".

Tal qual ao sul, nas localidades onde o hermismo dos Sales e Venceslaus a logrou imitar. Em Salinas, onde a miséria das sêcas tem levado a fome até à antropofagia, onde não há tresentas casas, onde se diz não residirem seiscentos homens, a chapa Hermes-Venceslau reuniu, para cada um dos seus candidatos, 601 sufrágios, contra *um*, dado a cada um dos candidatos civis. Das principais cidades mineiras, só Juiz de Fora, próspero centro industrial, onde se desenvolvem mais de trinta fábricas, e Belo Horizonte, a capital do Estado, se avantajaram a tamanha votação, consignada a um burgo nulo. Tôdas as demais, como Leopoldina, Cataguazes, Queluz, Barbacena, Ouro Preto, nas quais a campanha se renhiu acêrrimamente, lhe ficaram abaixo, e ainda mais abaixo estão de Itajubá, lugar de terceira ordem, onde a cozinha dos pasteleiros eleitorais regalou com 801 votos o marechal Hermes, contra *um*, averbado ao meu nome. O contraste avulta mais zombeteiro ainda em Pontal, arraial insignificante do município de Varginha, onde a pílula cresceu às dimensões de 901 votos para o candidato militar, contra *um*, esmolado ao civil. Nesses três casos, a caridade com que me favorecem, é sempre de um voto, e a aluvião borbulhante em tórno do meu antagonista guarda caprichosamente os limites de um grupo de centenas, com a adição invariável de uma unidade. Em Pontal 901, em Itajubá 801, em Salinas 601. Espécimes onde

se troca, na bargantataria da fraude, a bela desordem da imitação da natureza pela simetria dos artigos de arte grosseira.

EPISÓDIO CULMINANTE

Quanto mais se altana, desabalada e ridícula, entre os bicos de pena, esgorjando o colo de zaba-neira, onde cada comparsa da comédia pendura o seu colar de miçangas, a mentira dos Algarismos de troça e chocalho, que sem cerimônia eleva a mais de quatrocentos mil os votos adversos, como se aumentam os grãos de milho da contagem dos pontos em víspora trapaceado, mais sensível se torna a evidência da obra dos atamancadores da vitória militar a todo o transe. A incontidência chegou a invenções de verdadeiro satanismo, como o dêsse Domingos Português de Araújo, que, em Corumbaíba, terras de Goiás, deu por exercício de caligrafia, na escola pública do lugar, aos alunos, a simulação das assinaturas do eleitorado, associando a inocência das crianças ao trabalho dos falsários, na forjadura de atas eleitorais.

É a fraude já no período senil, gasta, embotada, com a desvergonha da imbecilidade na cara, em pleno sadismo, à cata de novos e inconcebíveis requintes. Já não são casos prostibulares: é a crápula das sargetas, a vênus vaga ao ar livre, na lama das ruas, à luz meridiana. Isso tudo, porém, se há-de confundir numa só mistela com a expressão das santas reivindicações nacionais: as mais descaradas fabricações com as eleições mais honestas, os votos pútridos e nauseantes com os sufrágios reais do povo; embora cada uma dessas esgargaladas imoralidades seja uma escara purulenta no rosto dos fatos, a flagrância

visível de um caso de lepra. Esta, a política da neutralidade. Insurgirmo-nos contra ela seria "*querer agitar fútilmente a opinião pública.*"

CONTRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES

Que tal se dissesse numa eleição de calmaria, sem concorrência, sem lide, ainda se poderia compreender. Mas trata-se da eleição, a cujo respeito o *Jornal do Comércio*, na sua edição vespertina de 1º do corrente, escreveu: "Felizmente os tempos, agora, estão mudados. O que era apatia, submissão, indiferença, desgosto, fêz-se vida, reação, entusiasmo, esperança". Trata-se da eleição, que o *Jornal*, ali, qualificou, dizendo: "O pleito de hoje será uma data memorável do régimen. O país entra virtualmente na posse de si mesmo". Trata-se de uma eleição, cuja importância o grande órgão exaltou a uma altura sem par, declarando: "É positivamente, uma revolução pacífica, a que estamos assistindo".

Essa revolução pacífica à nossa iniciativa se deve. Essa data memorável na história do régimen nasceu unicamente da nossa resistência à candidatura militar, do nosso brado contra a sua calamidade. Daí a corrente, que agitou "a quietude do charco", e nos trouxe a esperança, o entusiasmo, a reação, a vida. Mas esse movimento, pelo qual "o país entra virtualmente na posse de si mesmo", os nossos antagonistas o repeliram, o condenaram, e, ainda agora, o infamam como trabalho de revolução, despatriotismo e anarquia, cuja temeridade temos expiado e estamos expiando com as maiores injustiças aos nossos atos, os mais graves ultrajes à nossa honra e, até, as maquinações mais sérias contra a nossa vida. É o que nos custa o nossos impulso, a nossa responsabilidade,

a obra da nossa fé nesse "quadro consolador de ressurgimento cívico", nesse "acordar da vontade popular, estimulada para a luta incruenta e patriótica", nesse "embate, de que o regímen deve sair por força melhorado".

Nos dias subseqüentes, porém, à data em que assim falava o *Jornal*, as notícias eleitorais lhe mostraram imensas máculas nesse quadro. O *Jornal* as assinalou no seu editorial de 9 dêste mês, atribuindo, nos votos apurados, 135.000 à *SERVIDÃO DO NORTE*, que acoima de *VIL E DEGRADANTE ESCRAVIDÃO*. Esse pêso bruto da escravidão, quase totalmente averbado à candidatura militar, é o que lhe daria o triunfo sôbre a candidatura civil, confessadamente vitoriosa nos Estados onde o *Jornal* reconhece haver corrido a eleição em liberdade e com apaixonada luta.

Ora o *Jornal* afirmara no dia 1º de março: "*Uma coisa ficará, e esta muito consoladora: a certeza de que a nação foi quem escolheu por si própria o seu presidente*". Mas onde tal certeza, com tanta segurança apregoada, a se ter por indiscutível o contingente eleitoral *da escravidão*, a não se esmerilharem com rigor "*as unanimidades do Norte*", a não se considerar distinção de legitimidade entre elas e essas votações do Sul, onde o *Jornal* vê "*UM GRANDE REALCE PARA A NOSSA CIVILIZAÇÃO*", e cujo "*GRANDE CONTRASTE COM AS SATRAPIAS DO NORTE*" êle tão veementemente enaltece?

Seria desandarmos todo o caminho andado, voltarmos às situações de ontem, "*essas falsas situações*", na linguagem do *Jornal*, "*SOBREPOSTAS E CONTINUADAS NO CORRER DO TEMPO, QUE ACABARAM CRIANDO UMA ATMOSFERA PERNICIOSA E INSUPORTÁVEL, DE FINGIMENTOS E COBARDIAS*". Que cobardia mais cobarde e mais fingido fingimento, do que arran-

car à escravidão a máscara de 135.000 votos, e emparceirar êsses 135.000 votos de carnaval desmascarado com os sufrágios conscientes, espontâneos e autônomos da liberdade?

O *Jornal* rematou o seu notável editorial de 1º dêste mês, dizendo: "O reconhecimento deve ser *um ato sério diante do qual as paixões partidárias desaparecem*, de sorte que os representantes federais decidam do caso com inteira consciência e *absoluto respeito à vontade das urnas*. O Brasil não precisará de mais nada, para ser grande e próspero". Palavras mais solenes, nunca as teve o *Jornal*, rendendo homenagem a uma ocasião mais solene. "Para ser grande e próspero o Brasil, não precisará de nada mais" que procederem "com inteira consciência os seus representantes à verificação do candidato eleito". Mas antes dêles já o *Jornal* mesmo procedeu a essa verificação, e a dá por definitiva. Nem sequer tolera que lha questionem. Debatê-la, a seu ver, seria "*agitar fútilmente a opinião*".

Eis como o ato do Congresso iria ser "um ato sério": emparelhando a escravidão com a liberdade, os votos imaginários com os reais. Eis como êle decidiria "com absoluto respeito à vontade popular": anulando com as alicantinas eleitorais "dos donos e exploradores do Norte" a independência das populações meridionais. Eis como se encerraria a derradeira fase do litígio com um ato, "diante do qual as paixões partidárias desapareçam": dando às facções oligárquicas, entronizadas na metade cativa da nação, a última palavra sôbre a sua metade livre.

A LIBERDADE DA APURAÇÃO

O espetáculo dessa monstruosa fraqueza, graças à qual a candidatura maerchalícia tem por alicerce o

bloco das "satrapias" com os seus 130.000 votos escravizados na zona da servidão acusada pelo próprio *Jornal*, está evidenciando quanto, agora mais do que nunca, interessa ao Brasil que a apuração vindeira se desenvolva com tôdas as garantias do mais amplo desassombro; que mais do que nunca a envolva o povo no seu interesse, na sua fiscalização, na sua guarda protetora; que nas suas operações não intervenha ameaça, receio ou vislumbre de coação. Se as vantagens do Marechal são positivas, se a sue eleição é indubitável, ninguém mais do que êle se devia interessar em que esta superioridade resplandecesse. Ora o meio único de lhe assegurar o brilho em tôda a limpidez, será não toldar o ambiente do tribunal. Funcionando êle desoprimido, sereno, inteiro, a verdade poderá, talvez, deixar-se ver.

Nesse tribunal os compromissos políticos supõem haver assegurado prèviamente a maioria ao candidato militar. Tendo, assim, consigo a *boa causa*, contando com o ânimo do julgador por seu, dispondo, ainda, para lhe executar a sentença, do Governo e do Exército, não se concebe que desconfie, que trema, e tanto se esforçasse por não deixar ao seu adversário a só concessão por êle requerida: a identidade, nas condições materiais, entre esta apuração e as precedentes, a sua celebração onde as outras se celebraram, onde a lei a quer, onde a decência exige que se faça, onde nada se opõe a que se execute, senão uma nova mentira, em vão tentada colorir pelo recurso à autoridade dos técnicos oficiais.

O CONGRESSO NA BOA VISTA

O empenho de retirarem da cidade o Congresso teve o seu segundo ensaio na indicação da Quinta da Boa Vista, oferecida como alternativa à da Praia

Vermelha. O nôvo tentâmen viria caracterizar ainda melhor o desígnio mal encoberto. Ficar-se-ia ali a porta dos quartéis de São Cristóvão, onde, em fevereiro de 1891, a fôrça aguardava em armas o resultado da primeira eleição presidencial, para levar a ferro e fogo a primeira legislatura do regímen, se ela não elegeisse o marechal Deodoro. Não podia haver melhor entaladoiro, para, na liquidação da candidatura do sobrinho, meterem agora o Congresso entre a espada e a parede. Os subterfúgios do crime cada vez mais o patenteavam. O segundo balão de ensaio, porém, caiu, felizmente, como o primeiro. Foi mais uma vitória da opinião, avisada e clamante.

O CENÁRIO DA FRAUDE

O que por êsse expediente, com efeito, veríamos ultimar, seria a abolição total da eleição. Só lhe faltaria essa última demão, para ser acabada e perfeita a obra da violência e da pilhagem. Começou-se por viciar o alistamento, na revisão, onde quer que êle dependia dos "mandões" verberados pelo *Jornal*, admitindo-se os inalistáveis, com que se conta, e excluindo-se os alistáveis, de que se receia. Depois, à vespera da eleição anunciada, subtraem-se os livros de atas. Aliciam-se, em seguida os mesários, para se não reunirem. Onde êles, em consequência, não comparecem, lavram-se as atas a bico de pena. Onde ao contrário, as mesas se constituem, e se processa com regularidade a eleição, acometem-se as secções, e roubam-se as urnas, substituindo-se, mediante atas *ad-hoc*, a eleição real por outra; ou, quando se não logra esta substituição, manipula-se, por meio de outras atas, uma eleição lateral, absolutamente supositícia contraposta à verdadeira. Em não

havendo escrutínio, as atas fraudulentas o suprem. Em o havendo, lídimo e escoreito, as duplicatas o contestam.

Mas não bastaria. Pela melhor rêde ainda se trasmalha muito peixe. A despeito dêsse vasto sistema de ardis, muitas eleições válidas e muitas atas irrefragáveis escapariam. A malícia, porém, não desanima. O pescado fugido ao munzuá, cerca-se na camboa. Desta derradeira colheita se incumbe o serviço postal. As atas legais, de que se não conseguiu dar cabo por outros artifícios, retêm-nas as agências do Correio, para se consumirem ou substituírem.

Ainda assim, contudo, a existir justiça na política, a expressão da vontade nacional teria uma contingência de lograr a sua desforra na assembléia apuradora, no Congresso Nacional, perscrutando-se ali os escaminhos da fraude, desmascarando-se com os protestos as eleições imaginárias, retificando-se pelos boletins as invenções das atas mentirosas, rejeitando-se com a evidência da prova circunstancial, concludente e inelutável, aos cargueiros "da servidão do Norte" o contrabando em grosso da moeda falsa eleitoral. Essa bacanal pública, vergonha de uma época e desonra de um país, não resistiria, talvez, à luz, projetada sôbre ela em jorros, num debate consciencioso. Daí o pensamento, creio que agora afinal abandonado, mas só após insistentes tentativas, de confinar o Congresso, e distanciá-lo, reduzindo a apuração às condições de um processo coacto e clandestino. Com a Praia Vermelha, ou a Quinta da Boa Vista, se surtiria às maravilhas o efeito desejado. Por uma ou por outra o Marechal teria "a abóbada de aço" adequada, para entrar maçônicamente no Catete.

O PROCESSO DA APURAÇÃO

Aliás quase nada haverá que esperar do sistema de apuração das eleições presidenciais, criado pelo regimento comum às duas câmaras do Congresso Nacional. Traçado, há dezoito anos, em pleno florianismo, numa época e para uma época em que uma só facção dispunha do regímen, e não se imaginava que, fora dela, se pudesse levantar uma candidatura presidencial, capaz de lutar contra os elementos dominantes, o mecanismo parlamentar ali estabelecido, no pressuposto de que a eleição do chefe do Estado, tinha de ser uma operação automática das situações oficiais, encerrou a verificação de poderes nos moldes estritos de sumaríssimo processo.

Os seus termos reduzem a uma infinitíssima de seriedade o papel do Congresso, numa incumbência de suma gravidade, que só ao Congresso foi cometida pela Constituição brasileira. Na linguagem do texto constitucional. "O Congresso fará a apuração". Na do regimento comum "a apuração será feita pela mesa, auxiliada por cinco comissões sorteadas". Esta diferença, aparentemente só de redação, entre as duas cláusulas corresponde, "praticamente", no regimento comum, à eliminação virtual da consciência no exercício da autoridade da assembléia julgadora, constricta em um círculo de formas asfixiantes.

Distribuem-se os Estados pelas comissões auxiliares da mesa, cabendo à primeira os primeiros seis Estados setentrionais do Amazonas ao Rio-Grande, à segunda os quatro imediatos, com o do Espírito Santo, à terceira a Bahia, o Rio de Janeiro, mais o Distrito Federal, à quarta os de Minas, Goiás e Mato Grosso, à quinta os quatro restantes. Ora, cada uma dessas comissões tem apenas "cinco dias", para estudar a matéria e relatá-la.

Quer dizer que a primeira não dispõe *nem de um dia* para cada um dos seis Estados, cujo inquérito lhe cabe. Ração *de horas* por Estado: *vinte horas* para cada um. À segunda, com cinco Estados, se aquinhoam *vinte e quatro horas por Estado*, nada mais, para o exame do assunto e a redação do parecer. Na tarefa da última se abrangem dois Estados mais proeminentes, o do Rio Grande do Sul, onde recrudescceu consideravelmente, desta vez, a pressão do Governo sobre as urnas, e o de S. Paulo, cuja vastidão, população e atividade eleitoral se conhecem. Nos outros dois, o Paraná e Santa Catarina, a eleição foi acidentada e tempestuosa, argüindo-se a maioria heremista de vícios graves. *Para cada Estado*, neste agrupamento, por muito conceder, *trinta horas*. A terceira comissão terá de liquidar o caso do Distrito Federal, cheio dos horrores eleitorais que se sabem, o do Rio de Janeiro, com a invasão do Estado pelas forças federais, e o da Bahia, assinalado pela mais escandalosa intervenção militar e inçado pela oposição de inúmeras duplicatas. Para todo êste serviço, nem dois dias por Estado. A quarta, enfim, além de Goiás e Mato Grosso, incumbe examinar a eleição de Minas Gerais, onde há municípios, cada qual de eleitorado maior que o de muitos Estados.

Cento e trinta e seis municipalidades conta êsse Estado, cento e vinte e oito o da Bahia, cento e setenta e seis o de São Paulo. Cada uma dessas divisões municipais se subdivide em três, quatro, seis, oito e mais secções eleitorais. O número destas, pois, ascende a milhares nos grandes estados, nos de segunda ordem transpõe a casa das centenas, e é de muitas centenas de secções nos outros. Não há um só, onde não enxameiem abusos eleitorais, atas falsas, argüições de irregularidades graves. E o regimento comum figura que, entregando três, quatro, cinco,

seis dêsses Estados a uma só comissão, com um quinquídio por termo aos seus trabalhos, poderá formar alguma delas quaisquer juízo, ainda superficial, acêrca da eleição, cometida ao seu estudo.

A realidade é, porém, ao contrário, que nenhuma dessas comissões, com os seus mesquinhos cinco dias que se lhe assinam, se poderia instruir, com algum conhecimento dos fatos, acêrca de um só dêsses Estados. Dada essa extrema estreiteza de tempo, não o haveria, sequer, *para a leitura das atas* quanto mais para a sua análise e, de mais a mais, para o exame das questões que se suscitam a cada passo, quando contestada, como agora, a eleição em tantas das circunscrições eleitorais, ou em Estados inteiros.

Demais há Estados e Estados. O Amazonas, por exemplo, como o Maranhão, o Piauí, o Ceará e o Rio Grande do Norte, não valem, juntos, eleitoralmente, Minas Gerais, São Paulo ou a Bahia. Se a cinqüena taxada bastaria talvez para algum dos primeiros, para qualquer dos três últimos o dôbro ou o triplo dêsse espaço ainda não seria, porventura, suficiente.

Os organizadores do regimento comum, porém, com a preocupação do número cinco, em cinco comissões, cada uma com cinco dias de prazo, adotada *a priori* essa base, inteiramente arbitrária, atafu-lharam nessas cinco tarefas os vinte e um Estados, como bagagem de trapos e xurumbambos em arca de ciganos. Do mólho onde se juntam a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o Espírito Santo, ao cambo onde se enfiam São Paulo, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, a diferença numérica é apenas de uma unidade, um Estado. Mas o valor eleitoral está na razão inversa dessa diferença. Todavia, o regimento comum não enxerga as desigualdades mais gradas e salientes. Nas cinco arbi-

trárias cambulhadas se propôs a incluir, bem ou mal, tudo, fixando para todos o mesmo limite de tempo. De modo que o exame das comissões verificadoras, seria, necessariamente pela avareza do prazo que se lhes assina, a mais rematada burla.

Mais saliente se lhe torna ainda a grosseria, se compararmos o que o regimento comum institui sobre o trabalho das comissões auxiliares na verificação das eleições presidenciais com o que estatui o regimento de cada uma das câmaras, quanto ao procedimento das comissões de inquérito na apuração das eleições de senadores e deputados. Se a largueza das formas processuais deve andar na razão direta do valor dos pleitos, claro está que, no julgamento do litígio eleitoral sobre a escolha do chefe da Nação a controvérsia, a defesa, o esclarecimento do ânimo dos julgadores exigiria condições de muito maior amplitude que as reputadas essenciais na verificação dos poderes de cada um dos membros do Congresso. Pois o que se dá, é o diametralmente oposto.

Nem no Senado, nem na Câmara dos Deputados se estipulam às comissões, por cuja conta corre tal encargo, períodos fatais, sem cujo decurso hajam de ultimar o inquérito e lhe expor os resultados. As operações ali se aceleram, ou dilatam, consoante, as dificuldades, materiais ou jurídicas, de cada caso.

Tomemos o exemplo da Câmara. Constituídas as comissões de inquérito, cada uma, oportunamente, marcará um prazo a cada grupo de interessados na eleição, para a impugnarem, ou sustentarem. Como cada um desses prazos vai de dois a cinco dias, o seu total pode elevar-se a dez, já o duplo do aprazado às comissões do Congresso reunido, nas eleições presidenciais, para encetarem e concluir em tôdas as suas operações. De modo que, só nessa diligência preli-

minar, a eleição de um membro da Câmara dos Deputados se beneficia com o dôbro das garantias regateadas à eleição do Presidente da República, na única dilação outorgada aos seus inquiridores. Depois, ouve cada comissão de inquérito, na Câmara, a todos os nêle interessados, e bem assim a qualquer cidadão que requerer, podendo contribuir para a elucidação do assunto. Isto pôsto, convidará os interessados, seus advogados ou procuradores, a oferecerem as suas exposições quanto ao processo eleitoral, dando-se dela vista à outra parte com um têrmo não excedente de uma cinqüena. São, portanto, já quinze dias, só em trabalhos preambulares. Mas a êles ainda se seguem as conferências, nas quais, "guardadas sempre a ordem e a solenidade precisas", cada comissão ouvirá, sôbre a matéria do inquérito, os interessados, ou os seus representantes, e os deputados, que, oralmente ou por escrito, quizerem intervir, determinando o regimento que "êsses debates durarão, enquanto a maioria da comissão o permitir".

Só depois de instruídas assim, mediante um debate contraditório de extensão indefinida, é que as comissões passam a tratar dos seus relatórios, não se lhes fixando à apresentação dias precisos. Todos sentem que, em matéria de tamanha responsabilidade, não seria lícito atropelar o inquérito, nem extorquir à consciência dos sindicantes um juízo ainda imaturo. Daí a dilatação dêsses trabalhos por semanas ou meses, quando as complicações de cada espécie a impõem. Mas, se é com a eleição presidencial que se lida, tudo há-de caber, possa, ou não possa, na dieta inexorável dos cinco dias. Cinco dias, um dia, uma hora, tudo é um, para incumbência de tamanha imensidade. Só restaria às comissões fechar os olhos, e subscrever de cruz a contagem das secretarias. Mas

as atas falsas? as duplicatas? as invenções proteiformes da fraude? os confrontos de letras nas assinaturas do eleitorado? o exame dos boletins, certidões e protestos?

Não é tudo.

Depondo na mesa cada comissão o seu relatório, vai êste a imprimir, estampando-se, com as exposições e contestações, no *Diário do Congresso*, e distribuindo-se em avulso, com o voto em separado, se o houver. O presidente não dará para ordem do dia a eleição relatada senão vinte e quatro horas depois dessa publicação, çue, reza o artigo 20, parágrafo primeiro, do regimento, "*não poderá ser dispensada em caso algum*".

Com o regimento comum os estilos são outros. Feita pela mesa a apuração geral da eleição pendente e submetida ao Congresso, em parecer instruído com os relatórios das comissões, serão êles todos publicados antes da discussão, "*salvo se o Congresso resolver o contrário*". Assim se enuncia o regimento comum, art. 15, parágrafo único. De maneira que o Congresso *pode resolver que se discuta e vote a eleição presidencial, antes de trazidos a lume os relatórios das comissões e o parecer da mesa*. Isto é: pode, a seu talante, resolver, com o seu voto final, sôbre as conclusões da apuração eleitoral, prescindindo inteiramente do inquérito instaurado para conhecer a eleição, sua realidade, sua legalidade, seu resultado.

Mas o Congresso é, praticamente, a sua maioria. Esta, pois, se lhe convier abafar os elementos interessantes do inquérito, a base das conclusões, ou os dados que as contradisserem; se lhe convier desarmar a minoria, inibindo-a de estudar os documentos de tão intrincada causa no impresso, meio único de

tomar pé em tão vasta massa de provas; se lhe convier, enfim, sonegar ao público, até o debate, o quadro autêntico da verdade apurada nos trabalhos das suas comissões, dispensar-se-á de aguardar a publicação oficial, deliberando, por voto de urgência, proceder imediatamente à discussão. Esta será então um esforço no vazio. Um golpe de maioria terá eliminado pela raiz a apuração. O Presidente não será reconhecido: será nomeado pela maioria do Congresso.

E dizer-se que, com êste cutelo nas mãos, com esta guilhotina armada na famosa legalidade regimental, ainda se receava o hermismo da questão parlamentar, ainda a queria tolher, ainda ameaçava encerrá-la em quadrado entre ameaças militares! É que a execução sumária, aqui, não seria o exemplo temeroso da expiação aplicada a criminosos, mas a asfixia da verdade, que, ainda estrangulada, apavora os seus estranguladores.

Abre-se, porém, afinal, a discussão. Que valerá nos termos da miséria, a cujo regímen a condena o regimento comum? Sendo uma só, como era aliás razoável, não tem ela, no Senado, quando se processa a verificação de poderes dos seus membros, limite de tempo. Prolongar-se-á, enquanto houver oradores. Cada um só falará uma vez (exceto o relator); mas ninguém lhe poderá tirar a palavra, o discurso pode varar de uma sessão a outra, e de segunda a terceira, até onde o sentimento dos seus deveres o impuser ao senador interessado na controvérsia. No Senado não se conhece a rôlha. Nunca esta imagem, porém, do amordaçamento da verdade coube mais justamente, como símbolo parlamentar, do que a essa discussão, grosseiramente engasgada e mutilada, a que o regimento comum reduziu a tribuna política no exame das eleições presidenciais.

Segundo o art. 16 dêsse regimento, com efeito, "o parecer da mesa terá única discussão, *que não se prolongará além de duas sessões*", e "cada orador só falará uma vez, não podendo exceder de uma hora". Nunca se desconfiou tanto da liberdade parlamentar. Dois dias para uma só discussão, em eleições que envolvem o Brasil inteiro, e das quais essencialmente depende a legitimidade ou ilegitimidade constitucional do chefe do Governo da nação. O Brasil todo, numa só eleição: isto é: vinte e cinco milhões de almas; 1.200.000 eleitores; mil cento e tantas municipalidades; seis ou sete milhares de secções eleitorais; uma aluvião de atestados, falsificações, problemas jurídicos, denúncias, reinvidicações, polêmicas a que atender. E dêsse escrutínio, que compreende o território brasileiro na sua totalidade, iria conhecer o Congresso não mais que em duas sessões.

Duas sessões vêm a ser dois dias. Ainda quando fôsem os dois dias inteiros, os dois nictêmeros completos, os dois ciclos de vinte e quatro horas, teríamos quarenta e oito horas apenas, ao todo. É quanto aturaria a deliberação, admitindo que através dessas quarenta e oito horas corresse uma assentada permanente, contínua, que as duas câmaras fundidas lograssem arrostar a fome, o sono, a canceira, de olhos abertos, ouvidos à escuta, presença constante à discussão. Mas quem iria obrigar a maioria a sacrificio tal? Onde iria buscar a minoria mesma reservas bastantes, para entreter com interesse o exame do mesmo assunto por quarenta e oito horas consecutivas? Onde achar um auditório, que o acompanhasse? Onde taquígrafos que o reproduzissem?

Figurando que todos êsses impossíveis se lograssem, não eram senão *quarenta e oito horas*, na melhor hipótese, para discutir o escrutínio popular em milhares e milhares de secções eleitorais. Haverá nada

mais insensato? Mas por que imaginarmos realizadas tantas impossibilidades? Quando mesmo tôdas as outras se viessem a resolver, o que nunca, em bom siso, nos seria dado supor, é a condescendência da maioria, senhores da situação parlamentar, em nos dar uma sessão de quarenta e oito horas. O a que o regimento comum a obriga sòmente é à duração regimental de duas sessões, cada uma das quais não passa, normalmente, de quatro horas. Ao todo, oito. Demos que nos fizessem a mercê de as dobrar. Seriam, soma total, dezesseis horas. Neste lapso insignificante de tempo, havia de percorrer a palavra dos oradores e a atenção do Congresso, os mil cento e tantos municípios brasileiros, com as suas múltiplas divisões eleitorais, os inúmeros episódios controversos de cada uma, os exames de provas, os cotejos de letras, a leitura de documentos, a ventilação das questões de jurisprudência suscitadas?

Figuremos que não fôsse do Brasil todo, mas de um só Estado nosso, que se tratasse, com uma eleição vivamente contestada, opiniões sustentadas ardentemente de parte a parte e, como prêmio da partida que se jogasse, a Presidência da República em lide entre duas correntes nacionais opostas. Bastariam essas duas sessões, para solver a pendência, quando, numa disputa entre duas candidaturas senatoriais, a tribuna do Senado se franqueia ao debate, sem estre-
mas de tempo marcadas, por dias e dias, ou semanas e semanas, se necessário fôr? Em cada eleição de senador, porém, o campo eleitoral é o Estado. Na Presidência da República abrange êle os 21 Estados. Entretanto, ao passo que o debate, em sendo sôbre o diploma de um representante *de um Estado* nesse ramo do Congresso, pode absorver semanas, se fôr sôbre o mandato do representante *dos vinte e um*

Estados no Govêrno da nação, terá de se esgotar em dois dias.

Em dois dias, seja como fôr. Tôda a gente sabe como se rasgam, à luz da palavra, os horizontes da tribuna. As questões surdem à flor da controvérsia, inesperadas e, por vêzes, surpreendentes, descobrindo ao espírito novos aspectos, não raro decisivos, da verdade. Renunciar ao direito de os considerar é renunciar ao direito de a reconhecer. Nenhuma assembléia deliberativa o fêz nunca. Assuntos há, em vez de duas ou três, com uma só discussão. Mas essa terá sempre a extensão, que o desenvolvimento da matéria lhe impuser. Não há, que se saiba, nos regimentos atuais das nossas câmaras, não houve jamais, que me lembre, nos seus antigos regimentos, preceito, que taxasse, ou taxe a uma discussão o lapso estrito e inalterável de tempo.

Tôda a discussão, uma vez aberta, é de sua natureza que se não encerre, senão quando esgotados os contendores, ou edificada a assembléia, que a tem de resolver. De um e outro sistema se conhecem exemplos. O primeiro assegura à palavra ensanchas ilimitadas. O segundo arma as maiorias parlamentares com o arbítrio do encerramento. Mas fixar *de antemão* a um debate único um número insuperável de horas ou dias, obrigando o Parlamento a cortar êsse debate, esteja, ou não, instruída a assembléia sôbre o assunto, considere-se ou não, habilitada para votar, caso é, de que se não indigita outra amostra no direito parlamentar. E onde se havia de aninhar a única existente? Justamente no sistema adotado para a verificação do voto nacional na escolha do grande magistrado republicano, o chefe do Poder Executivo. Por ser a mais alta das eleições, e a de mais vasto eleitorado, a de mandato mais soberano, a de conse-

qüências mais graves, a eleição de um monarca temporário, semi-absoluto e quase irresponsável, é a tratada, entre nós, com a supressão quase total das garantias de justiça e moralidade na assembléia apuradora.

Mas, ridícula como é, na sua penúria de tempo, essa discussão única, de algumas horas, onde tem que se acomodar a eleição de vinte e um Estados, correrá ela, ao menos, em condições, que permitem utilizá-la numa tentativa parcial, num esboço compreensivo de exposição dos grandes fatos da causa? Não. Não se concedendo ao debate senão duas sessões, com oito ou dezesseis horas, portanto, ao todo, e devendo, assim, caber, dêsse total, a cada um dos lados apenas metade, óbvio é que a oposição, para articular a sùmula das suas queixas, resumindo, num milagre de condensação e síntese, os pontos capitais do libelo com a prova correspondente, não disporá de mais de quatro a oito horas.

Necessário era, por consequência, que essas quatro a oito horas, nos fôsse lícito, sequer, distribuí-las a dois ou três oradores, quiçá deixá-las tôdas a um só, a fim de que, desenvolvido com método e sistematizado com rigor, o nosso arrazoadó abrangesse ao menor espaço a maior soma de matéria possível, aproveitando os minutos e instantes num encadeamento cerrado e contínuo de circunstâncias, argumentos e deduções cuidadosamente entretecidas.

Mas o régimen adotado esfarela o debate. Cada membro do Congresso discursará sòmente uma vez, e só por uma hora. Teremos, pois, de nos dispersar em tantos oradores, quatro, seis ou oito, quantas as horas ratinhadas ao debate. Como estabelecer entre essas orações multiplicadas e esparsas a seqüência, a harmonia, o sistema de uma combinação vigilante eficaz? Impossível. As poucas horas facultadas à

discussão, não haveria meio de as explorar como a sua brevidade o exige. Reduzidas a migalhas, teriam que se disseminar em troços de discursos, onde mal se lograsse colher algumas parcelas inconexas, fragmentárias e esparsas da verdade.

Todo êste mecanismo se poderia, em boa justiça, resumir numa sentença: o reconhecimento do Presidente da República é um ato puramente arbitrário da maioria do Congresso, que exclui em absoluto as normas de liberdade, lealdade e moralidade, vigente nas outras deliberações parlamentares. Com a faculdade regimental, que lhe assiste a ela de raçoar o termo de cinco dias às comissões apuradoras, assim como de instaurar o debate antes de impressos os pareceres com os seus documentos, e a doce violência, a que a submete o regimento comum, de apurar as discussões em duas sessões, improrrogáveis, como uma vez e uma hora de tribuna por orador, a apuração das eleições presidenciais, num caso de luta que interessa a facção dominante nas câmaras legislativas, não passa de um simulacro vergonhoso e risível.

Não se poderia ter engenhado combinação mais a calhar para as circunstâncias de hoje, um *maillot* mais colante aos seus escândalos. Dir-se-ia buscada e escolhida a dedo. É uma urdidura de zombarias sucessivas, que impossibilita verificação, frustra a justiça, organiza a surpresa, ultraja o decôro, e preconiza o esbulho.

IRRECUSÁVEL REFORMA REGIMENTAL

Cumpriria, ao reunir-se ao Congresso, antes de se dar começo à vinda apuração, restabelecer, nesta matéria, o direito comum dos parlamentos e das verificações de mandato eletivo.

Nada mais natural, mais lógico, mais justo, mais forçoso, do que cercar a verificação das eleições presidenciais de garantias equivalentes, pelo menos, às que se usam correntemente, e as nossas câmaras sempre observaram, no verificar os poderes dos seus membros. O País não deve merecer menos respeito, na apuração do escrutínio de escolha do seu chefe, que um Estado, ou um distrito, na da eleição de um senador ou de um deputado.

Estenda-se, pois, à eleição do Presidente o que, no concernente às de senadores e deputados, consagram os regimentos de ambas as casas do Congresso. Para isso basta:

- 1º) ab-rogar a disposição, que taxa dias precisos ao trabalho apurativo das comissões;
- 2º) aumentar o número destas;
- 3º) vedar que se abra o debate no Congresso enquanto não estampados e distribuídos entre os seus membros os pareceres e documentos, com a antecedência precisa de alguns dias, para se discutir e votar com o devido conhecimento do assunto;
- 4º) revogar a cláusula regimental que circunscreve a discussão a dois dias;
- 5º) suprimir a que reduz a uma hora o tempo de cada orador.

Quando não, o Congresso não apurará o eleito do país; designará o nomeado pela maioria no manifesto de maio.

A INELEGIBILIDADE

Para tornar ainda mais irrisória a escassez dos prazos taxados à sindicância da assembléia verificadora na eleição presidencial, vem concorrer ainda,

com um acréscimo formidável de carga, a questão da inelegibilidade do candidato militar, aventada e sustentada na imprensa, com grande brilho por muitos jurisconsultos e publicistas.

Dessa questão é juiz o Congresso. Não se lhe pode, logo, êle esquivar, uma vez posta na tela do exame da eleição. Ora essa questão constitucional, de per si só, bastaria para transbordar o limite de duas sessões, pôsto pelo regimento comum ao debate da eleição presidencial.

Com o meu silêncio nesta controvérsia era de prever que não perderia vasa de especular o jornalismo hermista. Não perdeu. Porque me calasse no assunto, inferiu divergir eu, a tal respeito, dos meus amigos. Enganou-se. Era um sentimento de natural delicadeza o que me ditava essa reserva. O meu interêsse na matéria poderia autorizar a suspeita de se me haver turvado a consciência de jurista nas conveniências de candidato. Mas, já que da minha mudez se colhe argumento contra a opinião dos meus correligionários, vejo-me obrigado a declarar que êsse é, igualmente, o meu sentir, e já o era, bem o sabem muitos, antes de o ver concludentemente advogado, na Bahia, pelo dr. Vergílio de Lemos.

Aliás, não cabe ao civilismo o mérito da prioridade no rebate contra essa falha vital na candidatura militar. Entre os primeiros que levantaram, está um dos nossos mais eminentes adversários, que, sentindo-se, como outros, prisioneiro de um compromisso desastroso, perguntou um dia a um dos nossos, porque não articulávamos a objeção da inelegibilidade, a seu ver irresistível.

Por irresistível também a tenho eu, em presença dos nossos textos constitucionais, e não me custaria muito juntar, aqui, ao assêrto a demonstração. Não

o faço, rompendo o meu constrangimento (uma vez que a tal me provocam), por considerar a matéria assaz dilucidada nos escritos dos preopinantes, e porque, com o desenvolvimento necessário, viria alongar sobremodo êste manifesto, já dilatado em excesso. Não me eximiria, porém, de o fazer em trabalho especial, desde que a impertinência dos meus antagonistas me conduziu a quebrar a reserva guardada até agora, se no correr da polêmica me parecesse, mais tarde, indispensável a minha intervenção.

O hermismo desdenhou sempre dêste embaraço constitucional à sua candidatura. Não houve babozeira jurídica de que se não servisse, por se desentalar de tão apertado obstáculo, ao qual uns não compreendiam o valor, outros não sabiam a saída. No intento de saltarem por êle, ou o ladearem, sacaram a lume as mais esdrúxulas teorias sôbre a diferença de *posse*, ou *gôzo*, e *exercício* e a distinção entre direitos políticos e direitos civis ou individuais. Era a confissão de que o marechal Hermes, não se achava alistado.

ESCÂNDALO INVEROSSÍMIL

Agora, porém, faz dias que entrou a correr, e a ocupar a imprensa, a notícia de estar o candidato militar habilitado com a qualidade eleitoral. Esta invenção original seria o mais estupendo capítulo da fraude, numa eleição em que ela tem baixado a torpezas desconhecidas e marafoneado em inverossímeis desenvolturas. Aos adversários da candidatura militar só restaria congratularem-se de que o desatino dos seus conselheiros a persuadissem a consentir numa falcatrua, donde sairia diretamente enxovalhada. Pela minha parte, faço ao Marechal Hermes, a justiça de supor que repeliria a sugestão vilipendiosa.

Só neste distrito lhe seria lícito alistar-se e neste distrito se tem por líquido e notório que não se alistou. Só neste distrito digo: visto como, nos termos da lei Rosa e Silva, arts. 17, 8 e 22, ninguém se pode inscrever eleitor, senão pelo municípios em que tem residência e *domicílio* dois meses, quando menos, antes do alistamento. Ora, nos cinco anos que se contam de novembro de 1904, data daquele ato legislativo, à última revisão do alistamento eleitoral, o Marechal Hermes, tem mantido o *seu domicílio* constantemente nesta cidade: domicílio civil, domicílio oficial, domicílio militar. Nem noutra localidade se sabe que fixasse jamais *residência*, durante êsse lapso de tempo.

Mais uma questão aí se oferece, pois, da máxima solenidade, em que se tem de pôr à mais árdua prova a consciência do Congresso Nacional.

LIÇÃO DE UM RUSSO A REPUBLICANOS

Ora, quando uma delegação da soberania nacional se atém aos deveres do seu mandato, não se receia de manifestações populares. Tôda a vez que um chefe de Estado, uma assembléia política, ou um governo se entrincheiram contra o povo, ou dêle se procuram abrigar, é que o traíram, o estão traindo, ou o querem trair, conspiraram, estão conspirando ou vão conspirar contra a nação.

Aí está porque, na Grã-Bretanha, o direito de reunião, a liberdade da palavra nos comícios e tôdas as expressões coletivas do sentimento das multidões, nas mais vastas, populosas e opulentas cidades, assumem a mais ilimitada largueza. É que não há país, não há república nenhuma, onde a opinião pública esteja em comunhão tão íntima com os órgãos do

Estado, e êstes a reflitam com tão absoluta pureza, quanto naquela velha monarquia, mãe e modelo de tôdas as liberdades.

Ainda em agôsto do ano passado, um ex-comisário de polícia de Nova York, William Mac Adoo, encarecendo com admiração as instituições policiais de Londres, mostrava as garantias, de que elas circundam êsses *meetings* gigantescos de Hyde Park e Trafalgar Square, aos domingos, onde socialistas e sufragistas se abalançam às mais delirantes invectivas contra as bases da ordem social e as leis fundamentais do Estado, bramindo contra elas na mais incendiária linguagem. Todos ali vêm nesses desabafos da exaltação tribunícia "uma grande válvula de segurança contra o descontentamento popular e a tendência a maquinações criminosas".

No artigo escrito a êste respeito, nas colunas do *Century Magazine*, por êsse antigo agente do serviço de segurança nos Estados Unidos, regista êle uma circunstância sôbre tôdas eloqüente; a conversão de Mr. De Witte, ministro de Nicolau II, na sua primeira tentativa de administração liberal e representante da Rússia, na conferência de Portsmouth, às idéias britânicas sôbre a liberdade sem limites de reunião e palavra. Conversando com Mc Adoo sustentava De Witte que, num país como nos Estados-Unidos, ninguém deve ser prêso por excessos de tribuna, antes convém abrir "amplos salões e praças, francos a quem pretenda falar sôbre qualquer assunto com liberdade ilimitada"; o que o eminente estadista russo tem por "uma condição de segurança pública e sábia administração". "O espetáculo mais notável que nunca se lhe deparou aos olhos", diz êle, "foi em Londres, o de ver declamar um indivíduo ante uma turba enorme de povo excitado. A polícia cercava o

orador; o que levou o viajante russo a inquerir, da escolta que o rodeava, a que estava ali postada. Responderam-lhe que aquêlê sujeito pronunciava um violento discurso de *ataque à família reinante, e a polícia ali se achava, a fim de o proteger contra o seu auditório*".

ABOLIÇÃO DA LIBERDADE

É assim que se procede na Europa, sob as ominosas instituições da realeza, numa das suas mais anosas monarquias; e essa liberdade, que ali obriga a polícia a garantir, nos maiores excessos da palavra, as agressões mais virulentas dos oradores populares contra o mais liberal dos soberanos e a mais ilustre das dinastias, toca o seu auge, naturalmente, nas épocas eleitorais. Aqui, pelo contrário, numa das repúblicas de mais altas pretensões, com um régimen constitucional inculcadamente originário do americano, mas embalado, à nascença, com a presunção de o haver excedido, assim em federalismo, como em liberdade, um aceno policial varre literalmente as garantias individuais e políticas mais elementares, culminando esta supressão radical das condições de toda a segurança justamente nos períodos eleitorais e, agora, com singular recrudescência, no consagrado à escolha do chefe da Nação.

Ao passo que, na Inglaterra, os comícios populares atroam em investidas socialistas e anarquistas contra a mais constitucional das dinastias, aos olhos e sob a proteção dos agentes policiais, no Brasil, quando, aparentemente, o convocam a eleger o Presidente da República, a polícia republicana confisca aos cidadãos as franquias individuais mais rudimentares. Nem o direito à liberdade, nem o direito à vida lhes restam. A bem da verdade cumpre assinalar que:

a honra da inauguração dêste regímen pertence ao govêrno Nilo Pessanha e à candidatura Hermes da Fonseca. Foi a aliança entre êsses dois interêsses, acompadrados no espírito e nas obras, que mergulhou o Rio de Janeiro, na atmosfera policial de cadeia e garrucha, cuja pressão, há mais de um mês, aqui nos sufoca.

Não há mais simples uso da liberdade na enunciação do pensamento que a de proferir um nome querido, e aclamá-lo. Em tempos de eleição popular essas expressões do sentimento comum a favor dêste ou daquele homem público, sempre se consideraram, por tôda a parte, como as mais naturais, as mais legítimas e as mais incoercíveis. Aqui agora, porém, trasladados pelo sr. Nilo, para a administração do país os estilos da fazenda de Luanda, tais manifestações, quando empregadas no candidato oposicionista, passaram a ser o único delito, cuja flagrância exige repressão imediata e severa.

Aos que vitoriam o marechal Hermes, carta branca, assim para o berreiro, como para a ameaça, o insulto, a violência e, até, o gesto obsceno, com que, à passagem do candidato militar, na sua chegada, mãos estojadas em luvas de pelica respondiam aos gritos de entusiasmo pelo candidato civil. Êstes, porém, tinham por imediato corretivo a detenção brutal. No espaço de algumas horas, centenas de prisões dizimaram, na Avenida Central, a multidão pacífica, animada pelos mais nobres impulsos de civismo. Abjeto policiamento de uma época abjeta, cuja moralidade se traduz nessa abjeta concepção de reduzir o povo brasileiro, na sua metrópole, a uma récu de aclamadores da fôrça.

Destarte as enxovias policiais, despejadas alguns dias antes, se replenaram de nôvo. Uns após

outros se enchiam os automóveis policiais das vítimas da captura a granel. Eram cidadãos sem outra mancha que a de aclamarem o meu nome, ou levantarem um viva à República civil isto é, à ordem constitucional.

Êsses, entretanto, são ainda os a quem cabe sorte menos dura. Na mesma ocasião, a um estudante, que incorria no delito de civismo, o primeiro anista Otávio Alves, o hermismo tapava a boca, muito ao sabor dos seus instintos, com um tiro de revólver, cujo projétil, alcançando-lhe um dos maxilares, se lhe alojou no pescoço. Apontou o ferido como autor do homicídio malogrado a um oficial do Exército, que apeara de um dos veículos do séquito do Marechal. Mas, embora fôsem muitas as testemunhas do atentado, nenhuma diligência fez o delegado Cid Braune, ali presente, para colher o culpado, não interropou os circunstantes, não ouviu, sequer o ferido. Nova edição do caso de Augusto do Nascimento, morto, no dia 1º dêste mês, em Vila Isabel, por haver recusado um viva ao candidato militar, e reiteração da atitude policial, indultando, agasalhando e libertando, em seguida, os matadores.

A lista não termina com êsses exemplos. Há alguns dias, numa das ruas desta cidade, um cabo, que acabava de proferir um viva à candidatura civil, caiu fuzilado, ato contínuo, pela arma de um sargento. Ninguém se mexeu. Foi como se uma carroça houvesse passado por sobre um gato morto. Dias depois uma praça do Exército esfaqueava, por igual motivo, a um paisano, diante do Quartel-General. A mesma indiferença. Não falo no resto do país onde ainda os Estados mais livres, como de Minas, vivem oprimidos sob afronta desta mancebia da polícia com a corja dos homicidas e desordeiros professos, em

benefício do triunfo militar. A pena de morte, radicalmente abolida pela Constituição de 1891, acaba de ser restaurada assim, pela jurisprudência da candidatura Hermes, como sanção sumária do crime de civilismo.

A cumplicidade franca da polícia nesta situação execranda, o seu papel de criadora, organizadora e exploradora da associação da autoridade com os cafajestes, os ladrões e os facínoras mais odiosos desta capital, passou já da estranheza do escândalo a uma dessas habitualidades, com que o espetáculo quotidiano dos mais detestáveis crimes acaba por familiarizar as populações degradadas. Nesta condição de armênios esmagados, só nos ficam agora por asilo os últimos redutos de uma imprensa outrora gloriosa, mas destituída hoje do seu antigo ascendente sobre os governos, e ameaçada no seu resto de liberdade pelos desertores, que já lhe preconizam o cerceamento. Mas o vocabulário humano está gasto. Esgotaram-se as reservas da indignação. Os fatos, porém, crescem incessantemente na cínica expressão do seu realismo, que, há dois dias, a propósito das sanguinárias façanhas de Artur Bombeiro, inspiraram ao *Jornal do Comércio*, estas linhas memoráveis:

Cena verdadeiramente edificante desenrolou-se na madrugada de hoje, em plena Avenida, indo ter fim na rua da Assembléia.

É a reprodução de tantas outras, em que figuram desordeiros habituais, atirando a esmo, sem o menor motivo, pondo em perigo a vida das pessoas que tranqüilamente passeiam pela Avenida e outras ruas da cidade.

Continua o povo sem a menor garantia de vida, ameaçado a cada momento pelas balas de revólver de perigosos desordeiros, que impunemente andam pela cidade, afrontando a sociedade. *A polícia é a única responsável; e o fato de hoje é o resultado da impunidade dêsses famigerados*

desordeiros, presos um dia e soltos imediatamente por censurável condescendência da autoridade policial.

.....
Naturalmente depois de prestar ligeiras declarações, em que figurará, como vítima, Artur Faustino de Barros, o famigerado Artur Bombeiro, célebre em tôdas as eleições, irá flunar novamente pelas ruas da cidade, praticando novas proezas.

Basta dizer que os tipos mais conspícuos dêsse museu de horrores, animados já organizam batalhões cívicos. Não menos de dois, fêz brotar improvisadamente das ruas a ebulição da volta do marechal, e, com desprezo de mansas proibições policiais, cuja hipocrisia não é sêgrêdo entre os parceiros do jôgo, se estadearam, comandados por Trotes e Pintos, com chapêus de carnaúba e apinagês de cabeleira, no cortejo do pretenso vencedor. A noite dêsse dia, o largo do Machado, tablado ordinário das cenas, em que tem granjeado a sua celebridade criminal o delegado Castagnino, assistiu a uma dança de fadistas, com tiros de revólver, pânico dos assistentes e concurso dos figurões mais lombrosianos na tuna dos malfetores. Mas não se efetuou uma prisão. Se alguns dos circunstantes, porém, houvesse dado um viva à República civil, ter-se-iam verificado algumas mortes, e os que as perpetrassem, veriam, zombando, marchar para o calaboiço os correligionários dos assassinados.

Eis o Brasil atual, o Brasil do sr. Nilo, do sr. Venceslau Brás e do sr. Hermes.

RESISTÊNCIA E REAÇÃO LEGAL

Crentes sinceros no interêsse e no terror, o *In hoc signo vinces* da atualidade, exausta, depois da do dinheiro, a bolsa das promessas, numa derrama

bastante para saciar a toleima a um milhão de basbaques, os provedores e mordomos do hermismo, nossos senhores atuais, ensaiam agora o mêdo em grande, com o aparato da compressão agigantada, apertando a cidade inteira nas tenazes da prisão arbitrária e do homicídio irresponsável. Mas o povo, até agora, não é a besta de carga ou de tiro, que êles cuidam. Apenas falta lembrarmos-lhe a êle que, nesta terra, ainda há leis, que delas unicamente é que resulta, a fôrça da autoridade, e que, se a autoridade se arma contra as leis, com as leis, contra os abusos dela, nos devemos armar.

Bem disse o gênio da visão jurídica, o grande Von Ihering, a uma de cujas mais sublimes inspirações devemos o evangelho da *Luta pelo Direito*:

Dever é de todo o homem para consigo mesmo combater, por todos os meios de que disponha, o menospreço do direito na sua pessoa. Desde que o tolere, deixará penetrar na sua vida um elemento de ilegalidade; coisa para que ninguém deve concorrer.

Quando uma nação cria instituições regulares, e a estas se submete, é para ser por elas governada, não para a governarem, sôbre as ruínas delas, o capricho, a maldade e a corrupção dos homens. Os mercenários, que a polícia maneja, os agentes, que a exercem, os chefes, que a dirigem, os ministros, que a superintendem, os presidentes, que lhe sopram o espírito de prevaricação, todo êsse mundo agressivo, quizilento e soberbo dos que vexam e perseguem espionam e encarceram, êsses tiranos de todos os graus, que, em homenagem ao hermismo, entulham de cidadãos os cubículos policiais, como os antigos feitores enchiam de escravos os ergástulos das fazendas, são, outros tantos servos nossos, criaturas dos impostos que votamos, responsáveis ao povo que os

estipendia. Dentro na lei, o seu poder é de aço. Fora dela, serão pedaços de vidro quebradiço, nas mãos do primeiro indivíduo que, envolvido na legalidade, opuser ao arbítrio o direito.

A Constituição da República, art. 72, parágrafo terceiro, estabelece que, não havendo flagrante delito, só se poderá efetuar a prisão depois da pronúncia do indiciado, salvo nos casos indicados em lei e mediante ordem escrita da autoridade competente. Ora não há, neste país, lei nenhuma, que capitule em delito as manifestações individuais ou coletivas, por vivas ou aclamações, a causas políticas, a homens públicos, a cidadãos brasileiros, a individualidades, em suma, gratas a um partido, a uma opinião, a uma crença, ou a um grupo de criaturas racionais.

Mas é também a própria Constituição nacional que, ainda na sua declaração de direitos, consagra o primeiro dos seus parágrafos a decretar: "Ninguém pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer, alguma coisa, senão em virtude de lei". No mesmo princípio se molda o artigo primeiro do Código Penal. Toda a repressão legal, portanto, encontra barreira insuperável na regra de que nenhuma autoridade, entre nós, me pode coagir a praticar o a que a lei me não constrange, ou me pode privar de fazer o que a lei não me proíbe. Logo, recolhendo-me à detenção, por erguer vivas à causa civil, duas vezes transgride a Polícia do Rio de Janeiro o nosso pacto orgânico; porque, de um lado, me coíbe de praticar atos, que a lei não condena, e, do outro, me força a uma prisão, que nenhuma lei autoriza.

Ora, ninguém é obrigado a obedecer a uma ordem ilegal. Antes as nossas leis nos reconhecem o

direito de lhe resistirmos. O Código Penal, artigo 32, § 2º, estatui:

Não serão criminosos:

Os que praticarem o crime em defesa legítima, própria ou de outrem.

A legítima defesa não é limitada unicamente à proteção da vida; ela compreende todos os direitos, que podem ser lesados.

Entre os atos de legítima defesa o Código Penal, artigo 35, § 2º, enumera a *resistência às ordens ilegais*;

Reputar-se-á praticado em defesa própria, ou de terceiro:

O crime cometido em resistência a ordens ilegais, não sendo excedidos os meios indispensáveis para impedir-lhes a execução.

Em defesa própria ou de terceiro, reza o texto. Porque o Código, no primeiro dos lanços transcritos, reputa legítima defesa, não só a que eu oponho à violência em sustentação dos meus direitos, mas ainda a com que eu me bato pelos direitos dos meus semelhantes. Em consequência, no segundo tópico citado, exime à nota de criminalidade não só a resistência a ordens ilegais, pelo indivíduo a quem elas se dirigem, mais até a dos que em seu socorro acodem, para o ajudar a resistir. Assim que, no caso de uma prisão arbitrária, como as operadas contra os que vitoriam a causa civil, ou o seu candidato, usaria do seu direito, categoricamente reconhecido nos textos, não só o que se não rendesse à intimação criminosa, mas os que o auxiliassem e se lhe opor eficazmente.

O essencial, no guardar a medida lícita, é que “não sejam excedidos os meios indispensáveis, para impedir a execução” às ordens ilegais. Mas tudo o que indispensável seja para lhe obstar à consumação,

está nos limites da resistência autorizada. Isto, quer da parte do cidadão ou estrangeiro alvejado pela violência da autoridade, quer da parte dos que a presenciaram. De maneira que, se um indivíduo, arrastado à cadeia sem causa jurídica nem forma normal, defender a própria liberdade com os meios indispensáveis à sua preservação, todo o concurso que, nas raias da necessidade, lhe prestarem os assistentes, será, nos termos do Código, absolutamente conforme aos princípios da ordem legal.

É que a autoridade não mantém êste caráter senão dentro da órbita dos poderes que a lei lhe confere. "O ato ilegítimo de um funcionário público *cessa de ser ato de autoridade*, considerando-se nivelado ao de um particular qualquer". (Longhi: *La legimità della resistenza agli atti dell' autorità*, p. 113). Esta noção do que o "oficial público, em ultrapassando as extremas das suas funções, perde a sua qualidade, é dominante, assim entre os filósofos, como entre os juristas antigos e modernos". (*Ibid.*, pág. 109). "A presunção de legalidade já não vale, quanto aos atos do funcionário, quando se torna culpável de um excesso de poder, ou de flagrante violação de um direito. *Tal seria o fato de um agente da força pública, que, fora do caso de flagrante delito e sem mandato, quisesse executar uma prisão*". (*Ib.*, p. 119-120).

Estudando esta e outras espécies equivalentes, ao topo de cujo rol sobressai a prisão arbitrária, diz, na monografia onde esgotou a matéria, o célebre jurisconsulto, de cujas palavras me venho servindo: "Nestes diferentes casos o agente não se poderia considerar escudado pelas suas funções", pois não obra dentro nos confins dos seus deveres, nem lhe cabe invocar título, em virtude do qual proceda, visto

como nenhum título representa, ou o de que dispõe encontra no seu uso inoportuno um obstáculo legal. A ilegalidade, nestes últimos casos, é flagrante, e assume o caráter de *verdadeiro delito*. Como se poderia, pois, em hipóteses tais, contrastar o direito de resistência? Esta resistência não é senão a força oposta à força; é a legítima defesa contra um ato, que já não constitui execução da lei, ou de ordens da autoridade pública, senão mera força material". (*Ib.*, p. 120).

Não foi outra a doutrina abraçada pelo nosso Código Penal, onde, no artigo 229, se estabelece:

O que executar, ordem ou requisição ilegal, será considerado obrar como se tal ordem ou requisição não existira, e punido pelo excesso de poder, ou jurisdição, que cometer.

São ordens e requisições ilegais as que emanam de autoridade incompetente, as que não destituídas das solenidades externas necessárias, ou são manifestamente contrárias às leis.

Ora, é manifestamente contrário as leis opor-se alguém a que os cidadãos brasileiros se reúnam pacificamente, nas ruas e praças, aclamando as idéias, os fatos ou os homens da sua opinião, da sua política, ou da sua estima, e, portanto, com maioria de razão, manifestamente contrário às leis será deter e encarcerar, por esse motivo, os indivíduos, que se entregarem a essas demonstrações inculpáveis. Logo, os agentes policiais, que tais ordens executarem, "serão considerados obrar como se tais ordens não existissem". Isto é: reputar-se-á terem obrado por mero alvedrio seu, tal qual se não existisse ordem oficial de espécie alguma, e incorrerão na pena da arbitrariedade, cujo instrumento foram.

A prisão ilegal está prevista nos textos do Código Brasileiro, onde o artigo 207, capitula crimi-

nalmente o ordenar a prisão de qualquer pessoa, sem ter para isso *causa* ou competência *legal*, e o "executar a prisão de alguém sem ordem legal escrita da autoridade competente". (Nos 9º e 14º). A ordem, já o vimos, não é legal, se fôr "manifestamente contrária às leis". Sendo, pois, ilegal, pela oposição manifesta com as leis, a detenção a pretexto de vivas à causa ou ao candidato civil, o executor, que tal ordem recebeu e a cumpre, incorre na hipótese criminal do artigo 207, nº 14. Por sua vez, o autor de tal ordem, não tendo "*causa legal*", para a justificar, uma vez que o fato de tais vivas não se pode haver por motivo jurídico de prisão, cai sob a cominação penal do artigo 207, nº 9.

Ora, a sanção penal, que êsse artigo fulmina aos delinqüentes, é a de:

prisão celular por seis meses a um ano,
perda do emprêgo, com inabilitação para
exercer outro, e multa de duzentos a seis-
centos mil réis.

Nesse crime se envolvem, e sob a sua penalidade caem, portanto:

- agente civil ou militar, que prende;
- delegado, que o manda;
- chefe, que expede a ordem geral;
- ministro, sabedor e consentidor.

Ainda que a culpa dêste consista unicamente em tolerar e dissimular a dos funcionários sujeitos à sua autoridade, nem por isto se evade à responsabilidade legal. Ao contrário, justamente nessa dissimulação, ou nessa tolerância, consiste, em tais casos a prevaricação, qualificada no Código, artigo 207, nº 6, que a indigita como consistente em:

dissimular, ou tolerar, os crimes e defeitos
oficiais dos seus subalternos e subordina-
dos, deixando de proceder contra êles.

e a êsse procedimento comina, igualmente prisão celular, destituição do cargo, inabilitação geral para funções públicas e multa.

Nem, *ao menos juridicamente*, se subtraem à expiação as eminências da autoridade presidencial. A prevaricação é a mesma, em tôdas as alturas da autoridade oficial, onde quer que se verifiquem as condições elementares do delito. Do ínfimo ao mais alto grau na escala do poder, como quer que se dê a culpabilidade, a responsabilidade a seguirá fatalmente. A lei de 8 de janeiro de 1892, onde se regulam os casos da responsabilidade do Presidente da República, inclui na definição dos previstos, entre outros, o de "privar ilegalmente alguma pessoa da sua liberdade individual". Essa lei obedece, aqui, ao disposto na Constituição Federal, art. 54, onde se declara serem "crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, que atentarem contra o o gozo e exercício legal dos direitos políticos e individuais".

Como, porém, o chefe do Estado não se acha sujeito ao processo judiciário, nos crimes de responsabilidade, senão depois de perdido o cargo por sentença do Senado, embora essa autoridade incorra continuamente em tais delitos, como tem incorrido o sr. Nilo Pessanha, nada o pode abalar na impunidade, em que o acastela a sua solidariedade notória com a maioria do Congresso.

Mas os delinqüentes de graduação inferior na ordem administrativa, especialmente o Chefe de Polícia, com as suas várias categorias de agentes mais ou menos subalternos, todos se acham facilmente ao alcance da ação legal dos ofendidos. Se esta parece vaga e nula, é que o hábito de sofrer a ilegalidade, praticando assim a mais vil das resignações, a que

afaz os povos a miséria da servidão habitual desacostumou, entre nós, os oprimidos de buscarem nas garantias constitucionais o refúgio, que lhes elas asseguram. Não foi a lei que se esqueceu do povo: é o povo que se esquece da lei. Vendo-a, todos os dias, adulterada e invertida nas mãos dos seus executores, acabou por imaginá-la impotente, descuidosa e madrasta. Mas a verdade é que ela foi solícita, providente e vigorosa na organização do sistema defensivo, de que dotou a liberdade individual contra os seus agressores, levantando entre êstes e ela:

o direito de resistência legal,

o *habeas-corpus*,

e a responsabilidade penal das autoridades.

Certamente, enquanto dêstes recursos não se valerem os oprimidos senão em casos excepcionais, não haverá possibilidade considerável de que os assomos do arbítrio rareiem, e os confiados na sua irresponsabilidade recuem. Se, porém, um movimento de reação geral, se pronunciasse, e da parte da maioria dos violentados se opusesse à força dos prevaricadores, ao menos, essa desobediência legal às prisões arbitrárias, tão solenemente autorizada nas leis penais, o abuso teria de se recolher a quartéis, vencido e desanimado.

A raça, porém dos mandões e beaguins, mesquinha e cobarde, mas acoroçada pela fraqueza dos indivíduos e do povo, ri da hipótese aparentemente extravagante. Não lhe passa pela mente que as vítimas do crime policial comecem a resistir-lhe, que os brasileiros um dia rompam com os seus hábitos de medo e egoísmo, defendendo-se, cada um por si e todos por um, contra a tirania dos esbirros.

Aí está porque a polícia do sr. Leoni Ramos encheu a cidade com o anúncio de que as aclamações populares à causa civil ficavam terminantemente proibidas. O triunfo, que ela decretou, ao Marechal Hermes, era definitivo. Ou nós lhe obedecíamos, ou íamos ver como um bacharel ao sôlido da espada a desbanca no talento de manejar o terror.

A receita havia de ser infalível. Não há fôrças, que se atrevam, ou não cansem, contra a polícia, a ameaça militar e a polícia associadas. A tríplice aliança reunia as três potências do medo: o terror vexatório, o terror homicida e o terror difamante. A última das três, porém, a baixa rameira dos estelionatos eleitorais, dos boatos insidiosos e das calúnias petulantes, dominou a situação, arrepanhando as saias, e infecionando das suas exalações a redondeza.

A FORJA DAS CONSPIRAÇÕES

Sempre se julgou, entre nós, do interêsse político o que do diabo disse a Dante, no círculo dos hipócritas, frei Catalano, quando lhe chamava maranhoso e pai da mentira:

Ch'egli é bugiardo, e padre di menzogna.

Mas a atualidade elevou a mentira à altura de um dêsses cultos, que, em épocas de aberração geral, glorificam nos vícios mais torpes o cinismo da sua nudez. Tanto que a campanha civil se delineou com o vigor de um movimento excepcionalmente grave na política brasileira, logo nos começamos a ver envolvidos, submersos, asfixiados, nesta pestilência todos os dias renascente. Desde então, nessa infernal empresa, a violência deu, absolutamente, as mãos à falsidade:

Li cominciò con forza e con mensogne, la sua rapina.

Alternativamente ridícula ou engenhosa, refo-
lhada ou audaz, subtil ou descarada, a mentira,
entronizada, endeusada, universalizada, reina sobre
a República. Na véspera da eleição presidencial,
telegrafava ela para Cataguazes, anunciando ao elei-
torado que o candidato civil acabava de se suicidar.
No dia imediato à eleição telegrafava às oligarquias,
dando ao candidato militar 400.000 votos redondos.
Doze dias depois, na véspera da recepção Hermes,
acordava, pelos seus jornais, a cidade com a notícia
sensacional de que eu *fugira*, com minha família, para
S. Paulo, *disfarçado e de barbas postiças*.

Que nome dar a tanto opróbrio, reunido a
tamanha imbecilidade? Daí a algumas horas os que
havam lido, nos jornais hermistas, a patarata da
minha evasão, comunicada pela polícia a um deles e
abonada por chefes paisanos do hermismo aos ingê-
nuos da sua roda, me viam, surpreendidos, atravessar
tranqüilamente a rua do Ouvidor e a Avenida Cen-
tral. Fugir, logo eu! Por quê, e de quem? Onde se
encontrará, na minha carreira, tão longa, de resis-
tência e desafio aos violentos uma circunstância, que
autorizasse essa anedota de ridícula poltroneria? Não
fogem os que venderam a consciência, as instituições
e a pátria, no balcão dos interesses, os que, para
consolidar ou obter posições, traem os deveres mais
sagrados, os que, diante de suas mulheres e seus
filhos, vivem abatidos pelo espetáculo da própria
insinceridade, os que levam no encalço a aversão
pública. E havíamos de fugir, nós, os fiéis ao direito,
à lei, ao regímen, à honra da nossa terra, os que não
nos tememos de nos alistar contra o Governo, o
Tesoiro e a fôrça, quando essas três potestades, com
tôdas as suas graças, estavam tanto ao nosso alcance
como ao dos nossos antagonistas!

Mas, enfim, com essa última parlapatice, refalsada e tola, haviam saboreado êsses senhores a delícia de petear uma agradável manhã mais. Era um traço final, com que davam a derradeira pincelada à história da conspiração contra a existência do Marechal Hermes. Noutras situações, menos bernardas, e sob outros regimens mais hábeis, as conspirações de polícia dão um pouco mais de trabalho. Para as armas, dedos adestrados urdem e enviscam teias subtis, onde são insensivelmente levados a se deixar cair inexperientes e levianos. Aqui não. Manda-se contar, por um jornalista sem pudor, uma novela mais ou menos boçal; anuncia-se que a Polícia está em campo; a Polícia, realmente, não se mexe: com o tempo se vai gastando pouco a pouco a invencionice, já substituída por outra. E eis como se faz e desfaz uma conjuração, hoje em dia. Mas conseguiu-se o que se almejava: darem aos protetores do Marechal, com que se lhe recomendarem à gratidão, fornecerem aos mercenários da causa com que ganharem do Govêrno mais dinheiro, aquietar aos grandes responsáveis o mêdo, que os traz obsessos, cercando-se de guardas a si mesmos e ao seu candidato, ao mesmo passo que nos cercam a nós de secretas e malfeitores. Porque o mêdo é fatal no criminoso, e êles têm consciência do crime, que estão praticando contra o país.

Quanto a mim, há mais de cinco meses, ao abrir a nossa campanha, no discurso do Teatro Lírico, dei aos que nos increpavam de conjurados contra os dias do Marechal Hermes, uma resposta indelével: "Haveria deveras", dizia eu, "entre nós outros, os civis, um cretino bastante refinado na idiotia, para não enxergar a inutilidade, a estupidez, a contra-produção dêsse atentado? Não, não; entre nós,

graças a Deus, não se encontram mãos ensagüentadas. Mas, quando as houvesse, deviam de ser patas, e não mãos, para se levantarem contra uma vida sobre tôdas sagrada aos nossos olhos, por isso mesmo que é a do nosso competidor”.

Nessa resposta se teriam embotado para sempre os dentes da calúnia, se êles não fôsem como os de certos roedores rasteiros, que no exercício destruidor vão crescendo, em vez de se gastarem. Mas, uma vez que assim é, a despeito de todo o meu nojo a tais misérias, liquidarei com elas, pela última vez, a minha conta, numa declaração terminante: o ato, que assassinasse o meu adversário, extinguiria a minha candidatura. Se o Marechal Hermes, percesse por obra de um crime político, êsse crime envolveria a renúncia imediata, absoluta, inevitável da minha pretensão. Não haveria considerações humanas, que me obrigassem a aceitar a Presidência da República, se o meu concorrente houvesse expirado às mãos de um atentado. A emergência não tem a menor sombra de probabilidade. Mas, como nela insistem os nossos antagonistas, fique aqui, para tal eventualidade, a minha renúncia irrevogável. Não há necessidade política, em cujo nome uma criatura humana tenha o direito de tirar a vida a outra.

Para se opor aos estelionatos eleitorais, a nação dispõe de outros meios. Assuma a opinião pública, no momento oportuno, a sua atitude natural de vigilância, de interesse, de firmeza; e a maioria do Congresso terá de sobrepor ao seu compromisso de maio, os direitos da verdade. Afirme-se o país e triunfará. Mostre-se, e vencerá. Para dominar situações como esta, uma grande nação não precisa de armas. Basta declarar-se. O aspecto pacífico da soberania nacional, nitidamente definida, em conflitos desta natureza, é irresistível.

O EDITAL DA MAZORCA

Êste govêrno do pavor com o pavor e pelo pavor, teve a sua expressão culminante no aviso, que, aos 13 do corrente, ornava as colunas do *País*.

Com assombro dos que, entre as alucinações desta época, ainda não perderam o senso moral, ali viu, na manhã daquele dia, a população do Rio de Janeiro, êste resoluto pregão de homicídio:

Insistentes denúncias de que, em desespero de causa, os civilistas planejam a eliminação de chefes notáveis da política republicana, e mesmo do Marechal, *levaram os amigos dêstes a, em reunião reservada, tomarem enérgicas e decisivas providências, no sentido de evitar todo e qualquer atentado, como principalmente, caso se dê qualquer tentativa tirarem completa revanche daqueles que são os verdadeiros responsáveis.*

Um papel desta ordem não se comenta. É o corpo de delito da política, onde se inspira, e a que serve. Num país policiado, suscitaria imediatamente a intervenção da autoridade. Aqui, ao contrário, reflete o seu conluio como o crime anunciado.

Nos têrmos dêsse documento repulsivo, sob a insinuação dos "principais responsáveis", contra quem se tomaria, para logo, a "revanche completa" em se verificando qualquer atentado "contra o Marechal", ou "os próceres da política republicana", estão voltadas contra nós as garruchas vingadoras. Mas, evidentemente, o primeiro alvejado é o candidato civil.

Não direi que a cobardia desta ameaça me indignasse; porque os sentimentos de que ela me encheu, foram os de serenidade, indiferença e desprezo. Talvez também, algum tanto, de tristeza, afirmando-se-me que, se essas visagens ferozes se houvessem de ter por sérias, o Brasil, de 1888 a 1889, resgatando a escravaria, para adotar a Repú-

blica, não teria senão mudado o seu eixo político da bruteza africana dos alarves para a selvageria americana dos canibais.

Ninguém melhor do que o órgão atual da Junta Pro-Hermes, sabe que associar a mínima responsabilidade minha "à eliminação" de adversários meus, nenhum homem de bem, nesta terra, seria capaz de o fazer. Pelos direitos dos meus adversários, por lhes salvar a liberdade e a vida, tenho exposto, mais de uma vez, a minha vida e liberdade. Nunca verti, nem concorri para que se vertesse, uma gota de sangue humano. Sempre que estêve nas minhas mãos, impedi que o derramassem. Em tôda a minha carreira, pública ou particular, ninguém apontará um traço de crueldade. O de que me acoimam até inimigos, é de excesso nos afetos benévolos do coração. Nem de todos os meus antagonistas se poderia dizer o mesmo. Há oito anos, quando, no célebre conflito de São Cristóvão, a polícia ensangüentou as ruas desta capital, era o candidato militar quem a comandava, e eu, ante o Congresso reunido para apurar a eleição Rodrigues Alves, durante três sessões consecutivas, defendia, contra o sr. Seabra, o povo trucidado. E seria contra mim, como responsável pela segurança do meu contendor, que essa gente dirigisse as armas da vindita!

Atravessei Minas, que a viagem do Marechal ensangüentara, e a sua tentativa de eleição acaba de ensangüentar. Vi o horror, que ali inspira o seu nome. Nesta cidade umas poucas de vidas se têm tirado nas ruas, em nome da candidatura Hermes, aos que lhe recusam aclamações ou aclamam o seu antagonista. Por exercerem êsses direitos, centenas e centenas de cidadãos, em sacrifício à candidatura Hermes, têm sido aqui policialmente encarcerados, maltratados,

surrados. Até nos quartéis da força de linha, em razão de não simpatizarem com a candidatura Hermes, sargentos e soldados curtiram o suplício da bofetada e do vergalho. E não há-de ter contra si essa candidatura inimizades, ódios, rancores? E pela segurança dessa candidatura hei-de ser eu quem responda?

Pois seja. Cumprirei com a mesma energia, enquanto estiver na vida pública, o meu dever. Esse abominável ensaio de intimidação não me torcerá uma linha no meu rumo. Antes morto que servil. Antes morto que instrumento do militarismo. Se morresse, por mim estariam perdoados os meus inimigos. Assim lho perdoassem os sobreviventes da nossa causa, e à *revanche* dos assassinos não respondesse a dos patriotas, abrindo na República Brasileira a era tenebrosa da vingança.

Maldita política militar, em cujas entranhas não se geram senão fúrias e calamidades! Do governo russo já se disse que era o despotismo temperado pelo assassinio. Do brasileiro ajeitam agora as modas, para se dizer que é o assassinio fundando o despotismo.

Leiam-se os anais do caudilhismo platino durante o primeiro quartel do século dezenove. Chamavam-lhe ali os historiadores argentinos "a anarquia gaúcha". É o mesmo gênio, o mesmo rosto, as mesmas obras da situação em que entramos. A "anarquia gaúcha" transpôs os tempos, e marcha para nós, representada a caráter nos homens, nas teorias e nos atos do hermismo.

OS RESULTADOS ELEITORAIS

A êsse futuro se preludia adequadamente com a tentativa, que nos armam, de colocar na Presidência da República um inelegível não eleito.

Para êste resultado vem-se de longe aparelhando a tragi-comédia, a cujas audácias de encenação assistimos há um ano. Nos quadriênios anteriores o caso era de presidentes, com cuja eleição o Brasil não se ocupara, visto não a contestar ninguém ao candidato indicado pelo acôrdo entre partidos e governos. Agora pela vez primeira o Brasil interveio, mas ardentemente, no escrutínio presidencial; e o ponto de honra para o Govêrno, conchavado com o partido militar, é frustrar a eleição, proclamando o candidato, que os resultados eleitorais até agora excluem.

Na eleição de primeiro de março, os nossos Estados vêm seriar-se naturalmente em três categorias:

1º) Os Estados onde o eleitorado não votou, e por êle votaram a seu talante os governadores. Foi o *Jornal do Comércio* quem traçou, aos 9 do corrente, essa divisão, consignando-lhes a região "das satrapias", do "obscurantismo", da "vil escravidão que degrada", região "das unanimidades", senhoreada por "donos e exploradores". Na lista abarcou êle todo o Norte, do Amazonas a Pernambuco, excluindo, por um ato de soberana indulgência, o Maranhão e o Piauí. Mas a exceção fêz escândalo, e a justiça pública inteirou o rol desfalcado.

São províncias brasileiras, onde os resultados eleitorais trazem na própria face dos seus algarismos, virtualmente unânimes, a confissão da sua mentira. Ali, por via de regra, não tem a operação do escrutínio, sequer, as suas condições elementares: o recebimento, a contagem, a apuração dos votos. Isto é: não passa ao menos pelos três atos, que constituem a aparência ostensiva da eleição, a sua realidade material. Tudo se reduz a um trabalho simulatório, à *simples redação das atas*, manipuladas, antes ou

depois da ocasião legal, ao cômodo abrigo dos esconderijos agenciados pelos mandões locais e guardados pelas autoridades. Freqüentemente, porém, a despeito do sossêgo, segurança e lazer, com que se lavram, essas obras da fraude trazem no rosto os seus estigmas. Não raro a uniformidade geral das letras nas assinaturas dos eleitores e outros indícios concludentes lhes denunciam a origem impura. Outras vêzes a prova é extrínseca, mas não menos decisiva. Tal a que se realiza mediante os protestos solenes do eleitorado, testemunho irrecusável da ausência da eleição. Em muitos casos, ainda, (desta vez amiudados são os dêste gênero) é a recusa dos fiscais o vício característico da falsidade consumada. A lei, como se sabe, castiga êsse abuso com a nulidade irremediável da eleição.

A eleição dêsses dez, a que na frase do *Jornal*, "poderíamos chamar *Estados escravizados*," submetida ao contraste dessas verificações, não resistirá na sua generalidade ao exame.

2º) No segundo grupo se reúnem os Estados, onde se vota. onde se votou, onde o concurso do eleitorado teve ampla realidade, mas onde, em muitos pontos, o oficialismo envidou todos os meios de compressão e burla imagináveis, ora para tolher, perturbar e reduzir o escrutínio, ora para o equivocar iludir e desfazer, desviando atas verdadeiras e contrapondo-lhes duplicatas fraudulentas. Assim procedeu a reação hermista, já na Capital Federal, já em quase todos os outros Estados, particularmente nos onde mais assinalado foi o seu desbarato: o da Bahia, o de Minas Gerais, o do Rio de Janeiro.

Neste último quem melhor caracterizou a violência do sistema desenvolvido pelo governo da União contra a liberdade eleitoral foi o *Jornal do*

Comércio, que, aos dezenove de fevereiro, na, primeira das suas *Várias Notícias*, a propósito da situação de Macaê, assim qualifica a de todo o Rio de Janeiro:

Sem dúvida, ali como por todo o Estado do Rio, anda a dicórdia a ser fomentada às escâncaras pelos oposicionistas, aos quais o Presidente da República deu braço forte e carta branca para o cometimento de tôdas as tropelias imagináveis, *chegando ao extremo de usar da tropa de linha para assegurar a vitória da sua parcialidade nas últimas eleições.*

Nestes vinte anos de República, não há memória de tão ostensiva e iníqua intervenção do poder central na vida política de um Estado da Confederação.

3º) Na terceira categoria está, sòzinho, o Estado de S. Paulo, o único em cujas eleições não interveio nem o Governo estadual, nem o da República, oferecendo a sua eleição o maior exemplo de liberdade e moralidade eleitoral, que, neste regímen, até hoje se tem visto.

Celebrando o valor dessa eleição, disse o *Jornal do Comércio*, na sua *Gazetilha*, de 9 do corrente: "De certo os 25.551 votos, que o marechal Hermes, obteve em S. Paulo, *o nobilitam muito mais do que as unanimidades do Norte*". Essas unanimidades, segundo os algarismos tabulados pelo *Jornal*, nesse mesmo artigo, liberalizaram ao candidato militar 130.833. Ora, se os 25.000 votos alcançados em S. Paulo pelo Marechal Hermes, pesam muito mais que os 130.000 a êle distribuídos nos "Estados escravizados", quanto mais do que êsses 130.000 sufrágios hermistas não valerá em pêsso a votação do candidato civil, honrado em S. Paulo, segundo as informações apuradas até agora, com cerca de 87.000 sufrágios a saber, quase o quádruplo dos obtidos pelo seu antagonista.

Ainda mais valioso, porém, devemos reputar o alcance dos sufrágios civis em minas Gerais. Esse Estado lutou contra os Governos municipais, o Governo estadual e o Governo federal, empenhados todos com desabrida energia e desenvoltura escandalosa na empreitada hermista.

Devorara ela os vinte e dois mil contos acumulados pela administração João Pinheiro, para melhoramentos públicos no Estado, e ferrava já os dentes na sobre-taxa do café, reservada, segundo os compromissos do malogrado estadista, ao desenvolvimento da lavoura do Estado. Reitero esta acusação, porque a defesa do Governo mineiro é tão pouco séria, quanto às invectivas com que me honrou o seu ministro. O relatório e os balanços do Tesouro mineiro, que o dr. Juscelino me remeteu, a primeira vez que toquei no assunto, dizem relação ao exercício financeiro *terminado em junho de 1910*. Ora, é justamente ao exercício posterior a êsse, de julho a esta parte, quando se encetou a campanha presidencial, que se referem as delapidações argüidas.

Nunca, no Brasil, se praticou, corrupção política em tal escala. Mas o brio daquele grande povo lhe opôs resistência adamantina. Não valendo, porém, sempre, o dinheiro, acudiram a supri-lo com a força, que, na véspera da eleição, ostentava a sua presença em todos os pontos do Estado, onde mais arriscada se considerava a candidatura militar.

Subtrações, violências, alicantinas, excessos de tôda a ordem inundaram o território mineiro, aqui obstando a eleição, ali dominando-a, acolá falseando-a, ou duplicando-a, com uma notoriedade, que os hábitos clandestinos da fraude não conseguiram evitar. Não obstante, conforme os dados eleitorais até agora conhecidos, o tríplice oficialismo local,

estadual e nacional não granjeou ao marechal Hermes, senão 48.554 votos, ao passo que a 62.394 sobem os do candidato civil, quando, ao contrário, os prognósticos hermistas da eleição auguravam e asseguravam ao candidato militar 120.000 sufrágios, não admitindo que de uns 25.000 passassem os meus.

Ora, se o meu antagonista se deve ensoberbecer dos seus 25.000 votos em S. Paulo, onde a estatística dos meus já se aproxima de 87.000, quanto não deverei eu, sentir honrada, engrandecida a minha votação com os sufrágios mineiros em tamanha maioria? Para a votação hermista em Minas Gerais, contribuíram decisivamente a administração municipal; a administração estadual, a administração federal, os cofres públicos, a força armada, a fraude oficial, ao passo que a nossa maioria se conquistou, lutando contra êsses poderes quase invencíveis. Logo, se, na estimativa do *Jornal*, os 25.000 sufrágios, que optaram pela candidatura militar em S. Paulo, têm muito maior valor que os seus 150.000 votos nominais nos Estados do Norte, tão-sòmente porque as adesões nortistas são constrangidas, ao passo que as de S. Paulo se pronunciaram livremente, que valia não daremos às nossas 62.000 adesões mineiras, obtidas, não só com liberdade, mas ainda com luta aberta e violenta contra o govêrno, o tesoiro e as armas dos municípios, do Estado e da União?

Somem-se agora os meus 62.394 votos de Minas Gerais (ainda em progressão crescente) aos meus 86.797 de S. Paulo (ainda não completos), e terá o candidato civil, só nesses dois Estados, 149.191. Pergunto agora eu: se os 25.000 votos

paulistas do Marechal Hermes, estão, em valor eleitoral, *muito acima* dos seus 130.000 votos nortistas, os meus 149.000 sufrágios em S. Paulo e Minas, sendo *seis vêzes vinte e cinco mil* , em que proporção eleitoral não virão a ficar para com a votação nortista do candidato militar? Aqui se reduz o confronto à mais simples operação aritmética. Insisto, pois, na interrogação. Se os 130.000 votos do meu competidor nos Estados setentrionais valem efetivamente *muito menos* que os 25.000 votos em São Paulo, em que inferioridade não se acharão êsses 130.000, comparados aos meus sufrágios em São Paulo e Minas, excedendo êstes seis vêzes em número aos 25.000 sufrágios paulistas do Marechal Hermes?

Mas é de notar que a mesma superioridade, em que advertiu o *Jornal* quanto aos sufrágios paulistas, e que, bem se acaba de ver, abrange os mineiros, se estende, mesmíssimamente, a todos os Estados litorais do sul, onde tiveram votações copiosas os candidatos civis: o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande. Se a medida aplicada pelo nosso grande órgão jornalístico ao escrutínio de S. Paulo, com muito maior razão vem a se aplicar aos nossos votos em Minas, no mesmo caso estão os votos obtidos pelas candidaturas civis naquelas três outras regiões brasileiras. Em S. Paulo o governo estadual não interveio contra o nosso adversário, e levou na abstenção o escrúpulo ao rigor de não consentir que nem a polícia civil do Estado comparecesse às urnas. Mas o Governo Federal interferiu ali notòriamente a favor do seu candidato, pondo em ação por êle os recursos da sua poderosa máquina administrativa. Em Minas, ao revés, todos os aparelhos governativos funcionaram enèrgicamente contra as candidatu-

ras civis. No Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina tivemos igualmente, pela proa, em vendaval desencadeado, a violência oficial. Tôda a nossa votação, portanto, nessas três outras regiões brasileiras, representa uma vitória acesamente disputada pelo povo ao Govêrno. São, conseguintemente, votos de maior preço ainda que os logrados pelo Marechal Hermes, em S. Paulo. Logo, têm de ser postos no mesmo contraste, em que êstes o foram pelo *Jornal*, com os alcançados pelo candidato militar nos Estados do Norte.

Ora, segundo os resultados que até esta data se conhecem, a causa civil teve:

em Santa Catarina ..	3.153 votos
no Paraná	6.843 (1)
no Rio Grande do Sul	16.476
	<hr/>
	26.472

que, adicionados aos 86.797 de S. Paulo, e aos 62.394 de Minas, somam 175.663, obtidos, parte nas mesmas condições de sinceridade eleitoral que os do hermismo em S. Paulo, parte (a maior: 88.796) em condições de independência ainda mais altas, como expressão da mais calorosa luta do elemento popular contra o govêrno da União, o do Estado e os das municipalidades.

Ora, $175.000 = 7 \times 25.000$. Logo, se os 130.000 votos nortistas do candidato militar estão longe de valer os seus 25.000 sufrágios paulistas,

(1) Os algarismos relativos ao Paraná dão-me aqui 994 votos mais do que os computados no quadro adiante apresentado; por traduzirem informações que nos chegaram depois de organizado êsse quadro.

essas 130.000 unidades eleitorais do norte ficarão numa inferioridade ainda *sete vezes* maior, acareadas com as minhas 175.663 nos cinco Estados meridionais, de que tenho tratado.

Nos demais Estados onde a nossa votação foi considerável, o Rio de Janeiro e a Bahia, se não arcamos contra os governos estaduais, tivemos de arcar, nas condições da maior desigualdade, com o Governo Federal, que, na Bahia, empregou a guarnição do Exército e o seu comando numa vasta manobra de intimidação, mediante a ingerência ostensiva da oficialidade nas operações eleitorais, e, no Rio de Janeiro, desenvolveu um sistema de compressão militar inaudito, por meio das forças armadas. De modo que, em atos os Estados onde a nossa campanha se coroou de resultados importantes, as nossas votações constituem os despojos, comprados muito caro, de uma encarniçada luta do eleitorado brasileiro, ora contra o Governo da União, ora contra êste, os governos locais e os governos estaduais.

Tôdas elas, pois, com maior razão que os sufrágios hermistas em S. Paulo, granjeados sem hostilidade da administração do Estado e com o valimento da administração federal, repelem o cotêjo com as votações marechalícias do Norte. Quantidades heterogêneas não se comparam. De um lado, são votos livres. Isto é: são votos. Do outro lado, são votos sem liberdade. A saber: não são votos. Uns excluem, portanto, do cômputo os outros, como a moeda boa expelle da circulação o numerário desvaliado.

Ora, nos Estados centrais e meridionais, que o *Jornal do Comércio* exclui da tacha de "escravizados", mais o Maranhão e o Piauí por êle favorecidos

com uma exceção de complacência, os resultados reconhecidos, até 22 do corrente, são:

	Rui Lins	Hermes Venceslau
Maranhão	1.629	10.900
Piauí	2.415	11.413
Bahia	45.500	12.000
Espírito Santo	740	8.045
Distrito Federal	3.240	1.602
Rio de Janeiro	19.765	13.013
Minas Gerais	62.304	48.524
S. Paulo	86.787	25.971
Paraná	5.849	11.680
Santa Catarina	3.153	10.716
Rio Grande do Sul	16.476	50.535
Goiás	437	5.783
Mato Grosso	534	2.670
	<hr/> 248.829	<hr/> 212.872

Note-se que alguns órgãos de publicidade já se adiantaram mais. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, na edição de 23 do corrente, já eleva a minha votação a 262.367 e a do meu adversário a 224.386, dando-me sobre ele a maioria de 37.984 ao passo que, no mapa cujos algarismos se acabam de ler, a maioria civil não passa de 36.057. É que nas parcelas de nossa tábua não entram senão os resultados, cuja exatidão temos os meios de, oportunamente, documentar.

Êstes dados pequena diferença apresentam relativamente aos do *Jornal*, somados, na sua fôlha de 19 do corrente, assim:

	Rui Lins	Hermes Venceslau
Maranhão	1.599	10.499
Piauí	2.415	11.413
Bahia	44.235	12.073
Espírito Santo	740	8.045
Rio de Janeiro	19.765	13.034
Distrito Federal	2.729	2.246
S. Paulo	86.797	25.981
Paraná	5.849	11.680
Santa Catarina	3.153	10.716
Rio Grande do Sul	16.476	50.555
Minas Gerais	68.252	48.523
Goiás	437	5.783
Mato Grosso	534	2.670
	<hr/> 246.981	<hr/> 213.218

Consoante essa estatística, em vez de 36.057, seria de 33.763 votos e maioria da chapa civil, nos Estados "onde houve eleição". Mas peço licença para manter as parcelas do nosso quadro, visto como cada uma das suas adições estriba em provas legais, que, em tempo útil, se submeterão, como cumpre, à inspeção do Congresso. Essa maioria, porém, da chapa civil, nos Estados onde funcionou o escrutínio, tende ainda, necessariamente, a crescer. Nem em S. Paulo, nem em Minas, nem na Bahia, especialmente nestes dois últimos Estados, são definitivos os totais até agora divulgados. Telegrama proveniente

da Bahia veio trazer ultimamente à votação da chapa civil um acréscimo de 2.500 votos, que nos eleva a maioria a 38.557, alteando-lhe o total a 251.429. Mas ainda está por conhecer, dali, a votação de trinta e tantos municípios importantes, cêrca de 17.000 votos, ao que se presume, para a candidatura civil, não se calculando que a militar vingue naquela soma maior de 4.000. Desta maneira será, no mínimo, de 65.000 a nossa votação baiana, e de 16.000, no máximo, a do meu competidor. Montando, em consequência, os totais respectivos, da nossa parte, a 268.429 e, da outra, a 216.872, levaremos aos nossos adversários uma vantagem de 52.059.

Indubitável é, portanto, a nossa vitória se, tendo que se liquidar quem foi o eleito, avaliarmos as forças relativas das duas candidaturas pelos seus votos *onde houve eleição*. Reclama-se com veemência contra a injustiça irrogada pelo *Jornal do Comércio* ao Estado, que tem a honra de ser representado pelo Sr. Rosa Silva. Pois bem. Não quero esmerilhar o ponto. Até aqui me tenho cingido à classificação do *Jornal*, cuja imparcialidade não aguardou o reconhecimento do marechal Hermes, pelo Congresso, para o declarar Presidente. Mas admitamos à conta, como votação real, livre, lídima, a de Pernambuco onde o nome nacional do meu competidor, o seu nome brilhante, glorioso, popularíssimo, se laureia com 32.224 sufrágios, contra 188, quinhoados, por debique e flauta, e irrisão aos ridículos nomes da chapa civil. Terá então o meu adversário 249.096 sufrágios contra 268.617 nossos. Vencedora seria, pois, a chapa civil, ainda assim, por 19.521 votos.

Suponhamos, agora, enfim, que nos não viesse a votação calculada, pouco há, para uma e outra

chapa. Desceria então o total do candidato militar a 245.096 e o do candidato civil a 249.117. Ainda nessa hipótese extrema, logo, teríamos os civis sobre as candidaturas adversas um excesso de 4.111.

Nem se esqueça que chegamos a êste resultado, concedendo ao meu antagonista o benefício das eleições do Maranhão, Piauí e Pernambuco, onde as soberanas atas do Norte o mimoseiam, soma total, com 54.136 votos, contra 4.202, tolerados à chapa civil, dando-lhe assim, nesses três Estados, e em relação a êles, a maioria de 49.934. Se, porém, eliminássemos êsses três Estados contestáveis, a minha votação desceria de 268.617 a 264.415, e a do marechal Hermes de 249.096 a 199.162, crescendo, por êste modo, a vantagem levada por nós à chapa militar de 4.111 a 65.253 votos.

Mas, aceitando a classificação do *Jornal*, que por um lado exclui Pernambuco, incluindo por outro Maranhão e Piauí entre os Estados brasileiros de eleitorado livre, a maioria, como já demonstrei, será de 38.557, segundo os nossos dados, ou de 33.763 consoante os do *Jornal*, ante os resultados já certos, e de 51.557, ou 46.763, se adicionarmos ao cálculo os votos da Bahia, ainda por apurar.

Para inverter esta situação, donde se não terá saída, enquanto prevalecer o critério inquestionável de que *votos escravizados não são votos*, com o outro, não menos óbvio, de que *não são votos os simulados nas atas mas os dados nas urnas*, seria necessário despejar, sobre o escrutínio verdadeiro dos Estados onde há liberdade eleitoral, e houve eleição, o pseudo-escrutínio dos Estados, onde nem liberdade há, nem aparências de eleição houve.

Nesses Estados, conforme as últimas somas do *Jornal*, estampadas na sua fôlha aos 19 do corrente, as votações inculcadas são:

	Rui-Lins	Hermes-Venc.
Amazonas	128	3.241
Pará	158	37.016
Ceará	45	26.133
Rio Grande do Norte	36	6.347
Paraíba	386	12.952
Pernambuco	88	32.224
Alagoas	202	14.181
Sergipe	234	6.551
	<hr/> 1.377	<hr/> 138.645

É com essas "tabelas de pilhéria", como as denominou o *Correio da Manhã*, que se há-de abortar a eleição efetiva, o escrutínio legal, a vontade manifesta do país votante, do Brasil comparecente às urnas, da nação em combate pela escolha do seu chefe. "Não importa", direi como a *Gazeta de Notícias* aos 10 do corrente, "não importa que a nação veja bem, como o próprio *Jornal* vê, essa burla, que despejou 130.000 votos, com o mesmo despejo com que despejara 150.000, 300.000, tantos milhares quantos fôssem precisos. O governador disse que era assim? Tu o disseste. E a verdade se fêz tal qual na Bíblia".

Tal qual na Bíblia, sim, aquela verdade, com que se absolveu a Barrabás, e se crucificou a Jesus. A verdade oficial de Judas, Caifás e Herodes. A ironia, a histrionice, a mentira da verdade. A verdade meretrícia do subôrno, da traição, do falso testemunho, do estelionato. A convenção, a hipocrisia, o farisaísmo da legalidade sofismada, anulando a evidência da legalidade real. As formas rôtas, violadas.

e supositícias baldando as grandes garantias do direito. Uma justiça, que diz: "Êstes são os votos em realidade. Aquêles o voto em simulação. Mas pouco importa. A realidade é apenas a consciência, o fato, o eleitorado. A simulação, o artifício, os governadores, as oligarquias. Desta é o poder. Daquela, a honestidade. A honestidade não pode lutar com o poder. Por uma lida a prevaricação. Pela outra a justiça. A justiça não se pode medir com a prevaricação. Com uma está o arbítrio. Com a outra a lei. E a lei obedece. Quem impera é o arbítrio. O arbítrio, a prevaricação, a desonestidade regem o mundo. Seria futilidade insurgirmo-nos contra a ordem universal. Há uma eleição sincera? Há outra imaginária? Pois está claro: a imaginária venceu a sincera".

Com esta legalidade elástica e esta moral acomodatória não custava nada *arredondar* e, até exceder, como se excederam logo, os 400.000 votos preestipulados à candidatura militar. Por que meios? O *Correio da Manhã* no-los apontou, dizendo na sua edição de 12 do corrente:

Para chegar até lá foi preciso:

Primeiro. Aumentar a votação fraudulenta do Norte; segundo, arranjar mais 12.000 votos no Rio Grande do Sul; terceiro, inverter os resultados da Bahia, de Minas, do Estado do Rio e da Capital Federal.

Assim conseguiram-se mais as seguintes bandalheiras por enquanto:

Norte: acréscimos à fraude	14.000
Bahia: atas falsas	14.000
Minas: votos fantásticos	41.000
Rio Grande: acréscidos	12.000
Estado do Rio: falsificados	16.000
Capital Federal: fantásticos	2.000
	<hr/>
	99.000

Tirem êsses 99.000 votos dos 400.000 tão cinicamente anunciados e metidos à conta do Marechal, e ficarão apenas trezentos e dez mil, incluídos os cento e trinta mil das atas falsas do Norte.

Do entrarem, ou não entrarem, portanto, em conta essas *atas falsas* depende a solução do litígio.

Se entrarem, estará eleito o candidato militar.

Se não entrarem, o eleito será o candidato civil.

Ora, será tolerável, moral e juridicamente, que o Presidente da República seja eleito pelo desempate das atas falsas?

Eis, em suma,

A QUESTÃO

Não a pode haver de maior clareza, precisão e simplicidade. Estados há, entre nós, "escravizados". Passou em julgado que os há, e quais sejam. Para sair do *Jornal do Comércio* esta sentença, rompendo com as potestades, a que ofende, bem se avalia que proporções a evidência desta verdade, o seu escândalo, não deve ter assumido.

Escravizado se diz a quem não está na posse de si mesmo, quem jaz debaixo do senhorio de outrem, quem tem por vontade a do seu senhor. A dêsses Estados brasileiros, rebaixados, segundo o grande órgão, a "satrapias", é, naturalmente, a dos seus *sátrapas*, ou, em vulgar, a dos seus governadores. Se, pois, nessas regiões da nossa terra, a população não tem alvedrio próprio, e o que se alardeia por seu, é, notòriamente, o dos seus governos, temos o caso em trocos miúdos: há, positivamente, eleição, rudimento, vislumbre, sombra dela, em loca-

lidades onde a vontade absoluta dos governadores substituiu a vontade popular?

Postas nestes termos, a questão se resolve de si mesma. Mas resolve-se justamente no sentido oposto à solução, que lhe deu o *Jornal*. Porque esta, como já lhe observaram, está em colisão violenta com as suas premissas. A declaração tremenda, articulada pelo *Jornal*, de que o Norte do Brasil jaz em plena *escravidão*, constitui a menor de um silogismo a que se impõe, necessariamente, na categoria de maior, a verdade axiomática de que "sob a escravidão não há eleição". Ora, com esta maior e aquela menor, a conclusão inevitável é que *não houve eleição no Norte do Brasil*.

Nos elementos do problema, assim formulado e resolvido, cabe tãda a essência do nosso sistema constitucional *in a nutshell*, como diriam os ingleses. Porque a essência dêsse sistema se reduz à soberania nacional, manifestada na eleição do Congresso e do chefe do Poder Executivo pelo voto popular. Desta votação não participam os menores, os mendigos, as praças de pré, os religiosos, os insanos, os condenados. Por quê? Porque não são livres. Não o são, por condição mental uns, outros por condição social. A ausência de liberdade envolve, pois, substancialmente, a privação da qualidade eleitoral. A eleição é o mecanismo, pelo qual se exerce a soberania, designando os seus órgãos representativos. No eleitorado reside a expressão viva da soberania, que assim se exerce. Ora soberania é poder. Poder é vontade imperante. E não há vontade individual, quanto mais império, sem liberdade. Tôdas as frações, logo, do eleitorado, que decaírem da condição de livres, *ipso facto* e *ipso jure* decaem da função do voto. Não é só o indivíduo, mas ainda

a secção, o município, o distrito, o Estado, ou a região. Irá o voto, até onde fôr a liberdade, e onde cessa a liberdade, aí cessará o voto.

Nem, quando se fala em cessação de liberdade, se pressupõe unicamente a compressão material. A supressão moral da liberdade, a coação moral, em existindo realmente, basta, para obstar ao direito político, e destituir de legitimidade os atos praticados em seu nome.

O menor, o mendigo, a praça de pré não vivem encadeados. Mas, um pela sujeição doméstica, outro pelo rigor da miséria, o terceiro pela condição militar são criaturas, cuja dependência habitual exclui a situação de ânimo essencial à cooparticipação nos atos cívicos da soberania. Ora o princípio, aqui, não varia, com o variar a aplicação, do indivíduo, considerado a sós, para um agrupamento, mais ou menos vasto, de cidadãos, cidade, comuna, circunscrição, província, por dilatada e povoada que seja a extensão territorial. Numa região militarmente ocupada, ou submetida sòmente ao estado de sítio, não há, constitucionalmente, eleição. Porque esta é a manifestação da soberania popular sôbre os atos do govêrno. Logo, não se compadece com o eclipse das garantias constitucionais, cuja suspensão entrega nas mãos do Govêrno as liberdades populares.

Mas não é preciso ir tão longe, para que se repute extintas, no eleitorado, as condições de independência, essenciais à legitimidade da eleição. Ninguém compararia as circunstâncias de Pernambuco, em 1846, quando por duas vêzes se anulou, no Senado, a lista sêxtupla, donde o Imperador escolhera Chichorro da Gama e Ferreira França, com a miséria atual das a que o *Jornal do Comércio* chamou

“as satrapias do Norte”. Naquele tempo as reações consistiam, quase exclusivamente, nas derrocadas administrativas. Despojos do vencedor, os empregos públicos se transferiam, às vezes, em massa, de um a outro partido. Mas havia uma soma imponente de resguardos constitucionais, em que os Presidentes de Províncias não ousavam tocar, e que a vigilância do Imperador, ao menos nas épocas eleitorais, defendia contra o arbítrio dos ministros.

Agora, porém, nesses ermos políticos do nosso devastado Norte, não há um resquício de vida cívica, ou liberdade individual, que se haja salvado. O Governador, com o imenso acréscimo de jurisdição que o nôvo regímen adicionou à esfera legal dos Estados, tem nas mãos, além do poder administrativo, a legislatura, a justiça e a própria constituição, mudáveis aos seus acenos. É a concentração do arbítrio e da irresponsabilidade, mais intensos, mais desmarcados, mais sem escrúpulos na cabeça de cada uma dessas oligarquias do que no sultanado central do Catete. Derredor dessa hipertrofia monstruosa da força, garantida nos seus maiores excessos contanto que por sua vez, dê as mãos ao Govêrno Federal nas suas demasias, tôdas as resistências expiraram, desanimaram as oposições, o povo abandonou inteiramente a cena política, e reina o deserto moral, explorado unicamente pelas famílias dos oligarcas, seus instrumentos e seus associados.

Aí a eleição positivamente não se faz. De uma dessas feitorias republicanas dizia, ainda ontem, um dos seus representantes, signatário do manifesto de 2 de maio: “No meu Estado o Marechal *não teve trezentos votos*. A abstenção foi geral. Apenas se salvou, na capital, a aparência da organização das mesas”. Todavia, segundo o resultado constante da

imprensa hermista, as atas eleitorais, nesse Estado, muito direitinhas, atribuem ao candidato militar algumas dezenas de milhares de votos.

Sob o império não houve nada, que de tal se aproximasse; e, entretanto, províncias inteiras viram invalidadas as suas eleições, quando suspeitas do vício de compressão administrativa, desenvolvendo-se contra estas reações como a de 1846, em que o efeito da rejeição, por duas vezes, das escolhas de senadores "foi estrondoso". "O Govêrno blasonava do apoio ostensivo da Coroa". A anulação das cartas senatoriais se qualificava como revolta contra ela. Eram, portanto, casos, em que a Coroa estava, declaradamente exposta. Mas o Senado, embora argüido, por áulicos e liberais, de indébita censura à escolha imperial e atentado ao prestígio do Trono, levou por diante a sua firmeza; e o visconde de Olinda, chefe dos conservadores pernambucanos, não julgou destoar da missão conservadora daquela assembléia, animando os seus correligionários "à resistência legal em linguagem quase revolucionária". "Os descendentes", dizia o prudente estadista, "os descendentes daqueles que souberam resistir ao Rei, para melhor servirem ao Rei, saberão também resistir à opressão dos ministros, para melhor servirem ao Imperador".

Para melhor servir, pois, à Coroa, resistindo à opressão dos ministros, uma e outra vez, sucessivamente, a maioria conservadora do Senado, naquela época, infligiu ao Ceptro a lição de lhe exautorar o exercício da prerrogativa. Nem Pernambuco se teve por melindrado com a nulificação iterativa do processo eleitoral na província inteira. Antes a providência radical se adotou de acôrdo com uma das correntes de opinião pernambucana, e até pela inicia-

tiva dos seus mais eminentes chefes. Hoje vemos incomparavelmente agravadas, nos Estados setentrionais do Brasil, as causas, que, na hipótese Chichorro, na hipótese Ferreira França, na hipótese Cristiano Ottoni e ainda noutras, determinaram a nulidade total da eleição, em diferentes províncias brasileiras. Pois não era também caso, para melhor servirem à República, de se resistir, com essa medida heróica, à opressão dos governadores?

Não há nada mais evidente. Se ela desta vez se não atreverem, se desta vez a não vencermos, nunca mais haverá ocasião de paradeiro a essa absorção totalíssima dos nossos Estados pelos seus governos. A não ser que preferíssemos entregar a sorte do país aos azares de um dêsses cataclismos, em cuja emergência não cogitam os que se habituaram a considerar o dilúvio como reservado sempre à má estrêla dos seus sucessores.

Nessas províncias, sôbre as quais se desfecharam os golpes do Senado, havia *abusos* eleitorais, com que se justificassem êsses corretivos ousados. Mas, atualmente, no domínio "dessas unanimidades do Norte", a eleição tôda é *um só abuso*, abuso visceral, integral, universal. Um abuso só; porque é uma só mentira. A eleição não existe. Encomenda-se, ajusta-se, fabrica-se, como a falsificação de um registo, uma escritura ou um testamento. Com a mesma moralidade, com a mesma precisão, com a mesma técnica. Apenas com uma diferença: em vez de risco da cadeia, a certeza da palma na luta pelo govêrno.

Dias antes da eleição presidencial, nos revelaram os jornais um fato eloqüente. Os chefes do hermismo mineiro, sobressaltados com a desobediência que começava a se pronunciar entre os seus adeptos

tos, lançaram, pelo telégrafo, um grito de terror dirigido aos cabeças daqui, pedindo providências para o Norte, que acudissem com excesso de votos, por aquelas bandas, à mingua já prevista no Estado, onde até então se inculcava achar-se a grande base da vitória da candidatura militar.

Estava assentado que, houvesse ou não houvesse eleição na parte setentrional do Brasil, os mais amplos resultados eleitorais viriam dali contrabalançar as vantagens da chapa civil nos Estados votantes do Sul. Esses contingentes salvadores podiam vir chegando na proporção da necessidade, ou poderiam desabar em catadupa como se entendesse. Tudo era o mesmo, desde que tudo estava de antemão, não só resolvido, mas, em grande parte, consumado já antes da eleição, na forma do costume. A prova, temo-la no telegrama do chefe do hermismo, a que já nos referimos, estampado, entre outras fôlhas, no *Correio de Aracaju*, aos 6 do corrente. É um despacho circular, endereçado pelo seu autor aos governadores hermistas, nestes termos:

Resultado até agora conhecido pleito ontem
todos os Estados da União confirma vitória extraor-
dinária candidatura Hermes-Venceslau, cuja votação
EXCEDEU QUATROCENTOS MIL VOTOS.

Esta comunicação telegráfica tem a data de 2 de março, com a assinatura do senador Pinheiro Machado. Note-se-lhe bem a natureza. Não exprime uma estimativa ou uma conjectura, uma previsão ou probabilidade. Notícia um fato consumado e averiguado. Informa do "RESULTADO ATÉ AGORA CONHECIDO", por outra, do resultado *conhecido* até então, até o dia 2, transmitindo afirmativamente aquêlê número de votos como a soma eleitoral já

verificada e certa naquela data. Ora o certo e verificado é que, até aquêlê dia, os dados eleitorais aqui existentes não davam ao Marechal Hermes, segundo os órgãos mais genuínos do hermismo, senão a *quinta* ou *sexta parte* dessa votação.

A *Imprensa*, o mais generoso dêles, aos 3 de março, divulgava como total de que aqui havia ciência, o seguinte:

Marechal Hermes	95.227
Rui Barbosa	23.346

Não dava, pois, ao candidato militar nem a quarta parte dos quatrocentos e tantos mil, que o telegrama do general Pinheiro Machado, lhe abonou como "JÁ CONHECIDO".

O *País*, menos atirado, estampava no mesmo dia, como "resultado geral conhecido" êstes algarismos:

Hermes	68.606
Rui	18.403

Ê, bem se vê, *um sexto* apenas da votação dada como corrente pelo telegrama daquele senador. O despacho do sr. Pinheiro Machado, portanto, acrescentara *quatrocentos* ou *quinhentos* por cento aos votos, que, a muito esticar, haviam podido reunir para o Marechal os mais valentes pregoeiros da candidatura militar no jornalismo fluminense e os que nêlê mais intimamente privam, não só com o candidato mesmo, senão até com o nobre senador riograndente, autor da ribombante amplificação.

Evidentemente, o Marechal, não precisava de ser eleito, estava *preeleito*. Essa *preeleição* lhe dera os *quatrocentos e tantos mil votos* já conhecidos antes

de conhecida a eleição. Era a beleza do sistema na penitência da nudez das grandes obras de arte. Por que ocultar-se? A fôlha de parra seria um sacrilégio nas formas ideais da verdade, colhida aqui em tôda a fragrância do seu realismo.

Nós, entretanto, os habitantes desta cidade, aqui mesmo, presenciáramos assombros não menos instructivos, para a conclusão a que tudo isto nos arrasta. Tive a honra de ser um dos eleitores, que, no 1º de março, quizeram votar. Achei fechada a casa designada pelo edital, na rua de S. Clemente, onde moro, para o escrutínio da secção, a que pertença, e, com outros, de várias outras secções, onde succedeu o mesmo, fui ter à da rua da Matriz de S. João Batista, onde me coube a satisfação de dar o meu voto para a presidência ao meu ilustre companheiro de chapa, o Dr. Albuquerque Lins. Era essa uma *das vinte e uma* secções, onde, nesta capital, se procedeu a eleição. Nas outras, *setenta e cinco* secções não a houve. Dêste fato é testemunha o eleitorado todo, a população inteira da nossa metrópole.

Pois bem, na manhã seguinte, um dos mais autorizados órgãos do hermismo, a *Imprensa*, estampava, particularmente, pretoria por pretoria, os resultados eleitorais das quinze, em que se divide o Rio de Janeiro, com as seguintes somas:

Marechal Hermes	8.914
Rui Barbosa	1.619
Venceslau Brás	8.730
Albuquerque Lins	1.680

Guardo entre os meus papeis mais preciosos um exemplar dessa edição, logo depois recolhida às

pressas, mas demorada na circulação o bastante para descobrir, por trás dos bastidores dêste escândalo, os torpíssimos camarins da fraude oficial. Por alguns fragmentos como êste os esquadrinhadores desta pre-história da civilização brasileira, poderão, de futuro, sem grande esforço divinatório, reconstituir a ossada aos monstros de uma época a tantos respeitos única na evolução da nossa nacionalidade.

Êsse documento nos mostra o processo, mediante o qual se aplicou à capital da República o regímen dos Estados do Norte: a abolição radical da eleição. A êsse regímen o Norte como que já se afez. Mas aplicá-lo ao coração da República, ao centro principal da sua vida, era ousadia, que nem se concebera ainda. Concebeu-se agora, planejou-se, e fêz-se, com aquela certeza de mão peculiar, entre nós, às obras más do Govêrno. Foi como se ao músculo vivo da nação, palpitante e abrasado na luta, enxertassem, por um arrôjo de morioplastia nova, um trapo da carne de um cadáver.

Mas com o Norte, desertante das urnas, a violência era incomparavelmente menos audaz. Ali o que se faz, é simular eleições, onde não se celebraram. O povo não comparece ao escrutínio: dão-lhe substituto. Aqui, porém, no 1º de março, tangeram das urnas o eleitorado, a elas comparecente em massa. Obstaram, destarte, à mais animada eleição até agora presenciada. Não a consentiram, justamente para estorvar a imensa vitória, prèviamente certa, da chapa civil. Mas não se contentam de a ter espoliado. Creditam, ainda, à chapa contrária o triunfo roubado à outra.

Eis aqui a projeção da fraude nortista sôbre um espêlho ampliatório e transformativo, de imprevistos efeitos. A imagem, porém, dilatada e refrangida na

magia da reprodução, deixa a ver, ainda, as características do modelo. Da intrepidez com que a isto se abalançaram na maior cidade brasileira, num grande centro cosmopolita de cultura, independência e riqueza, transparece, com a mais viva representação, o incalculável do cinismo nas fraudações eleitorais do Norte. Quando não se trepida em cobrir de atas falsas o Rio de Janeiro, está se vendo, como se o palpássemos, o que não serão as atas eleitorais no domínio dos pagés, tuxauas e morubixabas nortistas.

Aí estão as provas morais e circunstanciais, de que no reino dos caciques e murumuxauas não se votou. "NEM ERA PRECISO QUE SE VOTASSE". Disse-o, há dias, muito sèriamente, a um amigo meu, antigo magistrado, um adepto da situação, membro da mais alta magistratura federal "NEM ERA PRECISO QUE SE VOTASSE?" — Não. Porque, ali, todos estão de acôrdo: não há oposição, ou as oposições estão com o Governo. Considere-se atentamente. Não é um cabo de eleições. É uma consciência de alto magistrado quem fala. Vejam-lhe bem a doutrina, que é a do tempo. Se de harmonia estão ali todos, parece que todos haviam de comparecer às urnas, e à comparecência geral então corresponderia, legítimamente, o testemunho das atas, certificando o fato, verdadeiro nesse caso, da eleição. Mas, bem ao contrário, porque todos estão conformes, não comparece ninguém, e, ausentes assim, todos, não havendo eleição, atestam as atas a presença de todos.

Eis, na sua candura, a verdade eleitoral do Norte. É a fraude, não só descomposta, embandeirada e tripudiante, mas exalçada à altura de filosofia, teorema e legitimidade.

Ora, neste caso (chamo, sôbre a espécie, a atenção a quem competir), neste caso, repito, a preco-

nização de teoria semelhante leva a conseqüências com que não há que contar, quando se trate simplesmente da eleição num distrito, ou num Estado. Aqui a pendência vai debater-se *entre Estados*. Esses Estados são membros de uma federação. Os membros de uma federação constituem autonomias constitucionais, semi-soberanias, ligadas num pacto de União. Claro está que esta não se mantém senão pelo respeito mútuo aos direitos dos pactuantes, já na sua administração interior, já na constituição do seu governo comum. Para seleção dêste se avençou que os vários Estados contribuiriam mediante eleição real, cada um na proporção dos sufrágios que tivesse deveras, e deveras desse em processo regular. Poderão agora os Estados, onde a eleição presidencial foi uma verdade magnífica, submeter-se à vasta falsificação notória e incontestável, dos Estados onde a eleição foi uma declarada mentira, deixar-se aniquilar por ela, consentir que a ficção mate a realidade, e o crime esmague o direito?

Seria, em última análise, admitir que os muruxauas do Norte, não satisfeitos de pôr e dispor das suas tribos, governassem, com o peso da sua inércia, a nação tôda. Seria em suma, promover os "donos do Norte", na frase do *Jornal*, a eleitores do Presidente da República. O Sul teria, em prêmio da sua cultura, do seu civismo e da sua virilidade, a honra de obedecer aos governos designados do Brasil pelos exploradores da abstenção do Norte.

O país ficaria dividido então em duas secções nitidamente discriminadas: a setentrional e a meridional; e justamente a que não se governa, porque não o elege os seus governos, é a que, pelos seus governadores, na escolha do governo nacional, ditaria a lei à outra. Os verdadeiros amigos da União

não veriam sem horror essa perspectiva: o Sul esmagado pelo Norte, os Estados que abdicaram o direito de voto suplantando os que o exercem, o Brasil progressivo e independente aniquilado pelo Brasil "da servidão e do obscurantismo", o pântano das oligarquias transbordando para o meio dia livre, e afogando a nação.

Certamente não regula bem o cérebro aos que tal enormidade conceberam, e a têm por exequível. Os perigos políticos, a que ela nos arriscaria, são incalculáveis. Mas o que a torna mais inconcebivelmente clamorosa e irritante, é que, para se consumir, no próximo Congresso, exigiria o concurso da representação dos Estados, onde mais se acentuou a opinião pública em antagonismo à chapa militar. Diante de Minas, por exemplo, insurgida e fremente contra ela, num movimento cívico a que, por toda a sua história, não se encontraria símile de intensidade senão no de 1842, muito menos generalizado aliás do que este, social e territorialmente, o espetáculo dos senadores e deputados mineiros apoiando o reconhecimento da chapa Hermes-Venceslau, derrotada em todo o Estado, poria os seus representantes num conflito insustentável com o eleitorado, cujo mandato exercem.

MINAS

O papel titânico dêsse grande Estado na luta, o seu interêsse vital no desenlace do pleito, a dívida, que contraí, de gratidão para com êsse ramo heróico da família brasileira, me impõe aqui, a seu respeito, algumas considerações, que me saem veementemente d'alma.

Assoalhavam os envencilhados no compromisso de ajoujar Minas ao carro do Terror que a sua

relutância, a sua rebeldia, a sua sublevação contra os que lhe profanaram levianamente o nome, arvorando-se mandatários da sua autoridade, teria por efeito despi-la dessa hegemonia, a que, pela sua população, pela sua riqueza, pela imponência do seu eleitorado, pela ascendência da sua vasta e tantas vezes brilhante representação parlamentar, tinha ela o direito de aspirar sôbre os destinos da nação. Prediziam e jeremiavam que, nos conselhos desta, seria para Minas comêço da ruína definitiva o bom êxito do civilismo.

Nunca houve maior equívoco e profecia mais falsa. Do surto de independência com que repeliu de si os patriotas avariados, os falsos mineiros, os parceiros dos cangerês do servilismo, os conchavadores de golpes de Estado, Minas elevou-se mais alta, mais nobre, mais gloriosa, cresceu acima de todo o seu passado, acentuando o seu justo prestígio, a certeza inquebrantável dessa predestinação, tantas vezes confirmada, que a coloca entre os maiores Estados da República, a todos limítrofe e com todos entrelaçada pelos seus rios, pelas suas serras, por tôdas as expressões da sua constituição geográfica e todos os elementos da sua evolução humana, como a medula dêste grande tronco da nossa nacionalidade, em alguns de cujos braços parece borbulhar a seiva de outras tantas civilizações.

Tão profunda vibração política debalde se procurará em tôda a história mineira. A êste só se poderá comparar o movimento de 1842, em que a província estremeceu na sua parte mais viva, levantando-se as câmaras municipais mais importantes em defesa das suas liberdades, num impulso que assumiu as proporções de luta campal, e degenerou, como em S. Paulo, em guerra civil. Mas essa reação, que

pouco durou, não se exime inteiramente, na sua origem, ao vício de parcialidade. Produto da iniciativa liberal, foi, não a muito custo, debelada pelos conservadores, que representavam, no govêrno, o gabinete de 23 de março. A campanha mineira de 1909 a 1910, porém, não é um embate de facções: é a insurreição geral do povo contra um princípio nefasto, expressado no oficialismo, que o comprime, e não o logrou sopitar.

O abalo não se manteve na periferia do Estado: penetrou até ao âmago da sociedade; interessou ardentemente a família; abriu no seio das relações domésticas nobres divisões; converteu a mulher numa força de propaganda inaudita e irresistível; entre a mocidade ateou o incêndio dos sentimentos generosos; envolveu, até, os da idade mais verde, as crianças, em precoces e encantadoras manifestações de simpatia; ocasionou lances admiráveis de resistência dos fracos, dependentes e humildes aos potentados soberbos; esmaltou-se de rasgos de energia, de altivez, de amor à religião da consciência, que a tradição guardará com carinho nas escolas populares e nos manuais de civismo; levou às urnas, em impulsos de fé e esperança, inválidos e anciãos, indiferentes e cépticos, rebeldes a tôdas as políticas e descrentes de todos os regimens; produziu, enfim, no íntimo da alma popular essa revolução moral, em que ferveram ali tôdas as classes, e que dura ainda, numa persistência ardente, não como braseiro que se amortece, mas como calor de vida que se entranha.

Povo ordeiro, pacífico, laborioso, costumado a se inclinar sem protesto ao ascendente dos seus chefes, desta vez os encara rosto a rosto, desconhece-lhes a autoridade, e lhes inflige, nas urnas, soleníssima derrota. Ouro Preto, São João d'El-Rei, Ponte-

Nova, Minas Novas, Lavras, Uberaba, o Triângulo Mineiro todo, todo o centro do Estado, a vasta zona do oeste, região pastoril, tranqüila e submissa de sua natureza, outros tantos campos ou centros da ação de influências inveteradas, contra ela se insurgiram, desprezando-lhes o mando, para guardar fidelidade às reminiscências liberais e a missão histórica de Minas, a terra da aliança entre o espírito da tradição conservadora e o gênio da ordem liberal.

Lindando, na sua posição de Estado central, com a Bahia, o Rio de Janeiro, S. Paulo, quase tôdas as regiões mais cultas do país, e o Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, vastos celeiros de incalculáveis riquezas inexploradas, Minas como que resume o povo brasileiro, refletindo as mais altas aspirações da pátria na majestade de uma síntese gloriosa. É o que se viu, mais eminentemente do que nunca, no pleito de 1º de março, onde a intrépida votação da sua gente, em luta contra todos os poderes públicos, revestiu a beleza de uma desafronta, que vingasse o Brasil dos seus desfrutadores. O clamor das suas virtudes ofendidas, a indignação da sua consciência em revolta contra os conluíus de pretensões, negócios e corrilhos, repercutiu por todos os cantos do nosso imenso território, como um clangor de trombetas sagradas chamando o Brasil a postos e defesa das suas liberdades constitucionais, dos direitos da sua personalidade moral, da sua própria existência de nação constituída.

À combinação deprimente, que a contemplava, nos cômputos do hermismo, com um pêso morto de 150.000 sufrágios, para arrasar a candidatura civil, respondeu o grande Estado, concorrendo para ela com essa maioria de cêrca de vinte mil votos, cada um dos quais representa o valor de uma gema inesti-

mável, pelo seu custo de independência, abnegação ou martírio neste encontro de fôrças, tão desiguais, entre uma reação da moral pública, inopinadamente levantada, e a sólida organização do poder, firmado no dinheiro, nas armas e na presunção do triunfo inevitável. Destarte Minas, que ainda se não experimentara num cometimento desta magnitude, agora a conhece a si mesma, sabe hoje o que vale, e pode medir a sua invencibilidade.

Todos compreenderão que êste meu tributo de reconhecimento e verdade à pátria de Tiradentes e dos Ottonis, devido, em boa justiça, ao alcance, a certos respeitos singular, dos seus serviços à causa civil neste momento crítico, a essa população admirável, donde se prognosticava que nos viria o destrôço, a ruína, a perdição; e nos veio o consôlo de um tesoiro de energias inesgotáveis, absolutamente não desmerece a contribuição, para a nossa vitória, dos outros Estados, êmulos dêsse, proeminentes como êle nessa aliança dos livres, entre os quais, sôbre todos, avulta o de

S. PAULO

Dêste foi, indubitavelmente, a ação capital nesta gloriosa fase do civismo brasileiro. Sem êle não se teria pronunciado a reação civil, ao menos com o caráter de corrente nacional que o assinalou. A êle, juntamente com a Bahia, toca o mérito da iniciativa propulsora. Declarado o movimento, foi o seu centro de atividade, o seu núcleo de renovação vital, o aparelho dominante na sua organização, a sua nor-teação, na sua expansão, o foco luminoso por onde se irradiava a tôda a parte entre combatentes o vigor, o arrôjo, a confiança. Nenhum o excedeu na saturação do entusiasmo por tôdas as camadas sociais, na

generalidade, no fervor, na veemência do empenho, com que entrou na contenda, e lhe pugnou pelo bom desfecho. Na crônica do sistema representativo entre nós, em seus melhores tempos, debalde se procuraria termo de comparação a êsses quase noventa mil votos paulistas da chapa civil, a grande infantaria do nosso Exército, reivindicador, base essencial da vitória que desde os primeiros momentos nos acenou dali gloriosa.

Os sufrágios mineiros se avantajam, moralmente, em preço, na proporção da luta, que exprimem não só contra o governo da União, mas ainda contra o do Estado. Contra o da União, porém, lidaram também os de S. Paulo. Mas se a oposição do governo estadual, em Minas, significa um obstáculo formidável, que encarece o valor ao civilismo da sua maioria eleitoral, a conformidade, em S. Paulo, entre o povo e o governo atesta um grau de adiantamento considerável dos costumes políticos nesse Estado, em relação a quase todos os outros. A adesão do Governo paulista à causa civil espelhava a adesão do povo paulista a essa causa. A prova está em que, deixada ali às urnas, como os próprios antagonistas confessam, a máxima liberdade, é observada, por parte do Governo, uma abstenção meticulosa, o *veredictum* do escrutínio nos assegurou esta descomunal superioridade, quase de quatro para um, relativamente à candidatura militar.

Se Minas houvesse chegado a essa invejável situação de se haver dado a si mesma, como S. Paulo, uma administração ao molde rigoroso dos seus sentimentos, não teria que se ver em combate renhido com os próprios órgãos aparentes da sua soberania. São Paulo precedera ao grande Estado vizinho na conquista prática da sua; e, graças à vantagem dessa

prioridade, é que não teve de curtir o amargor de se ver traído pelos seus próprios eleitos, como o foi Minas, num regímen que faz praça de ser o govêrno do povo pelo povo. Mas essa harmonia entre governantes e governados, cuja ausência entre os mineiros deu ensejo de se pôr à mais dura prova o civismo dessa população, nobilita insignemente a S. Paulo, imprimindo a essa unanimidade entre representantes e representados, como que o mais desenvolvido e culto Estado brasileiro, na mais plena independência do voto, se pronunciou, uma grandeza de majestade incomparável. Evidentemente só a uma causa de indubitável expressão nacional se poderia honrar com semelhante resultado. A opinião paulista afirmou-se como um oceano, que não encontra embaraços. A de Minas como a muralha invencível, que transpõe uma zona de cachopos e abrolhos, para ir espraiar ao longe o azul triunfante das suas ondas. Duas manifestações do mesmo poder, equivalentes na fôrça, rivais na magnificência do seu espetáculo grandioso.

DA BAHIA AO RIO GRANDE

A Bahia não se encontrava nas mesmas condições defensivas que S. Paulo, para se fazer respeitar do Govêrno Federal. Chegamos, os brasileiros, neste invertido e calunioso arremedilho de sistema federativo, a um requinte de sublimidade em que o Govêrno da União acabou por encarnar em si a maior ameaça à existência dos Estados. A reação descentralizadora que me moveu a desfraldar em 1889, no Congresso Liberal, a bandeira federativa, vitoriosa, meses depois, com a revolução de 15 de novembro, inscrevendo no pacto que nos organizou republicanamente em 1891 a autonomia dos Estados, veio a dar no imprevisito desta anomalia, cuja extravagância, debaixo das

formas americanas, pôs nas mãos do Presidente da República um poder arbitrário de intervenção, que equivale à centralização imperial e deixa a perder de vista os seus riscos.

A centralização era, na monarquia, um sistema regular e equilibrado, com freios e contrapesos no mecanismo do regímen parlamentar, na responsabilidade dos ministros e num complexo de franquias provinciais, contra as quais a Coroa não atentava. Ao passo que, nesta decomposição do regímen federativo, onde viemos parar, um golpe de interferência da União na vida política dos Estados, pode operar de improviso o desmoronamento de toda a sua situação interior, aniquilando, a um só choque, uma organização custosamente obtida e laboriosamente consolidada.

A simples hipótese dessa eventualidade atua como um assombramento, ora sôbre a fraqueza dos Estados inermes e pobres, ora sôbre os interesses da administração dos oligarquizados, ora sôbre as dependências passageiras, mas às vêzes severíssimas, a que até os membros mais importantes da federação não escapam em certas crises.

Não se deixou de regulamentar legislativamente o artigo sexto da Constituição atual senão para reservar às facções montadas no Govêrno da União a faculdade mais ampla de se montarem nos Estados, exercendo a intervenção livremente. Mas, ainda quando se houvesse legislado sôbre aquela disposição constitucional, não mudaria, para os Estados brasileiro, esta condição precária em um país onde as leis quase não existem senão para ser violadas. Assim que, aos Estados não aquiescentes em acabar de perder os últimos elementos de autonomia, que por enquanto ainda se lhes não arrebataram de todo, só

restaria acautelarem o futuro, organizando a defesa da sua ordem interior de maneira que, em sendo necessário, lhe sirva de barreira à irrupção das correias federais.

A Bahia, em 1897, não deveu a salvação da sua estabilidade constitucional, sèriamente ameaçada com a presença das fôrças militares que marchavam contra Canudos sob o comando de generais jacobinos, senão à guarda eficaz em que a envolveram as suas fôrças policiais, animadas pela solidariedade de uma população irritada e pela coragem de uma administração viril. Se S. Paulo, não teve agora a mesma sorte do Rio de Janeiro, vendo-se invadir, como o nosso Estado vizinho, pelas tropas federais ao serviço da candidatura Hermes, foi porque a sólida constituição das suas instituições de segurança interna dissuadiram o poder central de qualquer pensamento de violência material contra a sua autonomia. Os Estados, porém, cuja política menos providente não os acautelou contra essa contingência, aliás manifesta desde as deposições gerais de 1892 e 1893, não podem gozar a independência, que assegurou aos paulistas a situação invejável de arrostartem e destroçarem com essa imensa vitória a candidatura da espada.

Não estando nas mesmas circunstâncias, a Bahia sofreu nos seus brios a humilhação do ver as urnas no pleito de 1º de março, dominadas pela guarnição militar, cada um de cujos oficiais teve, do general que os comandava, a missão de fiscalizar, uniformizado, uma das seções eleitorais na capital e nos outros centros populosos, onde lhes convinha alcançar pela intimidação o que a liberdade lhes recusava. Facções pessoais, acesas na cobiça dos opimos despojos, que o hermismo promete a todo o mundo, para

burlar a todos, em vez de reagirem contra o grosseiro atentado à dignidade baiana, mancomunaram-se em alvoroço com os seus ultrajadores, envidando todos os meios por turbar, com a desordem, a chicana e a falsidade a eleição presidencial no Estado.

Não obstante a Bahia manteve a sua superioridade natural, se não na mesma escala em que o teria feito, se o escrutínio corresse desempeçado, não tanto das intrigas locais que, entregues a si mesmas, pouco lhe importariam, mas dêsse espantallo armado que a comprimia como um pesadelo; se não na escala, repito, que êsse desafôgo lhe permitiria, ao menos em proporções bastantes para ser um dos três grandes Estados que decidiram do triunfo civil, ocupando provavelmente entre êles o segundo lugar.

A cada um dos outros quatro Estados, onde teve grande relêvo o movimento pela causa civil, o Rio de Janeiro, o Paraná, S. Catarina e o Rio Grande do Sul; Rio Grande do Sul, o heróico; Paraná, o incorruptível; S. Catarina, a progressista; o flagelado e valoroso Rio de Janeiro, todos inflamados na mesma ebulição liberal, Estados nos quais o conjunto dos votos que nos sufragaram sobe ao poderoso total de mais de 45.000, quisera eu consagrar um capítulo, dedicado à expressão do meu reconhecimento e admiração neste manifesto. Mas, escrito sem tempo de me reduzir à brevidade, ao correr das idéias e da pena, excedeu êle já os limites da maior indulgência a que me seria dado aspirar. O que eu me vejo, porém, obrigado a omitir com desgosto, não o omitirá, certamente, a história, ao passar por esta época memorável, narrando as maravilhas morais desta campanha, cujos lidadores guardarão a memória dêsse feitos com o orgulho de veteranos de uma luta mais gloriosa do que muitas dessas guerras em cujos troféus se compraz a validade estéril das nações.

UMA PALAVRA DE GRATIDÃO

Agora, entretanto, quando chegamos ao termo da jornada, no ponto onde os caminhos se dividem, não sabemos em que direção, ao despedir-me dos companheiros que tanto me honraram o nome, adotando-o por senha e expressão das nossas aspirações comuns, não me seria lícito separar-me sem lhes falar da minha saudade e do meu reconhecimento.

Com a mais viva comoção o dirijo a tôdas as classes, a tôdas as profissões, a tôdas as camadas sociais, que tão galharda e brilhantemente colaboraram nesses fecundos trabalhos; à nossa imprensa, a grande fôrça da vanguarda; à massa laboriosa do povo, cujo despertar nos encheu de confiança; aos nossos intelectuais, em cuja esfera poderíamos dizer que reunimos virtualmente a unanimidade; à opinião católica e cristã do país, que abraçou tão ferventemente a nossa causa; à mulher brasileira, em cuja pureza d'alma o espírito político se acendeu inopinadamente a nosso favor na mais viva irradiação de calor e energia; à mocidade das nossas escolas, cujo entusiasmo cobriu de cânticos e flôres as nossas esperanças; aos inferiores do nosso Exército e Armada, cujas manifestações mais obscuras, legítimas e inocentes de simpatia pelo civilismo, os enobreceram com o martírio de alguns infelizes; à nossa lavoura, à nossa indústria, ao nosso comércio nos quais é a primeira vez que acorda entre nós o interesse do trabalho e da riqueza pela sorte de uma eleição.

Dessa popularidade extraordinária a que ela atingiu tive um dia, na minha viagem a S. Paulo, a impressão de síntese, conversando com um dos mais considerados entre os caixeiros viajantes, cuja coo-

peração foi um dos elementos mais irresistíveis da nossa propaganda pelo interior dêsses Estados: — “Somos mais de cinco mil”, disse-me êle, “e entre nós mal se conhece um hermista”.

A EXPRESSÃO DO RESULTADO

Mas eu era apenas a imagem accidental da grande causa, pela qual combatíamos. É desta que se trata. Dela foi a vitória, não minha.

Não entrei nesse empreendimento à cata de vantagens pessoais. Para mim, individualmente, nenhum interesse haveria no reconhecimento, cuja honra não viria aumentar a consideração pública, em que, de um modo tão generoso e insigne, me envolveram os votos do país. Seria apenas o começo de responsabilidade, trabalhos e sofrimentos pelas quais não trocaria, senão obedecendo ao maior dos deveres, o descanso, a que, há muito, aspiro vivamente.

Tive a satisfação de exceder as minhas próprias forças, concentrando tôda a minha vida numa empresa, da qual reputava e continuo a reputar dependente a salvação da nossa terra. Maior foi, porém, ainda a minha exultação, vendo que o Brasil respondia ao nosso apêlo com uma inteligência da situação, uma abundância de energia e um poder de entusiasmo, que assombraram os mais optimistas, abrindo nos anais da nossa pátria a mais inesperada e a mais bela das suas páginas de civismo.

Daí êsse resultado que, evidentemente exprime, pois, não o meu merecimento, ou a minha popularidade, mas a intuição geral de que o combate se travava por um grande princípio, um remédio salvador, uma necessidade suprema. Era a luta de vida e morte entre o militarismo e a ordem civil, personificados nas duas candidaturas opostas.

Foi isto o que se contendeu e o que se decidiu, vencendo, a meu ver, a ordem civil ao militarismo.

O JULGAMENTO

Eis o que vai sentenciar o Congresso na sua próxima reunião anual. Nunca um julgamento se anunciou sob auspícios menos animadores para a justiça. Os que vão resolver o pleito, entre as duas candidaturas, são os que, no manifesto de maio, adotaram a candidatura militar, elevando-a à altura de uma aspiração *nacional*. Essa maioria, organizada em partido, vai ter por chefe nas suas deliberações o militarista violento, que no célebre telegrama de 2 do corrente, dava por *á conhecidos* ao marechal *mais de quatrocentos mil votos*, quando ainda *nem setenta mil se lhe conheciam*. Da independência, com que vão proceder os fiéis submetidos a êsse diretor espiritual, deu há pouco a medida um dêles, o sr. Monteiro de Sousa, membro da representação amazonense quando aos 18 dêste mês, telegrafando ao candidato militar, como se êle já reinasse no Catete, acaba pondo-se às suas ordens, nos trabalhos da sessão que vai apurar a eleição presidencial: "*Disponha do amigo, que breve partirá, para tomar parte nas sessões do Congresso*".

Bom ou mau, porém, êsse é o tribunal que a Constituição nos deu. Mas, como não se trata de uma pendência minha, mas de uma causa nacional, dos seus julgadores será necessariamente juiz a nação brasileira.

O meu papel acabou. Começa agora a missão dessas duas magistraturas, a do Congresso e a da opinião pública, a primeira das quais, permita Deus que se desempenhe do seu mandato com os olhos

fitos na segunda. Porque as questões verdadeiramente nacionais nunca estarão legitimamente resolvidas, senão quando se resolvam de acôrdo com a opinião das nações. Todo o poder ilegítimo nasce com a morte no seio para viver morrendo.

Rio, 26 de março de 1910.

Rui Barbosa

INDICE

EXCURSAO ELEITORAL (1910)

I — BAHIA

Págs.

<i>Plataforma</i> (15 de janeiro)	11
A volta do terror militar	19
A consolidação da ordem civil	20
A revisão	23
Tópicos da revisão	35
As oligarquias	43
A justiça	45
Código Civil	49
Instrução Pública	53
A reforma eleitoral	56
O Estado e os cultos	59
A questão financeira	62
O meio circulante e o câmbio	71
Da imigração	78
A nossa fiscalização aduaneira	86
Organização do Distrito Federal	89
O Exército	91
Da Marinha	99
As nossas relações internacionais	100
O que eu não farei	103
Conclusão	106
<i>Discurso no banquete oferecido à Comissão popular de</i> <i>festejos</i> (18 de janeiro)	109
<i>Discurso na Associação Comercial</i> (19 de janeiro)	117
<i>Discurso no Conselho Municipal</i> (19 de janeiro)	119
<i>Discurso em resposta à manifestação do Conselho Muni-</i> <i>cipal</i> (19 de janeiro)	127

Págs.

<i>Discurso no jantar oferecido aos presidentes das comissões, deputados e representantes dos municípios (20 de janeiro)</i>	131
<i>Despedida (20 de janeiro)</i>	138

II — MINAS GERAIS

<i>Conferência de Juiz de Fora (17 de fevereiro)</i>	139
O hermismo e a plataforma civil	143
Uma intriga	144
A Conferência de Haia	144
O depoimento de Mr. Stead	146
Outros documentos	148
Dois anos atrás	150
O orador e o barão do Rio Branco	150
Vaidoso?	151
A plataforma civil e o barão do Rio Branco	153
A Constituição e os relatórios ministeriais	155
O território nacional e a legislatura	158
Amicus Plato, magis amica Veritas	159
O patriotismo de mentira	160
A profanação do patriotismo	161
Um exemplo norte-americano	163
Almocreves de petas	166
Governos civis e «presidentes» conselheiros	167
Aristocracia de farda	169
As provas do governo militar	170
O patriotismo capa de velhacos	172
Lição russa de liberdade	173
A gíria reacionária	174
Onde e donde a anarquia	175
O estoio da boiada	176
A anarquia no mundo militar	178
A «reorganização» do Exército	179
Benefícios da publicidade	181
Despesa militar no Brasil e no Japão	183
Indisciplina e afilhadagem	184
Balbúrdia, penúria e promiscuidade	185
A anarquia intelectual	187
A anarquia moral	188
A hermenêutica da anarquia	189
O direito da anarquia	191

	<i>Págs.</i>
A clemência da anarquia	192
A praxe da anarquia	192
Desobedecida a lei, morreu a obediência	193
Magistério e justiça militar	194
Indisciplina do exército, perdição do país	195
A força atirada contra os estados	195
Quais os anarquizadores	198
A Minas de 1831 e a de 1910	199
<i>Conferência de Ouro Preto</i> (19 de fevereiro)	205
<i>Conferência de Belo Horizonte</i> (20 de fevereiro)	253

III — MANIFESTOS

<i>Manifesto à Nação</i> (26 de fevereiro de 1910)	285
<i>A Nação</i> (26 de março)	297
A «elasticidade das instituições»	298
Suspensão real de garantias	299
Verdadeiro estado de sítio	300
Crime novo	302
Polícia e banditismo	303
Regimen cossaco	304
Governo de provocação	305
Consequências	306
Os verdadeiros criminosos	307
Sobretudo o dever	308
A auto-eleição do marechal	308
O episódio Rothschild	310
Após o esbulho, o estelionato	316
Subtração postal das atas	317
Aprestos da cena final	317
Súbita ruína da casa do Senado	319
Mudança do Congresso	320
«A mulher de César»	323
Os 400.000 votos telegráficos	324
Exército e povo	326
A capital e a nação	327
Justiça e opinião pública	328
Missão da assembléia apuradora	329
Os «estados escravizados»	330
Liberdade, essência do voto	332
Aplica-se o axioma	335

	<i>Págs.</i>
Algarismos e proporções	337
Episódio culminante	339
Contradições e contradições	340
A liberdade de apuração	342
O Congresso na Boa Vista	343
O cenário da fraude	344
O processo da apuração	346
Irrecusável reforma regimental	357
A inelegibilidade	358
Escândalo inverossímil	360
Lição de um russo a republicanos	361
Abolição da liberdade	363
Resistência e reação legal	367
A forja das conspirações	376
O edital da mazorca	380
Os resultados eleitorais	382
A questão	397
Minas	409
São Paulo	413
Da Bahia ao Rio Grande	415
Uma palavra de gratidão	419
A expressão do resultado	420
O julgamento	421
Índice onomástico	423

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
AOS 23 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1967,
ACABOU-SE DE IMPRIMIR NAS OFICINAS GRÁFICAS DO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, NA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO, PARA A CASA DE RUI BARBOSA
ÊSTE TOMO PRIMEIRO

DO VOLUME XXXVII

DAS

Obras Completas de Rui Barbosa

MANDADAS PUBLICAR PELO GOVÊRNO DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



